

Indicadores Econômicos



A revista **Indicadores Econômicos FEE** é uma publicação trimestral da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser que divulga análises socioeconômicas de caráter conjuntural no âmbito das economias gaúcha, nacional e internacional.

EDITOR

Octavio Augusto Camargo Conceição

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Lilia Pereira Sá

CONSELHO EDITORIAL

*Octavio Augusto Camargo Conceição
Álvaro Antônio Louzada Garcia
Maria Aparecida Grendene de Souza
Pedro Cezar Dutra Fonseca
Otilia Beatriz K. Carrion
Dercio Garcia Munhoz
Leda Paulani
Maurício Coutinho
Luiz G. Belluzzo*

CONSELHO DE REDAÇÃO

*Octavio Augusto Camargo Conceição
Adalberto Alves Maia Neto
André Luis Forti Scherer
Jéferson Daniel de Matos
Maria Lucrécia Calandro
Teresinha da Silva Bello*

Trimestral

Indic. Econ. FEE	Porto Alegre	v. 34	n. 4	p. 1-196	2007
------------------	--------------	-------	------	----------	------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Adelar Fochezatto (Presidente), André Luis Campos, Ernesto Dornelles Saraiva, Leonardo Ely Schreiner, Nelson Machado Fagundes, Pedro Silveira Bandeira e Thômaz Nunnenkamp.

CONSELHO CURADOR: Carla Giane Soares da Cunha, Flávio Pompermayer e Lauro Nestor Renck.

DIRETORIA

PRESIDENTE: ADELAR FOCHEZATTO

DIRETOR TÉCNICO: OCTAVIO AUGUSTO CAMARGO CONCEIÇÃO

DIRETOR ADMINISTRATIVO: NÓRAANGELA GUNDLACH KRAEMER

CENTROS

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Marinês Zandavali Grando

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO: Roberto da Silva Wiltgen

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Adalberto Alves Maia Neto

INFORMÁTICA: Luciano Zanuz

EDITORIAÇÃO: Valesca Casa Nova Nonnig

RECURSOS: Alfredo Crestani

Indicadores Econômicos FEE está indexada em:

Ulrich's International Periodicals Directory

Índice Brasileiro de Bibliografia de Economia (IBBE)

International Bibliography of The Social Sciences (IBSS)

Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)

Cambridge Science Abstracts (CSA)

Hispanic American Periodicals Index (HAPI)

INDICADORES ECONÔMICOS FEE / Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. — v. 16, n. 2 (1988) - . - Porto Alegre: FEE, 1988 - . -

v.-

Trimestral

Continuação de: Indicadores Econômicos RS, v. 16, n. 2, 1988.

Índices: 1973-1988 em v. 17, n. 1;

1973-1990 em v. 19, n. 1;

1973-1992 em v. 21, n. 4;

1992-1994 em v. 23, n. 3.

ISSN 0103-3905

1. Economia - periódicos. 2. Estatística - periódicos. I. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

CDU 33(05)

CDU 31(05)

Tiragem: 250 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
Revista **Indicadores Econômicos FEE** - Secretaria

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

Fone: (51) 3216-9132 Fax: (51) 3216-9134

E-mail: revistas@fee.tche.br Home Page: www.fee.rs.gov.br

Sumário

A CONJUNTURA NO TRIMESTRE	05-112
Contas regionais	
O desempenho da economia gaúcha em 2006 — Maria Conceição Schettert	07
Política econômica	
O crescimento e os (maus) conselheiros do Presidente — Luiz Augusto E. Faria	23
Da estratégia do investimento nascem as nações — Enéas de Souza	33
Economia brasileira: desempenho em 2006 e entraves ao seu crescimento — Martinho Roberto Laz- zari	41
Análise setorial	
Agropecuária	
Em 2006: a recuperação da lavoura de grãos sul-rio-grandense em meio à crise agrícola nacional — Maria D. Benetti	49
Exportações de carne: um segmento extremamente dinâmico no Brasil — Vivian Fürstenau	63
Indústria	
Indústria: sinalização de mais uma década perdida? — Áurea Correa de Miranda Breitbach e Clarisse Chiappini Castilhos	73
Relações internacionais	
As exportações gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades — Teresinha da Silva Bello e Sônia Unikowsky Teruchkin	83
Mercado de trabalho	
Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no ano de 2006 — Alejandro Kujara Arandía	93
Políticas públicas	
O desempenho das finanças públicas estaduais em 2006 — Alfredo Meneghetti Neto	101
INDICADORES SELECIONADOS DO RS	113-120

ARTIGOS DE CONJUNTURA	121-196
Agravamento da crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1979 a 1985 e suas conseqüências atuais — Raymundo Ferreira Guimarães	123
Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado — Maria D. Benetti	129
Mercado de trabalho no RS, no período 1999-2005: um contraste entre a RMPA e os municípios não metropolitanos — Sheila S. Wagner Sternberg	143
O baixo crescimento, as políticas macroeconômicas e o “Estado mínimo” brasileiro — Ricardo Dathein	167
O comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados diante do recente ciclo de crédito no Brasil — 2000-05 — Giuliano Contento de Oliveira	179

A CONJUNTURA NO TRIMESTRE

Contas regionais

O desempenho da economia gaúcha em 2006*

Maria Conceição Schettert

Economista da FEE

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) anualmente publica, neste volume, as estimativas para o Rio Grande do Sul do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), bem como de suas estatísticas derivadas, tais como as taxas de crescimento, globais e setoriais, divulgadas ao final de cada ano. Os números aqui apresentados referem-se às estimativas preliminares de 2006 e às revisões relativas a 2005. À parte, no **Anexo estatístico**, são referidos os últimos cinco anos das variáveis aqui consideradas.¹

Conforme essas estimativas, o PIB do Estado, quarto no *ranking*² do País, teve um crescimento de 2,7% em 2006, atingindo o valor de R\$ 156,0 bilhões. O PIB *per capita*, por sua vez, cresceu 1,6%, atingindo o valor de R\$ 14.227 (Tabela 1). Essa *performance* do PIB estadual deve se situar em torno do crescimento da economia brasileira como um todo, o que propicia a manutenção da participação do PIB estadual no PIB do Brasil no patamar dos 7,5% (Tabela 2). No País, as estimativas do PIB para 2006 são conhecidas no final de fevereiro, quando da divulgação das Contas Nacionais Trimestrais do quarto trimestre de 2006, cujo cálculo é

de responsabilidade do IBGE. Os valores informados pelo IBGE do PIB trimestral até o terceiro trimestre de 2006 implicaram uma taxa acumulada no ano de 2,5%. Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projetou, em seu **Boletim de Conjuntura** de dezembro de 2006, um crescimento anual de 2,8% do PIB brasileiro (Tabela 3).

A despeito do desempenho positivo da economia gaúcha registrado em 2006, salienta-se que, devido à base de comparação (2005) fortemente deprimida, os índices de produção globais e setoriais não lograram, em geral, alcançar os patamares produtivos dos anos 2003 e 2004.³

Examinando-se o desempenho dos setores que compõem o **produto** global, o agropecuário, com uma participação de 11,5% na estrutura produtiva regional em 2005 e com um crescimento significativo do seu VAB, estimado em 19,9% em 2006 (Tabela 4), foi o destaque positivo do ano, o que compensou parcialmente a queda de 17,5% sofrida no ano anterior. Contribuíram para essa boa *performance*, principalmente, as condições climáticas. O segmento de lavouras (Tabela 5) foi o que determinou o crescimento do setor, tendo registrado um aumento de 27,2%. Contudo, devido aos desempenhos negativos dos dois últimos anos anteriores — -3,3% em 2004 e -14,2% em 2005 —, o setor não logrou, ainda, recuperar, para algumas culturas, os níveis de produção recordes de 2003, quando houve uma expansão de 21,1% (Tabela 6). Em relação às principais culturas investigadas, todas, com exceção do trigo, apresentaram expansão na área colhida (Tabela 7). Devem ser destacados, pela sua importância relativa na estrutura da lavoura, os aumentos na produção de soja (209,2%), milho (205,1%), cuja área colhida registrou a maior expansão (45,3%)

* Artigo recebido em 16 jan. 2007.

¹ Os cálculos foram efetuados pelo Núcleo de Contabilidade Social (NCS) do Centro de Informações Estatísticas (CIE) da FEE, com os seguintes integrantes: Carlos Gouveia, Eliana da Silva, Juarez Meneghetti (Coordenador), Maria Conceição Schettert, Maria Helena Sampaio e Sérgio Fischer. O CIE tem, como Supervisor, Adalberto Maia Neto.

² Conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006), os principais estados, de acordo com sua participação no PIB brasileiro, são: São Paulo (30,9%), Rio de Janeiro (12,6%), Minas Gerais (9,4%), Rio Grande do Sul (8,1%), Paraná (6,2%), Bahia (4,9%) e Santa Catarina (4,0%). Destaca-se que essas estatísticas regionais são publicadas pelo IBGE, porém são elaboradas pelas instituições oficiais estaduais de estatística, que, no caso do RS, é a FEE, e derivam de metodologias homogêneas, portanto, são números comparáveis. Essa comparabilidade metodológica é assegurada por convênio firmado entre essas instituições e o IBGE, este último no papel de coordenador geral, além de responsável pelas estatísticas oficiais brasileiras.

³ Examinando a evolução dos índices de volume do VAB e do PIB (Tabela A.4 do **Anexo estatístico**), constata-se que, com o forte retraimento de 2005 (-5,2%) — o pior desempenho desde a vigência do Plano Real, a partir de 1994 —, os níveis produtivos de 2003 e 2004 ainda não foram recuperados.

das culturas pesquisadas, mandioca (14,8%), arroz (11,2%), fumo (9,8%) e, por outro lado, a queda (-48,2%) na produção de trigo. Cabe também registrar o expressivo aumento de produtividade nas lavouras de soja (198,8%) e de milho (109,9%).

A produção animal permaneceu praticamente no mesmo patamar do ano anterior, com um crescimento de 1,0%. Detalhando-se o comportamento dos principais segmentos dessa atividade, o crescimento de aves (1,1%) e de suínos (1,6%) compensou a queda sofrida pela bovinocultura (-0,3%). O mau desempenho desta última veio reforçar a alternância de participação estrutural ocorrida na pecuária já em 2004; assim, conforme o último registro (Tabela 8), a participação da suinocultura em 2005 (31,5%) superou significativamente a do tradicional rebanho bovino (25,3%).

Ao contrário da agropecuária, a indústria, com uma participação de 44,5% em 2005, apresentou variação negativa no VAB estimada em -1,3% (Tabela 4). Esse é o segundo ano consecutivo de queda na indústria gaúcha, que, em 2005, já havia registrado um forte declínio (-4,8%). A indústria de transformação foi o pior desempenho (-2,3%) e, sendo o carro-chefe do setor, com participação de 88% na estrutura industrial, foi quem concorreu decisivamente para a taxa negativa da indústria como um todo. Considerando-se a trajetória recente da indústria de transformação estadual, vis-à-vis à brasileira, observa-se, de 1999⁴ até 2003, taxas anuais de crescimento superiores na indústria gaúcha. A taxa média do período (3,7%) foi superior à da indústria brasileira (1,7%). Já a partir de 2004, houve uma inversão dessa tendência: nesse ano, o crescimento industrial ainda foi significativo no Estado (7,5%), apenas ligeiramente inferior ao nacional (7,7%), mas a trajetória de declínio estava delineada e culminou com taxas anuais negativas para os dois últimos anos do período aqui analisado (-4,5% e -2,3%). No País, de acordo com a taxa acumulada até o terceiro trimestre 2006 (IBGE), o crescimento da indústria de transformação foi de 1,4%.

Essa *performance* negativa do parque fabril gaúcho explica-se, em grande parte, pelas características intrínsecas dessa atividade no Estado. Como há muito já tem sido referido, a indústria de transformação do RS

tem um vínculo estreito com o setor agrícola, a consagrada agroindústria gaúcha, e com grande parte da produção direcionada para o mercado externo. Nesse sentido, essa atividade, no Estado, é mais suscetível às variações cambiais e às oscilações de preços internacionais, principalmente das *commodities* agrícolas, do que a indústria brasileira, que é mais diversificada. De outro lado, essa atividade fica mais vulnerável também às crises da agropecuária, como a ensejada pela grave estiagem nos dois últimos anos anteriores (2004 e 2005).

Conforme os dados divulgados até outubro de 2006 pela **Pesquisa Industrial Mensal** (IBGE) e, ainda, considerando-se as atividades industriais mais relevantes que constituem o parque fabril do Estado, os destaques negativos foram máquinas e equipamentos (-17,8%), produtos de metal (-11,4%), calçados e artigos de couro (-8,3%) e fumo (-7,8%) — Tabela 9. Com efeito, três desses segmentos — que são também itens relevantes da pauta de exportações⁵ — foram destaques negativos na mesma, considerando o mesmo período, a variação acumulada de janeiro a outubro: máquinas e equipamentos decresceu em valor (-14,6%) e em volume exportados (-20,7%); fumo também sofreu retrocesso tanto em valor (-0,1%) quanto em volume (-11,8%); e calçados, que já vem enfrentando a concorrência asiática de outros anos, cresceu em valor (1,7%) e caiu em volume (-8,0%). Por outro lado, algumas atividades apresentaram desempenhos positivos na produção, a saber, bebidas (7,9%), alimentos (6,3%), borracha e plástico (5,0%), celulose, papel e produtos de papel (4,3%), veículos automotores (4,3%) e mobiliário (4,1%), que, entretanto, no seu conjunto, não contrabalançaram o efeito negativo dos segmentos acima citados.

Ainda considerando o setor industrial como um todo, convém fazer referência ao subsetor de eletricidade, gás e água, mais conhecido como serviços industriais de utilidade pública, que apresentou variação positiva (1,4%), acompanhando sua trajetória de crescimento sem oscilações acentuadas.

Entretanto o destaque positivo da indústria, impedindo que esta sofresse um declínio mais acentuado, foi o da construção civil, cuja expansão (6,6%) inverteu a tendência trilhada por essa atividade em anos recentes, em que se pode observar um desempenho pífio ou de taxas negativas na atividade. Esse significativo crescimento em 2006 acompanhou a *performance* da

⁴ Em 1999, ocorreu a flexibilização do câmbio, um marco importante na economia do País, pois foi rompida uma das premissas do Plano Real — a paridade fixa da moeda —, com reflexos importantes sobre as economias nacional e regionais. A taxa flutuante estimulou as exportações, o que implicou, no Estado, taxas de crescimento anuais menos oscilantes e superiores, em média, às da economia brasileira nos cinco anos seguintes.

⁵ Maiores detalhes sobre as exportações do Estado e do País podem ser buscadas no *site* da Instituição (www.fee.rs.gov.br), em Estatísticas FEE/Exportações.

construção civil nacional (5,0%) até o terceiro trimestre do ano (IBGE) e acena para um provável e continuado aquecimento da mesma no País e no Estado, para o qual estão sendo direcionados vultosos investimentos.

As razões principais desse fenômeno foram a queda das taxas de juros na economia e a minimização dos riscos no mercado imobiliário. A queda mais acentuada da taxa Selic⁶, a referência básica do custo financeiro, implicou uma ágil movimentação de capitais dos títulos do Governo para as bolsas de valores e para o mercado imobiliário. E, por outro lado, a vigência jurídica de uma série de normas e regras, que, no seu conjunto, constituem um marco regulatório para a construção civil, vem dando segurança aos negócios imobiliários. Portanto, dentro desse quadro, taxas de juros mais baixas e segurança institucional, o crédito imobiliário passou a ser amplamente ofertado pelos bancos comerciais e por outros agentes financeiros, tais como as securitizadoras de recebíveis, que passaram a descontar os títulos em carteira das empresas de construção civil com um perfil mais alongado, desonerando essas empresas e capitalizando-as.

Nesse cenário favorável à construção civil, outro fator importantíssimo de alavancagem dessa atividade são os fundos de pensão, especialmente os estrangeiros, com especial interesse no mercado imobiliário brasileiro. Além das razões referidas acima, esses fundos estão sendo atraídos também pelo preço médio baixo (US\$/m²) das aquisições no País. Isso pode explicar um movimento recente e visível de concentração de grandes construtoras brasileiras, com reflexos nos estados. Essas grandes empresas estão absorvendo outras menores, com abrangência regional, e abrindo o capital nas bolsas de valores, sustentadas pelos fundos estrangeiros e atraídas pelos recursos dos mesmos aplicados também no mercado acionário.

Essa oferta estimulada do setor da construção civil, além da absorção pelo grande capital de empreendimentos imobiliários maiores, deverá direcionar-se para uma nova fronteira, que tende a se firmar, a da moradia popular. Os projetos em edificações residenciais têm sido direcionados ao mercado de média e de alta renda, um nicho já relativamente saturado. A expansão do crédito imobiliário está em consonância com o discurso da Presidência da República de sustentar o crescimento futuro na construção civil, sendo que esta foi redireciona-

da para a área popular, na qual existe imenso déficit a ser preenchido. Na prática, o subsídio à prestação de moradias das populações de baixa renda deverá dar consistência ao discurso.

Por último, o setor serviços, com uma participação de 44,0% no VAB estadual em 2005, segundo dados preliminares, apresentou um crescimento de 2,2% em 2006, com destaque positivo para a maioria das atividades: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%). O primeiro é um segmento que refletiu bem o bom desempenho agrícola; o último citado, a administração pública, confirmou a sua linha de crescimento quase linear na série, refletindo a prestação dos serviços tradicionais do setor público, que não têm apresentado melhorias significativas; e o desempenho positivo do comércio pode ser creditado, principalmente, ao segmento atacadista e, particularmente, à comercialização de produtos agropecuários.

As possibilidades de crescimento do Estado para 2007 estão atreladas às do esforço nacional para o mesmo, mas, dadas as condições estruturais vigentes, o esforço produtivo deve situar-se não muito acima do atual patamar, conforme as projeções do IPEA para a economia brasileira (3,6%). No Estado, as probabilidades de crescimento têm sustentação, em parte, devido ao comportamento dos índices de produção física industrial (Pesq. Indust. Men., 2006) até novembro de 2006. Em setembro desse ano, considerando-se as variações acumuladas no ano, ocorreu uma suave inflexão na curva descendente dos índices. Contudo é ainda prematuro um prognóstico mais otimista, mesmo porque as previsões de safra de 2007 (Conab) apontam redução de área plantada. Então, tendo em vista a importante interação entre o desempenho da economia estadual e o do setor agropecuário, não é sem razão que, no projeto do novo Governo estadual, recentemente empossado, está um ambicioso plano de irrigação para o Estado na mesma ordem de importância que o saneamento das contas públicas.

⁶ Em 2006, a taxa de juros Selic, referencial do sistema financeiro, apresentou um declínio efetivo de quatro pontos percentuais. No último trimestre do ano anterior, a taxa média foi de 18,8%; no último de 2006, a média foi de 14%.

Tabela 1

Produto Interno Bruto, total e *per capita*, e suas taxas de crescimento no Brasil
e no Rio Grande do Sul — 1994-06

ANOS	RIO GRANDE DO SUL (1)				BRASIL			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	<i>Per capita</i> (R\$)	Total	<i>Per capita</i>	Total (R\$ milhões)	<i>Per capita</i> (R\$)	Total	<i>Per capita</i>
1994	31 129	3 298	5,2	4,1	349 205	2 232	5,9	4,2
1995	53 653	5 624	-5,0	-6,0	646 192	4 067	4,2	2,6
1996	63 263	6 564	0,5	-0,5	778 887	4 828	2,7	1,1
1997	69 221	7 006	6,1	3,5	870 743	5 317	3,3	1,7
1998	70 542	7 063	-0,5	-1,6	914 188	5 499	0,1	-1,4
1999	75 450	7 441	3,0	1,4	973 846	5 771	0,8	-0,7
2000	85 138	8 302	4,4	3,2	1 101 255	6 430	4,4	2,8
2001	94 084	9 071	3,1	1,9	1 198 736	6 896	1,3	-0,2
2002	104 451	9 958	1,1	-0,1	1 346 028	7 631	1,9	0,4
2003	128 040	12 071	4,8	3,6	1 556 182	8 694	0,5	-0,9
2004	142 874	13 320	3,4	2,2	1 766 620	9 729	4,9	3,4
2005	145 182	13 387	-5,2	-6,2	1 937 598	10 520	2,3	0,8
2006	155 971	14 227	2,7	1,6	-	-	-	-

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Estimativas preliminares para 2005 e 2006.

Tabela 2

Participação do PIB do RS no PIB do Brasil — 1995-05

ANOS	PARTICIPAÇÃO %
1995	8,30
1996	8,12
1997	7,95
1998	7,72
1999	7,75
2000	7,73
2001	7,85
2002	7,76
2003	8,23
2004	8,09
2005 (1)	7,49

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 3

Taxas de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do
Rio Grande do Sul e do Brasil — 2006

(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS	BRASIL	
		IBGE (1)	IPEA (2)
Agropecuária	19,9	2,5	3,0
Indústria	-1,3	2,7	3,2
Serviços	2,2	2,3	2,3
PIB	2,7	2,5	2,8

FONTE: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IPEA.

NOTA: Estimativas preliminares.

(1) Taxa acumulada até o terceiro trimestre. (2) Taxa projetada para o ano.

Tabela 4

Taxas de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do
Rio Grande do Sul — 2005-06

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Agropecuária	-17,5	19,9
Indústria	-4,8	-1,3
Indústria de transformação e extrativa mineral	-4,5	-2,3
Eletricidade, gás e água	0,5	1,4
Construção civil	-8,9	6,6
Serviços	-0,7	2,2
Comércio	-3,8	3,4
Alojamento e alimentação	1,2	-
Transportes e armazenagem	-8,4	4,7
Comunicações	3,1	-
Intermediação financeira	-5,5	-
Aluguéis	1,8	-
Administração pública	1,1	1,1
Saúde e educação mercantis	1,1	-
Outros serviços	7,9	-
Serviços domésticos	-1,3	-
VAB	-5,2	2,7
PIB	-5,2	2,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA 1. Considera-se a taxa do PIB igual à do VAB.

2. Estimativas preliminares.

Tabela 5

Taxas de crescimento do valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal no Rio Grande do Sul — 2005-06

(%)

ATIVIDADES	2005	2006
Agropecuária	-14,2	14,4
Lavoura	-23,0	27,2
Produção animal	0,4	1,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: Estimativas preliminares.

Tabela 6

Produção e variação anual dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2003-06

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)				VARIÇÃO %	
	2003	2004	2005	2006 (1)	2005	2006 (1)
Arroz	4 697 151	6 338 139	6 103 289	6 784 231	-3,7	11,2
Banana	114 685	95 340	108 187	118 120	13,5	9,2
Batata-inglesa	313 157	294 912	284 137	335 209	-3,7	18,0
Cana-de-açúcar	1 136 114	1 025 756	908 930	1 166 717	-11,4	28,4
Cebola	123 325	158 094	136 211	146 325	-13,8	7,4
Feijão	137 865	133 709	75 004	120 156	-43,9	60,2
Fumo	322 078	482 968	430 347	472 720	-10,9	9,8
Laranja	354 700	356 398	311 745	335 633	-12,5	7,7
Maçã	329 461	353 140	299 972	328 091	-15,1	9,4
Mandioca	1 315 223	1 234 546	1 129 500	1 296 582	-8,5	14,8
Milho	5 426 124	3 376 862	1 485 040	4 530 562	-56,0	205,1
Soja	9 579 297	5 541 714	2 444 540	7 559 288	-55,9	209,2
Trigo	2 395 557	2 061 410	1 389 731	720 347	-32,6	-48,2
Uva	489 015	696 599	611 868	623 847	-12,2	2,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 7

Área colhida e produtividade dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2005-06

PRODUTOS	2005		2006 (1)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida	Produtividade
Arroz	1 005 871	6,07	1 023 074	6,63	1,7	9,3
Banana	10 501	10,30	11 338	10,42	8,0	1,1
Batata-inglesa	23 612	12,03	24 143	13,88	2,2	15,4
Cana-de-açúcar	32 439	28,02	33 277	35,06	2,6	25,1
Cebola	10 581	12,87	10 894	13,43	3,0	4,4
Feijão	108 580	0,69	121 670	0,99	12,1	43,0
Fumo	241 730	1,78	243 065	1,94	0,6	9,2
Laranja	27 217	11,45	27 423	12,24	0,8	6,9
Maçã	14 966	20,04	15 260	21,50	2,0	7,3
Mandioca	87 051	12,98	87 370	14,84	0,4	14,4
Milho	965 586	1,54	1 403 218	3,23	45,3	109,9
Soja	3 733 822	0,65	3 863 726	1,96	3,5	198,8
Trigo	844 420	1,65	589 036	1,22	-30,2	-25,7
Uva	42 450	14,41	44 298	14,08	4,4	-2,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 8

Estrutura do VBP dos principais segmentos da pecuária no Rio Grande do Sul — 2000-05

(%)

ANOS	BOVINOS	SUÍNOS	OVINOS	AVES	LEITE	LÃ	MEL	OVOS
2000	33,1	27,1	2,6	18,8	12,9	1,3	0,7	3,5
2001	34,1	27,0	2,4	18,8	12,4	1,4	0,7	3,1
2002	34,2	23,9	2,4	21,4	12,6	1,7	0,6	3,2
2003	30,1	25,1	2,7	21,7	13,3	2,7	0,8	3,6
2004	27,6	29,4	2,6	20,5	13,1	2,2	0,8	3,8
2005	25,3	31,5	2,4	20,0	14,5	1,8	0,8	3,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Tabela 9

Taxas de crescimento da produção da indústria de transformação, por atividade,
do Rio Grande do Sul — 2004/06

(%)

ATIVIDADES	2004	2005	2006 (1)
Alimentos	-0,3	4,0	6,3
Bebidas	7,0	-0,2	7,9
Borracha e plástico	13,3	-7,2	5,0
Calçados e artigos de couro	0,7	-5,2	-8,3
Celulose, papel e produtos de papel	1,6	-1,2	4,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,5	2,0	-2,4
Fumo	26,8	-3,8	-7,8
Máquinas e equipamentos	16,8	-19,1	-17,8
Metalurgia básica	14,6	-2,9	-1,2
Mobiliário	12,1	-11,3	4,1
Outros produtos químicos (produtos químicos)	-0,6	-5,8	-0,7
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	8,7	-0,5	-11,4
Refino de petróleo e álcool	-6,2	6,3	-3,9
Veículos automotores	21,8	-2,4	4,3

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção regional. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2006.

(1) Taxa acumulada até outubro.

Anexo estatístico

Tabela A.1

Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALOR ADICIONADO BRUTO	SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA INDIRETAMENTE MEDIDOS (-)	IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS, LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS (+)	PRODUTO INTERNO BRUTO
1985	Cr\$ bilhão	99 055	7 195	10 363	102 222
1986	Cz\$ milhão	258 912	10 869	29 092	277 135
1987	Cz\$ milhão	861 819	69 616	78 207	870 410
1988	Cz\$ milhão	6 751 182	534 504	553 539	6 770 216
1989	NCz\$ milhão	107 774	11 299	6 919	103 395
1990	Cr\$ milhão	2 475 218	166 641	274 672	2 583 249
1991	Cr\$ milhão	12 307 260	774 125	1 301 003	12 834 137
1992	Cr\$ milhão	150 979 761	13 452 397	13 626 277	151 153 642
1993	CR\$ milhão	3 537 659	345 686	275 249	3 467 223
1994	R\$ milhão	30 190	1 849	2 788	31 129
1995	R\$ milhão	50 803	2 140	4 990	53 653
1996	R\$ milhão	59 786	2 010	5 487	63 263
1997	R\$ milhão	65 323	1 983	5 882	69 221
1998	R\$ milhão	67 133	2 467	5 876	70 542
1999	R\$ milhão	71 341	2 485	6 595	75 450
2000	R\$ milhão	79 767	2 325	7 695	85 138
2001	R\$ milhão	88 025	2 930	8 990	94 084
2002	R\$ milhão	99 878	5 186	9 759	104 451
2003	R\$ milhão	121 001	4 430	11 469	128 040
2004	R\$ milhão	135 454	4 627	12 047	142 874
2005 (1)	R\$ milhão	137 642	-	-	145 182
2006 (1)	R\$ milhão	147 871	-	-	155 971

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.2

Valor Adicionado Bruto a preço básico corrente, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(R\$ milhão)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12 739	14 780	22 609	22 134	15 836
Indústria	35 201	39 634	48 798	57 785	61 272
Indústria extrativa mineral	88	100	135	183	193
Indústria de transformação	28 578	32 571	40 882	48 922	51 793
Eletricidade, gás e água	1 759	1 978	2 188	2 500	3 229
Construção civil	4 776	4 985	5 593	6 180	6 056
Serviços	40 085	45 464	49 593	55 535	60 534
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8 311	8 942	11 086	12 073	12 654
Alojamento e alimentação	1 013	1 064	1 210	1 340	1 429
Transportes e armazenagem	1 427	1 619	1 930	2 090	2 116
Comunicações	1 763	2 009	1 972	2 213	2 453
Intermediação financeira	3 677	6 222	5 652	6 469	6 550
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	9 744	10 120	10 261	10 947	12 006
Administração pública, defesa e seguridade social	10 759	11 975	13 506	15 952	18 411
Saúde e educação mercantis	1 924	1 953	2 193	2 511	2 681
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1 032	1 075	1 237	1 364	1 591
Serviços domésticos	434	485	547	575	642
TOTAL	88 025	99 878	121 001	135 454	137 642

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.3

Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(%)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	14,47	14,80	18,69	16,34	11,51
Indústria	39,99	39,68	40,33	42,66	44,52
Indústria extrativa mineral	0,10	0,10	0,11	0,13	0,14
Indústria de transformação	32,47	32,61	33,79	36,12	37,63
Eletricidade, gás e água	2,00	1,98	1,81	1,85	2,35
Construção civil	5,43	4,99	4,62	4,56	4,40
Serviços	45,54	45,52	40,99	41,00	43,98
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	9,44	8,95	9,16	8,91	9,19
Alojamento e alimentação	1,15	1,07	1,00	0,99	1,04
Transportes e armazenagem	1,62	1,62	1,60	1,54	1,54
Comunicações	2,00	2,01	1,63	1,63	1,78
Intermediação financeira	4,18	6,23	4,67	4,78	4,76
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,07	10,13	8,48	8,08	8,72
Administração pública, defesa e seguridade social	12,22	11,99	11,16	11,78	13,38
Saúde e educação mercantis	2,19	1,96	1,81	1,85	1,95
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,17	1,08	1,02	1,01	1,16
Serviços domésticos	0,49	0,49	0,45	0,42	0,47
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.4

Índice de volume do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	129,62	126,50	153,14	148,16	122,23
Indústria	106,34	109,31	111,76	118,94	113,24
Indústria extrativa mineral	148,94	152,35	183,27	192,65	183,91
Indústria de transformação	101,44	105,12	107,72	115,79	110,54
Eletricidade, gás e água	131,61	134,28	135,83	139,64	140,28
Construção civil	134,35	131,73	132,87	132,90	121,04
Serviços	113,01	114,13	115,49	119,09	118,22
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	101,67	101,32	101,62	104,88	100,87
Alojamento e alimentação	114,52	115,60	120,16	130,32	131,93
Transportes e armazenagem	131,01	128,88	127,86	132,64	121,48
Comunicações	285,38	302,48	316,03	344,37	354,89
Intermediação financeira	113,74	115,50	120,39	124,90	118,01
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	118,72	119,45	120,19	125,21	127,44
Administração pública, defesa e seguridade social	107,71	108,92	110,15	111,39	112,62
Saúde e educação mercantis	108,86	110,09	111,33	112,58	113,84
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	115,55	123,24	114,65	118,18	127,57
Serviços domésticos	105,33	106,53	104,20	101,38	100,09
VAB	111,60	112,96	118,10	121,95	115,60
PIB	111,56	112,76	118,16	122,12	115,76

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

NOTA: Os dados têm como base 1994 = 100.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.5

Taxa de crescimento do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

(%)

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12,4	-2,4	21,1	-3,3	-17,5
Indústria	1,5	2,8	2,2	6,4	-4,8
Indústria extrativa mineral	-14,0	2,3	20,3	5,1	-4,5
Indústria de transformação	2,0	3,6	2,5	7,5	-4,5
Eletricidade, gás e água	-1,1	2,0	1,1	2,8	0,5
Construção civil	0,0	-1,9	0,9	0,0	-8,9
Serviços	2,0	1,0	1,2	3,1	-0,7
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	0,7	-0,3	0,3	3,2	-3,8
Alojamento e alimentação	0,5	0,9	3,9	8,5	1,2
Transportes e armazenagem	5,5	-1,6	-0,8	3,7	-8,4
Comunicações	15,8	6,0	4,5	9,0	3,1
Intermediação financeira	2,9	1,5	4,2	3,7	-5,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1,3	0,6	0,6	4,2	1,8
Administração pública, defesa e seguridade social	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Saúde e educação mercantis	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,8	6,7	-7,0	3,1	7,9
Serviços domésticos	2,8	1,1	-2,2	-2,7	-1,3
VAB	3,0	1,2	4,6	3,3	-5,2
PIB	3,1	1,1	4,8	3,4	-5,2

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.6

Deflator implícito do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2001-05

SETORES	2001	2002	2003	2004	2005 (1)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	226,57	269,35	340,36	344,41	298,69
Indústria	246,71	270,25	325,42	362,10	403,27
Indústria extrativa mineral	262,78	292,41	327,65	421,45	467,39
Indústria de transformação	246,71	271,35	332,37	370,01	410,34
Eletricidade, gás e água	272,39	300,27	328,31	364,97	469,26
Construção civil	239,33	254,73	283,38	313,06	336,82
Serviços	285,25	320,35	345,32	375,01	411,79
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	286,66	309,48	382,56	403,65	439,88
Alojamento e alimentação	266,16	276,89	303,07	309,45	325,79
Transportes e armazenagem	182,95	211,02	253,53	264,67	292,62
Comunicações	289,79	311,47	292,71	301,41	324,21
Intermediação financeira	157,61	262,65	228,89	252,55	270,65
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	448,45	462,88	66,41	477,67	514,75
Administração pública, defesa e seguridade social	283,63	312,14	348,12	406,63	464,16
Saúde e educação mercantis	253,40	254,30	282,33	319,78	337,53
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	399,08	389,61	481,89	515,64	557,05
Serviços domésticos	350,17	387,51	446,71	482,29	545,75
VAB	261,27	292,88	339,38	367,92	394,40
PIB	270,93	297,57	348,10	375,83	402,88

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

NOTA: Os dados tem como base 1994 = 100.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela A.7

Produto Interno Bruto e deflator implícito do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALORES CORRENTES	ÍNDICE (1)	VARIAÇÃO DO ÍNDICE (%)	DEFLATOR (1)	VARIAÇÃO DO DEFLATOR (%)
1985	Cr\$ bilhão	102 222	77,98	-	1,5E-07	-
1986	Cz\$ milhão	277 135	81,69	4,7	4,0E-07	158,8
1987	Cz\$ milhão	870 410	85,01	4,1	1,2E-06	201,8
1988	Cz\$ milhão	6 770 216	83,96	-1,2	9,4E-06	687,6
1989	NCz\$ milhão	103 395	86,77	3,4	1,4E-04	1 377,6
1990	Cr\$ milhão	2 583 249	81,02	-6,6	3,7E-03	2 576,0
1991	Cr\$ milhão	12 834 137	79,24	-2,2	1,9E-02	408,0
1992	Cr\$ milhão	151 153 642	85,81	8,3	2,1E-01	987,5
1993	CR\$ milhão	3 467 223	95,06	10,8	4,3E+00	1 970,6
1994	R\$ milhão	31 129	100,00	5,2	100,00	2 247,1
1995	R\$ milhão	53 653	94,99	-5,0	181,44	81,4
1996	R\$ milhão	63 263	95,44	0,5	212,94	17,4
1997	R\$ milhão	69 221	101,22	6,1	219,68	3,2
1998	R\$ milhão	70 542	100,69	-0,5	225,06	2,5
1999	R\$ milhão	75 450	103,71	3,0	233,72	3,8
2000	R\$ milhão	85 138	108,25	4,4	252,66	8,1
2001	R\$ milhão	94 084	111,56	3,1	270,93	7,2
2002	R\$ milhão	104 451	112,76	1,1	297,57	9,8
2003	R\$ milhão	128 040	118,16	4,8	348,10	17,0
2004	R\$ milhão	142 874	122,12	3,4	375,83	8,0
2005 (2)	R\$ milhão	145 182	115,76	-5,2	402,88	7,2
2006 (2)	R\$ milhão	155 971	118,87	2,7	421,50	4,6

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Base: 1994 = 100. (2) Estimativas preliminares.

Tabela A.8

Produto Interno Bruto *per capita* do Rio Grande do Sul — 1985-06

ANOS	UNIDADES MONETÁRIAS	VALORES CORRENTES	ÍNDICE (1)	VARIAÇÃO (%)
1985	Cr\$	12 198 784	87,85	-
1986	Cz\$	32 567	90,61	3,1
1987	Cz\$	100 745	92,88	2,5
1988	Cz\$	772 191	90,39	-2,7
1989	NCz\$	11 627	92,11	1,9
1990	Cr\$	286 474	84,81	-7,9
1991	Cr\$	1 404 377	81,84	-3,5
1992	Cr\$	16 360 746	87,68	7,1
1993	CR\$	371 266	96,09	9,6
1994	R\$	3 298	100,00	4,1
1995	R\$	5 624	93,98	-6,0
1996	R\$	6 564	93,47	-0,5
1997	R\$	7 006	96,71	3,5
1998	R\$	7 063	95,16	-1,6
1999	R\$	7 441	96,54	1,4
2000	R\$	8 302	99,63	3,2
2001	R\$	9 071	101,53	1,9
2002	R\$	9 958	101,48	-0,1
2003	R\$	12 071	105,15	3,6
2004	R\$	13 320	107,47	2,2
2005 (2)	R\$	13 387	100,76	-6,2
2006 (2)	R\$	14 227	102,35	1,6

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Base: 1994 = 100. (2) Estimativas preliminares.

Referências

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília, IPEA, n. 75, dez. 2006.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2004**. Rio de Janeiro, 2006.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção regional. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2006.

Política econômica

O crescimento e os (maus) conselheiros do Presidente*

Luiz Augusto E. Faria**

*Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE)
e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS*

“Será possível domesticar (ou domar) o capital financeiro minimamente, de modo que se torne disponível para, mais do que minorar a miséria caritativamente, alavancar a riqueza social em âmbitos locais, regionais e nacionais?”

(Tauile, 2001)

Causa de boa parte das perdições de almas humanas, o deixar-se guiar por maus conselheiros é falha notadamente grave dos governantes, e cujas conseqüências, em geral, se fazem sentir no sofrimento de seus povos. O Presidente Lula foi, em seu primeiro mandato, useiro em dar ouvidos a maus conselhos, principalmente de assessores econômicos enquistados na Fazenda e no Banco Central. Isso para não se mencionar as pouco ortodoxas manobras político-financeiras da direção do PT e daqueles que ele mesmo apelidou “aloprados”.

Assustado com uma inflação que fechara 2002 em 12,53%, com a fuga de capitais que levara a cotação do dólar a R\$ 4,00 e com a subida do indicador de Risco-País, Lula acatou a recomendação de orientar sua política econômica pela prioridade de alcançar uma drástica e rápida redução do índice de preços e voltar a atrair capitais externos. Tal orientação ainda prometia resolver seu maior problema político de então, vencer a desconfiança das oligarquias tradicionais, dos empresários e dos capitalistas em relação aos desígnios de seu governo de base popular pela demonstração de responsabilidade na busca dos ditos “bons fundamentos econômicos”.

Os resultados foram tão impressionantes que, ao final de 2006, o IPCA se havia reduzido a cerca de uma quarta parte do valor de 2002, 3,14%, ficando bem abaixo do centro da meta estabelecida para o ano; o dólar caiu continuamente no período, chegando ao final do ano cotado a pouco mais de R\$ 2,13; enquanto o Risco-País atingiu o menor índice da história, 192 pontos. Tal feito resultou de uma ação obstinada dos gestores da economia, que perseguiram suas metas de estabilidade. Os homens escolhidos pelo Presidente — e por ele sempre prestigiados, não tolerando reproches e afastando todos os seus críticos mais contundentes dos quadros do Governo, postura reiterada emblematicamente no episódio da demissão de Carlos Lessa do BNDES — determinaram a linha de seu governo no primeiro mandato. As decisões tomadas pela esfera econômica acabaram por eleger quais políticas poderiam ser levadas em frente pelo restante do Governo, em que ritmo e com que grau de aprofundamento, face aos limites definidos pela execução orçamentária, inflexivelmente controlada pelo Tesouro Nacional através de cortes sistemáticos das despesas previstas na lei.

Apoiados por Lula, Fazenda e Banco Central seguiram uma linha ortodoxa, fundamentada nas crenças exaladas da teoria econômica neoclássica e de seu juízo bizarro acerca da racionalidade da conduta humana. Essa maneira de pensar, tão difundida entre os economistas, não é capaz de perceber a dinâmica econômica como resultante das ações de homens e mulheres impulsionados por suas paixões e interesses e condicionados pelas relações sociais em que estão envolvidos, com

* Este trabalho é dedicado à memória de José Ricardo Tauile, generosa alma carioca, mestre e parceiro intelectual, que nunca perdeu a esperança na construção de um Brasil mais justo e solidário.

Artigo recebido em 24 jan. 2006.

** E-mail: faria@fee.tche.br

todas as limitações de suas circunstâncias. Diferentemente, tudo resultaria de um frio cálculo de custo e benefício a respeito das expectativas sobre os resultados futuros de seus atos e do ambiente em que eles ocorreriam. Cálculo este não sujeito a qualquer possibilidade de erro, por resultar do pleno uso de sua omnisciente racionalidade, pois, por definição, os indivíduos sempre fazem a melhor escolha.¹ Por essa razão, a única tarefa dos gestores macroeconômicos seria neutralizar todas as más influências sobre o ambiente de negócios, de acordo com o juízo que os próprios homens de negócio têm de quais seriam essas más influências. Daí os objetivos de inflação mínima, câmbio baixo e austeridade fiscal e monetária. Essa visão dos problemas econômicos nacionais predominou por todo o quadriênio, sem solução de continuidade, mesmo após a queda de Antônio Palocci, envolvido no crime de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

A contrapartida dessa opção, entretanto, para além do desgaste político decorrente da decepção que tomou conta dos apoiadores do PT e dos militantes dos movimentos sociais ante o continuísmo na área econômica, cobrou o preço elevado da persistência de índices de crescimento pífios. Não fora a continuidade do aumento da carga fiscal, que permitiu a ampliação dos benefícios da Previdência vinculados ao salário-mínimo e a alocação de maiores gastos nas políticas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, dificilmente o Governo alcançaria tão bom desempenho eleitoral. Basta lembrar as derrotas do PT em 2004, quando as políticas sociais ainda não haviam alcançado uma abrangência mais massiva.

Este texto discute brevemente a política econômica desses quatro anos, questionando alguns de seus fundamentos e avaliando seus resultados. Para tanto, é uma análise da abordagem que informa as interpretações correntes a respeito da adequação das decisões na área econômica. Nessa análise, alguns fatos estilizados do período são apresentados, como forma de dar suporte empírico aos argumentos. Essa abordagem é aqui chamada de economicista, está baseada nas convicções neoclássicas e tem como instrumento de aferição do

mérito dessas ações sua conformação a uma expectativa de equilíbrio e harmonia do mercado auto-regulável. Sua crítica parte de uma perspectiva histórica ou socioeconômica que supõe não existirem fenômenos econômicos isolados das outras determinações da vida social, da esfera da política, da Antropologia e da Sociologia. As contradições e antagonismos são inerentes à sociabilidade e perpassam os fatos econômicos, que, antes de atenderem a leis abstratas de equilíbrio, resultam das pressões oriundas dos designios e dos interesses contraditórios dos diferentes atores, que, na proporção de seu poder individual e coletivo, condicionam opções e selecionam as alternativas que se implementam como políticas públicas e decisões privadas.

Uma primeira parte do artigo analisa os três pilares da política econômica desde 1999 — câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação —, mostrando como eles são deduções mecânicas da interpretação ortodoxa do funcionamento da economia. A segunda parte aborda o papel das expectativas que se formam a partir de convenções compartilhadas pela maior parte dos agentes econômicos e que se tornam orientações balizadoras das decisões das autoridades monetárias, fazendo da política econômica uma prisioneira de um sistema tautológico, que confunde efeitos e causas dos fenômenos sobre os quais a política deveria atuar. Ao final, são apresentadas as perspectivas para o crescimento, eleito prioridade no novo mandato presidencial, na medida em que os condicionantes da política econômica permanecem inalterados.

1 A abordagem economicista

A abordagem economicista apóia-se em uma ideologia voltada à promoção do que Karl Polanyi (2000) chamou de “utopia do mercado auto-regulável”, uma tentativa de construir uma ordem social cujos padrões de convivência no campo do trabalho, da produção e do consumo, assim como de tudo o mais que lhe esteja relacionado, seriam regulados pela instituição mercantil. Percebendo como o *modus operandi* da relação mercantil é inerentemente contraditório e, pior, dirige a vida econômica de forma absolutamente alienada das necessidades sociais, Polanyi criou a figura do moinho satânico, para representar o mercado auto-regulável, que, em seu desenvolvimento, acabaria por triturar a sociedade sob o peso de sua mó. A subordinação da

¹ Nesse comportamento, os indivíduos seriam sempre guiados pela busca de maximização de resultados. Na verdade, a idéia de maximização, de grande utilidade à Engenharia e a outras ciências, foi introduzida na Economia pelo fascínio que a nova descoberta do cálculo causou na comunidade científica do século XIX. Entretanto significa uma visão contrária à realidade da natureza humana, para a qual a satisfação dos desejos, salvo nos casos patológicos, não pode obedecer a critérios quantitativos.

atividade econômica às normas da relação mercantil implica um descompromisso com a subsistência dos membros da sociedade. De acordo com Polanyi, a sobrevivência dos membros de uma sociedade só pode ser garantida pela obediência aos princípios da reciprocidade e da redistribuição, presidindo atividades da cooperação, organizadas de forma simétrica e centralizada. Em termos marxistas, seria o primado do valor de uso numa ordem econômica planejada para a satisfação das necessidades sociais. Ora, isso é o oposto da competição egoísta que dirige o funcionamento assimétrico e descentralizado do mercado. Por isso, a auto-regulação é uma utopia, pois a soberania do mercado é impossível. A sobrevivência da sociedade exige a intervenção do Estado, da esfera da política, para conter as relações mercantis dentro de limites toleráveis pela sociedade e criar instituições asseguradoras da proteção social e da sobrevivência dos derrotados e dos excluídos pela competição. Do contrário, toda sociabilidade se perderia num pântano de miséria e sofrimento, lição aprendida por Polanyi, quando estudou o papel dos monarcas britânicos, ao instituírem as leis que protegeram a população empobrecida pelos infortúnios decorrentes do desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XVI e XVIII.²

Infensos a essa crítica, os adeptos da abordagem economicista defendem como objetivo da intervenção estatal justamente a promoção do funcionamento desregulado do mercado. O Estado deve garantir a liberdade de concorrência; a segurança jurídica — fundamentalmente o direito de propriedade e a estabilidade dos contratos —; e a previsibilidade dos agentes econômicos, isto é, que as autoridades ajam exatamente como a opinião dos atores mais proeminentes no mercado espera que ajam. Num ambiente assim, a iniciativa privada sentir-se-ia estimulada a investir, fazendo o País crescer. Para essa crença, o desenvolvimento resultaria do estímulo ao investimento, representado pela maximização da liberdade à decisão empresarial, mormente dos estrangeiros.

² A proteção à pobreza foi extinta com a edição da **Emenda à Lei dos Pobres**, em 1834, para voltar, poucas décadas depois, então, na forma das diversas instituições que vieram a dar contorno ao Estado de Bem-Estar Social no século XX. Seu objetivo foi compensar os efeitos do desemprego, da pobreza, do abandono de velhos e crianças e da concentração da renda e da riqueza resultantes do desenvolvimento das relações mercantis.

1.1 A tríade nefasta

O arranjo institucional dentro do qual se desenvolve a política econômica hoje, e que tem no regime de metas de inflação sua coluna vertebral, plasma esse ponto de vista. Com base na **Pesquisa de Expectativas de Mercado**, através da qual um grupo de cerca de 90 bancos e empresas de consultoria informa ao Banco Central suas previsões sobre o comportamento das principais variáveis a influenciarem o desempenho da economia nacional, a Diretoria do Banco, reunida sob a forma do Comitê de Política Monetária (Copom), toma suas decisões para o cumprimento da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)³ para o período, a mais importante das quais é a fixação da taxa de juros Selic (BACEN, 2007).

Sob a bandeira da previsibilidade, o arranjo institucional das metas de inflação é um sistema tautológico em que os agentes passivos da política monetária, bancos e empresas, acabam por definir não apenas os objetivos, mas também as medidas que deverão ser adotadas por aqueles que precisariam ser os agentes ativos dessa política, as autoridades monetárias do País. Mais ainda, forjou-se entre esses agentes uma convicção de que o Governo deve expiar as culpas de um passado em que, supostamente, desdenhou a credibilidade, adotando medidas consideradas heterodoxas ou populistas, o que cobra a necessidade de reconstruí-la.⁴ O resultado disso transmuta a previsibilidade em um continuísmo interminável, em busca de uma credibilidade sempre distante e inatingível, necessitando-se, reiteradamente, de novas provas de fidelidade à ortodoxia, de responsabilidade fiscal e de austeridade monetária.

O continuísmo interminável e a credibilidade inatingível plasmaram a tríade nefasta da política econômica — o câmbio flutuante e apreciado, o elevado superávit primário e as metas de inflação ambiciosamente baixas —, responsável pelo ambiente macroeconômico estagnacionista, que reduz o investimento público e

³ A definição da meta pelo CMN, cuja composição é restrita ao Presidente do Banco Central e aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, embora de maneira informal, também leva em consideração as expectativas de mercado no que diz respeito a qual seria a taxa de inflação desejável.

⁴ Seria de todo interessante uma análise psicanalítica do discurso dos economistas ortodoxos, sempre com referências à necessidade de dor e sofrimento para se atingir um estado de cura para os males da economia. Ao preço de que terríveis pecados se fez o desenvolvimento do País, que geram tanto remorso?

desestimula o privado. Tal arranjo de política econômica implica uma subordinação de todas as políticas públicas à política monetária, decidida pelo Banco Central na forma tautológica referida e com independência total em relação ao restante do Governo. A decisão da taxa de juros acaba sendo precedente e obrigando a Fazenda a cortar gastos, para compensar o custo dos juros sobre a dívida pública e cumprir a meta de superávit primário, com grave efeito sobre as ações de Governo, principalmente sobre aquelas que dependem de investimento ou gastos de custeio mais flexíveis, como a manutenção de estradas e prédios públicos por exemplo.

1.1.1 Câmbio flutuante

O primeiro dos pilares dessa tríade é o câmbio flutuante com o máximo de liberdade para o movimento de capitais além fronteiras. A adoção desse regime é tributária das expectativas de que o mercado de divisas, o comércio de moeda estrangeira, é capaz de produzir um resultado de equilíbrio⁵ e de que esse seria o nível de câmbio mais adequado ao País. É um duplo equívoco. Mercados financeiros como o mercado cambial, mais do que quaisquer outros, não produzem equilíbrio, por não permitirem que os agentes que neles atuam tomem suas decisões com base em algum tipo de cálculo econômico sobre os ganhos esperados de uma operação de compra ou venda, cálculo este que informaria as decisões, por exemplo, nos mercados de produtos, causadoras de sua relativa estabilidade. Como demonstraram Aglietta e Orléan (2002), o comportamento de melhor resultado nesse tipo de mercado é o mimetismo. Compra-se o que está sendo comprado, se não, deixa-se de ganhar, e vende-se quando estão vendendo, se não, perde-se. Por essa razão, os preços dos ativos financeiros sempre estão em trajetória rumo à superavaliação ou à depreciação (*overshooting*), daí as recorrentes crises e fortes oscilações que são o dia-a-dia desses mercados voláteis e permanentemente instáveis.⁶

O que se quer é chamar a atenção para o resultado mais negativo da combinação câmbio flutuante e livre movimentação de capitais: o fato de a taxa de câmbio passar a ser determinada pelo mercado financeiro, podendo dar origem a processos de valorização ou

desvalorização prejudiciais ao comércio exterior, principalmente às exportações. Para piorar essa circunstância, as decisões das autoridades monetárias, no quadriênio encerrado, buscaram flexibilizar ainda mais os fluxos de capitais, inclusive com a introdução de normas sobre a convertibilidade das divisas angariadas pelos exportadores, que possibilitaram a estes se comportarem como especuladores, compensando as perdas em suas receitas comerciais causadas pela valorização do real com ganhos financeiros.

1.1.2 Superávit primário

O segundo pilar da política econômica responde pelo apelido de responsabilidade fiscal, termo consagrado para descrever a mais fundamental virtude de um governante. Essa expressão quer significar, antes de um especial zelo no trato das finanças públicas do ponto de vista da legalidade e da eficiência, algo muito mais específico, o cuidado com solvabilidade da dívida do Estado e com os interesses dos seus credores. A expressão maior dessa ideologia é a Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja referência sempre vem acompanhada de elogios por parte dos condutores da política econômica, dos chamados formadores de opinião na imprensa, assim como de quase todas as autoridades do Executivo ou do Legislativo no País. Ora, o que essa lei prevê, além de um sem-número de regras sistematizadas sobre as finanças públicas, boa parte das quais redundantes ou, pior, causadoras de limitações e de graves prejuízos operacionais às políticas públicas, como a fixação de limites para gasto com pessoal, é um privilégio descabido de precedência no acesso aos recursos do erário para os credores da dívida mobiliária, justamente aquela que não decorre de nenhuma ação concreta do Estado, como no caso dos créditos de fornecedores, mas apenas do financiamento de déficits passados.

Sua tradução prática é a definição de metas de superávit primário, o maior possível, para assegurar confiabilidade aos detentores de títulos da dívida mobiliária.⁷ Num ambiente em que a dívida pública tem

⁵ Isso é o que os economistas chamam de mercado eficiente.

⁶ Não por acaso, os modelos que tentam, de alguma forma, representar esses fenômenos e conseguem ser mais bem-sucedidos trabalham com as ferramentas matemáticas das teorias do caos e da complexidade (Gleiser, 2002).

⁷ Cabe lembrar-se a ocorrência de um movimento anterior, iniciado ainda nos anos 80, que praticamente extinguiu a dívida por empréstimo e converteu-a toda em títulos. Tal movimento fez parte do processo de globalização financeira então iniciado, que tem como grande beneficiário o capital dinheiro, o qual, dessa forma, fica desvinculado de contratos e pode usufruir de grande mobilidade, convertendo aplicações do Brasil em qualquer outro título, em qualquer outro lugar e a qualquer hora.

custo muito alto em razão da política monetária, que mantém a taxa de juros, há mais de 10 anos, num patamar muito elevado, em que seus papéis gozam de grande liquidez e giram em prazo muito curto,⁸ a necessidade de financiamento cobra um esforço gigantesco de contenção de outros gastos públicos, para evitar que a dívida siga a trajetória de crescimento explosivo que caracterizou o decênio de fins de 1994 ao início de 2004, quando subiu de 30,4% para 58,6% do PIB. Apenas em 2005 e 2006, com um relativo alívio na política monetária, traduzido na redução da taxa de juros, a razão dívida pública/PIB assumiu uma trajetória declinante, para 51,7% e 49,3% ao final daqueles anos, respectivamente.

O resultado foi o virtual desaparecimento dos investimentos do setor público, uma compressão muito grande dos investimentos das empresas estatais e uma também grande compressão dos gastos correntes de custeio e manutenção da administração, com os conhecidos efeitos sobre a infra-estrutura da economia brasileira, que se converteram em um gargalo para o desenvolvimento. O superávit primário, crescente desde 2003, atingiu 4,59% do PIB em 2004, 4,83% em 2005 e, até outubro de 2006, retirou de circulação 5,32% da renda da economia brasileira (B. Bco. Cent. Br, 2006).

1.1.3 As metas de inflação

O terceiro elemento do tripé da política econômica são as metas de inflação. Ao definir como único objetivo da política monetária o controle da inflação, o regime brasileiro em vigor produz resultado semelhante ao que ocorre com esse sistema em outros lugares, baixo crescimento econômico. Isto porque, em economias com grande mercado interno, o crescimento é particularmente sensível aos efeitos de uma política monetária inibidora da demanda efetiva, que resulta de uma meta de inflação ambiciosa. É o caso, por exemplo, da zona do euro.

O ambiente macroeconômico anticrescimento é agravado pela combinação entre política monetária e política fiscal. Embora haja déficit público, este não tem

efeito positivo sobre a demanda efetiva, como ocorre nos EUA, por exemplo.⁹ Ao contrário, no caso brasileiro, funciona como mais um fator recessivo, pois o déficit, em verdade, corresponde a pagamento de juros e à amortização sobre a dívida pública, que têm como resultado, quase exclusivamente, aumentar o patrimônio das famílias mais ricas do País. Somente uma fração insignificante desses recursos se soma ao fluxo de renda da economia. Além do mais, esse patrimônio permanece, em larga medida, ocioso, apenas crescendo em seu valor por conta das transferências do Governo, sendo uma das razões para a taxa de investimento da economia não ultrapassar o limiar de 20% do PIB, quando, para se atingirem os almejados 5% de crescimento ao ano, seriam necessários, pelo menos, 24%.

2 Convenções e expectativas

Perceber os equívocos dos maus conselheiros é especialmente difícil, quando seu discurso parece coincidente com convicções muito arraigadas entre os que são tidos como autoridades no assunto em pauta, e, mais ainda, quando o assunto não se apresenta como decorrente das paixões e dos interesses de quem esteja envolvido, mas apenas como necessidades objetivas de uma administração pública eficiente. Nesse quesito, os economistas são particularmente insidiosos, ao apresentarem suas posições como oriundas de avaliações puramente técnicas e de verdades científicas.

Entretanto, há mais de 100 anos e por fora da corrente principal do pensamento econômico, alguns dos maiores pensadores da história da ciência se dedicaram ao estudo da relação entre a economia e as instituições, a exemplo de Thorsten Veblen, para citar apenas um. Nessas análises, as crenças oriundas de motivações e conveniências dos agentes econômicos associam-se a valores morais, para presidir seu comportamento. Esse comportamento assume, via de regra, a forma de rotinas e hábitos cotidianos, desenvolvidos dentro dos limites

⁸ Apesar do esforço de melhorar seu perfil, que já produziu algum resultado, apenas 10,4% do total tinham, em dezembro de 2006, prazo superior a cinco anos. A taxa Selic permaneceu definindo a remuneração de 37,8% da dívida, seguindo-se os títulos pré-fixados com 36,1%. Essa composição era de 60,8% para a Selic, 22,4% para o câmbio e apenas 2,2% para a pré-fixada em 2002. A elevação da participação da parcela pré-fixada foi feita mediante uma redução do prazo médio, que era de 33 meses à época da crise de 2002, tendo-se reduzido um pouco, para 31 meses, em 2006. De qualquer forma, a parcela pré-fixada tem embutida a expectativa para a Selic no futuro (Brasil, 2007).

⁹ Para se ter um efeito positivo sobre a renda, deveria haver déficit no conceito primário, no qual o excesso de gasto sobre a receita representaria aumento da demanda efetiva. Isto porque, dada a propensão a não gastar da quase-totalidade daqueles que recebem o fluxo do déficit nominal, na forma de juros e amortização da dívida, esse déficit se transforma em simples destruição de dinheiro, que se converte em aumento patrimonial dos credores do Estado.

definidos pelas estruturas da ordem social. As decisões, aparentemente individuais, na verdade são tomadas à luz de convenções de comportamento que refletem a ideologia de cada época histórica, às vezes de conjunturas específicas. Nessa construção, se a racionalidade tem lugar, não é tudo e, ainda mais, muda constantemente seus critérios, combinando-se com motivações originárias do inconsciente e dos instintos (Boyer, 2004).

O que, para muitos, foi a idade da razão na Economia — a década de 90, quando a ideologia do mercado auto-regulável se tornou hegemônica no Brasil —, no ponto de vista defendido neste texto, foi um desses momentos em que se plasmaram algumas novas convenções, coerentes com esses valores liberais, que passaram a presidir as escolhas dos atores públicos e privados com maior capacidade de influenciar os rumos da sociedade. As novas idéias fizeram-se acompanhar por algumas mudanças estruturais e institucionais condicionantes e selecionadoras das escolhas políticas de então em diante. Por meio desse movimento, o domínio do capital dinheiro sobre o País, que se fizera a partir do exterior até então, através da pressão da dívida externa, foi internalizado, plasmando-se nas próprias normas reguladoras que dirigem a economia brasileira até o presente.

Esse processo foi acompanhado de um movimento totalitário inspirado na ex-Primeira-Ministra britânica Margareth Thatcher, que cunhou a sigla TINA (*There is no alternative!*), emblema do pensamento único neoliberal. Esse movimento sempre combateu virulentamente quaisquer críticas vindas de outra perspectiva científica ou ideológica, qualificando-as com os epítetos infamantes de populistas ou atrasadas.¹⁰

A internalização do domínio do capital financeiro operou uma mudança nos interesses econômicos dominantes, um verdadeiro rearranjo do bloco no poder, com um deslocamento dos interesses da produção, especialmente da indústria, a uma posição subalterna. Levando-se em conta as privatizações e as mudanças de marco regulatório para os serviços públicos, provocadoras de uma redução substancial do capital estatal, percebe-se o quão longe chegaram essas

transformações. Se, como ensinou Marx, as idéias são reflexo das condições materiais, compreende-se a função de árbitros da condução da política econômica conquistada pelos economistas que trabalham no mercado financeiro, não apenas com suas opiniões sempre presentes na imprensa, mas, pior, consultados com exclusividade pelo Banco Central na **Pesquisa Focus**.¹¹

2.1 Dívida pública e taxa de juros

As três convenções que ora presidem a política econômica nacional tiveram origem justamente nas convicções desses operadores do mercado financeiro. A primeira delas entende que os juros elevados são causados pelo déficit público. O corolário disso é que o saneamento das finanças públicas é pré-requisito para a prática de juros moderados. Essa convenção nega outra anterior, que via, nos juros moderados, justamente um valor *per se*, plasmada por décadas inclusive no texto constitucional, até ser objeto de emenda supressiva desse princípio, promovida pelo Governo Lula.

O que é pior, no entanto, é que essa convenção inverte a causalidade material entre déficit e juros. São os juros elevados que fazem crescer os custos da dívida pública, causando déficits. O crescimento da dívida pública recente foi um resultado da decisão do Banco Central de elevar a taxa Selic, para, ao atrair capitais externos, valorizar a taxa de câmbio e, assim, reduzir a inflação. Como decorrência dessa inversão, a Fazenda e, portanto, todo o Governo ficaram prisioneiros das decisões do Copom, submetidos a um regime de contenção de investimentos e gastos, com efeitos nocivos sobre a produção e o emprego.

2.2 A relação dívida/PIB

Uma segunda convenção estreitamente vinculada à anterior reza que a relação entre dívida pública e PIB precisa ser reduzida. Sua origem é também compartilhada pela primeira convenção, a crença, também muito difundida entre os economistas, de que o Estado concorre com o setor privado pelo crédito. Voltando a Aglietta e

¹⁰ Na verdade, embora autores da segunda metade do século XX tenham feito sua contribuição ao ideário neoliberal, como Milton Friedman ou Friederich von Hayeck, além de algumas codas e arabescos providos pela teoria econômica, nada de novo se agregou ao antigo pensamento liberal do século XVIII. E, quanto à Economia, esse movimento representou um retorno puro e simples às idéias de Walras e de outros autores do século XIX, numa negação absoluta de toda a contribuição de Keynes.

¹¹ Isso para não se falar dos exclusivíssimos cafés da manhã com diretores do Banco Central.

Orléan (2002), isso é manifestação de um desconhecimento do que seja o mecanismo do crédito numa economia capitalista. Primeiro, porque o crédito é uma criação dos bancos, para o qual não existe escassez, seu limite é unicamente prudencial em relação à demanda, pois sua oferta, por ser uma criação *ex nihilo* de moeda, é infinitamente elástica.

E, segundo, porque, na forma como se organiza o sistema financeiro, existem mercados separados para títulos públicos e privados, para os quais a taxa de juros paga pelo Governo representa um indicador de referência. A relação entre os dois mercados não tem a ver com seu tamanho, mas com o nível da taxa de juros arbitrada pelo oligopólio dos bancos em relação à taxa básica definida pelo Banco Central, determinante do custo do crédito para o setor privado.¹²

Entretanto essa convenção cobra a produção de superávits muito grandes, com seus efeitos deletérios sobre o gasto público, tendo em vista o ambicioso objetivo de reduzir a dívida. Na verdade, como ensinou Keynes, a dívida pública é uma necessidade para a gestão macroeconômica, pois, se não tivesse um tamanho relevante, a ação das autoridades monetárias se tornaria ineficaz. Voltar-se-ia ao século XIX, em que não havia política monetária, apenas a senhoriação pelo monopólio da emissão.

2.3 A convenção do baixo crescimento

A terceira dessas convenções é a crença de que a economia não pode crescer mais do que 3,5% ao ano sem risco de aumento da inflação, traduzida em um dos parâmetros matemáticos do regime de metas de inflação. É uma crença particularmente negativa para uma economia que foi submetida a um processo de financeirização muito intenso e que depende fundamentalmente de seu mercado interno para crescer. Essas duas realidades tornam a demanda efetiva supersensível à política monetária.

A primeira característica, a financeirização, não se traduz apenas no predomínio da forma dinheiro do capital, em sua hegemonia dentro do bloco no poder, mas em

financeirização da gestão das empresas produtivas e das famílias, por meio da qual a oferta de inversões especulativas no mercado financeiro compete em condições de superioridade com as oportunidades de aplicação produtiva de seu patrimônio. Os resultados são o desvio de recursos da esfera da produção para outros usos e a subordinação do capital produtivo à lógica financeira, com seu horizonte de curto prazo e seus padrões de remuneração elevada. A preferência pela liquidez acaba por dominar a todos.

Em relação à segunda característica, o tamanho relativamente grande do mercado doméstico gera uma realidade em que as oportunidades de investimento seriam definidas, tendo-se em vista as expectativas quanto ao desempenho da demanda interna. Um vez sendo esta particularmente sensível à política monetária, que informa o ânimo dos empresários, um aperto de liquidez causa reversão de expectativas para a atividade produtiva. Como não há alternativa de mercado externo para a maior parte das empresas, o quadro converte-se em uma fase descendente do ciclo econômico inexoravelmente. Quando o sistema de metas de inflação incorpora a crença num limite para o PIB potencial de apenas 3,5%,¹³ compreende-se que as autoridades monetárias tomem decisões como a acontecida em setembro de 2004, quando iniciaram uma escalada da taxa de juros, justamente no momento em que o PIB alcançava a média de 3,96% de crescimento no trimestre. Por trás de todas essas convenções, está o temor profundo de que o crescimento é fato gerador de instabilidade, uma crença que contraria a lógica histórica do capitalismo, que foi, por séculos, agente impulsionador de um enorme progresso material para as sociedades onde essa forma de sociabilidade predominou (Tauile; Faria, 2005).

3 Perspectivas

A fragilidade da base social da coligação, associada aos temores originados na crise provocada pelo ataque especulativo contra o favoritismo de Lula nas eleições de 2002, explica as opções do primeiro mandato: a manutenção da política econômica favorável aos interesses rentistas, mitigada em seus efeitos social-

¹² A única concorrência efetiva no mercado financeiro é a arbitragem cambial: a possibilidade da troca de posições em real por moeda estrangeira, propiciada pela abertura promovida pelo Banco Central e que torna o País vítima potencial de ataques especulativos.

¹³ Há uma razão matemática para isso. A série usada pelo Banco Central é a do PIB trimestral, que só existe para um período em que predominou o baixo crescimento da economia, dos anos 1980 em diante. O PIB potencial estimado a partir de tais dados só poderia ser baixo.

mente perversos, com o aprofundamento de políticas sociais compensatórias, a exemplo do programa Bolsa-Família. Entretanto uma conjuntura externa extremamente favorável produziu uma substancial redução do constrangimento externo, permitindo a diminuição do endividamento e garantindo superávits comerciais significativos. A inflação foi reduzida a níveis inéditos nos últimos 50 anos, a demanda interna, embora pressionada pela política monetária restritiva, sofreu efeitos positivos, oriundos da elevação da renda do majoritário grupo social vinculado ao salário mínimo, dos programas sociais e da ampliação do crédito para o estrato de baixa renda. Um novo ciclo de crescimento, embora ainda tímido, teve início no segundo semestre de 2006, acompanhado de uma elevação do nível de investimento, que superou o atingido em 2004, o que não ocorria desde o terceiro trimestre de 1997. As possibilidades para a abertura do tão esperado período de crescimento sustentado são grandes no início de 2007.

Entretanto algumas amarras precisarão ser desfeitas para que tal possa ocorrer.¹⁴ A combinação de uma política fiscal que persiga superávits primários elevados, mediante restrição do gasto e aumento da carga tributária, com uma política monetária de metas de inflação, que são buscadas através de um arranjo de juros extremamente elevados e câmbio valorizado, terá de ser modificada. A insatisfação com o baixo crescimento, aliada a um certo desencanto com os pífios resultados dos investimentos nas empresas privatizadas, produziu, ao longo de 2006, um certo consenso sobre a necessidade de elevação dos investimentos públicos.

Representantes dos interesses financeiros e economistas ortodoxos apresentaram sua receita. O aumento do investimento deve ser financiado pela redução dos gastos correntes, a qual precisaria ser realizada até o limite do déficit nominal zero. Só então se abriria espaço para a flexibilização da política monetária e para a redução dos juros. Além dos interesses, a proposição peca pela inversão de causalidade apontada acima. Se o objetivo é o crescimento e se a inflação se tornou um tigre de

papel, a elevação dos investimentos cobra uma redução das metas fiscais draconianas adotadas até o presente, pois, se for financiada com redução do gasto corrente, o efeito macroeconômico será nulo.¹⁵ Os investimentos precisam ser financiados com redução das transferências aos rentistas, para justamente reduzir a punção sobre o produto nacional que representam. Da mesma forma, a taxa de juros precisará ser reduzida, independentemente dos resultados das finanças públicas, como uma contribuição à expansão do crédito, imprescindível à ampliação do investimento privado.

Mas tudo depende de o Presidente Lula abandonar seus maus conselheiros e ter a coragem, que não teve antes, de contrariar as convenções e os preconceitos de boa parte das elites do País, que aprisionam a economia brasileira nesse atoleiro de semi-estagnação há tantos anos. O Plano de Aceleração do Crescimento, anunciado dia 22 de janeiro, embora tímido quanto a suas metas, aponta o caminho certo, na medida em que o Estado chama a si a responsabilidade de influir positivamente no estado de ânimo dos empresários (o que Keynes chamava de *animal spirits*), aumentando seu gasto produtivo. Resta saber se sua execução terá a colaboração do Banco Central, para propiciar um ciclo de crescimento mais duradouro.

Referências

AGLIETTA, M.; ORLÉAN, A. **La monnaie**: entre violence e confiance. Paris: Odile Jacob, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. **Sistema de metas para inflação**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSINTRO>>. Acesso em: jan. 2007.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 42, n. 12, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMEST>>. Acesso em: jan. 2007.

BOYER, R. **Une théorie du capitalisme estoelle possible?** Paris: Odile Jacob, 2004.

¹⁴ A visão ortodoxa sempre se refere à necessidade de mais reformas que ampliem a liberdade das empresas, principalmente no âmbito microeconômico das normas comerciais ou trabalhistas, para destravar o crescimento. É que, rigorosamente, não existe macroeconomia para esse ponto de vista. Se, como pensam, a política econômica não tem efeito no longo prazo, apenas ajustes institucionais pró-mercado, no plano micro, são capazes de produzir resultados favoráveis ao desenvolvimento. Assim pensavam os teóricos do século XIX, de quem Keynes demonstrou os equívocos.

¹⁵ Em tal caso, o gasto produtivo do Governo, aquele que modifica a demanda efetiva, ficaria rigorosamente igual, com escasso resultado sobre o crescimento, apenas aquele produzido pelo efeito multiplicador e acelerador do investimento.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional — STN. **Nota para a Imprensa** — DPMFi e Mercado Aberto. Brasília, dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads>>. Acesso em: jan. 2007.

GLEISER, I. **Caos e complexidade**: a evolução do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. Mudança em tempos de globalização: o capitalismo não é mais progressista? **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, jul./set. 2005.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 270p.

Da estratégia do investimento nascem as nações*

Enéas de Souza

Economista da FEE

Há uma certa dramaticidade, não isenta de ironia, no lançamento de um plano para mudanças econômicas na esfera produtiva, exatamente na era da hegemonia das finanças. Na verdade, o que foi lançado é um programa para os investimentos público e privado. Um programa para a renascença do crescimento. Foi um lançamento do Governo, no qual imperou um gesto de congregação política com os governadores, justamente numa época onde era o contrário que funcionava: comunicados de medidas que levavam água aos moinhos do processo de acumulação financeira. Curiosamente, pouco se está falando da qualidade dessa mudança, que representou um verdadeiro enxerto, uma tentativa de mudança da água em vinho, uma delicada operação no corpo da política econômica do País. E talvez aí esteja o fulcro de toda a questão que envolve o Programa de Aceleração do Crescimento, o recém-nascido PAC. Ele surgiu, como um girassol, depois de 12 anos de triunfo do mercado financeiro, para recomeçar a soletrar novas taxas de crescimento para o País.

Vamos comentar e analisar esse programa dentro de uma visão estratégica, que abarca tanto a construção de um projeto nacional quanto as definições de uma política econômica. Para se ter idéia da alteração que o Governo Lula apresentou, temos que partir da consideração da longa preponderância financeira no poder econômico-político do País. Esta tinha como objetivo básico solucionar e regular o pagamento da dívida nacional, dominando e equilibrando as contas do Estado. Para o cumprimento desse notório alvo, toda a administração tinha que contribuir para a estabilidade da economia. Dentro do escopo, foram anos de controle inflacionário; foram anos do manejo da taxa de juros (sempre pronta para subir e inibir o crescimento econômico e a inflação); foram anos que conduziram o câmbio de uma taxa controlada a uma taxa flutuante; foram anos do controle progressivo do balanço de pagamentos; como foram anos também do controle sempre complexo, e não totalmente exitoso, do gasto público; etc. E, companheiro desses controles, mani-

festou-se uma figura nevrálgica, crescentemente vista como um super-herói, o chamado superávit fiscal primário, de aparecimento maiúsculo, cada dia com mais vigor no seu porte, assustando e brecando o desenvolvimento. O superávit fiscal primário foi uma idéia acordada com os representantes dos capitais estrangeiros, o Fundo Monetário Internacional.

O citado superávit foi, sem dúvida, um dos elementos fundamentais para o êxito do privilegiado modelo de acumulação financeira. Primeiro, porque controlava, no genérico, o gasto público, mas também proporcionava um pagamento garantido de juros, através de uma vinculação orçamentária informal, imposta pelo FMI ao Governo. Segundo, porque, somando essa parcela do superávit fiscal aos rendimentos proporcionados pelo desempenho da taxa de juros no mercado de títulos públicos e privados, tínhamos o toque de Midas: renda para os ânimos financeiros. Logo, um caldeirão que devorava o crescimento e o emprego — nem de longe levados em conta —, que viajavam na sedução das promessas de um futuro que não chegava nunca. Eram os primos pobres das finanças no Brasil. Finanças que estavam preocupadas em cobrar o débito e avultar os seus rendimentos. Valia, então, uma retórica, a ficção mitológica de atrair “investimentos” através de capitais forâneos. E, como membros de um rebanho ensinado, eles se dirigiam pacificamente para o mercado financeiro, o que comprovava a afirmação de que a categoria econômica da renda era o centro da economia brasileira. Em oposição a esse quadro, o PAC surgiu, agora no início do segundo mandato do Presidente Lula, com a finalidade de deter os avanços fulminantes dessa hegemonia, sem deixar de aproveitar os efeitos afirmativos da estabilidade, absolutamente convenientes em épocas de mundialização.

A saída do cerco financeiro

Mas falemos de algo parecido, como um enxerto, e que promete a brotação do crescimento na continuada festa das finanças. Talvez não seja a surpresa da mutação econômica proposta no PAC, quem sabe sejam a natureza

* Artigo recebido em 28 jan. 2007.

e o modo como essa inclusão foi trabalhada, de que poucos estão sabendo falar. Parte da população nem sabe bem o que está ocorrendo. É verdade, é tempo de férias; mas há algo decisivo que não está sendo devidamente escutado, nem ouvido, nem lido. Há um certo quê, que não foi observado. Ou, se foi, não mereceu o suficiente ressaltado, não encontrou a necessária interpretação: a mudança de atitude política do Governo. Pois não basta olhar a rota econômica, cabe ir além. E ninguém está falando, porque parece ter havido uma síncope na compreensão do fenômeno. Havia uma fome da indústria, do comércio, dos desempregados de que o crescimento retornasse. Havia uma múltipla expectativa quanto à amplitude do Programa. Mas, dado que o Governo tinha falado em crescimento, houve, rapidamente, após o anúncio do pacote, a discussão meramente das medidas, uns achando muito pouco, outros querendo o céu, e terceiros temendo o inferno. E, como de lei, alguns economistas das finanças falando a cantilena de sempre: “Faltaram propostas para a reforma fiscal, para a reforma previdenciária, para a reforma trabalhista”. Mas o mais importante passou batido, foi a grande reviravolta que o Governo Lula fez nos últimos tempos, a alteração na forma de encarar a dinâmica da economia vigente. Uma metamorfose política profunda. E isso se deu pelo fato de ele ter conseguido sair de um assédio econômico e também político de quatro anos, quando houve, após a vitória de 2002, “a era Pallocci” e “os escândalos do mensalão e do dossiê”. O mundo, que se tornara hostil, se fez outro para o Governo.

E, para que esse outro mundo fosse possível, para sair do bloqueio, o Governo teve que alcançar um novo triunfo eleitoral, quase inesperado para a oposição, mas que veio do trabalho subterrâneo e da coordenação dos programas Bolsa-Família, Luz Para Todos, Crédito Consignado, etc. Foi esse contato com a população, sobretudo aquela de condições adversas, que materializou a vitória nas eleições em 2006, que deu ao Governo a oportunidade de saltar do círculo que o aprisionava. Foi, portanto, a conexão popular a causa da envergadura, da robustez e da força para que o Estado pudesse introduzir o implante do crescimento no corpo aparentemente inatingível do modelo de acumulação financeira. Com isso, dizemos tudo, uma mutação política está em marcha, é a aposta calculada que o Governo está pagando para ver.

E disso está se falando pouco: da estratégia envolvida na aposta. Acaba-se por se discutir apenas as medidas em si — o que é extremamente importante —, mas se está esquecendo de debater o fulcro da questão, o fundamento delas. Para começar, o Governo jogou no

limite da contradição. Na verdade, na verdade, são duas decisões tomadas: uma é manter a mecânica da política econômica reduzida — moeda, câmbio, juros e controle fiscal, tudo fica aproximadamente intacto —; a outra, invulgar, inusitada, fazer um programa que vise a um salto, que procure dar um novo “ambiente macroeconômico”, mesmo que aparentemente tímido, no sentido de revigorar as taxas de crescimento da economia. Busca o Governo, naturalmente, tornar saliente um outro personagem econômico, talvez o mais super-herói de todos, o investimento — aquilo que pode fazer desabrochar a produção, que pode desdobrar positivamente o emprego e proporcionar funcionalidade à área financeira. Enfim, aquilo que permite a um país começar a pensar em ser nação.

Aqui é preciso fazer um parêntese. O jogo político e econômico é cheio de manhas e de artifícios, de ilusões e de engodos. E, então, até agora, as finanças usaram um truque conceitual e lingüístico magistral. Falavam continuamente que as aplicações financeiras eram investimento. É preciso que fique muito claro: na boa linguagem econômica, investimento é somente investimento produtivo. E foi sempre isso que estava escondido, impossibilitado de surgir como idéia e como realidade: investir na produção. Durante longo tempo, a taxa de investimento da economia brasileira estava quieta, em repouso, talvez ressonando. Não passava de 18/19% do PIB. O Governo não investia, e o setor privado dava muito pouco sinal de vida, porque o primeiro ficava atrelado ao controle do superávit fiscal primário e à desmontagem das empresas estatais — a discutida privatização —, e o segundo não conseguia escapar de uma taxa de juros elevada, um notável freio de mão, que marcava um impedimento de gastos em plantas de produção, equipamentos e mão-de-obra. Essas duas atrelagens mencionadas deram um tônico e uma energia extra ao fortalecimento do mercado financeiro. E, apesar de uma fração da mídia ajudar que se espalhasse o equívoco de que aplicação era investimento, a realidade foi desfazendo o equívoco, e a população soube distinguir as jóias das imitações. E as condições de transmutação econômica e política emergiram somente agora, porque, se elas estavam presentes em 2003, o contra-ataque das finanças, antes e durante o primeiro mandato, conseguiu postergá-las por quatro anos, ou seja, para hoje, 2007.

E essa foi a mudança política fundamental: o Governo saiu do cerco das finanças. Saiu do cerco das finanças e retomou a defesa, o incentivo e a propagação do investimento; para que não haja dúvidas: do investimento produtivo. E, dessa forma, o lançamento

do programa é o primeiro ato político de envergadura que inaugura o segundo mandato. É preciso esclarecer que a mudança na política não provoca necessariamente o êxito econômico. Existem as tarefas de execução do Programa e que são inúmeras. Mas não cabem dúvidas de que o que não pudera ser alterado no Lula I, pôde ser agora, no Lula II: as condições políticas para optar pelo crescimento.

A reviravolta na estratégia nacional

Com isso, estamos mergulhando na visão estratégica do Estado brasileiro. Sair do cerco não significa capacidade de afrontar o modelo das finanças, mesmo que em nome da população. Se olharmos a liderança da economia, se percebermos a política profunda, o subterrâneo da sociedade, as finanças continuam hegemônicas. Mas não estão mais na ofensiva total, no domínio absoluto. As eleições trouxeram a voz da rua, que queria e quer mudanças. Há, então, um acordo possível, uma nova árvore a ser plantada. E o que o Governo está tentando fazer é acompanhar a trilha do conflito capital financeiro *versus* população e organizar essa tensão assimétrica. O Executivo fala sustentando-se no resultado eleitoral, visando achar uma forma de harmonizar a população com o outro lado. A solução encontrada é fazer um elo dela com o crescimento da atividade produtiva. Se, no primeiro mandato, os jogos possíveis da política foram os programas sociais, um dispêndio assistencial tímido, mas frutífero, agora, a estratégia inclina-se na direção de tentar o crescimento da produção, através de um programa que se centra na energia, na infra-estrutura, na habitação, em tecnologia e em medidas fiscais de diversas ordens.

Essa abertura da estratégia se ampara, ao mesmo tempo em que concentra ações, no capital produtivo, bastante desconsiderado no primeiro mandato, por razões óbvias. Com essas novas decisões, ocorre o descolamento parcial do capital industrial de sua união forçada, de seu pacto econômico, com as finanças. Amplia-se, então, o leque de apoio ao Governo, que passou para a ofensiva. Por outro lado, o Programa não vai contra a manutenção da mecânica da estabilidade, ela fica assegurada, apesar de se prever uma suave diminuição do superávit primário, em 0,5% do PIB. Naturalmente, todo esse movimento altera a facilidade de percepção de rendas que as finanças vinham obtendo. Mas os pontos propostos não chegam a entrar em confronto direto com o mundo financeiro. De qualquer

forma, a mudança de atitude política traz um novo comportamento do Estado na economia, assume uma posição mais ativa e de maior amplitude naquilo que toca ao investimento, sem que abandone os programas sociais, que são a sua conexão vital com a população.

O núcleo de sua estratégia é, portanto, ensaiar a recuperação da iniciativa estatal na questão da dinâmica econômica, no tocante ao privilégio do investimento sobre a aplicação financeira, porém num novo desenho. Trata-se, aqui, de uma tentativa de casamento de idéias do desenvolvimentismo e do modelo de acumulação financeira. Ou seja, 12 anos mostraram, à saciedade, à náusea, à exaustão, que dar prerrogativas ao tratamento financeiro da economia não dava origem ao crescimento e muito menos ao célebre e propalado “desenvolvimento sustentado”. Ao contrário, as finanças têm, se o manejo da taxa de juros pelo Banco Central é sempre de taxas elevadas, uma persistência no jogo pela “preferência pela liquidez”. Keynes falava-nos admiravelmente bem sobre o assunto. E reter dinheiro hoje não quer dizer que vá se investir em fábricas e em produção amanhã. Quer dizer que os juros se elevam. E, com taxas de juros apetitosas, o dinheiro acaba indo para títulos onde cada vez mais se gera mais dinheiro. Os capitais de múltiplas origens ancoram-se, num ambiente financeiro e especulativo, na posse de sua forma líquida. E até mesmo os industriais só investem, defensivamente, para não perder posição, porque o seu movimento mais caudaloso vai para o mercado onde prevalecem as finanças. E, se os títulos do Governo são seguros e podem crescer em rendimentos, que mal tem em carregar sua carteira, seu portfólio, com esses ativos? (Mesmo reclamando das altas taxas de juros que impedem o investimento!)

A estratégia do Governo não é ainda uma estratégia de desenvolvimento, porque a política econômica reduzida, ou de curto prazo, teve apenas a agregação de uma política de crescimento, quase “*ad hoc*”, que ainda não está fixada no centro da estratégia global da economia brasileira. O desenvolvimentismo, nos seus bons tempos, tinha uma política econômica clara: o investimento público assumia a liderança, puxando o investimento estrangeiro, e a esses dois seguia o capital nacional. A parte que cabia à moeda, aos juros, ao câmbio e as receitas e as despesas governamentais dava fluidez à dinâmica proposta. No desenvolvimentismo, o investimento alicerçava-se também visando ao emprego. Esse é o trem do desenvolvimento, que transporta dois vagões líderes e importantes: o investimento público e o investimento das estatais. Não foi sem razão que as finanças desmancharam quase integralmente este último, atingido no longo período de Fernando Henrique, via privatização.

Só que ainda restou alguma coisa. E a nova estratégia de crescimento recupera a inspiração do desenvolvimentismo, mas assume outros contornos.

Sim, as políticas monetária, financeira e tributária caminham no mesmo sentido da manutenção e do controle da estabilidade. Mas o seu norte terá que passar a ser outro: estabilidade, de acordo, mas com participação na construção do crescimento. Daí a tentativa de ligar o desenvolvimentismo e a dinâmica financeira. O que se alterou com a mundialização e a presença das finanças nas economias nacionais, sobretudo nas economias emergentes, foi que o desenvolvimentismo não pode usar mais a inflação como fonte de financiamento. Daí a opção da taxa de juros como controle para a fundamental consagração da estabilidade. Ou seja, o grande desafio do momento é como harmonizar inflação, presença do Estado, taxa de juros e investimento — desenvolvimentismo e finanças. Naturalmente, está latente uma zona de conflito, se pensarmos que o Banco Central, virtualmente independente, pode forçar a variável-chave da economia financeira, a dita e redita taxa de juros, não a baixando suficientemente ou elevando-a para patamares complicadores. Ou seja, estamos mostrando um ponto onde a contradição na estrutura dos conflitos sociais e da política econômica pode subir à superfície e criar embaraços políticos e econômicos à reviravolta da estratégia nacional.

O nervo sutil do PAC

O novo passo da Administração Lula foi propor um programa de crescimento em cima não só das necessidades estruturais do País, que bloqueava, inclusive, a ampliação acumulativa da indústria e da agricultura (e que fornece oportunidade para o emprego, como a infra-estrutura), mas localizado, sobretudo, na articulação dos investimentos públicos, privados e das estatais. Além do mais, há uma sutileza no processo, a liderança da Petrobrás. Pouco importa que a empresa já tinha a maior parte desses investimentos anunciados, programados. O que importa é a sua integração no bojo de uma política estratégica do Governo. A Petrobrás, além de reforçar a superação da pouca margem de manobra que tem o Governo para fazer um programa, entra num território estratégico fundamental: coloca a energia como o nervo sutil da ação. Claro, esse trânsito tem duas mãos, o Governo recebe apoio, no entanto, também reforça a posição da Petrobrás. O notável, a consequência dessa opção, é que, na estratégia nacional, a energia passa politicamente para o primeiro plano do

País. Portanto, é mais do que um apoio no investimento produtivo; é mais que uma flor da Petrobrás ao Programa; é uma opção pela sustentação política de um investimento estratégico; é uma aposta na estratégia brasileira no concerto das nações, olhando o País na senda do longo prazo.

Para termos a dimensão do atual gesto político, é só pensar o Brasil no contexto planetário e ver que a disputa pela energia carrega uma acirrada competição internacional. Olhemos os Estados Unidos e sua ação guerreira no Oriente Médio, vejamos os papéis da Rússia, da China e da Índia e não esqueçamos as importâncias da Venezuela e do Irã nesse vasto tabuleiro. O futuro joga-se na energia, o futuro da economia e da civilização. E como desprezar, então, a proposta, se ela tem um acento sobre o tema, se ela fortalece a expansão dos projetos da Petrobrás no petróleo, no etanol e nos biocombustíveis? Neste último aspecto, o Brasil sai na frente no plano da América do Sul e, quem sabe, alcance, no contexto mundial, os postos de liderança. Temos razão: aqui está o nervo sutil do PAC. Aquilo que a mentalidade economicista dos empresários, dos economistas e dos políticos não enxerga está ali. Trata-se de um jogo múltiplo do Estado e da Petrobrás: crescimento e diversificação da companhia; liderança no investimento — carregando, inclusive, fornecedores, ampliação da presença da empresa no mundo, maior incorporação dela no fortalecimento da estratégia imediata do Governo e, sobretudo, a integração da Petrobrás na estratégia nacional de longa duração. Uma certa aurora com esse apalpar no amanhã, com essa ação ampla: do petróleo ao etanol e do etanol ao biocombustível.

As intenções que estão vestindo o Programa buscam, com ambição, uma colagem, uma soldagem, entre a política econômica e a estratégia nacional. Essa identidade faz um corte, bem inicial, na vinculação exclusiva da política econômica com o processo de acumulação financeira. A política econômica, dentre muitos níveis, tem que estar combinada com um projeto da Nação. Aqui, a estratégia nacional, que estava defendida e localizada na área do Ministério de Relações Exteriores, principia por romper com a insistência única da política econômica, sempre em favor da estabilidade inflacionária e da renda das finanças. E tudo dentro de um regime circular e virtuoso: a auto-alimentação do circuito financeiro, favorecido pelo Estado com a desculpa de pagar a dívida. Agora, a tentativa, mesmo que sujeita a sucessos e tempestades, anda no sentido de juntar os pedaços da fragmentação do País em torno de uma estratégia nacional. Assim, quando se coloca a energia como elemento decisivo da política econômica brasileira

e da estratégia do País, une-se a política de autonomia — já em voga, nas questões das relações externas — com a vocação energética da Petrobrás e do País. Combina-se a dinâmica econômica e a estratégia nacional.¹ Pode-se promover o real e o simbólico. E a conclusão é absolutamente instrutiva, algo que o modelo de acumulação financeira não atendia. Uma nação não pode ter estratégia nacional de *global player*, com consistência e coerência no mundo atual, se não tem uma política econômica centrada na energia e no investimento. Veja-se a China, veja-se a Índia.

E, ao fazermos esta análise, buscamos salientar a sutileza desse programa de aceleração do crescimento. As idéias estão embutidas no seu cofre de intenções, que desbordam, de forma aguda, para campo mais amplo da política estratégica nacional. Não diríamos que o Programa joga na aparência da pequena política, porque fazer o Brasil crescer não é pequena política, mas podemos assegurar que o tiro atravessa a parede da economia e vai mais longe, atinge o alvo da “pedra do reino”, para usar a expressão de Ariano Suassuna. A questão que nos intriga é por que a Petrobrás não foi proclamada pelo Estado nessa posição de reforço e ampliação da estratégia nacional? Talvez porque o macroambiente brasileiro, público e privado, seja tomado, faz anos, pela exclusividade economicista, pela mediocridade do imediato. Como diria Nietzsche: onde ouvidos para as minhas palavras?

Do eixo de crescimento à nova situação do Estado

Quando escrevemos, na **Carta de Conjuntura**, em outubro de 2006, sobre **As Três Alternativas do Brasil** (Souza, 2006), uma delas representava a possibilidade de investir em infra-estrutura nacional. E o PAC entrou por esse caminho, fazendo um primeiro passo, aglutinando Petrobrás e Eletrobrás no campo da energia e incentivando uma série de propostas nas questões do conjunto de redes públicas, o suporte material coletivo do sistema produtivo, tanto para a produção e a circulação de mercadorias como para o atendimento social — nesse sentido, com a ênfase em saneamento e habitação, inclusive a habitação popular. Acompanham-no medidas em vários âmbitos, envolvendo aspectos creditícios,

financeiros, fiscais, etc. Não podemos deixar de perceber a pitada tecnológica na TV digital e na informática.

Porém o que cabe ressaltar estrategicamente é o eixo energia/infra-estrutura/habitação, pensado numa concepção de mais longo prazo, porém a ser viabilizada no curto e no médio. É a tentativa de criar uma dinâmica de crescimento, a partir do estímulo possível do setor público (mal tendo rompido o cerco econômico e político do setor financeiro), para enlaçar e provocar a entrada do setor privado nessa dinâmica aludida. O laço que abraça as empresas e os capitais combina desobstruções na malha infra-estrutural com medidas que atuam ao menos em dois lados empresariais, seja solicitando mais investimentos, seja baixando custo e elevando a produtividade. Cabe salientar que essa estratégia aglutina entidades da área pública, o BNDES incluído, para trazer o setor produtivo privado a encontrar maiores resultados econômicos também na área do lucro, enquanto procura, pelo menos nas obras públicas e no setor da construção, refazer uma quota indispensável no setor do emprego.

O conflito social que atravessa a política econômica do pacote nos possibilita ver que nele estão incluídos diversos matizes. Em primeiro lugar, há uma nova configuração das forças políticas. Num sentido, as finanças seguem ganhando, mas, agora, a produção tem um suporte novo, a presença da população, pelo vasto desejo destas últimas figuras de que o País cresça. O jogo passou a ter um formato de relacionamento interessante: o Governo precisou da população para se reeleger; e a produção, do Estado para avançar no seu crescimento. Com isso, o Executivo, tendo libertado-se do cerco das finanças, pode novamente ser o mediador entre todas as forças sociais. Assim, em segundo lugar, há uma nova dimensão em campo: a reestruturação da soberania do Estado, que marca a possibilidade de fugir da subordinação integral das finanças. Nesse movimento, desenha-se um novo espaço de ação e projeta-se a recuperação e a renovação no uso de instrumentos, de políticas e de programas. O Estado tem que deixar de ser um Estado financeiro. E refazer e inventar aquilo que havia sido desmanchado e fragmentado pelas finanças. Só que essa recomposição não é um retorno aos tempos antigos; buscam-se nuances.

Num gesto de indicação de rumos, o Governo traz mais para perto de si a Petrobrás e a Eletrobrás, postos numa condição estratégica superior, principalmente a primeira. Embora não consiga desalojar as finanças do Banco Central, o lado produtivo estatal e privado aninha-se com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério dos Transportes, etc. Ora, essa nova configuração de forças traduz um afrouxamento da aglutinação anterior

¹ Não se deve esquecer, por outro lado, que a Eletrobrás pode também dar uma contribuição singular na questão em pauta.

dos capitais em torno das finanças. Aparece um deslizamento por parte do capital industrial, uma vez que foi contemplado, pelo Estado, com uma política que favorece o setor. Fica, então, difícil uma ofensiva brutal do lado ainda hegemônico, porque há que lembrarmos que, no passado, a indústria acabou por se perfilar sob liderança financeira, apesar de ter esperneado bastante, sobretudo na questão da taxa de juros. Agora, está em outra posição e em outro lugar no combate dos grupos sociais. Ela acabou favorecida pelo grande movimento das urnas, que, preferindo a candidatura Lula, queria, de fato, algo em torno do crescimento. E é nessas ondas que a produção pretende surfar.

Com isso, é possível pensar que o PAC comporta, para um futuro próximo, se der resultados com o seu eixo produtivo, a possibilidade de um processo econômico que gere um novo modelo de desenvolvimento num contexto de dominância das finanças. Um diálogo-duelo entre a produção e estas, um novo rearranjo na organização do capital, um outro modelo financeiro-desenvolvimentista. E não, como está absolutamente claro, um modelo financeiro de desenvolvimento. Porque este não existe; o Brasil demonstrou essa verdade de 1994 a 2006. Dessa maneira, estamos falando de um processo onde a indústria, a agricultura e as finanças possam se contrabalançar, através do papel de um mediador que só pode ser do Estado. Essa é a nova realidade do Brasil. Mas as finanças não serão subjugadas, porque são, antes de tudo, o setor hegemônico do capitalismo atual. E tem uma presença e um enlace internacional com raízes fortes na globalização. Mas as esferas produtivas e financeiras podem se harmonizar, desde que haja uma articulação com a população, na defesa da contribuição da esfera que produz. Falando intensamente: a população é a chave política das vitórias econômicas numa democracia contemporânea. O que se provou no País, tanto nas eleições de 2002 como nas de 2006, passa por uma conclusão irreversível. A população, apesar da força de manipulação abusiva da pós-moderna sociedade de espetáculos, sempre retorna à cena de forma decisiva, e ela é inconfundivelmente pelo desenvolvimento. Por isso, em tempos de finanças, o sistema produtivo só avança se ele se tornar aliado permanente da população. Ou seguem essa estrada, e os lucros sobem, ou passam a acumular ativos financeiros.

De outro lado, o conjunto da população — trabalhadores urbanos e rurais, desempregados e indigentes, etc. —, embora continue sendo o lado subalterno do conflito político, é capaz de ler, numa conjuntura social e histórica, por onde passa o seu

interesse. No Brasil, a parte mais frágil, os desempregados e os indigentes, é lentamente incorporada ao sistema econômico, através dos programas sociais já implantados no primeiro Governo, e notoriamente agora com uma possível expansão do emprego e também com a retomada de construções para habitação popular. Os eventuais conflitos entre setores do sindicalismo sobre o uso do FGTS não apagam a intenção do Governo, nem a influência dos habitantes de um país. O que se percebe, no PAC, é a vontade de estender ganhos também para as camadas mais pobres da população. E isso converte o panorama da luta política das frações da sociedade num enredo diferente. E é por essa razão que a política do Governo, depois de ter saído do cerco das finanças, pode propor um programa que divida, ainda que muito desigualmente, as fatias da renda nacional de uma maneira ligeiramente melhor. Como sempre afirmamos, é a política que faz a economia funcionar, ela tem o poder de equacionar o nível presente e prospectivo da tensão e do conflito social. O que mudou, na atual conjuntura, foram o Governo, a população e o caminho da indústria.

Mesmo que ligeiramente, é preciso verificar que os conflitos sociais se expressam no interior do Estado, de forma geralmente indireta. Acontecem múltiplas mediações, as burocracias e os ministérios certamente revelam tendências e opções e fazem parte das zonas de batalhas que saem da sociedade e migram, de formas diversas, para o interior do Estado. Então, com o PAC, o cenário social transplanta-se figuradamente para as instituições estatais. Embora seja possível pensar que, de maneira sincrônica, os órgãos do Governo atuem numa determinada direção e busquem uma posição adequada para o País, a avaliação, nesta atual fase, é que o Estado, hoje, está perpassado por uma tensão nova. De um lado, temos a Casa Civil e a Fazenda, que concentram seus esforços numa nova organização do Estado. Eles são a favor de uma estratégia nacional (como o Ministério de Relações Exteriores) e trabalham para o crescimento da economia. Partem da idéia de investimentos estatais e privados na área produtiva, coordenam outros ministérios e pensam chegar a uma política de desenvolvimento no médio prazo. E, de outro lado, o Banco Central, cuja posição básica é a de defesa do Brasil como área da acumulação financeira. Com a mudança do Ministro da Fazenda, ele foi perdendo o companheiro ideal e resta agora como a fortaleza que defende a política das finanças. Mas, mostrando esses dois lados, estamos querendo salientar que o conflito de perspectivas não desapareceu e assume outro patamar. Por isso, é preciso sempre pensar que o Banco Central tem a chave da política econômica de curto prazo, a

taxa de juros básica do mercado. Basta um movimento ascensional desta, para que haja uma paralisação do movimento no ramo da produção. Talvez o que possamos verificar é que o País tenha uma nova paisagem, um novo espaço, por enquanto um ponto imaginário a ser alcançado. Já falamos dele: um modelo que combine as esferas produtivas e financeiras. É para essa mesa de jogos que convergem as apostas.

SOUZA, Enéas. O estado financeiro e a continuidade da política econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 13-20, set. 2006.

Conclusão

O PAC, na sua construção estratégica, proporcionou a explicitação das novas tendências da sociedade brasileira. Após o ganho eleitoral, o Governo, numa mudança de atitude política, conseguiu superar o cerco financeiro e tratou de fortalecer uma estratégia nacional de autonomia. Com isso, começou a reestruturar o Estado, em função de um novo mosaico social de forças. Retornam, assim, ao cenário os investimentos público e estatal, para incentivar o investimento privado. O eixo escolhido foi energia/infra-estrutura/habitação. Mas, demorando-se um pouco na sua análise, percebe-se que há o objetivo de centralizar o Programa na energia, o que significa dar veemência à Petrobrás. Essa é uma indicação de que a estratégia nacional passa pelo desempenho energético como um dos pólos do projeto Brasil. Como desdobramento da sustentação do Programa, existe a tentativa de reconstruir o Estado para mediar a configuração dos grupos sociais, sem deixar de ter uma ambição no concerto das nações. Uma estratégia passa pelos setores como um fio que organiza as pérolas num colar. O que o PAC fez foi abrir um novo espaço para a execução de inúmeros projetos privados e públicos que tragam de volta um certo sonho nacional. O ano de 2007 abre para esse horizonte. Mas nada está garantido, porque tudo são idéias, e agora é a hora da prática das gestões, dos acordos e das divergências. No teatro da economia e da política, começa a peça do fazer. O dado do futuro foi lançado.

Referências

BRASIL. Presidência. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Brasília, 2007.

SOUZA, Enéas. As três alternativas do Brasil. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 10, p. 1, out. 2006.

Economia brasileira: desempenho em 2006 e entraves ao seu crescimento*

Martinho Roberto Lazzari**

Economista da FEE

1 Introdução

Caso se confirme a previsão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feita em dezembro (Bol. Conj., 2006b), de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve aumentar 2,8% em 2006, este será o décimo primeiro ano consecutivo em que a economia brasileira crescerá abaixo da média mundial. Especificamente em 2006, o PIB mundial deverá crescer, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2007), 5,1%. Se a economia mundial vai bem e a brasileira não, deve-se analisar o comportamento dos condicionantes internos, na tentativa de entender melhor esse mau desempenho. A política econômica atual, baseada no tripé formado por metas de inflação, câmbio flexível e valorizado e superávit primário, vigora, *grossa modo*, desde 1999. Desde então, a taxa média de crescimento do PIB é de 2,3% ao ano.

Na tentativa de elucidar alguns pontos relacionados ao desempenho da economia brasileira, o presente texto está dividido em duas partes. Na primeira, faz-se uma análise do desempenho da economia brasileira ao longo de 2006, centrada na evolução do PIB e de seus componentes. Na segunda, trata-se dos entraves que a política econômica vigente impõe ao aumento da taxa de investimento e, conseqüentemente, a um crescimento mais vigoroso e sustentável do PIB.

2 Desempenho da economia brasileira em 2006

Impulsionado pela expansão do crédito e pelo forte aumento dos gastos públicos, o PIB do primeiro trimestre de 2006, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE, 2007),¹ teve aumento de 1,2% contra o quarto trimestre do ano anterior, com ajuste sazonal (Tabela 1). Essa taxa de crescimento trouxe ânimo às expectativas, fazendo com que o IPEA, por exemplo, previsse uma taxa de crescimento anual de 3,8% em seu **Boletim de Conjuntura** de junho de 2006, entendendo que esse avanço estava relacionado à “persistência na adoção de políticas econômicas responsáveis”. Já o Banco Central encarava o dado como ratificador da “percepção de recuperação do ritmo de crescimento da economia” (Relatório..., 2006). Mas, no segundo trimestre, a economia desacelerou, crescendo apenas 0,4%, já sentindo os efeitos da taxa de câmbio valorizada, que impulsionou as importações e impediu a manutenção do crescimento industrial que vinha ocorrendo a dois trimestres seguidos. Mesmo assim, esperava-se a recuperação da economia já para o terceiro trimestre, o que fez com que o IPEA (Bol. Conj., 2006a) revisse sua projeção para 3,3% para o ano. Mas a recuperação não veio, e, com a divulgação dos dados do PIB do terceiro trimestre, em que o crescimento, frente ao trimestre anterior, ficou em apenas 0,5%, caíram por terra as projeções de um crescimento anual acima de 3,0%. O IPEA reviu mais uma vez suas projeções, agora esperando uma taxa anual de 2,8%, enquadrando os dados “[...] num padrão cíclico que vem se repetindo há algum tempo em torno de uma taxa média de crescimento baixa”, conforme seu **Boletim de Conjuntura** de dezembro de 2006.

Comparando o acumulado dos três primeiros trimestres de 2006 contra o de igual período de 2005, constata-se que a taxa de crescimento do PIB ficou em 2,5%. Quando se leva em conta a taxa acumulada nos últimos quatro trimestres, observa-se que ela é de 2,3%, números que bem retratam uma economia que não consegue crescer de forma mais vigorosa e sustentada. Para tentar entender melhor o desempenho do PIB em 2006, a

* Artigo recebido em 12 jan. 2007.

** E-mail: lazzari@fee.tche.br

¹ Todos os dados referentes aos componentes do PIB têm como fonte o IBGE. Quando existir outra fonte, essa será explicitada.

seguir são analisados os seus componentes, separadamente, pelas óticas da oferta e da demanda.

Após um ano de 2005 muito difícil para o setor agropecuário brasileiro, em 2006, houve certa recuperação, embora o crescimento acumulado nos três primeiros trimestres do ano não tenha passado de 2,5% (Tabela 1). Quanto aos segmentos, a agricultura teve um desempenho mais favorável que o da pecuária, afetada por problemas sanitários (febre aftosa e gripe aviária), que prejudicaram as exportações.

A indústria geral apresentou um desempenho irregular durante o ano, fechando os três primeiros trimestres com crescimento de 2,7% contra o mesmo período do ano anterior (Tabela 1). Essa reduzida taxa é apenas a continuação de uma tendência verificada desde o quarto trimestre de 2004, período que representou um ponto de inflexão na curva da produção industrial, que havia sido consideravelmente mais inclinada no período anterior, que vai de meados de 2003 ao começo de 2004. A **Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física** do IBGE (2007) mostra que os bens de capital e de consumo duráveis, refletindo um maior dinamismo do consumo e do investimento, foram os que mais cresceram ao longo do ano até outubro, com taxas de 5,5% e 6,9% respectivamente. Por outro lado, a produção de bens intermediários aumentou apenas 2,0% no mesmo período.

Na comparação com o desempenho da indústria geral, o setor ligado à extração mineral foi bem melhor. Mas, na comparação consigo mesmo, houve uma diminuição no ritmo de crescimento. Impulsionada por seus dois principais produtos, minério de ferro e petróleo e gás, a indústria extrativa mineral teve, no acumulado até setembro, crescimento de 5,6%, enquanto, no mesmo período do ano anterior, essa taxa havia sido de 10,5%.

Outro segmento industrial que teve destaque em 2006 foi o da construção civil, com crescimento acumulado, até setembro, de 5,0%. Influenciada positivamente por incentivos analisados adiante, a construção, notadamente de prédios residenciais, puxou o setor.

O que explica o baixo crescimento industrial em 2006 é o comportamento da indústria de transformação, que representa 24,0% do PIB, daí sua importância no ritmo de crescimento da indústria geral. O bom desempenho, ao longo de 2006, de alguns segmentos, como alimentos e bebidas e máquinas de vários tipos, não impediu o mau desempenho do setor, que acumulou, até setembro, um aumento de produção de apenas 1,4%. O incremento das importações ajuda a explicar o menor ritmo de crescimento da indústria de transformação.

Quanto ao segmento dos serviços industriais de utilidade pública, setor constituído, basicamente, pela

geração de energia elétrica, o crescimento acumulado até setembro foi de 3,0%. Como será visto a seguir, esse dado associa-se ao bom desempenho da produção de bens de capital para o setor.

O setor serviços apresentou, durante os três primeiros trimestres de 2006, um crescimento relativamente estável, acumulando alta de 2,3% (Tabela 1). Quem mais contribuiu para esse desempenho foi o segmento de comércio, com aumento de 3,5% no acumulado até setembro, crescimento que vem sendo ininterrupto desde meados de 2003. Quando forem, mais à frente, analisadas as causas para o aumento do consumo privado, ficarão claros, também, os determinantes do bom desempenho do comércio.

A *performance* positiva do comércio pode também ser percebida pela análise dos dados da **Pesquisa Mensal de Comércio** (PMC) do IBGE (2007). No acumulado até outubro, o crescimento foi de 5,94%, com destaque para os segmentos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com aumento de 7,47%, e de móveis e eletrodomésticos, com crescimento de 10,49%. Além desses, ainda veículos e motos, partes e peças (6,54%) e materiais de construção (4,85%) apresentaram boas taxas de crescimento. O mau desempenho ficou por conta de combustíveis e lubrificantes, que tiveram suas vendas diminuídas em 8,88% no período.

Transporte (2,4%), instituições financeiras (2,5%), outros serviços (2,7%), aluguel de imóveis (2,2%) e administração pública (2,0%) foram segmentos do setor serviços que se expandiram ao longo dos três primeiros trimestres. A exceção ficou por conta de comunicações, que regrediu 1,2% no período.

Pelo lado da demanda, o consumo privado tem sido o item de crescimento mais duradouro. Comparando trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o período de julho a setembro de 2006 representa o décimo terceiro trimestre consecutivo de expansão desse tipo de gasto. Essa alta base de comparação robustece ainda mais a taxa de crescimento no acumulado até setembro, que foi de 3,7% contra o mesmo período de 2005 (Tabela 1).

Vários fatores têm contribuído para essa expansão contínua do consumo privado. Dados do IBGE informam que houve, em 2006, um incremento da massa salarial. Segundo a **Pesquisa Mensal de Emprego** (PME) do IBGE (2007), o valor do rendimento médio real do trabalho efetivamente recebido em novembro de 2006 foi 3,3% maior que o do mesmo mês de 2005, enquanto o pessoal ocupado, na mesma base de comparação, cresceu 3,0%. Além dos rendimentos provenientes do mercado

de trabalho, houve, também, aumento de renda a partir das transferências feitas pelo Governo, notadamente via Bolsa-Família.² Afora esse aumento da renda disponível, os consumidores puderam contar com um volume de crédito maior e mais barato (em função da queda das taxas de juros) em 2006. Inflação baixa e bens importados barateados pela valorização da taxa de câmbio fecham a lista de fatores que contribuíram, ao longo de 2006, com o aumento do consumo privado.

O consumo do Governo cresceu 1,9% no acumulado até setembro de 2006, praticamente repetindo a *performance* do ano passado.

O item da demanda agregada com maior aumento foi a Formação Bruta de Capital Fixo. No acumulado dos três primeiros trimestres de 2006, a expansão dos investimentos foi de 6,0%, bem acima da registrada no mesmo período do ano anterior, quando havia aumentado 1,2% (Tabela 1). Como resultado disso, a taxa de investimento sobre o PIB teve um pequeno acréscimo, atingindo a marca de 20,6% no terceiro trimestre de 2006, contra 19,4% no fechamento de 2005. Todos os componentes do investimento cresceram: construção civil, produção doméstica e importação de máquinas e equipamentos.

O bom desempenho da construção civil está ligado a um conjunto de medidas implementadas a partir de 2004, que aumentou a segurança tanto para o credor quanto para o tomador de recursos, reduziu impostos sobre alguns insumos do setor e incentivou o aumento do crédito imobiliário, este último estimulado ainda mais pela queda das taxas de juros. De acordo com a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip, 2007), de novembro de 2005 a novembro de 2006, o número de unidades financiadas, contra os 12 meses anteriores, aumentou 108,0%; na mesma base de comparação, o montante de operações contratadas expandiu-se 94,4%, atingindo, nos 12 meses fechados em novembro de 2006, o volume de R\$ 9,038 bilhões.³

No acumulado dos quatro trimestres terminados em setembro de 2006, os investimentos ligados à compra de máquinas e equipamentos — nacionais e importados — tiveram um crescimento bem acima dos da construção civil. Enquanto, nessa base de comparação, a construção civil cresceu 4,4%, o consumo aparente de máquinas e equipamentos aumentou 9,1% (Tabela 2). Passa-se a analisar separadamente os itens que compõem o consumo aparente (produção mais importação menos exportação). A produção doméstica vem perdendo força desde o final de 2004. Os 12 meses encerrados em setembro de 2006 apresentaram crescimento de apenas 1,7%. Decompondo a produção interna por tipos de máquinas, vê-se uma dispersão muito grande nos desempenhos. Segundo o IBGE (2007), no acumulado até outubro, as maiores expansões de produção deram-se em bens de capital para energia elétrica (29,3%), para uso misto (10,8%), para construção (10,2) e para fins industriais (4,2), enquanto os bens de capital para o setor agrícola (-19,8%) e equipamentos de transporte (-1,8%) tiveram redução de produção no período.

A valorização da taxa de câmbio afetou os desempenhos tanto das importações de máquinas e equipamentos quanto de suas exportações. As vendas externas acumularam expansão de apenas 0,5% nos últimos quatro trimestres fechados em setembro, taxa bem abaixo das verificadas nos períodos anteriores. Por outro lado, como era previsível, dada a sensibilidade dos bens de capital ao câmbio, as importações desses bens vêm tendo um comportamento excepcional, notadamente nos últimos dois anos. Nos quatro trimestres fechados em setembro, as compras externas de máquinas e equipamentos aumentaram 23,9%. Tem-se, portanto, uma situação em que a taxa de câmbio valorizada está tornando as importações mais baratas e as exportações mais custosas, o que acaba por restringir o crescimento da produção doméstica de máquinas e equipamentos.

A partir disso, surge a questão de saber até que ponto esse aumento do investimento faz parte de uma tendência de crescimento contínuo da formação de capital, ou se representaria apenas um aumento transitório, oportunizado por uma janela de câmbio valorizado que propiciou a expansão das importações de máquinas e equipamentos. Esse ponto será retomado adiante.

O processo de valorização da taxa de câmbio fez com que, pela primeira vez em anos, a taxa de crescimento das importações fosse maior que a taxa de aumento das exportações. No acumulado até setembro de 2006, a expansão das importações foi de 16,1% contra apenas 5,3% das exportações (Tabela 1). Segundo as projeções do IPEA feitas em dezembro último (Bol. Conj.,

² O impacto do Bolsa-Família sobre o consumo e, conseqüentemente, sobre as vendas do comércio pode ser medido pelos dados a seguir. No acumulado do ano até outubro, os estados das Regiões Norte e Nordeste apresentaram taxa média de crescimento das vendas do comércio de 24,3% e 15,4% respectivamente. Por outro lado, os estados das Regiões Sudeste e Sul, notadamente menos aquinhoadas com as transferências governamentais, tiveram taxas médias de 8,2% e 3,2% na ordem.

³ Para maiores detalhes sobre o desempenho da construção civil em 2006, ver Schettert (2007, no prelo).

2006b), a variação da demanda externa será negativa em 1,3%, em 2006 (Tabela 3), ou seja, o setor externo terá contribuído negativamente para a expansão do PIB.

A Tabela 3 pode ser vista como um resumo breve do desempenho da economia brasileira em 2006. Segundo as estimativas do IPEA (Bol. Conj., 2006b) sobre os componentes do PIB, houve importante expansão da demanda doméstica, puxada pelo consumo privado e pelo investimento. Por outro lado, a demanda externa recuou em 2006, impedindo um aumento mais acentuado do produto.

Esse tipo de comportamento da economia brasileira, característico em 2006, está de acordo com os

objetivos do Banco Central do Brasil (Bacen). Para seu objetivo único, que é o cumprimento das metas de inflação, uma taxa cambial valorizada é bem-vinda, pois propicia que a demanda doméstica se expanda sem criar pressões inflacionárias, restringidas que são pelo barateamento dos bens importados. Entretanto não é uma política isenta de custos. Como se vê na Tabela 3, parte do forte estímulo proveniente da demanda interna vazou para fora, sendo atendida pela oferta externa, em razão do real valorizado. O resultado foi, novamente, um crescimento econômico decepcionante.

Tabela 1

Variação trimestral do PIB sobre igual trimestre do ano anterior e variação acumulada ao longo do ano, no Brasil — 3º trim./05-3º trim./06

DISCRIMINAÇÃO	TRIMESTRE ANTE TRIMESTRE IMEDIATAMENTE ANTERIOR, COM AJUSTE SAZONAL					TAXA ACUMULADA AO LONGO DO ANO	
	3º Trim./05	4º Trim./05	1º Trim./06	2º Trim./06	3º Trim./06	3º Trim./05	3º Trim./06
PIB a preços de mercado	-1,1	1,2	1,2	0,4	0,5	2,6	2,5
Agropecuária	-5,3	2,4	2,3	1,6	1,1	1,4	2,5
Indústria	-1,0	1,3	1,1	0,0	0,6	2,9	2,7
Serviços	0,4	0,7	0,6	0,6	0,4	2,1	2,3
Consumo das famílias	1,1	1,4	0,5	1,0	0,5	3,0	3,7
Consumo do Governo	-0,2	0,1	1,2	0,6	0,1	1,8	1,9
Formação Bruta de Capital Fixo.....	-1,0	1,7	2,3	-0,2	2,5	1,2	6,0
Exportações	0,9	0,6	3,5	-5,1	8,6	12,9	5,3
Importações (-)	0,4	0,6	10,9	-0,1	8,5	11,4	16,1

(%)

FONTE: IBGE.

Tabela 2

Variação trimestral da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Brasil — 2004/06

DISCRIMINAÇÃO	4º TRIM/04	2005				2006		
		1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Formação Bruta de Capital Fixo	10,9	11,0	8,6	3,2	1,6	3,2	2,9	5,2
Construção	5,7	5,7	4,9	1,5	1,3	2,8	2,5	4,4
Máquinas e equipamentos	21,2	13,9	6,6	-1,9	2,1	6,1	6,1	9,1
Produção	19,9	16,2	12,4	7,1	4,1	4,5	1,7	1,7
Exportação	71,1	64,7	56,1	49,1	18,5	12,3	7,0	0,5
Importação	10,2	14,8	15,7	16,8	21,4	24,2	24,2	23,9
Taxa de investimento nominal ...	19,6	19,8	20,0	19,9	19,9	20,1	20,2	20,4

(%)

FONTE: BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 75, dez. 2006b.

NOTA: Valor do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Tabela 3

Taxa de crescimento do PIB, segundo seus componentes, no Brasil — 2004-06

COMPONENTES	2004	2005	2006 (1)
Consumo privado	2,3	1,7	2,3
Consumo do Governo	0,0	0,3	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	1,9	0,3	1,2
Variação de estoque	-0,5	-0,9	0,2
Exportação	2,9	2,1	0,8
Importação (-)	1,8	1,3	2,1
PIB	4,9	2,3	2,8
Demanda doméstica	3,8	1,4	4,1
Demanda externa	1,1	0,8	-1,3

FONTE: BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 75, dez. 2006b.

(1) Previsão do IPEA.

3 Entraves ao investimento e, por consequência, ao crescimento

O grande destaque do desempenho da economia brasileira em 2006 é o aumento do investimento. Mas uma melhora consistente, de longo prazo, que projete taxas sustentáveis de crescimento depende da construção de um patamar bem mais alto para a taxa de investimento. O objetivo desta seção é analisar as restrições impostas ao aumento do investimento relacionadas com as políticas monetária, fiscal e cambial. Outras restrições, notadamente as de natureza institucional, não serão aqui estudadas, não porque não sejam importantes, mas simplesmente porque fogem ao escopo deste texto.

Política monetária

O objetivo número um do Bacen é garantir o cumprimento das metas de inflação estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e, para tanto, usa como principal instrumento a taxa de juros. Objetivos de crescimento, de equilíbrio fiscal ou de uma taxa de câmbio mais adequada às exportações são deixados em segundo plano.

Na ata da 122ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) (Bacen, 2007a), realizada em 19 de outubro de 2006, é afirmado que “[...] a trajetória da inflação mantém estreita relação com os desenvolvimentos

correntes e prospectivos no tocante à ampliação da oferta de bens e serviços para o adequado atendimento à demanda”. Ou seja, a autoridade monetária só se sente segura em afrouxar sua política monetária, se a oferta estiver crescendo à frente da demanda, condição na qual os riscos inflacionários diminuem. Acontece que a taxa de juros que impede um maior crescimento da demanda agregada é a mesma que freia os novos investimentos, que são os responsáveis pela expansão da oferta agregada no futuro.

O entendimento do Bacen, exposto na mesma ata citada acima, é de que “[...] a manutenção de taxas de inflação consistentes com a trajetória de metas e a resultante consolidação de um cenário de estabilidade macroeconômica duradoura contribuirão para a continuidade do processo de redução progressiva da percepção de risco macroeconômico”, criando, assim, as condições para que o investimento privado cresça. Esse entendimento tem sido hegemônico na condução da política monetária dos últimos anos, notadamente após a implementação do sistema de metas de inflação em 1999, mas os resultados alcançados quanto ao aumento da taxa de investimento não têm sido notados. Nos últimos 10 anos, a média da taxa de investimento foi de 19,3% do PIB, sendo que, em 2006, deve alcançar um valor levemente acima dos 20,0%.

Desde agosto de 2005, o Copom reduziu a taxa Selic em 6,5 pontos percentuais, chegando, em novembro de 2006, a 13,25% ao ano. Mas, como a inflação também cedeu nesse período, a economia brasileira ainda convive com uma taxa real de juros da ordem de 10,0% ao ano, valor ainda excessivamente alto para que a taxa de investimentos reaja de forma mais consistente.

Scherer e Contri (2006) já haviam notado que “[...] dados os elevados patamares dos juros no Brasil, os investimentos têm apresentado uma sensibilidade muito pequena às suas variações” (Scherer; Contri, 2006, p. 10).

Política fiscal

A condução de uma política monetária restritiva impacta diretamente a política fiscal. Como a taxa real de juros tem permanecido mais elevada que a taxa de expansão do PIB, para que a relação dívida pública/PIB não cresça de maneira explosiva, o Governo trabalha com uma meta fiscal anual baseada na obtenção de um superávit primário de, pelo menos, 4,25% do PIB. Esse esforço fiscal acabou por resultar em aumentos contínuos da carga tributária ao longo dos últimos anos, arrecadação extra que, no entanto, não permitiu que os investimentos públicos da União se elevassem, antes pelo contrário. A exigência do superávit primário é tão forte que impediu a destinação de maiores recursos para os investimentos. A Tabela 4 mostra em números o acima exposto em palavras.

Tabela 4

Valores dos investimentos da União — 1997-06

ANOS	VALORES PAGOS (R\$ milhões)	VALORES PAGOS/PIB (%)
1997	8 806	1,01
1998	9 143	1,00
1999	7 997	0,82
2000	8 982	0,81
2001	10 237	0,85
2002	12 247	0,90
2003	5 219	0,33
2004	9 070	0,51
2005	10 306	0,53
2006	15 249	0,74

FONTE: IZAGUIRRE, Mônica. Investimentos da União cresceram 50% em 2006. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A5, 03 jan. 2007.

NOTA: Os investimentos referem-se aos do orçamento fiscal e aos da seguridade social (que excluem empresas estatais não dependentes do Tesouro).

O aumento dos gastos correntes, puxados pela Previdência e por programas sociais, também limitou os recursos disponíveis para investir, mas nada que se com-

pare com o efeito perverso que os gastos com a conta de juros tem sobre o investimento. Como visto na seção anterior, houve, em 2006, uma importante expansão do consumo privado, em grande parte propiciada pelas transferências governamentais (basicamente o Bolsa-Família) classificadas como gastos correntes. Por outro lado, o efeito que a conta de juros tem sobre a taxa de investimento é extremamente negativo. Em primeiro lugar, há a drenagem de recursos do setor privado para as contas do Governo, para posterior pagamento dos juros da dívida pública. E, em segundo lugar, a alta remuneração dos títulos públicos exerce desleal atração sobre recursos que poderiam ser direcionados para gastos mais produtivos, inclusive, e principalmente, os investimentos.

Há também um problema de complementaridade, pois os investimentos públicos da União ainda são os grandes responsáveis pelas obras de infra-estrutura. Como os recursos para esse fim são minguados, acabam por limitar a expansão de todo o investimento agregado, pois não se torna possível a construção de uma base sobre a qual o investimento privado possa se sustentar e crescer.

Política cambial

A principal razão para a taxa flexível de câmbio estar valorizada é a obtenção de expressivos superávits comerciais pelo País. Entretanto a desregulamentação da conta de capital e a manutenção de altos diferenciais de taxas de juros também têm seu peso na explicação. Não tanto pela atração de capitais internacionais que entram pela conta financeira do balanço de pagamentos, mas pelos efeitos que negociações com derivativos em mercados internos e principalmente externos exercem sobre o preço à vista da taxa de câmbio do real, pressionando por sua valorização.

Essas operações com instrumentos fora do balanço, caracterizadas por uma alavancagem elevada, buscam tirar proveito da valorização do real e das elevadas taxas de juros internas. Através da arbitragem, a taxa de câmbio formada nos mercados para liquidação futura tem impacto direto na taxa de câmbio à vista. (Farhi, 2006, p. 160-161).

A valorização cambial atende ao objetivo principal do Banco Central, que é o de manter a inflação dentro da meta, mas não aos objetivos de aumentar o investimento.

Na análise do desempenho do investimento em 2006 feita no capítulo anterior, viu-se que a taxa de câmbio

valorizada agiu positivamente sobre o aumento desse componente do PIB, isto porque barateou bens de capital importados. Entende-se, no entanto, que, apesar disso, o peso negativo da valorização cambial sobre a taxa de investimento, no tempo, acaba por ser maior. Isso ocorre, basicamente, porque a demanda por produtos exportáveis ou concorrentes de importados é reduzida pelo real valorizado, desincentivando possíveis gastos com aumentos de capacidade produtiva. Mesmo que os bens de capital estejam baratos, as expectativas de baixa demanda acabam por ter mais peso na decisão de investir.

A valorização cambial também tem efeito sobre os investimentos internacionais, tanto de estrangeiros como de brasileiros. Um câmbio mais baixo torna mais caro, em dólar, investir no Brasil, ao mesmo tempo em que cria vantagens para o detentor de reais transformar esse capital em dólar e investir em outros países. Isso acaba por forçar capitais brasileiros para o exterior e atrair poucos capitais estrangeiros para o País. O efeito sobre a taxa de investimento é claro. Para se ter uma idéia desse processo, segundo o Banco Central (2007), entre janeiro e novembro de 2006, o ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos somou US\$ 16,3 bilhões, enquanto os investimentos diretos brasileiros no exterior chegaram a US\$ 24,9 bilhões.

4 Considerações finais

A forma como a política econômica está montada, com seu tripé baseado nas metas de inflação, no superávit primário e no câmbio flexível e valorizado, privilegia claramente o controle da inflação e a estabilidade macroeconômica, esta última ainda merecendo uma conceitualização mais rigorosa. O aumento do investimento e o conseqüente crescimento econômico viriam como o resultado do sucesso de tal política. Viu-se que existe uma ligação muito estreita entre as políticas monetária, fiscal e cambial, ligação esta executada pela taxa de juros. Viu-se, também, que, da forma como está organizada e como funciona, a política econômica cria importantes entraves à expansão da taxa de investimento. Elevar essa taxa a ponto de poder garantir um crescimento econômico médio maior e sustentável no tempo passa, portanto, por uma política econômica que tenha por objetivos tanto o controle da inflação quanto o crescimento do produto.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA — ABECIP. Disponível em: <<http://www.abecip.org.br/sitenovo/>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Comitê de Política Monetária. **Ata da reunião 122 do Copom**. Brasília, D. F.: Bacen, 17/18 out. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM>>. Acesso em: 03 jan. 2007a.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 73, jun. 2006.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 74, set. 2006a.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 75, dez. 2006b.

FARHI, Maryse. Os impactos dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. **Política econômica em foco**. Campinas, Unicamp, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL — FMI. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais: 3º trim.** 2006. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais: 1º trim.** 2006. Rio de Janeiro, 2006a.

IZAGUIRRE, Mônica. Investimentos da União cresceram 50% em 2006. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A5, 03 jan. 2007.

RELATÓRIO de inflação. Brasília: BACEN, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

RELATÓRIO de inflação. Brasília: BACEN, set. 2006a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

RELATÓRIO de inflação. Brasília: BACEN, dez. 2006b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

SCHERER, André Luis Forti; CONTRI, André Luis. Notas sobre o Governo Lula: ambigüidades e perplexidades. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 7-14, dez. 2006.

SCHETTERT, Maria Conceição. O desempenho da economia gaúcha em 2006. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007. (no prelo).

Agropecuária

Em 2006: a recuperação da lavoura de grãos sul-rio-grandense em meio à crise agrícola nacional*

Maria D. Benetti

Economista da FEE

O Governo Federal está atento aos problemas do setor. A confluência de um conjunto de fatores negativos, como adversidades climáticas, câmbio valorizado, pragas e doenças, elevação de custos de produção e deficiências de infra-estrutura, causou forte impacto sobre a renda e a liquidez do produtor rural (Brasil, 2006).

Nesse parágrafo introdutório ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2006/2007, reconhecia-se, oficialmente, a profunda crise em que se encontrava mergulhada a agricultura brasileira¹. Além disso, ele deixa claro e resume muito bem a natureza dessa crise econômico-financeira e de suas causas. A crise econômica tem a ver com a queda da rentabilidade do setor; a financeira, com o excessivo endividamento, conduzindo-o à insolvência. Reconhecia-se, ainda, que a tais dificuldades se somam as decorrentes de problemas estruturais, associados à deficiência acumulada, no tempo, na infra-estrutura doméstica de circulação das mercadorias. Esses problemas estavam velados pela evolução favorável do mercado em períodos anteriores, bastando que se invertesse essa trajetória para que os mesmos se expusessem. É razoável deduzir que o *gap* estrutural afeta mais fortemente as novas regiões produtoras localizadas nos cerrados brasileiros, ao centro e ao

norte do País, mais distantes das zonas de consumo e embarque de *commodities*. No diagnóstico da crise, aparece outro componente, não menos influente, todavia de natureza aleatória, tendo a ver com as adversidades decorrentes de fatores naturais — pragas, clima — incidentes na atividade e que castigaram a lavoura recentemente.

Neste texto, avalia-se o desempenho da agricultura no ano de 2006,² focalizando o segmento da lavoura temporária de grãos no Rio Grande do Sul, dentro da ótica geral das dificuldades em que se encontrava o setor em âmbito nacional. Aliás, a literatura sobre o assunto afirma ter sido esse o segmento mais afetado pela crise, o que é confirmado pela atenção especial que recebe das medidas governamentais promulgadas em 2006 (ver, a esse respeito, a matéria contida no Box A.1, apenso ao final do texto).

A safra 2005/2006

Quando os produtores de grãos tomaram suas decisões sobre o plantio para a safra 2005/2006, fizeram-no em circunstâncias muito desfavoráveis.

Estas estavam associadas à piora das relações de intercâmbio da agricultura, devido à continuada e expressiva queda dos preços recebidos pelo setor frente à subida dos preços dos insumos, formando um efeito-teosoura, cuja amplitude de abertura das lâminas está

* Artigo recebido em 11 jan. 2007.

¹ Tal reconhecimento pelo Governo ocorreu pressionado por uma intensa mobilização dos produtores, especialmente em alguns dos que se poderiam chamar de “estados agrícolas” — Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina —, compreendendo, inclusive, o bloqueio de estradas estaduais (Valor Online, 2006).

² Com informações disponíveis nos *sites* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2006) e do IBGE (2006) até 04 de dezembro de 2006.

grandemente associada ao comportamento dos preços recebidos pelos produtores e se acha representada no Gráfico 1. Veja-se, por outro lado, que os preços dos insumos acompanham a evolução do IPCA.

O Gráfico 2 mostra o comportamento dos preços agrícolas das principais lavouras de grãos do Rio Grande do Sul. De uma maneira geral, pode-se dizer que ocorreu deterioração dos preços desde janeiro de 2004, o que atingiu, sobretudo, as produções de soja e de arroz. As cotações do milho e, especialmente, as do feijão iniciaram o processo de queda mais tardiamente, no final do ano de 2005. (Isso explica, aliás, porque os produtores gaúchos, como os do resto do Brasil, diante desse quadro, semearam mais grãos de milho do que de soja na safra 2005/2006). A lavoura de feijão é relativamente inexpressiva em termos de área cultivada (e de produtividade física), razão pela qual seu desempenho termina contando menos para os resultados globais da lavoura. De qualquer maneira, logo após o plantio da safra 2005/2006, despencaram os preços do milho e do feijão, continuaram a reduzir-se os da soja, enquanto os do arroz, após uma ligeira recuperação, voltaram aos níveis inferiores, aos patamares registrados em out.-nov./05.³ E tudo isso aconteceu em plena entressafra da produção. Já na época da colheita e da comercialização da safra (maio-jun./06), notou-se uma ligeira recuperação dos preços nominais, exceto para os pagos ao feijão, contudo ela não foi suficiente para alçá-los aos níveis registrados em 2004 e 2005.

Quanto à situação da lavoura de grãos de inverno mais importante do Rio Grande do Sul, a de trigo, embora tivesse convivido com uma certa estabilidade de preços entre os plantios das safras 2005 e 2006, os mesmos não haviam ainda se recuperado da brusca queda ocorrida após o plantio de 2004, tampouco acompanhando a evolução do IPCA (Gráfico 3). Os preços baixos em anos anteriores, junto à dificuldade de competição no mercado interno com o produto importado, explicam a queda da área plantada em cerca de 150 mil hectares em 2006, com relação a 2005 (IBGE, 2006).⁴

³ Essa conjuntura de preços, no que diz respeito ao milho e à soja, em grande medida, pode estar ligada à queda das exportações brasileiras de carnes de frangos e suína, assim como de farelos de soja, no período da colheita, decorrente do surgimento da gripe aviária na Europa e da febre aftosa no rebanho suíno do Paraná. Embora não tenha havido foco no rebanho suíno gaúcho, em um primeiro momento o temor da doença afetou as exportações estaduais (Valor Online, 2006).

⁴ Refere-se ao documento **Estimativa [das safras] de Novembro com Relação a Outubro de 2006**.

De outro lado, o segmento exportador da agropecuária tinha sua renda em reais deprimida pela valorização continuada do real frente ao dólar: em média, a taxa de câmbio de venda da moeda brasileira acumulava uma valorização nominal de 4,75% em 2004, de 16,80% em 2005 e de 5,67% de janeiro até 11 de novembro de 2006. No período considerado, o real valorizou-se, em termos nominais, frente ao dólar, na razão de 26,17 (Tabela 1).

No Gráfico 4, pode-se acompanhar a trajetória da valorização real da moeda brasileira frente ao dólar, desde dezembro de 2004 até outubro de 2006.

Mas, em nosso entender, a razão maior das dificuldades enfrentadas pelo setor teria outra origem, residindo no crescimento das dívidas contraídas pelos produtores em épocas pretéritas, acompanhando o *boom* produtivo iniciado em 1997-98, as quais vieram acumulando-se, principalmente a partir de 2001, como mostra a súbita mudança na curva dos saldos do crédito rural no Gráfico 5.

É preciso recordar que a produção de grãos no período se expandiu para áreas novas do cerrado brasileiro, nas suas porções centro e norte. A incorporação de áreas para a agricultura nessas regiões exige correção da acidez dos solos, portanto, são necessários investimentos pesados em calcário e, além disso, a aquisição de máquinas, como tratores, colheitadeiras, e implementos agrícolas. Em outras palavras, a integração acelerada de áreas às novas regiões na fronteira agrícola exigia muito investimento, necessidade esta que foi coberta pelo crédito de instituições puramente bancárias (públicas e privadas) e, também, por empresas fornecedoras desses produtos. Muito dos gastos correntes relacionados ao custeio da lavoura também foram obtidos pelos produtores e/ou por suas cooperativas junto a fornecedores de insumos das respectivas cadeias produtivas. Em suma, a rápida expansão da lavoura esteve associada a um também rápido endividamento dos produtores — no curto e no longo prazo.

As análises de conjuntura do IPEA no ano de 2006 insistem muito em relação a esse ponto, alertando para o fato de que a agricultura vivia uma enorme crise financeira, que estaria a engessar sua capacidade de crescimento e, até mesmo, dificultando a manutenção do nível corrente das atividades (B. Conj. 2005; 2006; 2006a).

A gravidade da situação explica a intervenção governamental no sentido de renegociar os débitos dos agricultores no ano de 2006. Embora a intervenção tenha sido vital para dar fôlego ao setor, ainda ficam os débitos acumulados, os quais, pelo menos em princípio, continuariam a atrasar um novo salto expansionista da atividade. De todas as maneiras, vê-se que a uma crise

econômica, associada à queda da rentabilidade, soma-se uma grave crise financeira, uma atuando sobre a outra e deprimindo a capacidade potencial de crescimento, inviabilizando novos investimentos, quer para incorporação de novas áreas, quer digam respeito ao aumento de produtividade.

Os dados da Tabela 2 abrangem os créditos rurais, em suas diferentes modalidades, concedidos à agricultura sul-rio-grandense nos anos antecedentes à crise agrícola de 2006. Eles mostram a preponderância dos créditos de custeio e investimento sobre os demais itens financiados e, o que interessa salientar nesse contexto, o expressivo aumento que registraram no decorrer do tempo. Vê-se que subiram 2,5 vezes mais do que a área cultivada com grãos e, sendo assim, fizeram-no muito acima da evolução de qualquer indicador que expresse a subida de preços no período.

Se a crise de endividamento esteve, em grande medida, associada à expansão da fronteira agrícola, então, ela seria mais grave nas novas regiões produtoras do que nas áreas tradicionais, como o Rio Grande do Sul, que estariam em melhor posição frente às concorrentes dos cerrados. Isso é bem plausível, todavia há que se ter presente que a expansão da lavoura no Estado privilegiou as áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária, na Metade Sul, mais especificamente nas Mesorregiões Sudoeste⁵ e Centro-Occidental do IBGE. Assim sendo, os produtores dessas regiões estariam, nesse ponto, passando por dificuldades semelhantes às dos produtores dos cerrados, logo, também se teriam endividado rapidamente.

Às condições negativas referidas anteriormente — que afetaram o coração do setor graneleiro nacional e que antecederam o plantio da safra de grãos 2005/2006 no Rio Grande do Sul — veio somar-se mais outra, a resultante da segunda pior quebra de safra de sua história, pelo menos daquela contada a partir de 1991. Se a comparação entre as safras for realizada com períodos mais recentes, foi verdadeiramente catastrófico o resultado obtido na safra 2004/2005, quando se plantaram 7.404.000 hectares e se colheram 11.498.000 toneladas de grãos.

⁵ A Mesorregião Sudoeste, correspondendo à chamada Campanha Rio-Grandense, incorporou 409.000 hectares aos 492 mil utilizados em 1990, totalizando 901 mil hectares explorados em 2004. Mais precisamente, foi uma de suas microrregiões, a Campanha Occidental (integrada pelos Municípios de Rosário do Sul, Livramento e São Gabriel, para citar alguns dos mais importantes), a área responsável pelo aumento expressivo da terra cultivada. Enquanto crescia a área da lavoura temporária na Mesorregião Sudoeste, esta diminuía em 315.000 hectares na Mesorregião Noroeste, que historicamente representa o coração, o núcleo central da produção graneleira estadual.

É preciso ter presente que, nas safras imediatamente anteriores, 2002/2003 e 2003/2004, com aproximadamente os mesmos hectares (7.195.000 e 7.621.000 hectares respectivamente), obtiveram-se 22 milhões e 17,4 milhões de toneladas de grãos.

É fácil entender que, diante desses azares negativos, quaisquer vantagens que pudessem ter tido os produtores gaúchos com relação aos dos cerrados, no que diz respeito a custos de transporte das mercadorias e ao grau de endividamento, teriam sido, em grande medida, anuladas. E, conseqüentemente, os mesmos teriam visto a sua capacidade de produzir mais e, assim, de pagar seus débitos ser dramaticamente reduzida.

Sejam quais forem as vantagens e desvantagens relativas das lavouras temporárias regionais entre si, o fato é que a situação em que se encontravam os produtores em seu conjunto obrigou a intervenção governamental, justamente no momento da colheita da safra 2005/2006, sem a qual o setor poderia entrar em colapso. O Estado interveio notadamente no aspecto financeiro da crise, renegociando os créditos de custeio contratados pelos produtores para o plantio da safra colhida em 2006 e os de investimento que se haviam acumulado, através de safras anteriores, junto ao sistema oficial de crédito e aos fornecedores privados de recursos. Mas também interveio nos aspectos econômicos da mesma, de um lado, acionando instrumentos de sustentação dos preços de comercialização das safras e, de outro, permitindo a importação de insumos agrícolas para a produção destinada à exportação, isentos de impostos (regime de *draw back*). Tais medidas permitiram aos produtores voltar aos bancos e se financiar para a safra 2006/2007.

As considerações feitas até aqui permitem concluir que a crise eclodida em 2006 vinha sendo gestada em safras anteriores e que não está localizada no Rio Grande do Sul, ela é nacional. Tanto é assim que, na safra 2004/2005, a área total plantada com o conjunto das lavouras temporárias no Brasil subiu apenas 2,3%, quando o fizera em mais de 8,0% nas duas safras anteriores. A área plantada com arroz, milho, feijão, soja e trigo, em âmbito nacional, cresceu aproximadamente no mesmo ritmo da área total da lavoura (cerca de 2%) na safra 2004/2005 e reduziu-se, em valores absolutos, na safra 2005/2006. É bem verdade que, no Rio Grande do Sul, a redução do número de hectares plantados com os cinco grãos já havia começado na safra anterior, 2004/2005, movimento que se mantém na safra 2005/2006.

Na Tabela 3, compara-se a expansão da área da lavoura no Rio Grande do Sul com a das demais regiões produtoras brasileiras, com o objetivo de mostrar se aque-

la trajetória recessiva da atividade no País descrita antes estava mais, ou menos, influenciada pelo comportamento do seu segmento regional. Os dados permitem concluir que o processo ocorrido no Rio Grande do Sul pouco influenciou o nacional, uma vez que a desaceleração fora do Estado já havia começado antes e que foram as demais regiões concorrentes que deixaram de plantar cerca de 1,8 milhão de hectares entre as safras 2004/2005 e 2005/2006. De qualquer modo, aqui e no resto do Brasil, a crise interrompeu o *boom* produtor/exportador iniciado depois de 1996 e, segundo se argumentou, de maneira importante, associada ao endividamento que o acompanhou e que teria levado à insolvência dos produtores.

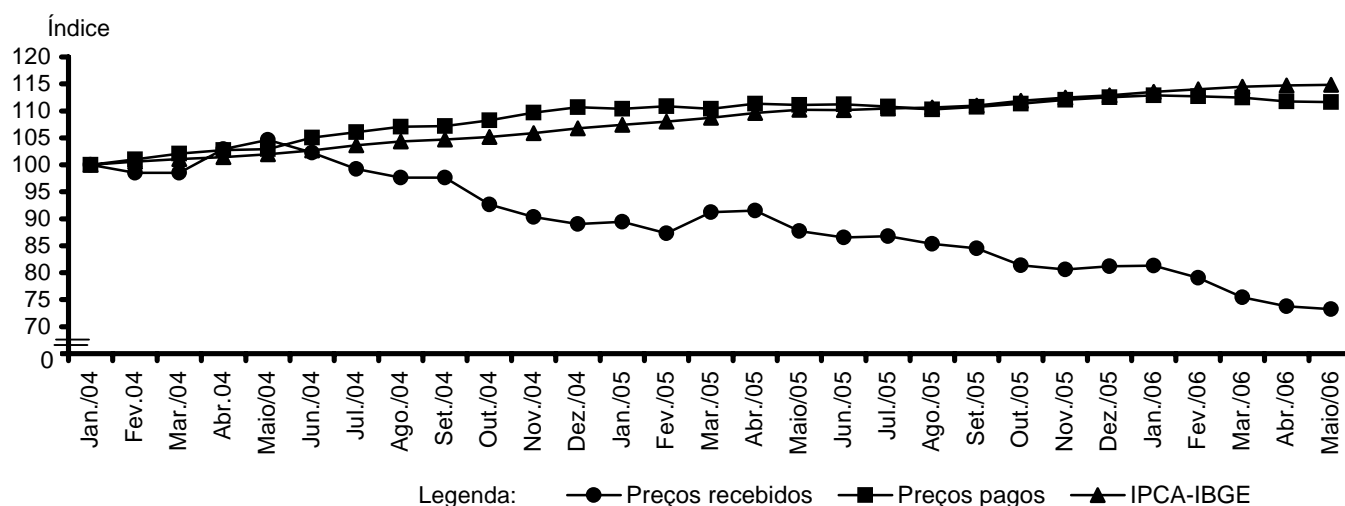
A Tabela 4 apresenta outro indicador da crise agrícola e do comprometimento da expansão do setor. Os dados mostram a redução das vendas de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) principalmente de 2004

para 2005, anos que antecederam a crise manifestada em 2006. As vendas de colheitadeiras continuaram em franca queda no acumulado das vendas de janeiro a novembro de 2006, com relação a igual período de 2005.

Na safra 2005/2006, estima-se que o Rio Grande do Sul tenha produzido mais de 8 milhões de toneladas de grãos em relação à de 2004/2005. E isso graças à recuperação dos índices de produtividade física das lavouras, uma vez que a área cultivada se reduziu em termos absolutos. As demais regiões produtoras em conjunto (Brasil menos RS na Tabela 5) tiveram uma redução no volume produzido da ordem de 3,7 milhões de toneladas. O aumento da produção brasileira como um todo (4,5 milhões de toneladas) só foi possível, assim, pelo acréscimo da produção do Rio Grande do Sul. E esta devendo-se de forma importante ao comportamento favorável do clima.

Gráfico 1

Índice de preços pagos e recebidos pelos produtores rurais e IPCA no Brasil — jan./04-maio/06



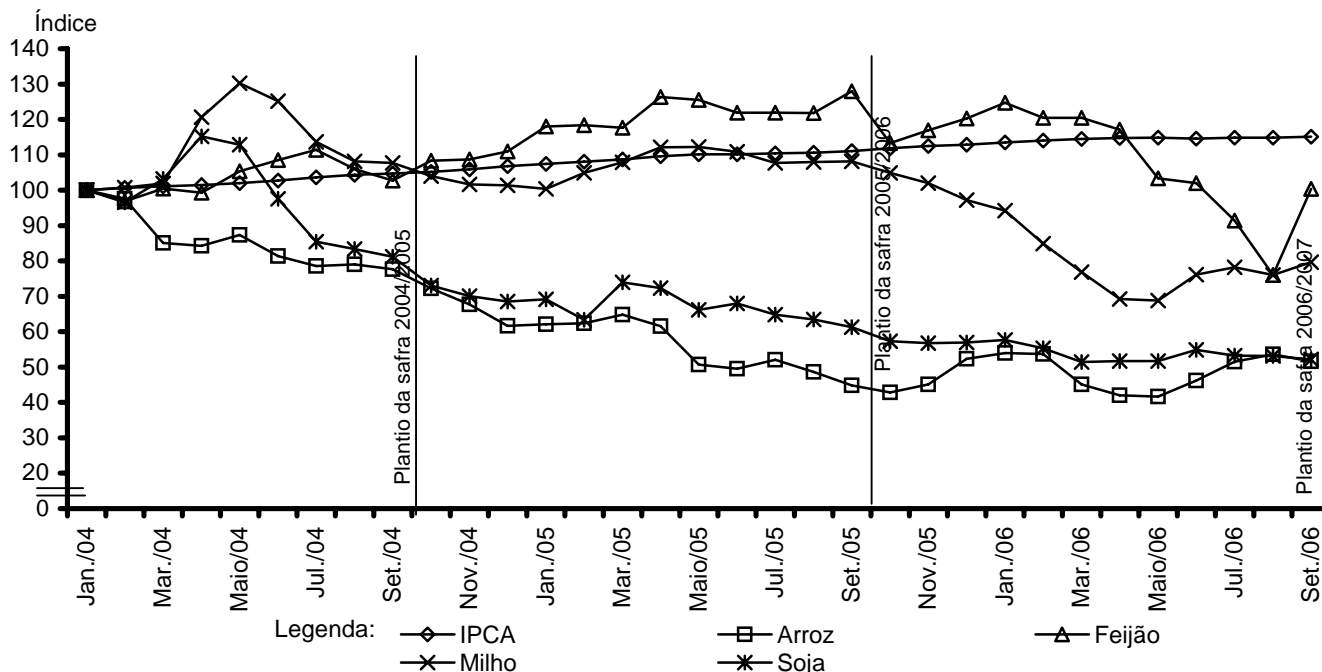
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPCA-IBGE, base dez./93 = 100.

FGV, colunas 5 e 7, base ago./94 = 100.

NOTA: O índice tem com base jan./04 = 100.

Gráfico 2

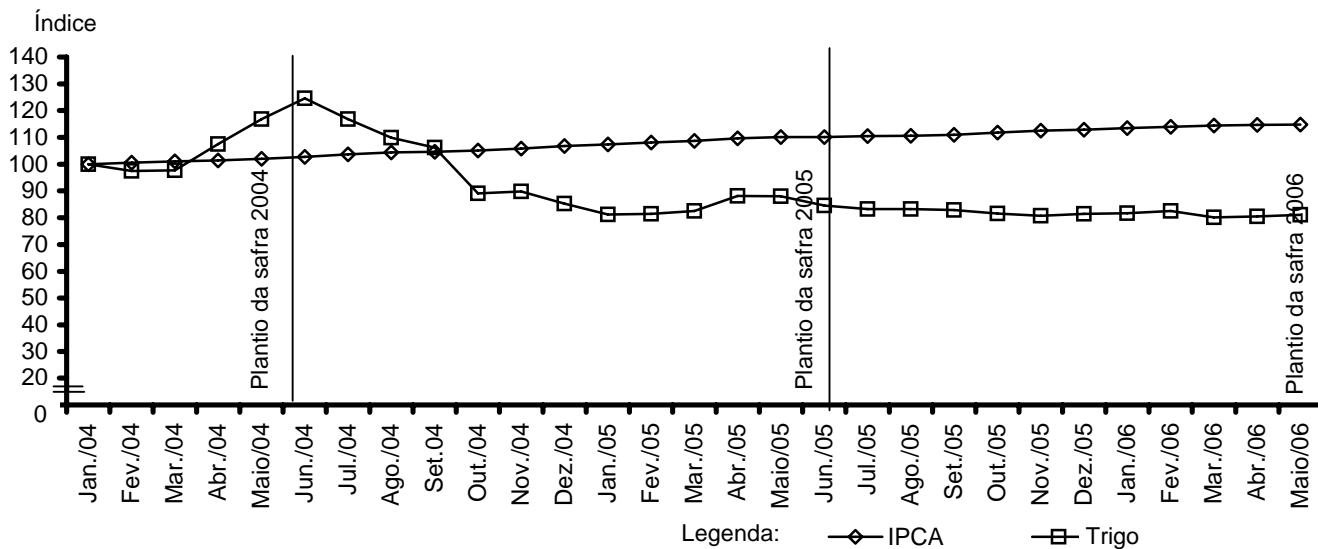
Evolução dos preços de grãos selecionados recebidos pelos agricultores no Rio Grande do Sul — jan./04-set./06



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.1.
 NOTA: Os dados têm como base jan./04 = 100.

Gráfico 3

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de trigo e do IPCA no Rio Grande do Sul — jan./04-maio/06



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.1.
 NOTA: Os dados têm como base: jan./04 = 100.

Tabela 1

Taxa de câmbio nominal relativa à média do período no Brasil — 2004/06

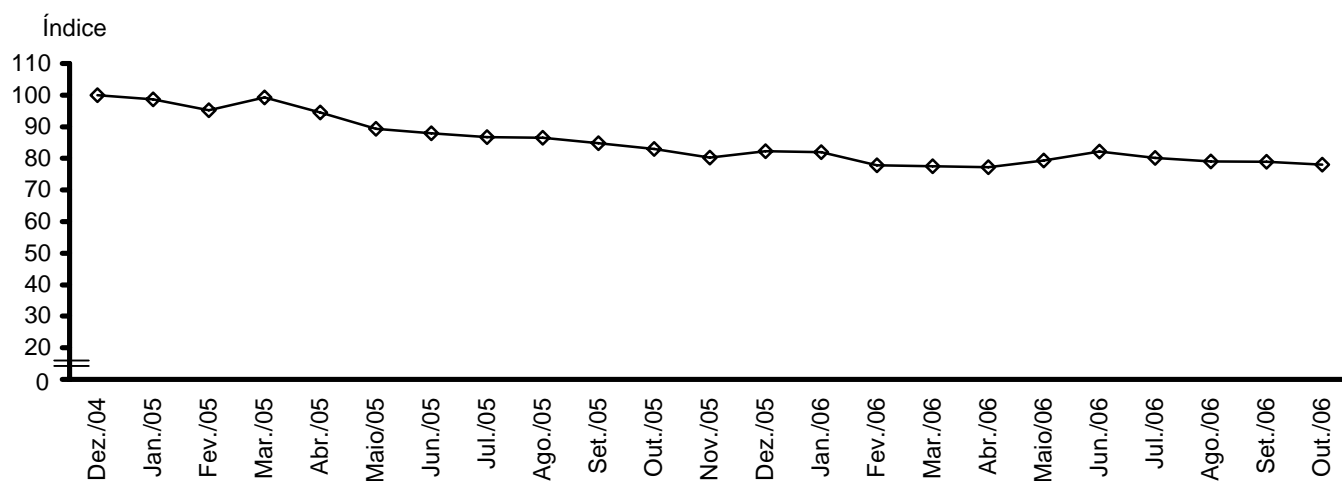
DISCRIMINAÇÃO	TAXA (R\$/US\$)	VARIAÇÃO %
2004	2,9257	-4,75
2005	2,4341	-16,8
2006 (1)	2,1798	-5,67
Varição acumulada	-	-26,17

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS. Brasília: Bacen, v. 29, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.

(1) Dados observados até 17.11.06.

Gráfico 4

Evolução da taxa real de câmbio do Brasil — dez./04-out./06



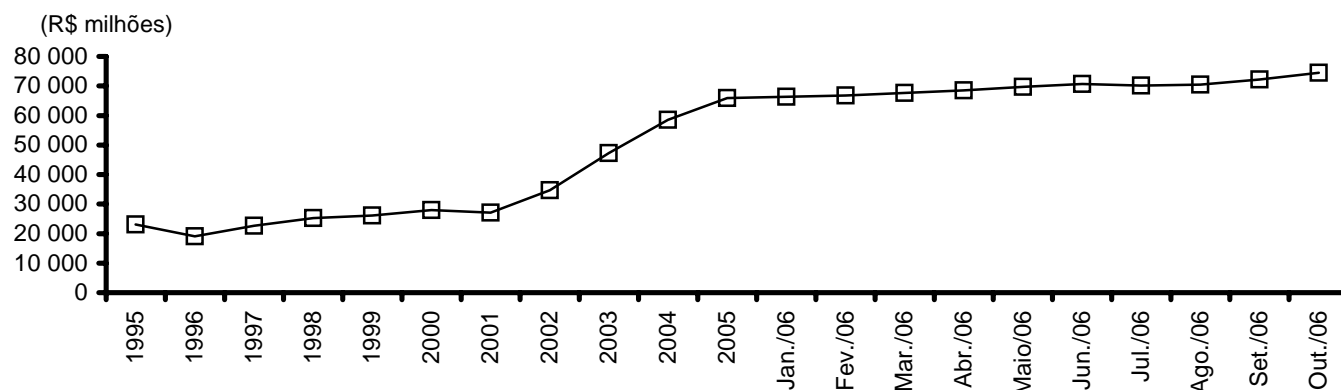
FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: 1. Os dados têm como base dez./04 = 100.

2. A taxa de câmbio está em R\$/US\$.

Gráfico 5

Saldos dos empréstimos do sistema financeiro ao setor rural no Brasil — 1995/06



FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília: BACEN, out. 2006.

NOTA: 1. Em valores nominais.

2. Dados de dezembro de 1995 a 2005.

Tabela 2

Evolução do crédito rural, em valores nominais, Rio Grande do Sul — dez. 2000-05

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/00	DEZ/01	DEZ/02
Financiamentos rurais para agricultura — custeio e investimento (R\$ 1 000)	3 100 281	3 128 256	4 093 118
Financiamentos rurais para agricultura — comercialização (R\$ 1 000)	257 070	282 176	315 591
Subtotal (R\$ 1 000)	3 357 351	3 410 431	4 408 709
Financiamentos rurais para pecuária — custeio e investimento (R\$ 1 000)	379 580	534 432	663 151
Financiamentos rurais para pecuária — comercialização (R\$ 1 000)	40 553	53 995	66 734
Subtotal (R\$ 1 000)	420 133	588 427	729 886
Financiamentos agroindustriais (R\$ 1 000)	9 917	8 012	207 112
Financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1 000)	3 787 402	4 006 871	5 345 707
Área plantada (ha)	6 272 000	6 370 100	6 733 600
Financiamento para custeio e investimento/área plantada (R\$/ha)	0,494	0,491	0,608
Relativo de crescimento (índice)	100	99	123
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03	DEZ/04	DEZ/05
Financiamentos rurais para agricultura — custeio e investimento (R\$ 1 000)	5 769 449	7 734 551	9 305 903
Financiamentos rurais para agricultura — comercialização (R\$ 1 000)	324 571	495 817	399 597
Subtotal (R\$ 1 000)	6 094 020	8 230 367	9 705 499
Financiamentos rurais para pecuária — custeio e investimento (R\$ 1 000)	762 564	765 281	999 760
Financiamentos rurais para pecuária — comercialização (R\$ 1 000)	33 040	26 318	43 680
Subtotal (R\$ 1 000)	795 604	791 599	1 043 440
Financiamentos agroindustriais (R\$ 1 000)	631 214	446 464	557 511
Financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1 000)	7 520 839	9 468 431	11 306 451
Área plantada (ha)	7 195 100	7 610 800	7 403 500
Financiamento para custeio e investimento/área plantada (R\$/ha)	0,802	1,016	1,257
Relativo de crescimento (índice)	162	206	254

FONTE: Banrisul.
Bacen.

Tabela 3

Evolução das áreas plantadas produtoras de grãos no Rio Grande do Sul e nas demais regiões brasileiras — safras 2002/2003-2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	(ha)						
	2002/ /2003	2003/ /2004	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2004/2003	2004/ /2005	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2005/2004	2005/ /2006	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2006/2005
Brasil	42 005 752	45 377 044	3 371 292	45 975 039	597 995	43 925 625	-2 049 414
RS	7 195 127	7 610 802	415 675	7 403 544	-207 258	7 132 742	-270 802
Brasil - RS	34 810 625	37 766 242	2 955 617	38 571 495	805 253	36 792 883	-1 778 612

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas A.2 e A.3.

Tabela 4

Vendas de máquinas agrícolas nacionais no atacado, no Brasil — 2003/06

PERÍODOS	TRATORES DE RODAS		COLHEITADEIRAS	
	Número	Relativos	Número	Relativos
2003	29 405	100,00	5 434	100,00
2004	28 636	97,38	5 598	103,02
2005	17 543	59,66	1 533	28,21
Jan.-nov./05	16 825	100,00	1 370	100,00
Jan.-nov./06	18 891	112,28	817	59,64

FONTE: ANFAVEA. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: dez. 2006.

Tabela 5

A contribuição do Rio Grande do Sul ao volume produzido de grãos no Brasil — safras 2002/2003-2005/2006

PRODUÇÃO					(t)	
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	DIFERENÇA 2005/2006 - - 2004/2005	DIFERENÇA 2005/2006 - - 2002/2003
Brasil	120 036 904	113 400 360	107 150 234	111 632 927	4 482 693	-8 403 977
RS	22 235 994	17 451 834	11 497 604	19 714 584	8 216 980	-2 521 410
Brasil - RS	97 800 910	95 948 526	95 652 630	91 918 343	-3 734 287	-5 882 567

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas A.2 e A.3.

Perspectivas para a safra gaúcha 2006/2007

Pelas previsões da Conab, não se deve esperar a expansão da lavoura de grãos estadual. Elas apontam uma nova safra que repetiria aproximadamente os resultados da 2005/2006, mesmo que se tome como referência a hipótese máxima sobre o comportamento da atividade (Tabela 6).

Considerando-se essa hipótese, a produção física em tonelagem decresceria ligeiramente, apesar de um também pequeno aumento da área plantada com os cinco grãos. Tal resultado estaria associado a uma esperada queda de produtividade da lavoura dos grãos no Estado, com exceção da do milho.

Depois de tudo o que foi dito, no tópico precedente, sobre as dificuldades em que se encontravam os produtores no momento que antecedeu o plantio da safra em 2006, seria pouco provável que se desenhasse um cenário diferente para a colheita de 2007. A intervenção governamental teria tido o efeito apenas de assegurar os níveis históricos da atividade setorial.

O quadro brasileiro para a safra de grãos 2006/2007, em sua expectativa mais otimista, é um pouco mais favorável do que o desenhado para a lavoura sul-rio-grandense nas mesmas condições, pois se espera um razoável aumento da produtividade das lavouras da soja, além de uma melhoria nos índices da exploração do milho.

Todavia a área total cultivada com o conjunto de grãos analisados cairia pouco mais de 800.000 hectares, mesmo considerando-se a hipótese mais otimista. Sendo assim, no Brasil, seria a segunda safra consecutiva em que cairia a área cultivada com o conjunto dos grãos analisados. De qualquer forma, o efeito líquido do aumento de produtividade e da queda de área da lavoura seria, ainda assim, positivo, traduzindo-se em um acréscimo do volume produzido de cerca de 4,5 milhões de toneladas e em uma produção total de 116 milhões de toneladas a serem colhidas em 2007.

Agora, resta esperar, pelo menos, que fatores naturais não prejudiquem os resultados projetados para o desempenho da lavoura de grãos no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Tabela 6

Prognósticos para a safra de grãos gaúcha — 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2005/2006	2006/2007		VARIÇÃO $\frac{2006/2007}{2005/2006}$	
		Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Produção física (t)					
Arroz	6 784 231	6 185 200	6 380 300	91,17	94,05
Feijão	120 156	119 100	121 900	99,12	101,45
Milho	4 530 562	4 624 400	4 719 700	102,07	104,17
Soja	7 559 288	7 456 600	7 530 300	98,64	99,62
Trigo	720 347	755 700	755 700	104,91	104,91
Subtotal	19 714 584	19 141 000	19 507 900	97,09	98,95
Área plantada (ha)					
Arroz	1 023 330	967 200	997 700	94,51	97,50
Feijão	122 663	122 800	125 600	100,11	102,39
Milho	1 422 060	1 392 900	1 421 600	97,95	99,97
Soja	3 868 501	3 924 500	3 963 300	101,45	102,45
Trigo	696 188	693 300	693 300	99,59	99,59
Subtotal	7 132 742	7 100 700	7 201 500	99,55	100,96
Produtividade física (kg/ha)					
Arroz	6 631	6 395	6 395	96,44	96,44
Feijão	979	970	971	99,07	99,14
Milho	3 229	3 320	3 320	102,82	102,82
Soja	1 956	1 900	1 900	97,14	97,14
Trigo	1 223	1 090	1 090	89,13	89,13

FONTE DOS DADOS BRUTOS: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 2º levantamento de intenção de plantio — safra 2006/07. Brasília: nov./2006. CONAB — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.

Apêndice

Tabela A.1

Preços dos principais grãos, em valores nominais, recebidos pelos produtores
no Rio Grande do Sul — jan./04-set./06

(R\$)

MESES	ARROZ EM CASCA (1)	FEIJÃO (2)	MILHO (2)	SOJA (2)	TRIGO (2)
Jan./04	38,68	65,73	17,09	43,27	22,31
Fev./04	37,73	63,64	17,22	41,79	21,74
Mar./04	32,90	66,05	17,42	44,64	21,81
Abr./04	32,58	65,24	20,62	49,85	23,99
Mai./04	33,77	69,26	22,25	48,83	26,07
Jun./04	31,46	71,33	21,39	42,21	27,79
Jul./04	30,38	73,25	19,43	36,97	26,06
Ago./04	30,58	69,64	18,48	36,07	24,51
Set./04	30,05	67,53	18,41	35,14	23,68
Out./04	27,96	71,21	17,77	31,60	19,88
Nov./04	26,18	71,43	17,37	30,30	20,05
Dez./04	23,86	72,93	17,33	29,66	19,02
Jan./05	24,02	77,56	17,16	29,91	18,11
Fev./05	24,13	77,80	17,92	27,43	18,17
Mar./05	25,09	77,32	18,44	32,00	18,41
Abr./05	23,82	83,07	19,17	31,28	19,66
Mai./05	19,62	82,53	19,18	28,65	19,63
Jun./05	19,15	80,10	18,95	29,41	18,87
Jul./05	20,14	80,10	18,41	28,05	18,58
Ago./05	18,82	80,08	18,45	27,46	18,56
Set./05	17,34	84,13	18,48	26,54	18,48
Out./05	16,58	74,50	17,92	24,81	18,21
Nov./05	17,46	76,83	17,43	24,55	18,01
Dez./05	20,25	79,06	16,61	24,66	18,17
Jan./06	20,86	82,00	16,11	24,94	18,23
Fev./06	20,78	79,17	14,51	23,94	18,42
Mar./06	17,46	79,19	13,14	22,25	17,88
Abr./06	16,24	77,00	11,84	22,36	17,97
Mai./06	16,10	67,93	11,76	22,36	18,08
Jun./06	17,88	67,07	13,01	23,75	18,31
Jul./06	19,93	60,09	13,37	23,02	18,45
Ago./06	20,75	50,00	13,00	23,00	19,00
Set./06	19,98	66,00	13,61	22,56	19,72

FONTE: Emater.

(1) Em saco de 50kg. (2) Em saco de 60kg.

Tabela A.2

Produção, área colhida, área plantada e produtividade em lavouras temporárias do Brasil — safras 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006

LAVOURAS E TOTAL	PRODUÇÃO (t)				ÁREA COLHIDA (ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	10 334 603	13 277 008	13 225 663	11 513 019	3 180 859	3 733 148	3 918 915	2 964 339
Feijão	3 302 038	2 967 007	3 012 158	3 377 163	4 090 568	3 978 660	3 748 461	3 998 705
Milho	48 327 323	41 787 558	35 115 911	42 122 980	12 965 678	12 410 677	11 548 912	12 555 563
Soja	51 919 440	49 549 941	51 138 045	52 356 720	18 524 769	21 538 990	22 932 818	22 010 658
Trigo	6 153 500	5 818 846	4 658 457	2 263 045	2 560 231	2 807 224	2 358 576	1 528 687
TOTAL	120 036 904	113 400 360	107 150 234	111 632 927	41 322 105	44 468 699	44 507 682	43 057 952

LAVOURAS E TOTAL	ÁREA PLANTADA (ha)				PRODUTIVIDADE (kg/ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	3 193 936	3 774 215	4 002 133	3 000 976	3 248	3 556	3 375	3 884
Feijão	4 378 213	4 325 777	3 953 843	4 198 241	807	745	804	845
Milho	13 343 992	12 864 838	12 247 551	12 913 939	3 727	3 367	3 041	3 355
Soja	18 527 544	21 601 340	23 410 650	22 046 825	2 802	2 300	2 230	2 379
Trigo	2 562 067	2 810 874	2 360 862	1 765 644	2 403	2 072	1 975	1 480
TOTAL	42 005 752	45 377 044	45 975 039	43 925 625	-	-	-	-

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Brasília: IBGE, 2006.

Tabela A.3

Produção, área colhida, área plantada e produtividade em lavouras temporárias do Rio Grande do Sul — safras 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006

LAVOURAS E TOTAL	PRODUÇÃO (t)				ÁREA COLHIDA (ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	4 697 151	6 338 139	6 103 289	6 784 231	961 760	1 044 124	1 005 874	1 023 074
Feijão	137 865	133 709	75 004	120 156	155 937	136 456	108 582	121 670
Milho	5 426 124	3 376 862	1 485 040	4 530 562	1 415 297	1 199 523	965 586	1 403 218
Soja	9 579 297	5 541 714	2 444 540	7 559 288	3 591 470	3 968 530	3 733 822	3 863 726
Trigo	2 395 557	2 061 410	1 389 731	720 347	1 063 194	1 124 800	844 420	589 036
TOTAL	22 235 994	17 451 834	11 497 604	19 714 584	7 187 658	7 473 433	6 658 284	7 000 724

LAVOURAS E TOTAL	ÁREA PLANTADA (ha)				PRODUTIVIDADE (kg/ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	962 210	1 056 098	1 055 232	1 023 330	4 883	6 070	6 068	6 631
Feijão	160 276	142 225	118 105	122 663	884	979	691	988
Milho	1 416 777	1 303 297	1 206 119	1 422 060	3 833	2 815	1 538	3 229
Soja	3 591 970	3 984 337	4 179 272	3 868 501	2 667	1 396	655	1 956
Trigo	1 063 894	1 124 845	844 821	696 188	2 253	1 832	1 646	1 223
TOTAL	7 195 127	7 610 802	7 403 549	7 132 742	-	-	-	-

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Brasília: IBGE, 2006.

Anexo

Box A.1

Algumas medidas governamentais para sustentar a renda e aliviar a crise financeira que afeta diretamente o segmento produtor de grãos (BRASIL, 2006).

1 Apoio direto à comercialização: ampliação dos recursos para a PGPM

Alocação adicional de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 500 milhões em abril e R\$ 500 milhões em maio, sobre os R\$ 650 milhões previstos no orçamento de 2006.

Apoio direto à comercialização de soja — alocação de mais um R\$ 1 bilhão para sustentar os preços da soja ao produtor, por meio de prêmio de risco de opção privada (**Prop**). Trata-se de **uma compensação monetária variável, em função do custo do frete**. Os principais beneficiários são os produtores mais distantes dos centros de consumo.

2 Medidas financeiras

2.1 Prorrogação de dívidas

2.1.1 Prorrogação de investimento

Prorrogadas as parcelas (capital, juros e acessórios) vencidas e a vencer em 2006 para até 12 meses após a última prestação. Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo têm prorrogação automática, sem análise caso a caso.

Fundos constitucionais: prorrogadas as parcelas de 2005 e 2006.

2.1.2 Prorrogação de crédito de custeio

Prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006, prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem.

Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo têm prorrogação automática, sem análise caso a caso.

Prorrogação automática de parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006, pelo prazo de quatro anos, em parcelas anuais, com a primeira parcela vencendo 12 meses após a data da repactuação. O valor total prorrogado varia em função da região e do produto, com base nos seguintes critérios:

- soja - prorrogação de 50% nas Regiões Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões;
- arroz - prorrogação de 40% em todo o território nacional;
- algodão - prorrogação de 30% em todo o território nacional;
- milho - prorrogação de 20% em todo o território nacional.

2.2 Refinanciamento de parcelas do Pesa, Securitização e Recoop

Refinanciamento das parcelas do Pesa, Securitização e Recoop vencidas em 2005 e vencidas e vincendas em 2006 dos produtores que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2004. Realizado com recursos controlados do crédito rural à taxa de 8,75% ao ano, o refinanciamento tem prazo de até cinco anos, incluídos até dois anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

Refinanciamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas com fornecedores privados de crédito e com o sistema bancário relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006.

Referências

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 71, dez. 2005.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 73, jun. 2006.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 74, set. 2006a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PAP — Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2006.

IBGE. **Base SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

VALOR ONLINE. São Paulo, Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2006.

Exportações de carne: um segmento extremamente dinâmico no Brasil*

Vivian Fürstenau**

Economista, Técnica da FEE

O presente texto faz um breve retrospecto do desempenho das exportações brasileiras e gaúchas de carne. Na primeira parte, são descritos a *performance* recente dessas exportações e o aumento da importância delas na balança comercial¹ do agronegócio brasileiro no período 2000-05. Nessa fase, é dada especial ênfase ao dinamismo apresentado, no Rio Grande do Sul, pelo segmento produtor de carne bovina, de frango e suína. Na segunda parte, é analisado o comportamento dessas exportações em 2006 com relação a 2005.²

A evolução recente — 2000-05

Na balança comercial do agronegócio brasileiro, as exportações do segmento carnes somente têm sido superadas, nos últimos anos, pelas vendas do complexo soja. No entanto, a participação destas últimas tem mantido uma certa estabilidade — 20,40% do total do valor em 2000, passando a 21,70% em 2005 —, enquanto as exportações de carne aumentaram sua participação no valor exportado — passaram de 9,51% a 18,80% do total do agronegócio no mesmo período (Tabela 1).

No Rio Grande do Sul, diferentemente do observado na balança comercial nacional, o segmento carnes é o mais importante, em termos de valor, no total das exportações do agronegócio, e as exportações do complexo soja ocupam o segundo lugar em importância nesse total. Além disso, o segmento tem apresentado um grande dinamismo — a participação do conjunto das diferen-

tes carnes no total exportado pelo setor do agronegócio no Estado passou de 8,70% em 2000 para 23,14% em 2005 (Tabela 2).

As exportações brasileiras de carne de frango apresentam, desde meados dos anos 70, uma participação crescente no mercado internacional, mas foi na década de 80 que o Brasil passou a competir em situação de igualdade com os maiores países produtores e exportadores de carne de frango e a conquistar fatias crescentes do mercado externo. Esse desempenho deveu-se a estratégias eficientes do segmento nacional produtor, que tem, desde lá, conseguido responder rapidamente às mudanças apresentadas no cenário internacional, com vantagens sobre seus concorrentes. Assim foi que, no início dos anos 90, as exportações de carne de frango do Brasil já atingiam o segundo lugar no comércio mundial, desbancando a França, país que foi, até 1993, um dos dois maiores exportadores desse tipo de carne. O crescimento das exportações brasileiras continuou de forma acelerada, tanto que, em 2004, o Brasil superou os Estados Unidos, que, de longa data e sempre com volumes crescentes, se mantinha como o principal fornecedor no mercado internacional.

Na década de 90, iniciou-se um movimento mais consistente de crescimento das exportações de carnes bovina e suína, que, no final dessa década, já apresentavam uma participação significativa na pauta exportadora do agronegócio do Brasil. Foi, no entanto, a partir dos anos 2000 que essas vendas tomaram uma trajetória significativamente ascendente, que se refletiu no aumento da participação do segmento carnes no total das exportações do agronegócio, como descrito anteriormente.

O aumento da importância do segmento produtor de carne no total das vendas externas do agronegócio decorreu do crescimento de mais de 300% no total das exportações de carne entre 2000 e 2005 (Tabela 1). As vendas para o mercado internacional aumentaram para todos os tipos de carnes produzidas no País: bovina, de frango, suína, de peru, de ovino e de caprino, etc. Entretanto, em termos de receita, os maiores ganhos advêm das exportações de carne bovina e de frango, que, em 2005, representaram 80% do valor total obtido pelo seg-

* Artigo recebido em 09 jan. 2007.

**A autora agradece a Beky Moron B. de Macadar, a Maria Domingues Benetti e a Susana Ribeiro Boeckel pela leitura do texto e pelas sugestões.

¹ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>.

² A comparação é baseada nos dados disponíveis, até o momento, para 2006 — janeiro a outubro — em relação ao mesmo período de 2005.

mento carnes no mercado internacional. As vendas de carne suína no mercado externo, por sua vez, têm apresentado um grande dinamismo, que se refletiu no maior crescimento de receita entre 2000 e 2005 — o valor obtido aumentou 537% no período (Tabela 1).

O Rio Grande do Sul acompanhou a evolução apresentada pelas exportações de carne do País e até tem superado os níveis de crescimento das vendas nacionais — o valor das exportações de carne gaúcha cresceu 331,31% entre 2000 e 2005, o que resultou em aumento da participação do Estado no total nacional (Tabela 2). Mesmo após terem atingido volumes consideráveis na pauta exportadora, tanto nacional como estadual, as vendas de carne de frango continuam apresentando um desempenho surpreendente — mais ainda, o crescimento dessas exportações do Rio Grande do Sul superou o aumento das do País.

As vendas gaúchas de carne bovina no mercado internacional aumentaram 142,94% entre 2000 e 2005 (Tabela 2). Esse aumento, com certeza, teria sido bem mais significativo se não houvesse ocorrido o ressurgimento da febre aftosa no Estado, em maio de 2001. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina haviam conquistado, em 2000, o reconhecimento, pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), de zonas livres de aftosa sem vacinação, mas, em maio de 2001, o ressurgimento da doença, com focos em alguns municípios gaúchos, retirou essa condição do Rio Grande do Sul.

A conseqüência imediata do ressurgimento da aftosa foi uma queda de 34% nas exportações gaúchas de carne bovina *in natura* naquele ano; e as dificuldades geradas por esse quadro, como era esperado, mantiveram-se nos anos subseqüentes. Mesmo com os problemas sanitários não totalmente superados, em 2002 as vendas apresentaram recuperação, mas foi somente em 2004 que essas exportações se recompuseram, atingindo um resultado até superior ao obtido em 2000.

Outros estados brasileiros produtores de carne bovina haviam obtido, também em 2000, o *status* de área livre de aftosa com vacinação e, com os problemas apresentados pelo Rio Grande do Sul, ocuparam seu lugar como fornecedores ao mercado internacional. No entanto, tem sido recorrente o surgimento de focos da febre aftosa em alguns estados. Os mais recentes ocorreram em 2005, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. No caso do Paraná, essa situação teve reflexo imediato nas vendas — as exportações de carne originadas daquele estado apresentaram uma queda de 24% em 2005, em relação a 2004.

Desde a reconquista do *status* de área livre de aftosa no final de 2002, o Rio Grande do Sul tem aumen-

tado sua participação nas exportações de carne bovina *in natura*; no entanto, São Paulo continua sendo responsável por grande parcela dessas vendas — em 2005, mais de 50% das exportações desse tipo de carne foram oriundas daquele estado. Nos estados da Região Centro-Oeste, entre 2000 e 2005, houve grandes oscilações nas exportações de carne bovina *in natura*, mas o movimento observado, *grosso modo*, é o de que, naquela região, houve crescimento das exportações, enquanto São Paulo mantém sua participação no volume exportado. No caso do RS, ocorreu crescimento, gerando ganhos de participação no total nacional, mas ainda pequenos (Tabela 3).

Com relação à carne bovina industrializada, a situação poderia ser descrita como estável ao longo do tempo: São Paulo e Rio Grande do Sul são os tradicionais exportadores e mantêm sua participação, sendo responsáveis por mais de 90% do total exportado pelo País.

Como já foi dito, o crescimento das exportações gaúchas de carne de frango superou o do País entre 2000 e 2005, e a importância dessas exportações no total da pauta exportadora do agronegócio cresceu bastante no Rio Grande do Sul. Grande parcela das exportações de carne de frango são originadas do Sul/Sudeste do País, sendo que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul respondem por algo em torno de 90% das vendas externas de carne de frango *in natura* e industrializada (Tabela 4). Nesse conjunto de estados, a distribuição das exportações de carne *in natura* manteve-se praticamente estável entre 2000 e 2005. Com relação à carne industrializada, pode ser detectada, em 2005, uma recuperação da participação do Paraná em detrimento de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De 2000 a 2004, a cada ano, o Paraná vinha perdendo participação na pauta exportadora desse tipo de carne, mas, em 2005, voltou a apresentar crescimento de suas vendas, recuperando parte do mercado perdido.

As vendas gaúchas de carne suína foram também, como as nacionais, as que mais cresceram no conjunto das exportações do segmento carnes. No entanto, as taxas apresentadas pelas vendas do Rio Grande do Sul (428%) foram um pouco mais reduzidas do que as nacionais (537%) (Tabelas 1 e 2). É também no sul do País que se concentram os maiores produtores desse tipo de carne. O Estado de Santa Catarina responde por mais de 40% do total exportado de carne suína no período. O Rio Grande do Sul é o segundo maior exportador, com 25% do total nacional, seguido do Paraná. Entre 2000 e 2005, este último foi o estado que mais cresceu, apresentando um aumento de participação no total nacional (Tabela 5).

Tabela 1

Exportação de carnes bovina, suína e de frango do Brasil — 2000 e 2005

ESPECIFICAÇÃO	2000		2005		VARIÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	20 591 558	100,00	43 589 002	100,00	111,68
Total de carnes	1 957 444	9,51	8 193 514	18,80	318,58
Bovina	813 563	3,95	3 059 911	7,02	276,11
Bovina <i>in natura</i>	503 296	2,44	2 419 103	5,55	380,65
Bovina industrializada	251 884	1,22	524 704	1,20	108,31
Frango	828 747	4,02	3 508 548	8,05	323,36
Frango <i>in natura</i>	805 737	3,91	3 324 209	7,63	312,57
Frango industrializada	23 009	0,11	184 339	0,42	701,15
Suína	182 832	0,89	1 165 347	2,67	537,39
Suína <i>in natura</i>	162 758	0,79	1 123 151	2,58	590,07

FONTE: Secex-MDIC.

NOTA: O somatório da carne bovina *in natura* com a industrializada é menor do que o total do item carne bovina, que inclui miudezas, etc. O mesmo ocorre com a carne suína, onde, no total, são incluídos alguns preparados desse tipo de carne.

Tabela 2

Exportação de carnes bovina, suína e de frango do Rio Grande do Sul — 2000 e 2005

ESPECIFICAÇÃO	2000		2005		VARIÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	3 653 905	100,00	5 928 384	100,00	62,25
Total de carnes	318 039	8,70	1 371 744	23,14	331,31
Bovina	62 465	1,71	151 754	2,56	142,94
Bovina <i>in natura</i>	30 076	0,82	107 116	1,81	256,15
Bovina industrializada	26 855	0,73	38 964	0,66	45,09
Frango	191 580	5,24	839 350	14,16	338,12
Frango <i>in natura</i>	185 406	5,07	805 188	13,58	334,28
Frango industrializada	6 174	0,17	34 162	0,58	453,32
Suína	54 790	1,50	289 124	4,88	427,69
Suína <i>in natura</i>	50 526	1,38	276 315	4,66	446,88

FONTE: Secex-MDIC.

NOTA: O somatório da carne bovina *in natura* com a industrializada é menor do que o total do item carne bovina, que inclui miudezas, etc. O mesmo ocorre com a carne suína, onde, no total, são incluídos alguns preparados desse tipo de carne.

Tabela 3

Exportação de carne bovina *in natura* e industrializada de estados selecionados e do Brasil — 2000 e 2005

ESTADOS E BRASIL	CARNE BOVINA <i>IN NATURA</i>				
	2000		2005		Variação %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
São Paulo	309 319	61,46	1 360 602	56,24	339,87
Paraná	29 888	5,94	77 270	3,19	158,53
Rio Grande do Sul	30 076	5,98	107 116	4,43	256,15
Mato Grosso do Sul	42 642	8,47	285 009	11,78	568,38
Mato Grosso	29 801	5,92	177 240	7,33	494,75
Goiás	35 043	6,96	243 184	10,05	593,96
Brasil	503 296	100,00	2 419 103	100,00	380,65

ESTADOS E BRASIL	CARNE BOVINA INDUSTRIALIZADA				
	2000		2005		Variação %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
São Paulo	194 769	77,32	426 524	81,29	118,99
Paraná	592	0,24	629	0,12	6,25
Rio Grande do Sul	26 855	10,66	38 964	7,43	45,09
Mato Grosso do Sul	386	0,15	691	0,13	79,02
Mato Grosso	21 670	8,60	34 740	6,62	60,31
Goiás	20	0,01	82	0,02	310,00
Brasil	251 884	100,00	524 704	100,00	108,31

FONTE: Secex-MDIC.

Tabela 4

Exportação de carne de frango *in natura* e industrializada de estados selecionados e do Brasil — 2000 e 2005

ESTADOS E BRASIL	CARNE DE FRANGO <i>IN NATURA</i>				
	2000		2005		Variação %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
Paraná	219 699	27,27	938 654	28,24	327,25
Rio Grande do Sul	185 406	23,01	805 188	24,22	334,28
Santa Catarina	356 257	44,22	950 723	28,60	166,86
São Paulo	16 157	2,01	249 668	7,51	1 445,26
Brasil	805 737	100,00	3 324 209	100,00	312,57

ESTADOS E BRASIL	CARNE DE FRANGO INDUSTRIALIZADA				
	2000		2005		Variação %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
Paraná	3 774	16,40	14 950	8,11	296,13
Rio Grande do Sul	6 174	26,83	34 162	18,53	453,32
Santa Catarina	10 102	43,90	112 269	60,90	1011,35
São Paulo	503	2,19	3 274	1,78	550,89
Brasil	23 009	100,00	184 339	100,00	701,16

FONTE: Secex-MDIC.

Tabela 5

Exportação de carne suína *in natura* do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Brasil — 2000 e 2005

ESTADOS E BRASIL	2000		2005		VARIAÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
Rio Grande do Sul	50 526	31,04	276 315	24,60	446,87
Santa Catarina	87 233	53,60	484 610	43,15	455,53
Paraná	17 068	10,49	182 467	16,25	969,07
Brasil	162 758	100,00	1 123 151	100,00	590,07

FONTE: Secex-MDIC.

O ano de 2006³

No período de janeiro a outubro de 2006, as exportações brasileiras do agronegócio cresceram 12,97% em relação a janeiro a outubro de 2005, enquanto as exportações de carne mostraram um crescimento de apenas 2,02% (Tabela 6). Esse crescimento pode ser considerado irrelevante frente à *performance* do segmento nos últimos anos e descrita anteriormente. A reduzida taxa de crescimento das exportações de carne implicou o recuo da participação do segmento carne no total exportado pelo agronegócio brasileiro em 2006. O movimento observado no País decorreu de vários fatores, dentre os quais, uma queda importante nas vendas de carne de frango *in natura* e de carne suína em 2006, em relação ao mesmo período de 2005. As exportações de carne de frango recuaram mais de 10,15%, enquanto as de carne suína chegaram a registrar queda de 15,74%.

Nos primeiros meses de 2006, a produção nacional de carne de frango foi atingida pelos reflexos da gripe aviária. Mesmo não havendo nenhum foco no Brasil, o temor de uma epidemia teve repercussão imediata sobre o consumo de carne de aves, afetando as demandas interna e externa dessa carne. Os consumidores dos países europeus e asiáticos, maiores compradores da produção brasileira, diminuíram seu consumo, apesar de não haver riscos de contaminação quando a carne é cozida. A mesma tendência foi observada internamente. O

cancelamento de parte das compras internacionais e a diminuição do consumo interno de carne de frango criaram problemas tanto para os produtores de frangos quanto para a indústria, gerando uma séria crise para o setor nos estados produtores, nos primeiros meses de 2006. A partir de maio, no entanto, os efeitos da gripe das aves passaram a diminuir, e a demanda começou a ser restabelecida.

As vendas de carne suína também sofreram redução, e, nesse caso, semelhante às ocorridas com a carne de frango *in natura*. As restrições russas estabelecidas no final de 2005 para as carnes bovina e suína originadas de vários estados brasileiros, em função dos focos de aftosa no Paraná e no Mato Grosso do Sul, tiveram profundos reflexos sobre a exportação de carne suína produzida no País — como já foi dito, a redução atingiu 15,74%, comparando-se com igual período de 2005.⁴ Sendo extremamente concentrada nos três estados do sul do País, qualquer problema na produção e/ou na exportação de um desses estados, mais especialmente em Santa Catarina, que é o maior produtor e era, até 2005, o maior exportador, se reflete no total do País. Como, no mês de abril, o embargo russo foi retirado apenas para a carne gaúcha, Santa Catarina teve uma queda extremamente importante de suas exportações de carne suína (-41,72%), e essa redução se refletiu diretamente nas exportações brasileiras dessa carne. Aliado a isso, houve a redução de 80% nas vendas originadas do Paraná, que, mesmo tendo uma participação

³ Como já mencionado na introdução, os dados disponíveis até o mês de novembro, início de elaboração do presente texto, referem-se aos meses de janeiro a outubro de 2006. Em vista disso, nesta parte do texto, é utilizado o período disponível, e as comparações são feitas entre janeiro e outubro de 2006, em relação ao mesmo período de 2005.

⁴ Em decorrência dos focos de aftosa no Paraná e no Mato Grosso do Sul identificados no final de 2005, a Rússia estabeleceu embargo à carne produzida nesses estados e estendeu o embargo a mais seis estados: São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

bem menor do que as do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, acabou por repercutir no total nacional (Tabela 8).

O único segmento de carnes que apresentou crescimento no Brasil, nos meses considerados em 2006, em relação a 2005, foi o exportador de carne bovina, tanto *in natura* como industrializada. As taxas de crescimento apresentadas pelas vendas externas de carne bovina são de 22,86% (Tabela 6).

No Rio Grande do Sul, ao contrário do ocorrido no País, o crescimento do segmento carnes é bastante significativo (23,38%). Com esse desempenho, o subsetor carnes aumentou sua participação nas exportações do agronegócio gaúcho, cujas vendas cresceram 20,68% em 2006, em relação a igual período de 2005.

No Estado, o melhor desempenho ficou por conta das taxas de crescimento apresentadas pelas vendas de carne bovina. A colocação no mercado internacional de carne bovina produzida no Estado cresceu quase 100% em 2006, em relação a 2005, graças ao aumento de 115,89% nas exportações de carne bovina *in natura* (Tabela 7). O Rio Grande do Sul parece estar recuperando fatias do mercado externo perdidas em 2001, em decorrência dos focos de febre aftosa no Estado. No momento de um diagnóstico de existência de aftosa ou de outra doença em alguma região, imediatamente os contratos são cancelados pelos países importadores. A partir daí, os demais países e/ou regiões produtoras/exportadoras passam a disputar esses contratos, na tentativa de abocanharem parte ou a totalidade dessa fatia do mercado. A concorrência no mercado internacional de carnes é extremamente acirrada, e o movimento recorrente é que, a cada problema enfrentado por um fornecedor, imediatamente outros tomam o seu lugar. Podem ser outros países ou, como, muitas vezes, no Brasil, outros estados produtores. Em 2001, o espaço das exportações de carne gaúchas foi absorvido pelos estados da Região Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso do Sul e Goiás. Os focos detectados, no final de 2005, no Paraná e no Mato Grosso do Sul fizeram com que a Rússia embargasse a carne originada desses dois estados mais a de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os focos de aftosa tiveram conseqüências imediatas e refletiram-se, já em 2005, no total das vendas paranaenses de carne bovina, conforme comentado anteriormente, e, em 2006, foram responsáveis por uma redução significativa nas exportações do Mato Grosso do Sul. Em abril de 2006, a Rússia cancelou o embargo apenas para a carne gaúcha. Assim, em 2006, a situação inverteu-se em relação a 2001: os mercados perdidos pelo Paraná e pelo Mato Grosso

do Sul foram ocupados, em parte, pelas exportações gaúchas.

O cancelamento das compras de frango por diversos países importadores em decorrência da ameaça da gripe aviária, conforme já descrito, repercutiu fortemente no Rio Grande do Sul, e muitas das indústrias instaladas aqui chegaram a demitir um grande número de funcionários. No mês de maio, o temor de uma epidemia da gripe das aves começou a diminuir, e, da mesma forma que o ocorrido nos demais estados produtores de carne de frango do País, a produção e a exportação gaúchas foram retomadas. No entanto, um foco da doença Newcastle detectado no Rio Grande do Sul, no mês de julho, causou o embargo da carne de frango gaúcha. Num primeiro momento, Rússia, Japão e Paraguai embargaram as exportações gaúchas de frango. A seguir, o mesmo procedimento foi adotado pela Argentina e pelo Uruguai. Mesmo sem sofrer o embargo dos países da União Européia, que se declararam satisfeitos com as medidas de controle tomadas pelas autoridades no Rio Grande do Sul, chegou a 50 o número de países que embargaram a carne de frango gaúcha. É bem verdade que, nesse grupo, constavam países que nem compram essa carne do Rio Grande do Sul. Em setembro, o Rio Grande do Sul foi considerado livre da Newcastle, mas os prejuízos não puderam ser recuperados e refletiram-se na queda de 18,65% das exportações de frango *in natura*.

Com relação à carne suína, o movimento ocorrido em 2006 foi semelhante ao detectado nas vendas de carne bovina — crescimento de mais de 100% em relação às vendas em igual período de 2005. O cancelamento do embargo à carne gaúcha pela Rússia, em abril de 2006, e sua manutenção para outros estados, inclusive Santa Catarina, o maior produtor/exportador de carne suína, alavancaram as vendas gaúchas dessa carne para aquele país, que compra do Brasil 65% das suas importações dessa carne.

Tabela 6

Exportação do agronegócio e de carnes do Brasil — jan.-out./05 e jan.-out./06

ESPECIFICAÇÃO	JAN-OUT/05		JAN-OUT/06		VARIÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	36 201 752	100,00	40 895 599	100,00	12,97
Total de carnes	6 853 540	18,93	6 991 971	17,10	2,02
Carne bovina	2 597 403	7,17	3 191 054	7,80	22,86
<i>In natura</i>	2 086 336	5,76	2 539 374	6,21	21,71
Industrializada	416 572	1,15	546 569	1,34	31,21
Carne de frango	2 862 391	7,91	2 571 780	6,29	-10,15
<i>In natura</i>	2 713 560	7,50	2 352 401	5,75	-13,31
Industrializada	148 830	0,41	219 379	0,54	47,40
Carne suína	1 007 860	2,78	849 220	2,08	-15,74
<i>In natura</i>	974 238	2,69	813 270	1,99	-16,52

FONTE: Secex-MDIC.

NOTA: O somatório da carne bovina *in natura* com a industrializada é menor do que o total do item carne bovina, que inclui miudezas, etc. O mesmo ocorre com a carne suína, onde, no total, são incluídos alguns preparados desse tipo de carne.

Tabela 7

Exportação do agronegócio e de carnes do Rio Grande do Sul — jan.-out./05 e jan.-out./06

ESPECIFICAÇÃO	JAN-OUT/05		JAN-OUT/06		VARIÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	4 823 130	100,00	5 820 358	100,00	20,68
Total de carnes	1 133 634	23,50	1 398 691	24,03	23,38
Carne bovina	125 223	2,60	247 069	4,24	97,30
<i>In natura</i>	88 151	1,83	190 311	3,27	115,89
Industrializada	32 567	0,68	50 595	0,87	55,36
Carne de frango	691 484	14,34	590 647	10,15	-14,58
<i>In natura</i>	663 477	13,76	539 741	9,27	-18,65
Industrializada	28 008	0,58	50 907	0,87	81,76
Carne suína	242 515	5,03	481 150	8,27	98,40
<i>In natura</i>	232 944	4,83	466 708	8,02	100,35

FONTE: Secex-MDIC.

NOTA: O somatório da carne bovina *in natura* com a industrializada é menor do que o total do item carne bovina, que inclui miudezas, etc. O mesmo ocorre com a carne suína, onde, no total, são incluídos alguns preparados desse tipo de carne.

Tabela 8

Exportação de carne por estados do Brasil — jan.-out./05 e jan.-out./06

ESPECIFICAÇÃO	JAN-OUT/05		JAN-OUT/06		VARIÇÃO %
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	
CARNE BOVINA IN NATURA					
Goiás	185 583	8,90	508 228	20,01	173,85
Mato Grosso	135 854	6,51	391 493	15,42	188,17
Mato Grosso do Sul	269 210	12,90	43 800	1,72	-83,73
Paraná	70 546	3,38	10 766	0,42	-84,74
Rio Grande do Sul	88 151	4,23	190 311	7,49	115,89
São Paulo	1 200 363	57,53	967 905	38,12	-19,37
Brasil	2 086 336	100,00	2 539 374	100,00	21,71
CARNE BOVINA INDUSTRIALIZADA					
Goiás	82	0,02	302	0,06	268,42
Mato Grosso	29 540	7,09	27 508	5,03	-6,88
Mato Grosso do Sul	612	0,15	217	0,04	-64,60
Paraná	586	0,14	782	0,14	33,34
Rio Grande do Sul	32 567	7,82	50 595	9,26	55,36
São Paulo	336 881	80,87	439 830	80,47	30,56
Brasil	416 572	100,00	546 569	100,00	31,21
CARNE FRANGO IN NATURA					
Paraná	759 678	28,00	668 048	28,40	-12,06
Rio Grande do Sul	663 477	24,45	539 741	22,94	-18,65
Santa Catarina	780 090	28,75	651 053	27,68	-16,54
São Paulo	203 908	7,51	156 903	6,67	-23,05
Brasil	2 713 560	100,00	2 352 401	100,00	-13,31
CARNE DE FRANGO INDUSTRIALIZADA					
Paraná	11 611	7,80	35 103	16,00	202,33
Rio Grande do Sul	28 008	18,82	50 907	23,20	81,76
Santa Catarina	89 900	60,40	122 174	55,69	35,90
São Paulo	3 209	2,16	44	0,02	-98,63
Brasil	148 830	100,00	219 379	100,00	47,40
CARNE SUÍNA IN NATURA					
Paraná	165 305	16,97	33 085	4,07	-79,99
Rio Grande do Sul	232 944	23,91	466 708	57,39	100,35
Santa Catarina	416 676	42,77	242 834	29,86	-41,72
Brasil	974 238	100,00	813 270	100,00	-16,52

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex-MDIC.

Conclusões

É inegável o dinamismo apresentado pelo segmento carnes na balança comercial do agronegócio do País. As exportações de carne de frango, que, de mais longa data, apresentam um desempenho surpreendente, têm nos estados do Sul e do Sudeste seus maiores produtores/exportadores. O dinamismo das vendas de carne de frango no mercado internacional foi seguido pelas vendas de carnes bovina e suína a partir dos anos 90. São crescentes as taxas apresentadas pelas exportações de carnes bovina e suína, com especial destaque para esta última. O Rio Grande do Sul tem recuperado, nos últimos anos, seu espaço no mercado externo como fornecedor de carne bovina. O ressurgimento da febre aftosa no Estado em 2001 quebrou um ciclo de expansão dessas vendas, que, só na atualidade, voltaram a apresentar vigor. No caso da carne suína, a aftosa chegou a apresentar conseqüências, mas foram superadas com mais facilidade do que as ocorridas em relação à carne bovina.

Em 2006, o segmento gaúcho exportador de carnes apresentou um excelente desempenho. Os focos de febre aftosa detectados, no final de 2005, no Paraná e no Mato Grosso do Sul tiveram conseqüências desastrosas para um número maior de estados. O Mato Grosso do Sul assistiu a uma redução significativa das suas exportações de carne bovina *in natura*, enquanto Santa Catarina, principal produtor/exportador de carne suína, teve suas vendas embargadas pela Rússia — grande importador desse tipo de carne do Brasil. O Rio Grande do Sul, que, inicialmente, também havia sofrido embargo da Rússia, teve a restrição suspensa em abril e ocupou rapidamente o espaço deixado por Santa Catarina nas vendas de carne suína para aquele país. O estado gaúcho aumentou também suas exportações de carne bovina, tirando proveito das restrições impostas ao Mato Grosso do Sul. Com relação à carne de frango, o Rio Grande do Sul teve sua produção atingida por sérios problemas em 2006. Inicialmente, os reflexos da gripe aviária diminuíram as demandas interna e externa por carne de aves. E, posteriormente, focos da doença Newcastle no território gaúcho levaram ao embargo da carne de frango do Estado. Mesmo com o Estado sendo declarado livre da Newcastle em setembro, não foi possível recuperar os prejuízos. Esse quadro se refletiu numa redução de quase 20% nas exportações de frango *in natura* do Rio Grande do Sul.

Indústria

Indústria: sinalização de mais uma década perdida?*

Áurea Correa de Miranda Breitbach**

Economista da FEE

Clarisse Chiappini Castilhos**

Economista da FEE

Introdução

Os resultados do primeiro trimestre de 2006 trouxeram a expectativa de um crescimento mais acelerado da indústria e da economia brasileiras. O mercado mundial mostrou-se favorável à expansão das exportações e dos investimentos por conta do aquecimento da economia mundial, da liquidez internacional e da insaciável procura por insumos por parte da economia chinesa. Entretanto a política macroeconômica brasileira manteve sua ortodoxia de juros altos e câmbio valorizado. É bem verdade que os juros caíram ao longo do ano, favorecendo o desempenho das vendas a crédito, porém isso não foi suficiente para proporcionar a retomada do crescimento industrial e para estimular novos investimentos produtivos. Assim, o pífio desempenho industrial deu-se com base na utilização da capacidade ociosa já instalada, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (Seqüência..., 2007, p. 1), sem que se observassem expansões ou instalação de novas plantas industriais.

Embora a hipótese de uma retomada inflacionária não se tenha manifestado concretamente (Paulani, 2003), a meta de controle da inflação continuou predominando sobre as demais, inibindo a expansão da economia (Castilhos, 2005). Ademais, a dupla estratégia de, por um lado, ampliar as quantidades exportadas independentemente do valor agregado e, por outro, atrair investimentos diretos do exterior, juntamente com a política macroeconômica em vigor, são fatores que induziram a substituição gradativa — na pauta de exportações — de bens de maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico, por produtos de menor valor

agregado. Dessa forma, a modernização e o suprimento do parque industrial brasileiro vêm-se fazendo através da importação de insumos para a indústria em geral e de componentes para a produção de bens de capital. Em consequência, as divisas obtidas no mercado internacional têm pouca repercussão sobre a demanda interna e sobre os investimentos produtivos.

Segundo Laplane e Sarti (2006, p. 278), o saldo comercial entre 1999 e 2005 é crescente para as *commodities* primárias, para os produtos intensivos em recursos naturais e para os manufaturados de baixa e média intensidades tecnológicas. Já para os produtos de alta intensidade tecnológica, esse saldo tem uma trajetória deficitária e crescente (US\$ -11.532 milhões em 2005).

De modo geral, o fato que vem chamando a atenção dos analistas é o fraco desempenho da economia brasileira, a despeito do cenário mundial favorável ao crescimento dos países emergentes. Os indicadores econômicos revelam que o Brasil vem crescendo em proporção muito inferior aos demais países do BRIC — Brasil, Rússia, Índia e China — e também em comparação a outros países da Ásia e da América Latina. Segundo dados do FMI e do Banco Mundial, entre 1999 e 2005, o Brasil foi um dos que apresentou menor crescimento do PIB. Em 2005, último ano disponível, a China obteve uma taxa de crescimento real de 9,9%; a Índia, de 8,3%; a Coreia do Sul, de 4,0%; o Chile, de 6,3%; e a Argentina, de 9,3%; enquanto o Brasil alcançou apenas 2,3% (Biancarelli, 2006, p. 88). As projeções para o ano de 2006 não são diferentes: o crescimento do PIB brasileiro, segundo o IBGE, não deve ultrapassar 2,8%, enquanto alguns dos países já citados efetuam projeções muito superiores (a China, acima de 10%; e a Índia, cerca de 9%).

Essas comparações internacionais não significam uma defesa do tipo de crescimento adotado por países como a Índia e a China. No entanto, revelam que as

* Artigo recebido em 17 jan. 2007.

** As autoras agradecem à estagiária em Economia Cristiane Fumegalli a eficiência na elaboração de gráficos e tabelas.

condições internacionais foram favoráveis à adoção de políticas macroeconômicas menos ortodoxas e menos alinhadas ao receituário do FMI. A China, por exemplo, mantém as entradas e as saídas de capitais sob controle, e a Índia vem ocupando nichos tecnológicos que favorecem as exportações de alto valor agregado.

De fato, o desempenho industrial depende, cada vez mais, de variáveis macroeconômicas, que, como se viu, foram desfavoráveis à expansão da indústria brasileira. Esses mesmos determinantes influenciaram, embora de maneira diferente, os resultados de todos os estados brasileiros. O foco principal da presente análise é a indústria gaúcha, cujas especificidades conduziram a resultados ainda inferiores à média nacional e aos alcançados pelos demais estados brasileiros.

Neste artigo, os breves comentários sobre a economia mundial e sobre a política macroeconômica servem de parâmetro para a análise do desempenho da indústria brasileira e, em seguida, para a análise do desempenho da indústria gaúcha.

O desempenho da indústria brasileira

As taxas de crescimento registradas pela indústria situaram-se em níveis muito aquém dos esperados e prometidos pelas autoridades econômicas. O contraponto entre a indústria de transformação brasileira e a de outros países com grau de desenvolvimento semelhante também evidencia menor dinamismo. Enquanto a indústria de transformação brasileira, em novembro — mês de seu melhor desempenho —, cresceu 4,0% em relação a igual mês de 2005 (IBGE/PIM-PF), as indústrias de transformação da Argentina e da Tailândia, por exemplo, cresceram em torno de 8,0% (Sequência..., 2007, p. 1).

Esse comportamento decepcionante, que não permitiu ao Brasil aproveitar os bons ventos do mercado mundial, esteve relacionado sobremaneira a variáveis macroeconômicas, onde a taxa de câmbio e as taxas de juros assumiram o papel central.

O Gráfico 1 descreve a evolução da indústria brasileira no período 2005-06, com base em taxas mensais, acumuladas mês a mês, em relação a igual período do ano anterior. A análise da evolução da curva representativa da indústria de transformação permite constatar que vem ocorrendo uma desaceleração lenta e gradual desde o primeiro mês considerado. A comparação da indústria de transformação com a indústria geral

revela que ambas possuem uma trajetória idêntica, sendo que os indicadores referentes a esta última são um pouco superiores aos da indústria de transformação, graças aos resultados da extrativa mineral, que também compõe a taxa de crescimento da indústria geral. No acumulado jan.-nov./2006, a indústria de transformação registrou uma taxa de crescimento de 2,81% contra 2,74% em igual período do ano anterior, e a indústria geral, de 3,05% e 3,07% respectivamente. Em outras palavras, o desempenho industrial brasileiro apresentou uma trajetória de crescimento pouco expressiva em 2006, chegando aos meses de outubro e novembro com um comportamento levemente mais acelerado.

A comparação das curvas analisadas com a trajetória da indústria extrativa mineral permite verificar o diferencial positivo para esta última. Esse comportamento contribui para reforçar a hipótese da especialização da indústria brasileira em *commodities*, que vem sendo sinalizada, por vários autores, desde os anos 90. Tal ordenação da dinâmica de crescimento é bastante preocupante para um país considerado emergente, que possui uma matriz industrial diversificada, com vários nichos produtivos tecnologicamente avançados e que pode regredir a situações de competitividade bastante inferiores. Conforme Laplane (apud Pinheiro, 2006, p. 30), “[...] os desenvolvidos claramente são os fornecedores de serviços globais. Os asiáticos, especialistas em manufaturas. Devemos nos conformar em ser meramente produtores e exportadores de bens primários?”.

A evolução do crescimento industrial brasileiro pode ser melhor compreendida a partir do desempenho das atividades industriais por categoria de uso, cada uma com suas particularidades e mercados distintos. As indústrias de bens de capital e de bens intermediários têm como principal estímulo a demanda interindustrial, porém a expansão da primeira é mais dependente das condições internas de financiamento, enquanto a produção de insumos se liga cada vez mais, ao mercado internacional de *commodities*. A produção de bens de consumo durável, por sua vez, relaciona-se com as condições de crédito, sendo que a indústria de semiduráveis e não duráveis depende do nível de consumo da população.

A comparação entre as categorias de uso apresentadas na Tabela 1 revela que, no acumulado jan.-nov./2006, em relação a igual período de 2005, o melhor desempenho coube aos bens de consumo duráveis, seguidos por bens de capital. A indústria de semiduráveis e não duráveis coloca-se em terceiro lugar, e, por último, a de bens intermediários.

No período analisado (jan.-nov./2006), a indústria de bens de capital cresceu 5,73%, respondendo ao relativo aquecimento do mercado interno. É importante lembrar que esse crescimento não indica retomada dos investimentos, visto que a capacidade instalada da indústria de transformação continuava ociosa. As informações referentes aos bens de capital por segmento revelam que a maior taxa foi obtida pela indústria de equipamentos para energia elétrica (26,8% até novembro), o que está relacionado especificamente aos investimentos realizados nessa área, cujas projeções são de continuidade do crescimento para 2007. Cabe ainda se ressaltar o resultado da produção de equipamentos para construção, que também esteve bastante aquecida, a partir da metade do ano, devido à redução gradual das taxas de juros e à ampliação da oferta de crédito para aquisição de imóveis. Além disso, a demanda por esses equipamentos também indica investimentos em infraestrutura, onde se destacaram os investimentos públicos na recuperação de estradas, durante o ano de 2006.

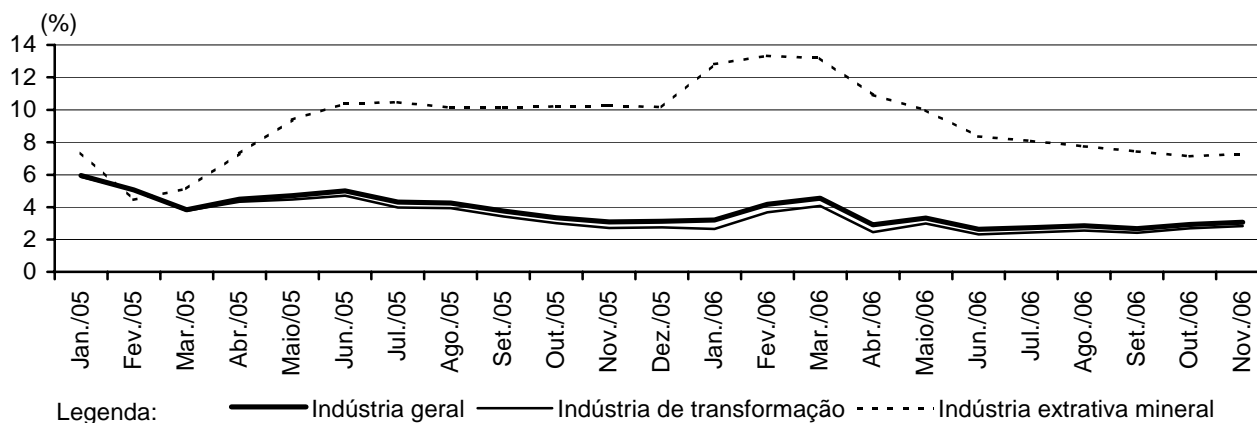
A indústria de bens de consumo como um todo foi favorecida pelo aquecimento do mercado interno, que apoiou o crescimento da indústria de bens duráveis, estimulando também alguns segmentos da indústria de bens de consumo não duráveis. Contribuíram para o quadro geral de aumento do consumo interno alguns programas sociais, como o Bolsa-Família, e o aumento do salário mínimo em percentuais superiores aos

verificados anteriormente, que atuaram sobre uma faixa de renda de elevada propensão marginal a consumir. Os bens de consumo duráveis, por sua vez, foram beneficiados principalmente pela redução, ainda que leve, das taxas de juros e pela ampla utilização do crédito consignado.

Finalmente, deve-se analisar a indústria de bens intermediários, que obteve a menor taxa de crescimento por categorias de uso: 2,10% no período jan.-nov./06, em relação a igual período de 2005. A respeito desse setor, é importante ressaltar-se que a entrada da China no mercado da indústria siderúrgica, um dos principais insumos produzidos no País, vem ameaçando as exportações brasileiras de aço. Outro exemplo significativo refere-se à produção nacional de máquinas para escritório e equipamentos de informática, que, no mês de novembro, cresceu 52,8% em relação a novembro de 2005, segundo o IBGE. Esse segmento industrial utiliza cerca de 90% de componentes importados (Rosa; Borges, 2006), o que se reflete sobre os resultados da indústria de bens intermediários. De forma geral, o que se verifica é que a atual relação cambial levou a indústria brasileira a optar por insumos importados, o que se manifestou na fraca produção de bens intermediários em 2006. Em contrapartida, ocorreram a ampliação da exportação de insumos advindos da atividade extrativa e a redução da produção dos insumos de maior valor agregado, cujo exemplo mais expressivo é a queda da produção da indústria siderúrgica (IBGE, 2007).

Gráfico 1

Taxas de crescimento acumuladas no ano da produção física da indústria no Brasil — jan./05-nov./06



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Tabela 1

Taxas de crescimento acumuladas da produção física industrial, por categorias de uso, no Brasil — jan./05-nov./06

(%)

MESES	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	BENS SEMIDURÁVEIS E NÃO DURÁVEIS
Jan./05	18,92	7,46	7,77	20,78	4,78
Fev./05	18,08	7,16	8,53	22,02	5,41
Mar./05	14,72	6,50	7,60	19,61	4,75
Abr./05	12,92	6,36	7,92	19,20	5,21
Mai./05	10,96	5,95	8,29	19,10	5,65
Jun./05	9,15	5,28	8,24	18,41	5,72
Jul./05	6,83	4,22	7,94	17,38	5,56
Ago./05	4,83	3,30	7,68	15,71	5,61
Set./05	4,23	2,65	6,98	14,12	5,12
Out./05	3,93	2,17	6,97	13,46	5,27
Nov./05	3,93	1,48	6,33	11,56	4,94
Dez./05	3,57	0,94	6,00	11,42	4,56
Jan./06	3,55	0,85	5,64	12,53	3,82
Fev./06	4,22	0,95	5,67	12,29	3,89
Mar./06	5,10	1,23	5,94	12,13	4,26
Abr./06	4,86	0,79	4,94	10,62	3,40
Mai./06	5,05	0,89	4,58	9,50	3,22
Jun./06	4,13	0,60	3,72	7,16	2,76
Jul./06	5,12	1,05	3,54	6,20	2,80
Ago./06	5,40	1,30	2,98	5,56	2,26
Set./06	4,82	1,46	3,24	5,96	2,47
Out./06	5,50	1,67	3,70	6,77	2,83
Nov./06	5,73	2,10	3,87	7,29	2,89

FONTE: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Desempenho da indústria gaúcha

O ano de 2006, à semelhança de seu predecessor, não foi favorável à indústria gaúcha. Segundo dados da **Produção Física Industrial** do IBGE, a indústria de transformação teve um decréscimo de 2,16%, o que pode ser considerado relativamente melhor do que em 2005, quando a queda foi de 3,81% (Prod. Fís. Industr., 2007) — Tabela 2.

Entretanto é inegável a gravidade do efeito cumulativo de taxas negativas, trazendo conseqüências danosas e dificultando ainda mais a criação de condições para uma retomada do crescimento. Em que pesem

fatores de ordem macroeconômica, cabe lembrar que algumas especificidades da matriz industrial¹ do Estado podem engendrar situações particularmente difíceis para a economia gaúcha.

Ao se cotejar o desempenho da indústria gaúcha com o de outros estados de estrutura semelhante — resguardando-se suas singularidades —, observa-se que o RS foi o que menos cresceu. Assim, no acumulado jan.-nov./2006, comparado com o mesmo intervalo em 2005, Minas Gerais cresceu 3,78%; Santa Catarina,

¹ Dentre elas, podem-se citar a predominância de indústrias de baixa e média intensidades tecnológicas, a forte ligação com a agropecuária e a presença de atividades com importante inserção no comércio internacional.

0,37%; e o Paraná, -1,94%, lembrando que a mesma taxa, para o Brasil, foi de 2,81% (IBGE/PIM-PF).

Para melhor se avaliarem tanto as causas como as conseqüências do desempenho da indústria em relação ao conjunto da economia, deve-se levar em conta a representatividade da indústria na estrutura econômica do Estado, tendo em vista as necessárias inter-relações entre as atividades. Segundo os dados definitivos mais recentes, que se referem ao ano de 2004 (FEE, 2007), a indústria participa com 42,66% do VAB-RS; a agricultura, com 16,34%; e os serviços, com 41%. O percentual da indústria integra as atividades extrativa mineral, de transformação, de eletricidade, de gás e água e construção civil.

A presente análise trata especialmente da indústria de transformação, razão pela qual se passa a trabalhar com uma abertura maior dessa atividade, o que permite esboçar seu perfil estrutural. Para tanto, tomam-se dois indicadores: produção (Valor da Transformação Industrial (VTI), conforme a PIA-IBGE) e emprego (RAIS-MTE). A Tabela 3 resume os resultados obtidos.

Pode-se, então, considerar que os 10 setores arrolados na Tabela 3 são representativos da indústria de transformação do RS, na medida em que a soma deles resulta num percentual superior a 80%, seja considerando-se o critério da produção, seja o do emprego industrial. É o desempenho desses setores que, em grande medida, dá a tônica ao conjunto da indústria de transformação estadual, como se vê a seguir.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, a análise aponta como principais responsáveis pela taxa negativa da indústria, em 2006, os seguintes setores: máquinas e equipamentos (-17,43%), produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos (-10,97%), calçados e artigos de couro (-8,53%) e fumo (-7,30%). Além do fato de as taxas negativas serem elevadas, esses quatro setores, juntos, contribuem com 34% do VTI e empregam 43% da mão-de-obra industrial do Estado, o que pode evidenciar, sob um outro ângulo, o impacto desse desempenho desfavorável.

No que respeita ao setor de máquinas e equipamentos, seu comportamento é “puxado” pelo segmento de máquinas agrícolas, cuja produção vem experimentando dificuldades desde 2005, quando caiu 19,26%. Em 2006, a situação manteve-se negativa, embora em grau menor (-17,43%). Sensível às vicissitudes do agronegócio, esse gênero industrial sofreu muito com a queda dos preços internacionais dos grãos, bem como com as estiagens de 2004 e 2005, tendo ambos os fatores contribuído para a queda na rentabilidade do setor. Com a conseqüente descapitalização dos

produtores rurais — que se alia ao problema do endividamento destes —, o mercado interno para máquinas agrícolas viu-se restringido. Por outro lado, o câmbio valorizado prejudicou as exportações desses equipamentos, contribuindo também para o mau desempenho do setor.² Durante a Expointer 2006, o volume de máquinas e implementos agrícolas comercializados foi 37% inferior ao registrado no ano anterior, sobretudo para os equipamentos de grande porte, especialmente concebidos para as lavouras extensivas de grãos (Comercialização..., 2006, p. 7).

As principais indústrias de máquinas agrícolas situadas no RS tomaram medidas para evitar o aprofundamento dos prejuízos, dentre elas, a demissão de empregados e a concessão de férias coletivas. Em 2006, o emprego decresceu 13,63% entre janeiro e novembro, conforme dados do MTE/Caged, sendo que o desemprego foi particularmente acentuado entre os meses de março e outubro.

Face a esse quadro de dificuldades, alguns segmentos do setor procuraram alternativas na diversificação de produtos, como fabricar tratores de baixa potência e de menor porte, adaptados às pequenas propriedades (para viticultores, dentre outros). Já outras empresas direcionaram-se à produção de equipamentos pulverizadores, que, por serem de uso mais generalizado nas lavouras, permitem contra-arrestar a queda nas vendas dos equipamentos exclusivos para a lavoura de grãos.

O segmento produtor de máquinas e equipamentos para a produção de leite parece representar uma alternativa no RS, tendo em vista o acentuado dinamismo dos investimentos na produção de laticínios. Nesse contexto, os produtores de leite deverão adaptar-se aos requisitos de controle de qualidade no fornecimento da matéria-prima para as empresas, o que certamente exigirá a aquisição de novos equipamentos para ordenha e armazenamento de leite, a renovação de sistemas de medição e resfriamento, dentre outros.

O segundo setor da indústria gaúcha que contribuiu negativamente para o desempenho anual foi o de produtos de metal, onde se inclui o segmento produtor de artigos de cutelaria, serralheria e ferramentas manuais. As vendas ao mercado externo têm grande representatividade; por isso, o desempenho do setor sofreu o impacto da valorização do real frente ao dólar, que, ao desestimular as exportações, reduziu os níveis de produção.

² A análise das exportações é efetuada no artigo **As Exportações Gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades** desta revista.

O setor produtor de calçados e artigos de couro, por seu turno, é o terceiro elemento responsável pelo fraco desempenho da indústria gaúcha. Maior empregador da indústria, com mais de 27% da mão-de-obra, constitui-se num dos setores mais importantes da economia do Estado. Seu desempenho, em 2006, foi pior do que no ano anterior, com taxas negativas de 8,53% e 5,05% respectivamente, conforme a Tabela 2. Esses dados refletem o aprofundamento da crise que o setor vem enfrentado desde a abertura econômica, nos anos 90. Mais recentemente, a hegemonia da China no mercado internacional, como produtora de calçados de menor preço, deixou os produtores gaúchos em maus lençóis, tendo em vista que estes não conseguem alcançar os padrões de competitividade do “gigante asiático”. Deve-se considerar que a taxa de câmbio valorizada teve influência decisiva nesse movimento.

A indústria do fumo, que teve um desempenho negativo em 2005 (-3,99% no período jan.-nov.), seguiu nessa trajetória em 2006, apresentando uma taxa de -7,30% no mesmo intervalo. O aprofundamento da crise por que passa o setor está ligado à queda da rentabilidade das exportações, em função da valorização cambial. O Brasil é o maior produtor e o maior exportador de tabaco do mundo, sendo que a Região Sul contribui com 96% da produção nacional. Do total da produção brasileira, 85% são destinados à exportação, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Além da questão cambial, outros fatores são apontados por analistas para explicar as dificuldades do setor, como reajustes de preço que não acompanham os custos, oferta abundante e demanda limitada, até mesmo o clima influenciou na qualidade da matéria-prima, em razão da falta de chuvas na época do plantio e do excesso de umidade na colheita, em algumas regiões.

Apesar das dificuldades apontadas, algumas atividades da indústria gaúcha tiveram desempenho positivo, como se pode constatar na Tabela 2. Tal é o caso das indústrias de bebidas (8,47%), de veículos automotores (5,85%), de alimentos (5,52%), de borracha e plástico (5,32%), de mobiliário (4,40%) e de celulose e papel (4,12%). O conjunto desses setores representa aproximadamente 35% do total da indústria de transformação, tanto pelo VTI como pelo emprego. Isso mostra que os setores direcionados ao mercado interno (bens de consumo final e bens intermediários) têm papel significativo na indústria gaúcha, tendo “segurado” a queda da taxa global da indústria em 2006.

Assim, a indústria de produtos alimentares apresentou uma expansão considerável, sobretudo se comparada com a do ano anterior. A taxa de crescimento passou de

3,86% em 2005 para 5,52% em 2006. Esse desempenho altamente positivo tem efeitos importantes na economia do Estado, não somente pelo alto contingente de mão-de-obra que emprega (16,28%, incluindo bebidas), como também pelo fato de ser uma atividade relativamente bem distribuída no território, contribuindo para o dinamismo das economias locais.

A conjuntura do setor, em 2006, foi atingida por oscilações do mercado internacional, afetando, sobretudo, a exportação de carne de frango, por conta do temor da contaminação pela gripe aviária, oriunda de países da Europa e da Ásia. No decorrer do primeiro trimestre do ano, com a queda nas exportações, houve um aumento da oferta no mercado interno, ocasionando uma queda nos preços, que — aliada à elevação do poder aquisitivo da população — provocou um aumento do consumo da carne de frango. As exportações foram retomadas no decorrer do segundo semestre.

Outro segmento da indústria alimentar que merece relevo é o de laticínios, que vem apresentando particular dinamismo. A ampliação de instalações e a criação de estabelecimentos em diversos municípios gaúchos testemunham essa tendência, trazendo efeitos a montante e a jusante para a economia gaúcha. Ao mesmo tempo em que se estimula a produção de leite, amplia-se a demanda por máquinas e equipamentos especializados, por embalagens, por transporte, etc.

O maior crescimento na produção física, em 2006, deu-se no gênero bebidas, cuja taxa foi de 8,47%. Se se considera que, no ano anterior, essa taxa foi negativa em aproximadamente 2%, é forçoso constatar que o crescimento recente, mais do que uma retomada, expressa uma reversão de desempenho.

Contribuiu bastante para isso a ampliação do mercado de cerveja, impulsionado, na metade do ano, pela Copa do Mundo e por um inverno de temperaturas amenas. Ademais, os produtores passaram a investir pesadamente em cervejas diferenciadas, tipo *premium*, que conquistaram consumidores um pouco mais exigentes. O mercado de refrigerantes e de águas minerais expandiu-se também, em 2006, na esteira do evento futebolístico mundial, do clima favorável e da referida ampliação do poder aquisitivo da população. Outro segmento que contribuiu para o dinamismo do gênero bebidas foi o de espumantes, dos quais o RS é o produtor por excelência no contexto nacional. Houve um crescimento de quase 30% no período jan.-out./06, segundo a União Brasileira de Vitivinicultores (Uvibra) (Venda..., 2006, p. 3). O aumento do consumo do chamado “champanhe” deve-se à mudança de hábitos do consu-

midor, que passou a fazer uso da bebida em qualquer época do ano.

A fabricação de veículos automotores, que inclui reboques e carrocerias, apresentou um crescimento de 5,85%, conforme a Tabela 2. Esse desempenho foi sustentado pelas vendas de automóveis no mercado interno, tendo em vista o condicionante da taxa de câmbio valorizada, que provocou um recuo nas exportações. A diminuição gradativa da taxa básica de juros e a ampliação dos prazos de financiamento foram fatores que asseguraram o crescimento das vendas no mercado doméstico. Em especial no que concerne à produção de carrocerias de ônibus, observa-se que, por se tratarem de grandes empresas com atuação internacional sedimentada, o efeito do câmbio não comprometeu diretamente seu desempenho. Pelo fato de essas empresas terem unidades em diversas partes do mun-

do, sua flexibilidade estratégica permite driblar constrangimentos macroeconômicos nacionais. Na perspectiva do mercado doméstico, o segundo semestre trouxe, através do “apagão aéreo”, um novo estímulo à produção de ônibus para viagens interestaduais, o que poderá melhorar ainda mais o desempenho do segmento.

A *performance* do setor moveleiro, durante o ano de 2006, mostra a franca recuperação da produção, tendo atingido um crescimento de 4,4% no acumulado jan.-nov. Essa indústria conta com grandes empresas voltadas à exportação, mas também com grande número de pequenas e médias empresas, cuja produção se dirige ao mercado interno. Como já foi referido por diversas vezes nesta análise, a ampliação do poder aquisitivo da população, juntamente com as facilidades de crédito, estimulou o consumo desse tipo de bem.

Tabela 2

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria, por setores e atividades, no Rio Grande do Sul — jan.-nov. 2005/06

(%)

SETORES E ATIVIDADES	2005				2006			
	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Nov.	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Nov.
Indústria geral	-3,40	-3,15	-3,46	-3,81	-1,68	-3,86	-2,99	-2,16
Indústria de transformação	-3,40	-3,15	-3,46	-3,81	-1,68	-3,86	-2,99	-2,16
Alimentos	7,92	5,32	2,58	3,86	5,42	4,42	5,96	5,52
Bebidas.....	3,06	-3,29	-2,00	-1,96	9,83	6,05	6,81	8,47
Fumo.....	-22,70	-5,80	-4,46	-3,99	7,74	-9,20	-8,21	-7,30
Calçados e artigos de couro	4,71	4,97	-0,80	-5,05	-2,43	-9,03	-8,51	-8,53
Celulose, papel e produtos de papel ...	0,35	-0,76	1,47	-1,34	4,03	4,23	6,20	4,12
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,32	2,51	2,65	2,35	-2,09	-6,78	-2,88	-2,47
Refino de petróleo e álcool	-10,03	-5,21	3,19	4,97	-3,84	-7,86	-6,14	-2,99
Outros produtos químicos	-5,65	-5,71	-5,91	-5,85	-3,00	-2,25	-0,86	0,78
Borracha e plástico	-8,93	-7,74	-8,07	-7,21	5,18	4,74	4,67	5,32
Metalurgia básica	2,18	-1,29	-4,04	-4,66	-2,56	0,63	-0,35	-0,51
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	16,23	5,93	0,57	-0,51	-11,62	-10,32	-11,35	-10,97
Máquinas e equipamentos	-16,55	-19,96	-19,21	-19,26	-16,06	-18,20	-18,43	-17,43
Veículos automotores	-2,70	-2,61	-2,29	-2,28	-0,30	3,64	3,78	5,85
Mobiliário	-13,73	-12,29	-10,46	-10,14	-4,26	1,63	3,11	4,40

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Tabela 3

Estrutura da indústria de transformação, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI) e no emprego, do Rio Grande do Sul — 2003

(%)

SETORES DE ATIVIDADE	VTI (1)	EMPREGO (2)
Produtos alimentícios e bebidas	16,77	16,28
Couros, artefatos de couro e calçados	14,17	27,24
Produtos químicos	13,32	2,91
Máquinas e equipamentos	10,46	7,83
Veículos automotores, reboques e carrocerias	8,26	4,86
Produtos do fumo	5,33	1,04
Produtos de metal — exceto máquinas e equipamentos	4,31	6,91
Artigos de borracha e plástico	3,91	5,67
Móveis e indústrias diversas	3,78	6,85
Metalurgia básica	3,29	2,28
Subtotal	83,60	81,87
Demais setores	16,40	18,12
TOTAL	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
RAIS-MTE.

NOTA: Os dados são do ano de 2003, em função do VTI mais recente possível.

(1) Segundo a PIA-IBGE. (2) Segundo a RAIS-MTE.

Considerações finais

O contexto internacional favorável aos países emergentes não foi suficiente para acelerar o crescimento da indústria brasileira, que chegou ao final de 2006 com resultados muito modestos, principalmente se comparados aos de outros países com características semelhantes. Esse parâmetro internacional demonstra que os obstáculos se encontram, sobretudo, nas determinações da política macroeconômica brasileira, que pesam sobre a dinâmica interna de crescimento.

A primeira preocupação que se sobressai da análise dos resultados de 2006 é de que a economia brasileira esteja atravessando, desde o início da década, uma transformação estrutural perversa. Esse processo aparece, em primeiro lugar, na mudança da pauta exportadora, onde começam a predominar produtos de baixo valor agregado e fraco conteúdo tecnológico, frente à perda de participação dos insumos e componentes industriais de alto conteúdo tecnológico. Conforme Coutinho (apud Laplane; Sarti, 2006, p. 275): “[...] a desarticulação das cadeias produtivas e o abandono das atividades mais intensivas em inovação caracterizaram um processo de ‘especialização regressiva’ da produção industrial brasileira”.

Assim, o câmbio valorizado induz o setor produtivo a importar insumos e componentes, e, para gerar a crescente necessidade de divisas, ampliam-se as exportações de *commodities*. Tal dinâmica limita o adensamento do tecido industrial brasileiro e promove efeitos multiplicadores fora do País. Por isso, não surpreendem os resultados pouco satisfatórios do emprego industrial, nem o baixo crescimento do investimento produtivo.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, sujeita, em primeira instância, aos mesmos condicionantes macroeconômicos, obteve um desempenho ainda inferior ao do Brasil, o que pode ser atribuído a algumas das especificidades de sua economia. As ligações da indústria gaúcha com a agropecuária — atividade que enfrentou muitas dificuldades nos últimos anos — trouxeram conseqüências a diversos setores manufatureiros, dentre os quais, destaca-se a indústria de tratores e de máquinas agrícolas. A indústria de calçados, atividade com expressiva participação na produção e no emprego industrial do Estado, intensamente voltada à exportação, foi bastante afetada pelo câmbio desfavorável.

No conjunto, as perspectivas que se esboçam para o ano 2007 se relacionam sobremaneira com as

definições de política econômica e industrial a serem definidas pelas novas gestões, no Estado e no País.

No Rio Grande do Sul, o endividamento do Estado certamente limitará os investimentos públicos, com efeitos inibidores sobre a demanda. Além disso, a sinalização do Governo estadual de estimular investimentos privados na área de produção de madeira é bastante inquietante. Essa política não faria mais do que reforçar a tendência de produção de *commodities* de baixo valor agregado, com efeitos nefastos não apenas para o meio ambiente, mas também para o emprego rural e para a geração interna de novas atividades.

Quanto ao Brasil, se o mercado doméstico cumpriu o seu papel de garantir um crescimento mínimo da indústria de transformação, tal desempenho pode decepcionar em 2007, visto que o reajuste do salário mínimo já foi fixado em níveis inferiores aos de 2005 e de 2006. Também não existe unanimidade, dentro do Governo, quanto à redução das taxas de juros, uma variável determinante na elevação dos investimentos e das vendas a crédito.

Resta saber quais serão os rumos apontados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a ser anunciado pelo Governo Federal.³ O que se espera é que esse conjunto de medidas esteja apto a compatibilizar as políticas macroeconômicas com as metas de crescimento, geração de emprego e distribuição de renda. É bom lembrar que a base do dinamismo econômico de muitos países emergentes tem sido a promoção de políticas de ensino e de aperfeiçoamento da mão-de-obra, bem como de pesquisa e desenvolvimento na área industrial, além de outras medidas não ortodoxas, como o controle do movimento de capitais.

De qualquer maneira, a necessidade de mudanças macroeconômicas é urgente, sob o risco de a primeira década do século XXI vir a se constituir em mais uma década perdida, com efeitos cumulativos que podem se tornar incontornáveis.

Acorrentado, como Prometeu na peça de Ésquilo, pela própria incapacidade de retomar o crescimento industrial, o Brasil desperdiça oportunidades disponíveis num contexto internacional favorável. As oportunidades desperdiçadas nesse período podem ser dimensionadas pelo avanço dos países até não muito tempo comparáveis ao Brasil em termos de estágio de desenvolvimento industrial e tecnológico. (Laplane; Sarti, 2006, p. 272).

³ Observa-se que este texto foi concluído antes do lançamento oficial do PAC, que ocorreu em 22 de janeiro de 2007.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL — AFUBRA. Disponível em: <www.afubra.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2007.

BIANCARELI, A. Países emergentes e ciclos internacionais. **Política Econômica em Foco**, Campinas, UNICAMP, n. 7, p. 86-118, nov. 2005/abr. 2006.

CALANDRO, M. L. O câmbio e a China modelam estratégias dos calçadistas gaúchos. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 16, n. 1, jan. 2007.

CASTILHOS, C. C. Contradições e limites da política industrial do Governo Lula. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 55-74, 2005.

COMERCIALIZAÇÃO de máquinas cai 37%. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 7, 4 set. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: jan. 2007.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

JORNADA, M. I. Emprego formal: o saldo do ano de 2006. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 16, n. 1, jan. 2007.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: O Brasil na indústria mundial no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, Campinas, UNICAMP, n. 7, p. 271-291, nov. 2005/abr. 2006.

PAULANI, L. M. Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: **A ECONOMIA política da mudança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.19-38.

PINHEIRO, M. Os riscos estão no ar. **Carta Capital**, São Paulo, v. 12, 24.05.06, p. 30-31.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

ROSA, J. L.; BORGES, A. Câmbio incentiva renovação de parque. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B2, 27 dez. 2006.

SEQÜÊNCIA de expansão, mas ainda sem comemoração. **Carta IEDI**, n. 241, p. 3, jan. 2007.

VENDA de espumantes pode aumentar 30%. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 3, 22 dez. 2006.

Relações internacionais

As exportações gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades*

Teresinha da Silva Bello**

Economista da FEE

Sônia Unikowsky Teruchkin**

Economista da FEE

Introdução

O presente texto analisa as exportações do Rio Grande do Sul de janeiro a novembro de 2006, último mês com os dados disponíveis por ocasião da sua elaboração. Desse modo, toda referência a 2006 conterà as informações somente até o penúltimo mês do ano, o mesmo ocorrendo para 2005, quando referido, permitindo, assim, uma equivalência de períodos.

A primeira parte enfoca as exportações do Estado de modo global, contendo uma análise das vendas externas por categoria de uso e por fator agregado. A segunda analisa os principais produtos exportados pelo RS, com seus destinos mais representativos, ao longo de 2006. E a terceira apresenta as **Considerações finais**.

1 Visão geral das exportações

Em 2006, da mesma forma como ocorreu em 2005, as exportações do RS cresceram menos do que as do Brasil, embora a um percentual mais próximo do brasileiro, diferentemente do ocorrido no ano anterior. Enquanto, até o penúltimo mês de 2005, as vendas externas do RS apresentaram um acréscimo de apenas 5,0%, e as do

Brasil elevaram-se em 23,1%, em 2006 o incremento nas exportações gaúchas, até novembro, foi de 13,5%, contra os 16,6% de variação registrados pelo País. Destaque-se, porém, que esse aumento das exportações do Estado ocorreu sobre uma base de comparação relativamente baixa, tendo em vista o fraco desempenho das exportações gaúchas em 2005.

Com uma receita de US\$ 10,732 bilhões, as vendas do RS ao exterior, entretanto, mantiveram uma participação no total das exportações brasileiras de 8,6%, semelhante àquela registrada em 2005 (8,8%), mas ambas inferiores aos 10,3% registrados em 2004. O Estado também se manteve como o terceiro maior exportador do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Diferentemente de 2005, quando se registrou uma forte queda na safra agrícola, devido à estiagem, em 2006 os prejuízos decorrentes das condições climáticas ficaram reduzidos a algumas áreas do Estado e perderam o caráter dramático observado no ano anterior. Entretanto a continuada valorização cambial afetou as exportações do RS de modo mais sério, tendo em vista o perfil das vendas externas do Estado, com uma grande intensidade no uso do fator trabalho e uma menor dependência de insumos importados, como é o caso dos setores de calçados e de móveis, onde parcela substancial do custo de produção não está atrelada ao dólar.

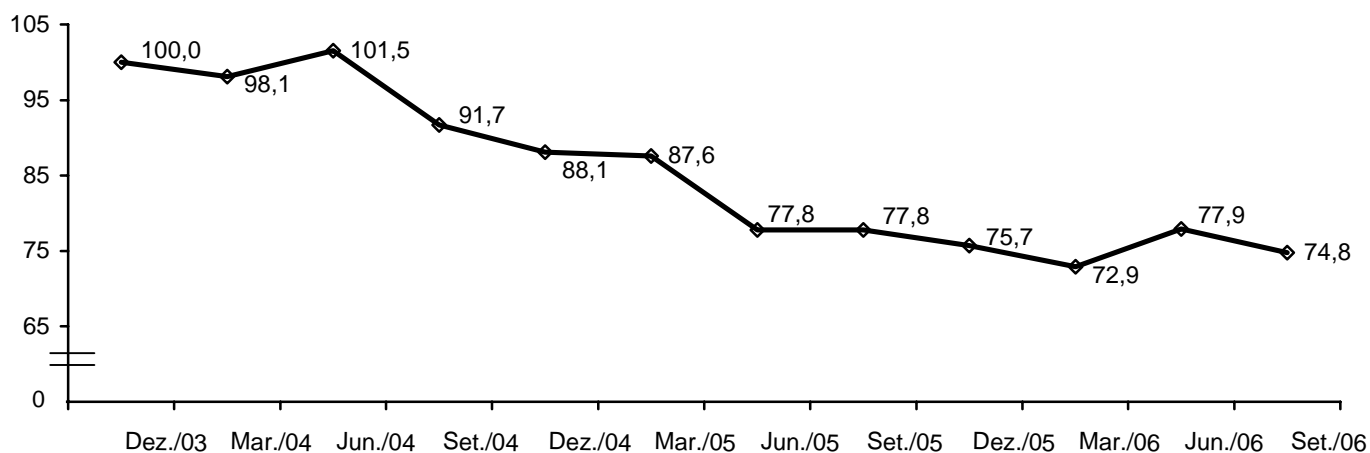
Embora o câmbio já se venha valorizando desde a segunda metade de 2004, em 2006 essa valorização acentuou-se, conforme pode ser visto no Gráfico 1, dificultando, com isso, o desempenho das exportações gaúchas, que só apresentou bons resultados devido à recuperação nas vendas da soja (grãos e óleo), das carnes (suína e bovina) e do óleo diesel, dentre os principais produtos exportados pelo RS.

* Artigo recebido em 08 jan. 2007.

** As autoras agradecem os comentários e as contribuições dos Economistas Álvaro Antônio Louzada Garcia e Beky Moron de Macadar, bem como, ao estagiário Anderson Casa Nova, a elaboração das tabelas.

Gráfico 1

Índice da taxa de câmbio efetiva real no Brasil — dez./03-set./06



FONTE: Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

NOTA: 1. Índice calculado com base nas taxas de câmbio reais de 13 países, ponderadas pela participação média de cada país na corrente de comércio brasileira.

2. Cesta de 13 moedas: Zona do euro, EUA, Argentina, China, Japão, México, Chile, Reino Unido, Coréia do Sul, Rússia, Canadá, Paraguai e Uruguai.

3. Índices deflacionados pelo IPA.

1.1 As exportações por categoria de uso

Analisando-se as exportações gaúchas por categoria de uso, é possível constatar um aumento na participação dos bens intermediários, que novamente voltaram a representar mais da metade das vendas externas do RS. No ano de 2005, essa categoria havia perdido espaço, devido à queda nas vendas de alimentos e bebidas destinados à indústria, em função da estiagem. Em 2006, porém, houve uma forte retomada nas exportações desse item, com um acréscimo nas vendas de 20,4%, o que elevou sua participação de 48,9% no ano anterior para 51,9% em 2006. Por outro lado, os insumos industriais — principal item dos bens intermediários — perderam representatividade na pauta, já que suas vendas externas cresceram apenas 4,9% entre janeiro e novembro de 2006.

Já os bens de consumo, ao contrário dos bens intermediários, perderam participação, principalmente devido ao menor desempenho dos bens de consumo não duráveis, dentre os quais se incluem os calçados, cuja *performance* deixou a desejar em 2006. Desse modo, os

bens de consumo, que, de janeiro a novembro de 2005, representaram 33,7% do total exportado pelo Estado, em igual período de 2006, responderam por 32,7% das vendas gaúchas ao exterior.

Com os bens de capital, a situação ficou ainda pior, visto que registraram uma queda de 9,6% no valor exportado, fato que tem sido apontado como uma consequência da valorização do real frente às demais moedas. Com isso, sua participação nas vendas totais do Estado para o exterior reduziu-se, passando de 15,0% em 2005 para 11,9% no ano seguinte.

Combustíveis e lubrificantes foi a categoria com maior percentual de aumento nas suas receitas, graças ao aumento na quantidade embarcada e no preço do petróleo. Assim, sua participação na pauta de exportações do RS elevou-se de 1,2% em 2005 para 1,7% em 2006. Tal comportamento deveu-se ao excelente desempenho das vendas de óleo diesel, que, até novembro, registraram um incremento de 77,3% em suas receitas de exportação.

1.2 As exportações por fator agregado

Ao se analisarem as exportações do RS por fator agregado, observa-se que, em 2006, ao contrário de 2005, o impulso nas vendas foi devido aos produtos básicos, cujas receitas em dólar aumentaram 28,3% em relação ao ano anterior, enquanto os produtos industrializados apresentaram um incremento nas vendas de apenas 6,0%, devido ao fraco desempenho dos produtos manufaturados. Estes registraram um acréscimo de apenas 3,2% no período em análise, enquanto os semimanufaturados tiveram um aumento nas receitas da ordem de 23,2%. Com isso, enquanto a participação dos produtos básicos no total exportado pelo Estado aumentou, passando para 34,7%, os produtos industrializados diminuíram sua representatividade e, em 2006, foram responsáveis por 63,5% das vendas totais do RS ao exterior, com os manufaturados representando 53,2%. Dentre os produtos básicos, cabe destacar-se a recuperação das vendas de soja em grão e de carnes suína e bovina. Em contrapartida, o fumo, principal produto básico exportado pelo RS em 2006, teve uma perda de receita da ordem de 9,2%, decorrente das menores quantidades embarcadas. Também a carne de frango teve queda nas vendas externas, devido, principalmente, à forte redução no volume exportado.

Em relação aos produtos manufaturados, onde se destacam, pelo valor exportado, calçados, tratores, máquinas agrícolas e plásticos, verificou-se que o seu desempenho, ao longo de 2006, deixou a desejar, em grande parte devido à política cambial.

Uma análise mais detalhada dos principais produtos exportados pelo RS, bem como dos principais destinos das exportações gaúchas, será feita a seguir.

2 Principais produtos exportados

Analisando-se as exportações do RS nos primeiros 11 meses de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior, verifica-se que os produtos que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram: a soja em grãos, a carne bovina, a carne suína e os óleos de petróleo. Já os tratores, as máquinas agrícolas, a carne de frango, os calçados de couro, bem como o fumo não manufaturado, tiveram taxas negativas de crescimento nas vendas externas.

A seguir, é feita uma breve análise dos principais produtos comercializados no exterior pelo RS, considerando o valor das vendas. Na Tabela 1, apresenta-se o valor dos mesmos, que, em geral, são agregações a quatro dígitos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), exceto para as carnes de frango — desagregação das carnes de aves.

Tabela 1

Valor e variação percentual, por subcapítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul, das exportações do Rio Grande do Sul — jan.-nov./06

CÓDIGOS E SUBCAPÍTULOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)	VARIAÇÃO % 2006/2005	PRINCIPAIS MERCADOS
2401 Fumo não manufaturado	1 132 896	-9,18	Bélgica (21,1%), EUA (17,1%), Alemanha (9,5%) e Holanda (6,9%)
6403 Calçados de couro natural	1 009 119	-3,41	EUA (54,5%), Reino Unido (14,1%), Itália (3,9%) e Canadá (3,8%)
1201 Soja, mesmo triturada	708 633	557,49	China (56,2%), Irã (14,4%), Taiwan (7,7%) e Emirados Árabes (3,3%)
02071 Carne de frango	609 018	-15,90	Japão (14,5%), Arábia Saudita (11,9%), Emirados Árabes (7,9%) e Holanda (6,6%)
0203 Carne suína	516 544	102,30	Rússia (90,5%), Hong Kong (1,9%), Cingapura (1,5%) e Argentina (1,3%)
3901 Polímeros de etileno em formas primárias	510 232	16,40	Argentina (31,9%), Chile (15,2%), EUA (4,7%) e Bélgica (4,7%)
2304 Tortas de soja	294 234	15,68	Coréia do Sul (19,7%), Austrália (14,2%), Espanha (10,4%) e Arábia Saudita (9,4%)
8701 Tratores	278 773	-26,44	Argentina (25,5%), EUA (11,5%), México (11,0%) e Venezuela (8,6%)
4107 Couros preparados, após curtimenta, de bovinos e de eqüídeos (couro cabado)	275 203	9,61	Honk Kong (27,4%), EUA (13,6%), China (11,9%) e Itália (4,3%)
1507 Óleo de soja	260 996	57,29	Irã (52,1%), Índia (19,9%), China (15,1%) e Bangladesh (4,2%)
9403 Móveis e suas partes	220 423	3,34	EUA (16,8%), Reino Unido (14,1%), Chile (9,4%) e Argentina (6,5%)
8708 Partes e acessórios para veículos	208 663	0,68	EUA (33,9%), Argentina (10,3%), África do Sul (9,0%) e México (7,7%)
8707 Carrocerias para veículos	201 641	4,05	México (32,5%), Chile (21,5%), África do Sul (17,8%) e Peru (9,6%)
2710 Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	185 213	71,21	Paraguai (66,7%), Argentina (11,7%), Uruguai (10,3%) e EUA (8,0%)
4104 Couros e peles de bovinos e de eqüídeos preparados (<i>wet blue e crust</i>)	170 006	35,32	Itália (29,3%), Honk Kong (17,7%), EUA (14,7%) e China (9,1%)
0202 Carne bovina	166 349	163,76	Rússia (72,9%), Espanha (3,4%), Itália (3,1%) e Alemanha (2,8%)
2902 Hidrocarbonetos cíclicos	148 032	-1,95	EUA (53,4%), Argentina (45,8%), Uruguai (0,8%) e Bolívia (0,02%)
8433 Máquinas e aparelhos agrícolas	142 496	-17,32	Argentina (52,5%), EUA (7,1%), Paraguai (5,5%) e Venezuela (5,4%)
4703 Pastas químicas de madeira	117 921	19,08	China (43,8%), Malásia (38,1%), Indonésia (5,9%) e Coréia do Sul (3,4%)
1602 Preparações e conservas de carne, miudezas ou de sangue	117 472	74,29	Holanda (20,9%), Alemanha (20,7%), Reino Unido (15,6%) e EUA (9,0%)
Subtotal	7 317 812	15,95	
Outros	3 414 529	8,53	
TOTAL	10 732 340	13,48	EUA (15,4%), Argentina (9,2%), Rússia (6,5%) e China (6,5%)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

2.1 Carnes e miudezas comestíveis

As vendas externas totais de carnes e miudezas comestíveis — principal capítulo exportado segundo a NCM — atingiram US\$ 1.409 milhões nesses 11 meses de 2006, continuando uma trajetória, no Estado, de crescimento da receita cambial (23,9%), enquanto, em nível nacional, o crescimento foi de 2,0%. As exportações de carnes brasileiras refletiram, em parte, os impactos da queda da demanda externa, em especial devido à gripe aviária e à febre aftosa. E essa queda só não foi maior devido à transferência da produção destinada ao mercado externo para unidades dos estados autorizados pelos importadores a manterem as exportações, o que favoreceu as vendas de carnes suínas e bovinas gaúchas. Já as carnes de aves perderam participação na pauta total das exportações gaúchas, passando de 8,1% para 6,1%. Dessas, destacam-se as carnes de frango, que representam 93% do valor exportado desse subcapítulo pelo Estado, cabendo o restante à venda de carnes de patos e perus. Além dessas e em muito menor valor, foram transacionadas no exterior as carnes de cavalo e as miudezas. A seguir, são analisados os principais tipos de carnes pelo valor comercializado no exterior.

Carnes de frango

O valor das vendas externas, nos primeiros 11 meses, reduziu-se tanto no Estado (15,9%) como no Brasil (11,1%), tendo em vista uma diminuição na quantidade e no preço médio. A gripe aviária na Europa e na Ásia foi apontada como a principal causa da retração da demanda no mercado internacional. Mas o aparecimento da doença de Newcastle no Estado provocou o embargo parcial ou total do frango *in natura* por vários países, e, por conseguinte, no período em análise, só foram transacionadas carnes congeladas, em especial pedaços e miudezas, que representaram 67% das vendas.

Em outubro de 2006, o Brasil e a União Européia chegaram a um acordo sobre mudanças no sistema europeu de tarifas e cotas na importação de frango. E, a partir de abril de 2007, quando o acordo deve entrar em vigor, o Brasil terá cota de 336 mil toneladas para suas exportações de carnes de frango e peru industrializadas para a União Européia. Contudo o acordo está sujeito aos resultados da Rodada Doha, e, se a negociação para

a liberalização global do comércio cortar mais as tarifas e ampliar as cotas para frango e peru, os volumes específicos negociados para o Brasil também terão de aumentar (Moreira, 2006).

Carnes suínas

Enquanto, no RS, o faturamento das exportações dobrou, tendo em vista o incremento da quantidade (67,3%) e do preço médio (21,0%), no Brasil as vendas caíram (13,1%), pois o acréscimo no preço médio de 5,6% não foi suficiente para compensar a queda do volume embarcado (17,7%). Tal diferença de comportamento pode ser explicada, em parte, pelo fato de que a Rússia, principal comprador de carne suína (90,5% de participação), retomou as compras do Estado, interrompidas em dezembro de 2005, em decorrência do ressurgimento da aftosa no Brasil, mantendo a suspensão para seis estados brasileiros. Mas, segundo Rocha (2006), o principal motivo do embargo é que a Rússia criou um programa de incentivo para fortalecer a sua indústria de carne suína, e os produtores temem a competição com a carne suína brasileira. Destarte, continua uma grande preocupação com a dependência das aquisições russas.

Carne bovina

As vendas externas de carne bovina gaúcha apresentaram uma excelente *performance* de janeiro a novembro de 2006. O RS foi favorecido com o redirecionamento de parte da produção de outros Estados, impedidos de exportar, devido ao embargo (parcial ou total) de 56 países à carne brasileira, dos quais se sobressaem o Chile, a União Européia e a Rússia. Destacam-se as elevadas taxas de incremento do valor transacionado, que, no RS (163,8%), foram muito superiores às nacionais (34,8%). As carnes bovinas congeladas gaúchas representaram mais de dois terços do faturamento externo desse produto, e a principal mercadoria transacionada foi a carne desossada congelada.

O elevado crescimento nas receitas de exportação das carnes bovinas deve-se ao grande incremento tanto do volume exportado (94,1%) como dos preços (35,9%), onde a Rússia teve um destacado papel. Esse país, que, praticamente, não comprava carne bovina gaúcha, elevou suas importações em mais de 5.000% até novembro e atingiu 72,9% do valor transacionado do produto. Já o

aumento do preço se deve, de um lado, à redução da oferta mundial, onde se sobressaem os papéis do Brasil — com o embargo dos importadores — e da Argentina — que proibiu temporariamente as exportações, para conter a alta dos preços doméstico —, e, de outro, à venda de produtos de maior valor agregado.

Apesar de não pertencer ao capítulo de carnes, devem-se, ainda, destacar as preparações alimentícias de carne, miudezas e sangue (US\$ 117,9 milhões), onde se sobressaíram as vendas de preparações e conservas de frangos e de bovinos, destinadas principalmente para a União Européia.

2.2 Fumo não manufaturado

No RS, o faturamento com a exportação de fumo não manufaturado (US\$ 1.133 milhões), principal produto comercializado no exterior, representa a quase-totalidade das vendas externas de fumo e sucedâneos manufaturados, terceiro principal capítulo exportado segundo a NCM. Isso ocorreu porque, desde 1999, apesar de o Brasil ter ratificado a convenção de controle do tabaco, o embarque de cigarros para países da América Latina foi taxado em 150%, para evitar o contrabando.

Quando se comparam os dados de janeiro a novembro de 2006 com os de igual período de 2005, verifica-se que, enquanto, no Brasil, a *performance* foi positiva, com crescimento no faturamento de 9,8%, no Estado, houve uma perda de receita de 9,2%, apesar do elevado incremento dos preços médios, pois a redução da quantidade vendida em nível nacional (4,5%) foi menor do que em nível estadual (17,2%). A queda de produção, mais intensa na Região Sul, é atribuída à redução da safra 2005/2006, aliada à menor qualidade da oferta, em razão do clima desfavorável. O decréscimo das vendas externas no RS pode ser explicado também pela redução das exportações da Universal Leaf Tabacos — uma das principais exportadoras de fumo — em 43%, no Estado. Essa empresa, depois de quase duas décadas, voltou a processar fumo em Santa Catarina, de onde tem embarcado o produto.

Os principais mercados para os fumos não manufaturados são: Bélgica, que absorveu 21,1%; Estados Unidos (17,1%); e Alemanha (9,5%). São vendidos, basicamente, fumos em folhas secas, sendo que as do tipo Virgínia representam quase 63%, e as do tipo Burley participam com, aproximadamente, 17% das vendas desse produto ao exterior.

2.3 Calçados e suas partes

Nas vendas externas de calçados e suas partes pelo Estado de janeiro a novembro de 2006, destacam-se as exportações de calçados de couro (US\$ 1.009 milhões) e de calçados de borracha e plásticos (US\$ 83,4 milhões), que representaram 84% e 7%, nessa ordem, do total do capítulo da NCM. Enquanto as vendas de calçados e suas partes para os Estados Unidos decresceram em 8,5%, para a União Européia elevaram-se em 13,7%, onde se salientaram os embarques para o Reino Unido, a Alemanha e a Itália.

Uma das grandes reclamações dos calçadistas diz respeito às restrições da Argentina, apesar de as vendas para esse país terem aumentado. No RS, esse incremento, de janeiro a novembro, foi impulsionado pelas vendas de calçados de couro e de têxteis, uma vez que os calçados de borracha e plásticos tiveram uma diminuição do faturamento.

Em 2005, foi firmado um acordo entre Brasil e Argentina limitando as importações argentinas provenientes do Brasil em 13,5 milhões de pares e instituindo o regime das licenças não automáticas das suas importações, o qual propiciou um desvio de comércio que beneficiou os fabricantes asiáticos. Em 2006, foi assinado um novo acordo, dispondo que, até 30 de junho de 2007, 75% das importações argentinas (entre 20 milhões e 22 milhões de calçados) serão provenientes do Mercosul, o que permitirá o acréscimo de até 22% no número de pares exportados para o país vizinho (Dutra, 2006).

Calçados de couro natural

Os valores das exportações gaúchas e brasileiras decresceram, respectivamente, em 3,4% e 3,0%, devido à redução das quantidades embarcadas, a despeito do incremento do preço médio. Assim, para manter o faturamento com exportações, os empresários têm priorizado a fabricação de produtos de maior valor agregado, com alta tecnologia, *design* e marcas próprias. Aliados ao câmbio desfavorável e à carga tributária elevada, são também considerados como relevantes problemas para a indústria calçadista a concorrência chinesa e o contrabando. Os principais destinos dos calçados de couro gaúchos continuam sendo os Estados Unidos e o Reino Unido.

2.4 Complexo soja

Tendo em vista as inter-relações entre os três produtos que compõem o complexo soja, estes são analisados em conjunto. No RS, verificou-se um grande incremento nas exportações dos produtos da soja em 2006, com destaque para a soja em grãos (557,5%). Contudo é importante ressaltar que, enquanto as vendas externas gaúchas de óleo de soja e de tortas de soja (ou farelos) foram crescentes, as nacionais diminuíram, quando comparadas com igual período do ano anterior, elevando a participação estadual nas vendas brasileiras desses produtos. Essa discrepância de comportamento deve-se à reduzida base de comparação no Estado, pois o ano de 2005 foi marcado, fundamentalmente, por problemas climáticos que comprometeram a produção e a transformação da soja gaúcha.

Soja em grão

O aumento do valor exportado em 2006 deveu-se ao elevado incremento na quantidade vendida (619,4%), motivada pelo maior volume de soja disponível para exportação, tendo em vista a forte quebra de produção gaúcha no ano anterior, em consequência de uma prolongada estiagem. Já o preço médio do produto diminuiu em 8,6%, em decorrência, de acordo com Bouças (2006), da excessiva oferta no mercado, com grandes volumes no mercado físico devido à colheita nos Estados Unidos, e das previsões de clima favorável ao plantio da safra de verão sul-americana. O principal destino da soja em grão gaúcha continua sendo a Ásia, em especial a China, que absorve mais da metade do valor do grão vendido ao exterior, seguida de Taiwan (7,7%) e do Oriente Médio, com destaque para o Irã (14,4%) e os Emirados Árabes (3,3%).

Torta de soja

Os aumentos no valor devem-se ao incremento do volume transacionado no exterior de 19,2%, pois os preços internacionais decresceram. Os principais mercados foram: Coréia do Sul, Austrália, Espanha e Arábia Saudita.

Óleo de soja

O incremento da quantidade vendida de óleo de soja em bruto ao exterior (51,5%) pelo RS foi o responsável pelo crescimento das vendas, pois os preços permaneceram relativamente estáveis. O principal mercado do produto foi o Irã, com uma participação de 52,1%.

2.5 Plásticos e suas obras

A Argentina é o principal destino de produtos plásticos e suas transformações, absorvendo cerca de 31% do valor comercializado no exterior. Os polímeros de etileno e de propileno em formas primárias representaram 72% e 14%, respectivamente, do faturamento desse capítulo, onde se sobressaem o polietileno e o polipropileno, que são os principais produtos da segunda geração da cadeia produtiva de plástico exportada pelo Estado.

Polímeros de etileno em formas primárias

As principais mercadorias exportadas foram o polietileno de alta densidade, o polietileno de baixa densidade e o polietileno de baixa densidade linear, que são insumos para as indústrias de tubos e mangueiras, embalagens, frascos de produtos, fraldas, dentre várias outras. No RS, as vendas em valor cresceram estimuladas pelos incrementos do preço e da quantidade embarcada em 2,8%.

2.6 Veículos

No capítulo de veículos, que inclui os automóveis, tratores, etc., suas partes e acessórios, cabe ressaltar, no RS, as vendas de tratores, partes e acessórios de automóveis, bem como as carrocerias para veículos, que, juntos, representaram 82% do valor comercializado desse capítulo no exterior. Em nível do País, a representatividade desses produtos é menor, tendo em vista as significativas exportações de automóveis.

Tratores

Os tratores apresentaram uma redução do valor comercializado no Estado (26,4%) muito maior do que em nível nacional (1,1%). Os principais destinos foram: Argentina, EUA, México e Venezuela. Esses quatro mercados decresceram suas compras de tratores, em especial os EUA e a Venezuela, que se reduziram em 61,4% e 29,8% respectivamente, de janeiro a novembro de 2006, quando comparadas com as dos primeiros 11 meses de 2005.

Partes e acessórios de veículos

Ao contrário do que ocorreu em nível nacional, as exportações de partes e acessórios para tratores e veículos automóveis apresentaram um pequeno decréscimo do valor no RS (0,7%). Os principais destinos das vendas gaúchas foram: EUA, Argentina, África do Sul e México.

Carrocerias para veículos

São exportadas basicamente as carrocerias para veículos que transportem 10 ou mais pessoas ou para carga. Os principais mercados foram: México, Chile, África do Sul e Peru, sendo que este último apresentou um acréscimo de, aproximadamente, 180% nas aquisições de carrocerias gaúchas.

2.7 Couros

As exportações totais do capítulo atingiram US\$ 461,7 milhões de janeiro a novembro, apresentando um acréscimo de 19,2% em relação ao mesmo período de 2005. Os principais mercados de destino foram: Hong Kong, Estados Unidos, Itália e China, que, juntos, absorveram 63% do montante exportado em couros e peles. Assim como em nível nacional, os couros bovinos gaúchos exportados representam cerca de 94% do valor dos couros vendidos ao exterior. E, até novembro de 2006, o valor e a quantidade embarcada ao exterior já eram superiores aos de todo o ano de 2005. Os couros podem ser classificados, segundo seu grau de elaboração, em salgados, que representam apenas 0,1% do valor das vendas do capítulo, preparados (*wet blue* e *crust*) ou acabados.

Couros preparados

Esses couros elevaram suas vendas em 35,3% e abrangem os couros curtidos ou *crust*, que são mais elaborados e representaram cerca de dois terços do valor vendido ao exterior desse produto, e os *wet blue*, com apenas o primeiro estágio do curtimento, que participaram com o terço restante.

Couros acabados

Os couros acabados representaram 59,7% do valor do total de couros embarcados pelo RS e cerca de um terço das exportações brasileiras de couro bovino acabado. O principal mercado foi Honk Kong, que absorveu 27,4% desse tipo de couro.

2.8 Móveis e suas partes

As vendas ao exterior de móveis do RS apresentaram uma taxa de incremento de 3,3%, enquanto o valor nacional vendido decresceu em 7,0%. Os móveis de madeira são os mais comercializados no exterior, em especial os para quarto de dormir. Os principais destinos foram: EUA, Reino Unido, Chile e Argentina. Enquanto as vendas para os EUA decresceram 33,9%, para os demais países, o valor elevou-se, atingindo 44,5% para o Chile.

3 Considerações finais

Alguns aspectos relevantes ocorridos ao longo de 2006 ainda merecem referência, visto trazerem reflexos sobre o desempenho das exportações gaúchas, se não diretos, pelo menos indiretamente.

O primeiro deles é que a alta concentração das exportações gaúchas em poucas empresas foi ainda mais intensificada, uma vez que, nos primeiros 11 meses de 2005, as 40 principais empresas exportadoras do RS responderam por 56,9% do total das receitas de exportação do Estado, e, no mesmo período de 2006, essa participação elevou-se para 58,6%. Em âmbito nacional, o nível de concentração permaneceu estável nos dois períodos, em torno de 42%.

Outro aspecto é a ainda inconclusa Rodada de Doha, cujas dificuldades para fechar o acordo, especialmente no que se refere aos produtos agrícolas, trazem reflexos

negativos sobre o comportamento das vendas externas do RS, tendo em vista o papel relevante desses produtos na pauta exportadora do Estado.

Um terceiro aspecto diz respeito à taxa cambial. Tudo indica que a mesma deverá manter-se valorizada, exigindo esforços adicionais na busca de novas formas de inserção das exportações gaúchas no mercado internacional, levando-se em conta que a pauta de exportação do RS, por ser bastante intensiva no uso de mão-de-obra, dificulta a competitividade externa. Isto porque esses custos são estabelecidos em reais, ao passo que as receitas são cotadas em dólares. Ou seja, os custos mantêm-se em elevação, e as receitas, em queda para grande número de exportadores.

Finalmente, um último aspecto é a entrada da Venezuela no Mercosul, fato que poderá ter reflexos positivos sobre o futuro das exportações gaúchas, por tratar-se de um mercado potencial para produtos industrializados gaúchos.

Referências

BOUÇAS, Cibelle. Alta “artificial” da cotação da soja preocupa mercado. **Valor Econômico**. São Paulo, p. B11, 30 out. 2006.

DUTRA, Carla. Argentina comprará mais calçados do Brasil. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 32, 13 out. 2006.

MOREIRA, Assis. Brasil e União Européia fecham acordo para carne de frango. **Valor Econômico**. São Paulo, p. B12, 27- 29, out. 2006.

ROCHA, Alda do Amaral. Rússia protela retomada das importações de suíno. **Valor Econômico** São Paulo, p. B11, 10 ago. 2006.

Mercado de trabalho

Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no ano de 2006*

Alejandro Kuajara Arandía**

Economista e Pesquisador da FEE

O artigo que ora se apresenta tem por finalidade analisar a evolução do mercado de trabalho da RMPA ao longo do ano de 2006, com base nas informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).

Para atingir o objetivo proposto, são utilizadas as principais variáveis do mercado de trabalho, tais como a ocupação, o desemprego e os rendimentos, com vistas a apresentar um balanço do desempenho do mesmo. No decorrer da análise, procurar-se-á destacar o comportamento dessas variáveis, considerando-se o período jan.-nov./06, e, quando relevante, utilizam-se comparações anuais.

O cenário da economia gaúcha, visto pelo prisma das estimativas preliminares da Fundação de Economia e Estatística (FEE) sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado em 2006, mostra uma variação positiva, em termos reais, de 2,7%. O destaque positivo desse ano foi o setor agropecuário, com um crescimento de seu Valor Adicionado Bruto (VAB) estimado em 19,9%, o que compensa a queda de 17,5% ocorrida em 2005. A indústria, ao contrário, apresentou variação negativa, estimada em -1,3%. Esse é o segundo ano consecutivo de queda nesse setor, que, em 2005, havia registrado um declínio de 4,8% no seu VAB. O setor serviços apresentou um crescimento de 2,2% em 2006, compensando largamente a queda de 0,5% em 2005.

Percebe-se que o cenário da economia gaúcha em 2006 apresentou um quadro mais positivo, que contrasta com o desempenho negativo do ano anterior. No que diz

respeito ao mercado de trabalho da RMPA, a evolução negativa do produto gaúcho, em 2005, pouco afetou, nesse ano, o desempenho do mercado de trabalho da RMPA, uma vez que o resultado dos seus principais indicadores foi positivo: aumento do nível ocupacional, ampliação de postos de trabalho com carteira assinada, relativa estabilidade na evolução das taxas de desemprego e pequena recuperação do rendimento médio real dos ocupados.

Já em 2006, mesmo com o crescimento do produto gaúcho, o mercado de trabalho da RMPA não repetiu a mesma *performance* positiva do ano anterior. Tal resultado deveu-se fundamentalmente ao fato de o desemprego manter-se em patamar elevado e à desaceleração do ritmo de criação de empregos com vínculos de trabalho formais no setor privado, significando um quadro menos favorável do mercado de trabalho da RMPA na comparação com 2005.

Ocupação: lenta recuperação

O ano de 2006 começou com queda da ocupação por quatro meses consecutivos. Em que pese ser um período usual para a redução da ocupação, foi surpreendente a eliminação de postos de trabalho ocorrida de fevereiro a abril (-41 mil), constituindo-se no pior desempenho para o período desde o início da Pesquisa.¹ Analisando-se a evolução do nível de ocupação ao longo de 2006 — período de janeiro a novembro —, chama

* Artigo recebido em 10 jan. 2007.

** O autor agradece a Miriam De Toni, Raul Assumpção Bastos e André Leite Chaves os comentários e as sugestões apresentados tanto na leitura preliminar quanto na escolha e organização dos dados.

¹ Chaves (2006), ao analisar o mercado de trabalho no período de janeiro a maio, observa, com auxílio dos dados da série histórica da PED-RMPA, que sempre houve queda da ocupação nos primeiros meses do ano, mas nunca a série histórica (de fevereiro a abril) registrou uma eliminação de vagas tão elevada.

atenção a prolongada tendência de queda da ocupação, que se estende até o mês de agosto, com decréscimo de 3,4%. Comparativamente ao ano anterior, o comportamento, nesse subperíodo, foi mais promissor, uma vez que, em 2005, o nível de ocupação havia apresentado crescimento de 1,7% até agosto. Ademais, o ritmo de recuperação do mercado de trabalho na RMPA, visualizado no Gráfico 1, revela também ritmos e momentos distintos: enquanto, no ano de 2005, a recuperação se iniciou no mês de maio, em 2006, a recuperação foi mais tardia, pois somente aconteceu a partir do mês de setembro.

Todavia cabe ressaltar que a recuperação em 2006 foi mais intensa do que a do ano anterior. Esse maior dinamismo fez com que o indicador de criação de vagas no acumulado de 12 meses atingisse o nível de 62 mil ocupações em novembro de 2006, ante o mês de novembro de 2005, número bastante superior ao resultado da comparação entre o mês de novembro de 2005 e o mesmo mês do ano anterior, de 44 mil ocupações, o que mostra que a forte queda da ocupação nos primeiros meses de 2006 foi mais do que contrabalançada pela expressiva criação de empregos de setembro a novembro desse ano (Gráfico 1).

Examinando-se a evolução da ocupação por setor de atividade, na comparação entre dez./04-nov./05 e dez./05-nov./06, constata-se que, em grande parte, foram os serviços e o comércio os responsáveis pelo desempenho positivo da ocupação em 2006, ambos bem acima do resultado observado em 2005, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Esses dois setores registraram criação líquida de 58 mil vagas no acumulado de 2006, sendo que 44 mil foram geradas pelos serviços, e 14 mil, pelo comércio. O setor serviços, que iniciou o ano com um desempenho negativo até março, alternando pequenas variações positivas com estabilidade até maio, assumiu a liderança na criação de postos de trabalho em 2006.

Por outro lado, a construção civil e os serviços domésticos, no período observado, continuaram a apresentar características marcantes de desaquecimento pelo segundo ano consecutivo — 0% e -1% respectivamente —, um resultado menos desfavorável que o apurado no ano anterior, quando a construção civil e os serviços domésticos sofreram perdas de 8 mil e 6 mil vagas no acumulado de 2005.

A indústria de transformação foi o setor que teve o desempenho mais surpreendente, isto porque, enquanto, em 2005, liderou a geração de vagas (35 mil), em 2006, foi o que mais eliminou postos de trabalho (-28 mil ocupações) — Gráfico 2. Em termos de comportamento

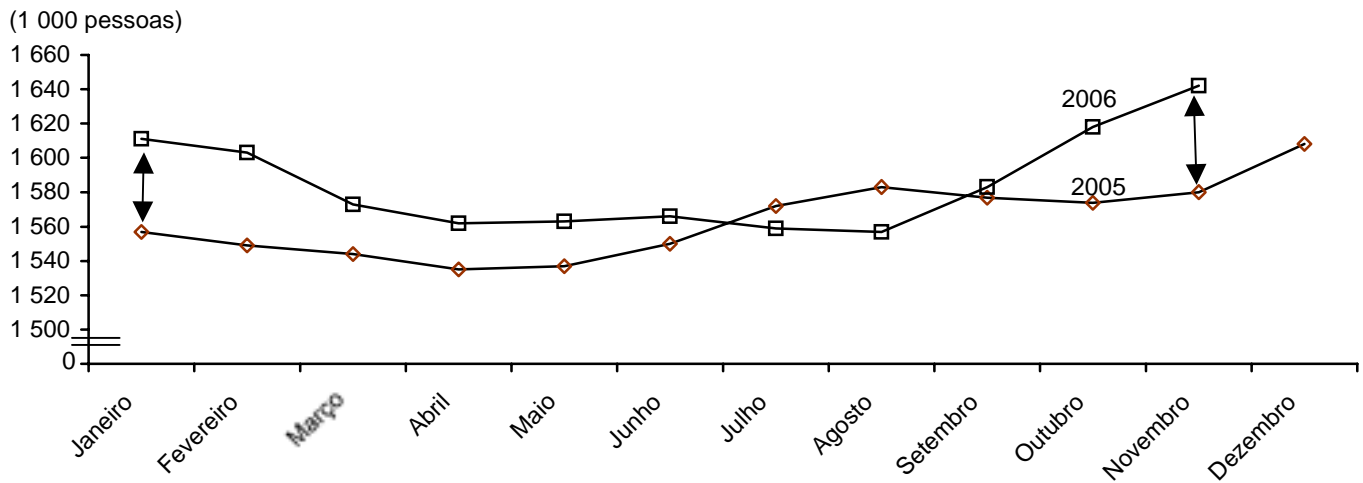
ao longo do ano, intercalou pequenas variações negativas em fevereiro e abril com variações positivas em março e maio; a partir daí, o comportamento foi de queda ininterrupta do contingente ocupacional. A queda da ocupação no setor da indústria parece ser reflexo das vicissitudes que a indústria gaúcha está enfrentando, decorrentes de seu maior nível de especialização na produção de bens pertencentes aos segmentos mais atingidos pela combinação da taxa de câmbio valorizada com a crise do campo no cenário estadual, conseqüência de dois anos de estiagem (2004 e 2005) e da queda nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, somadas às taxas de juros elevadas. Entre os maiores responsáveis pela queda da atividade fabril, estão calçados e artigos de couros, fumo e colheitadeiras e tratores agrícolas, justamente os segmentos que mais criam empregos na indústria.

Em relação à desagregação das ocupações por tipo de inserção ocupacional, o ano de 2006 não repetiu a mesma *performance* de 2005. Neste último ano, houve, para o setor privado, uma melhora na qualidade do conjunto das ocupações, em razão de um aumento do emprego com carteira de trabalho assinada, que respondeu pela criação de 67 mil ocupações entre novembro de 2004 e novembro de 2005. Nesse período, a quase-totalidade da expansão da ocupação deu-se por conta dos empregos formais, uma vez que houve retração no emprego assalariado sem carteira assinada, no contingente de trabalhadores autônomos e no emprego doméstico. Esse comportamento favorável, no âmbito do setor privado, não aconteceu em 2006, ao contrário, como em anos anteriores, voltou a se observar aumento da precarização das inserções ocupacionais (Gráfico 3).

Ou seja, no ano de 2006, com o arrefecimento na criação de empregos com vínculo de trabalho formal, especialmente no setor privado, o crescimento da ocupação ficou distribuído entre as diferentes categorias ocupacionais. Houve uma diminuição drástica do ritmo de crescimento do emprego com carteira assinada, com ampliação de apenas 12 mil ocupações entre novembro de 2005 e novembro de 2006, bem abaixo do contingente verificado no ano anterior (67 mil). Esse movimento, combinado com o aumento dos empregos sem carteira assinada, inclusive entre os autônomos e os empregados domésticos, fez com que a evolução do grau de formalidade perdesse ímpeto no mercado de trabalho da RMPA (Gráfico 3).

Gráfico 1

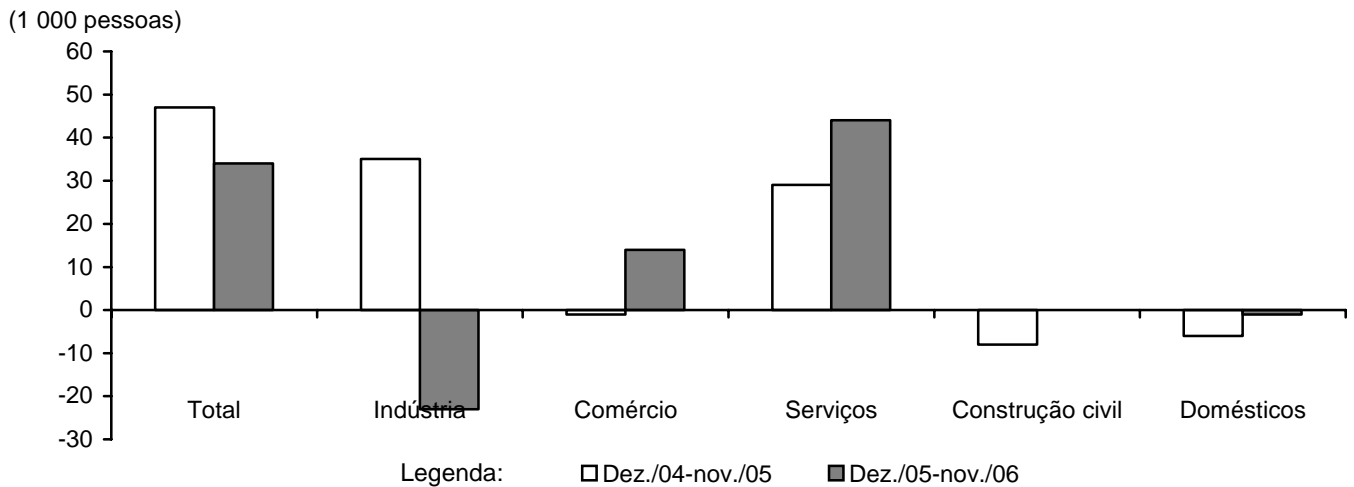
Estimativa dos ocupados da RMPA — jan./05-nov./06



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 2

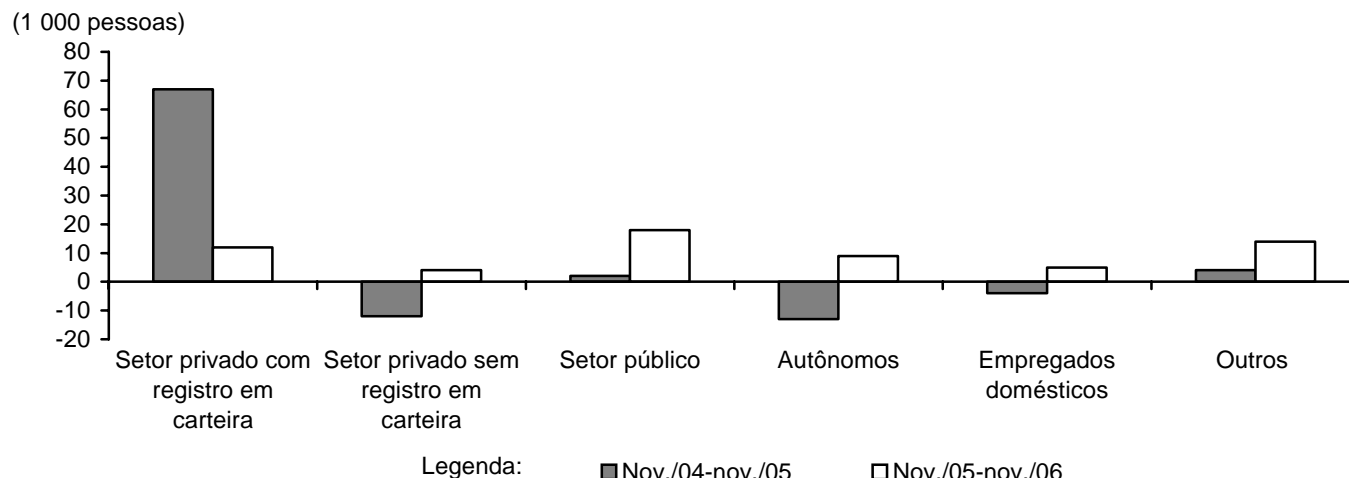
Varição absoluta da ocupação, segundo principais setores de atividade econômica, na RMPA — dez./04-nov./05 e dez./05-nov./06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 3

Varição do contingente de ocupados, por posição na ocupação,
na RMPA — nov./04-nov./05 e nov./05-nov./06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros englobam empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Desemprego: apesar da queda, ainda continua em patamar elevado

A taxa de desemprego total em 2006 evoluiu de maneira bastante distinta da ocorrida no ano anterior, enquanto, na comparação entre novembro de 2004 e novembro de 2005, passou de 14,5% da PEA para 14,6% respectivamente, apresentando uma relativa estabilidade. Já no comparativo entre novembro de 2005 e novembro de 2006, houve uma queda, tendo esse indicador recuado de 14,6% para 13,7% respectivamente. Apesar da queda, observa-se que o patamar do desemprego continua elevado, o que leva a exigir cautela na afirmação de uma melhoria acentuada da taxa de desemprego total em relação ao do ano passado.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 4, que mostra a evolução da taxa de desemprego total, esta começou o ano de 2006 com uma variação negativa, para depois crescer continuamente até abril, acumulando um aumento de 2,2%, sendo o maior crescimento para o período desde o verificado em 1998. A partir desse pico, a taxa de desemprego inicia um movimento de desaceleração ao longo dos meses do ano, até atingir o nível de 13,7% em novembro último. Tal nível representou estabilidade em relação a dezembro de 2005 e uma queda

considerável, de 6,2%, em novembro de 2006, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior.

Todavia, ao contrário do verificado nos cinco anos anteriores, em 2006, o comportamento da taxa de participação não colaborou para o crescimento do desemprego nesse período, mas, sim, para que ele não atingisse patamares ainda maiores aos verificados, uma vez que ela apresentou uma queda ininterrupta desde os primeiros meses até agosto, passando de 57,5% em dezembro de 2005 para 55,7% em agosto de 2006 (Gráfico 5).

Dessa forma, o comportamento da taxa de desemprego observado nos primeiros meses do ano encontra, na análise da demanda de mão-de-obra, as razões para a tendência ascendente apresentada. De fato, ao analisar-se o Gráfico 5, verifica-se que as variações do nível de ocupação foram as únicas determinantes do crescimento do desemprego. As maiores variações do contingente de desempregados coincidiram com as maiores quedas da ocupação, e as variações negativas do contingente População Economicamente Ativa serviram para amenizar o crescimento do desemprego.

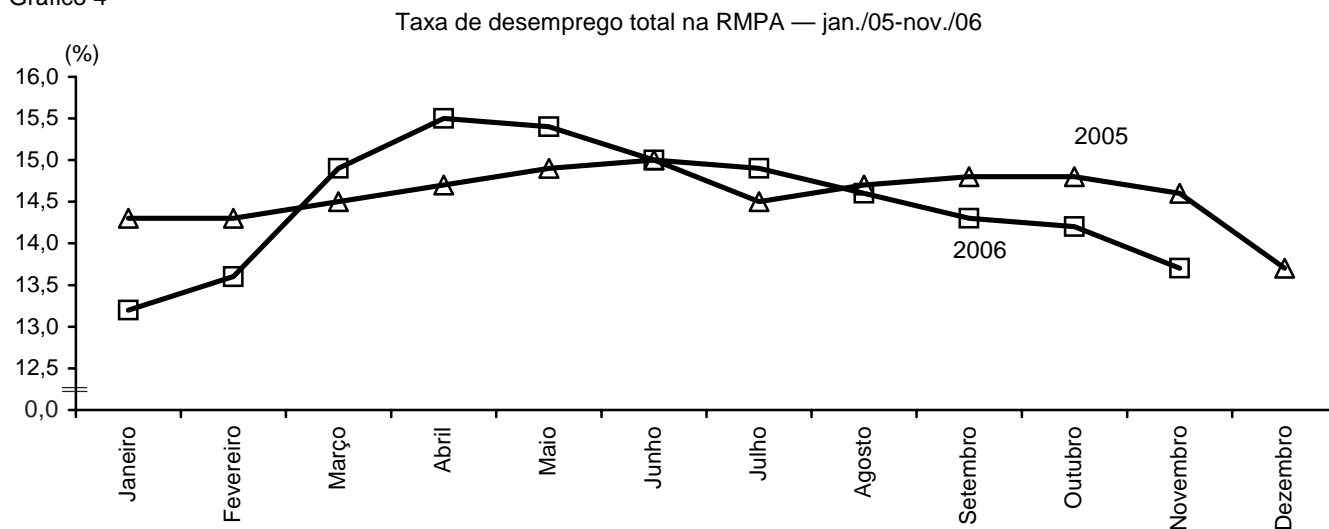
O exame da taxa de desemprego por tipo revela que o desempenho da taxa de desemprego total refletiu, nos dois primeiros meses do ano, a evolução da taxa de desemprego aberto, uma vez que a taxa de desemprego oculto permaneceu estável, conforme se observa no Gráfico 6. Já nos meses de março até praticamente

novembro, essas duas taxas contribuíram para as variações positivas e negativas da taxa de desemprego total. Porém, no mês de maio, a queda registrada no desemprego oculto foi determinante para a variação negativa da taxa de desemprego total, uma vez que a taxa de desemprego aberto continuou crescendo.

As variações registradas nas taxas de desemprego aberto e oculto, nos meses de março, abril e julho, fizeram com que o nível de desemprego atingisse, nesses meses,

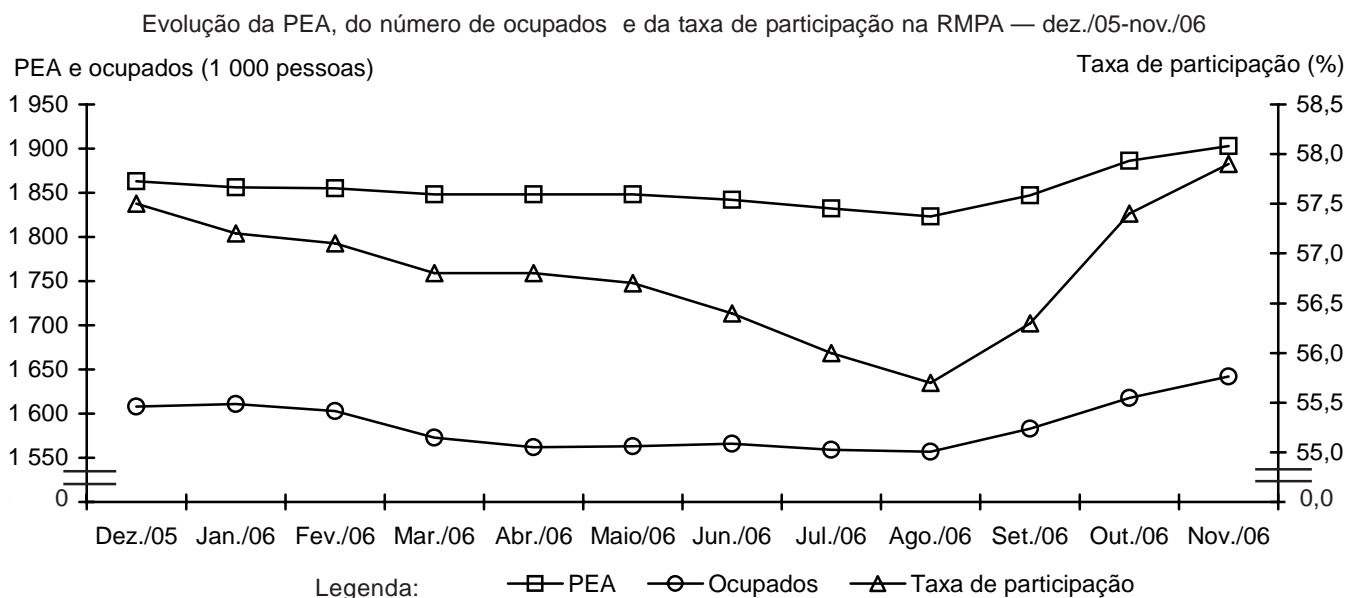
patamar superior ao verificado em 2005. Entre agosto e outubro, a queda da taxa de desemprego refletiu a evolução da taxa de desemprego oculto, pois o aberto permaneceu estável; em novembro, a queda foi de responsabilidade apenas do desemprego aberto. O movimento das taxas de agosto a novembro resultaram em níveis de desemprego em patamares inferiores aos atingidos em 2005.

Gráfico 4



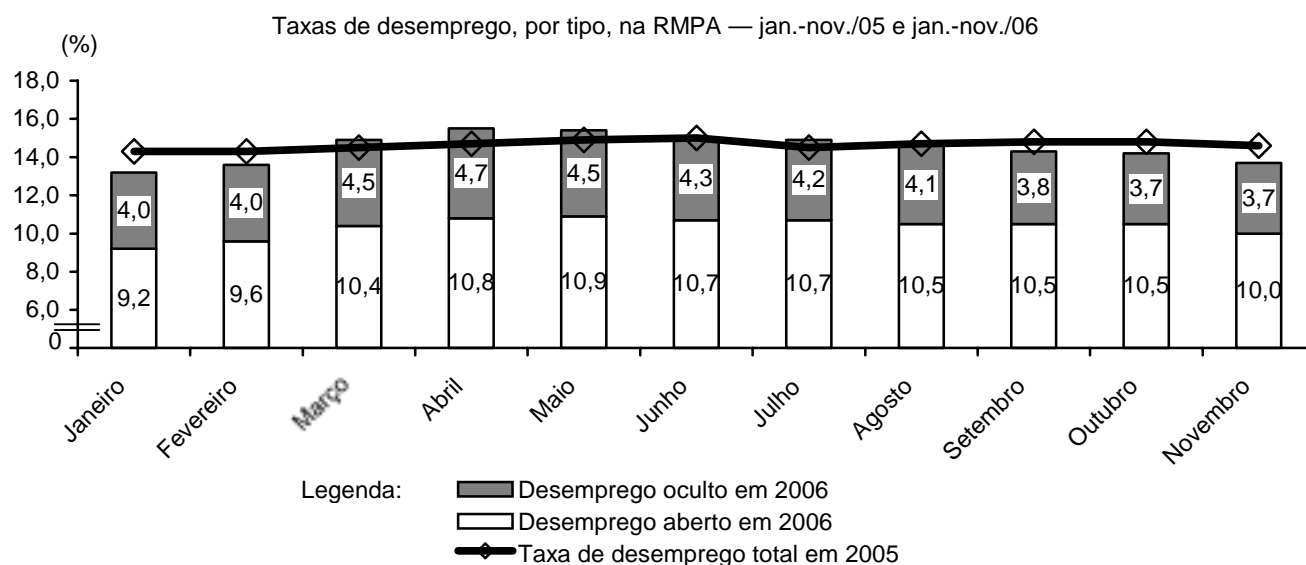
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 6



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Rendimentos do trabalho

No que tange à evolução dos rendimentos médios reais, os números de 2006 mostram uma melhoria, que já vem ocorrendo desde 2005, na deterioração ocorrida desde 2001, conforme mostra o Gráfico 7. A média dos rendimentos reais habitualmente recebidos cresceu, ante o mês imediatamente anterior, em sete dos 10 meses de 2006, até atingir, em outubro, o valor de R\$ 956,00.

Segundo a PED-RMPA, a média mensal dos rendimentos, entre janeiro e julho de 2006, foi sempre superior à do mesmo mês em 2005. Entretanto, no mês de agosto, houve uma reversão, registrando uma queda nos rendimentos, ante o mesmo mês do ano anterior, que permitiu que as médias anuais, entre agosto e outubro de 2006, fossem inferiores às do ano passado.

Uma das explicações para a melhoria dos rendimentos em 2006 (Gráfico 7), além da importância da desaceleração da inflação para a recuperação dos rendimentos, relaciona-se com o aumento do salário mínimo — o maior dos últimos anos —; somado a isso, o DIEESE² fez um levantamento em 271 unidades de negociação de categorias profissionais no período de janeiro a julho de 2006, onde foram registradas as

melhores negociações salariais dos últimos 10 anos: 96% dos reajustes salariais ficaram iguais ou acima da inflação acumulada em cada data-base medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O resultado disso fez com que o rendimento e o salário médio real registrassem recuperação de agosto a outubro (Gráfico 8).

Em relação à evolução dos salários médios reais segundo os diferentes setores e posições na ocupação, observa-se que, praticamente, todos chegaram a outubro de 2006 com ganhos em relação a dez./05 (Inf. PED, 2006). A exceção ficou por conta do comércio, que apresentou, no período supracitado, relativa estabilidade de 0,1%. Os contingentes de trabalhadores que mais se beneficiaram foram os do setor público e os da indústria, com um ganho real em seus rendimentos de 5,7% e 4,5% respectivamente.

A análise dos rendimentos dos assalariados, segundo a regulamentação do contrato de trabalho, mostrou crescimento de 1,8% no salário médio real para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e de 9,4% para os sem carteira na comparação entre dez./05 e out./06. Salienta-se, para o último grupo, uma tendência de crescimento verificada desde setembro do ano passado.

Em relação à massa de rendimentos, há sinais claros de aceleração de seu crescimento ocorrida a partir de agosto de 2006, tanto para os ocupados como para os assalariados. O Gráfico 8 mostra, claramente, a ascen-

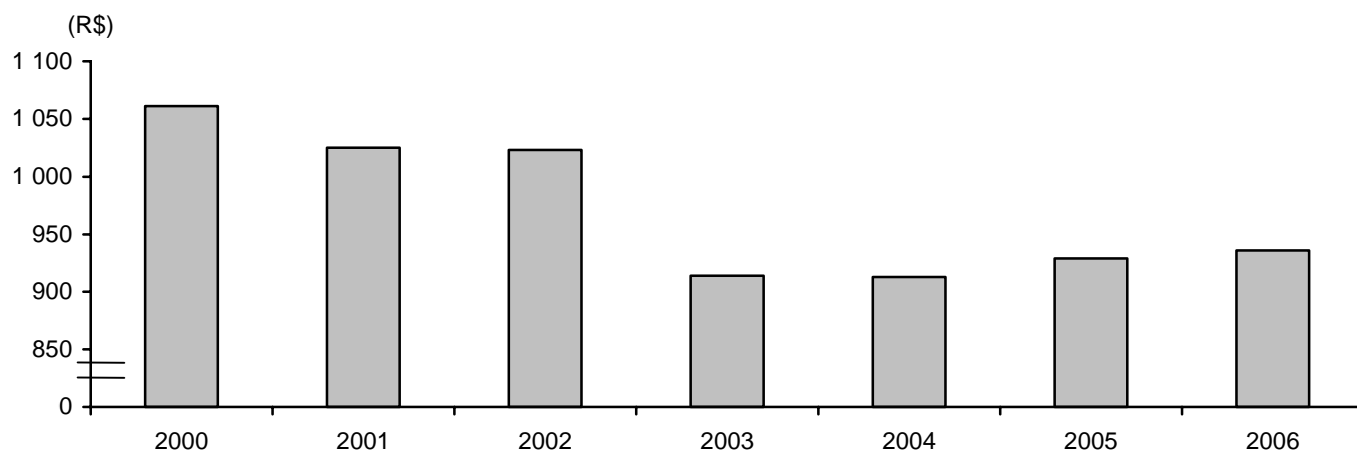
² Para um melhor detalhamento do levantamento do DIEESE, consultar o **Boletim de Mercado de Trabalho** (2006).

são das curvas dos índices das massas de rendimentos do mês de agosto em diante, quando acumularam um crescimento, entre agosto e outubro, de 7,9% para os ocupados e de 5,2% para os assalariados. Acredita-se que seja o crescimento acentuado da ocupação dos

últimos meses do ano o fator de maior influência da recuperação dos rendimentos. O aumento do acumulado do ano (dez./05-out./06) foi de 5,6% para a massa de rendimentos reais dos ocupados e de 7,1% para a dos assalariados.

Gráfico 7

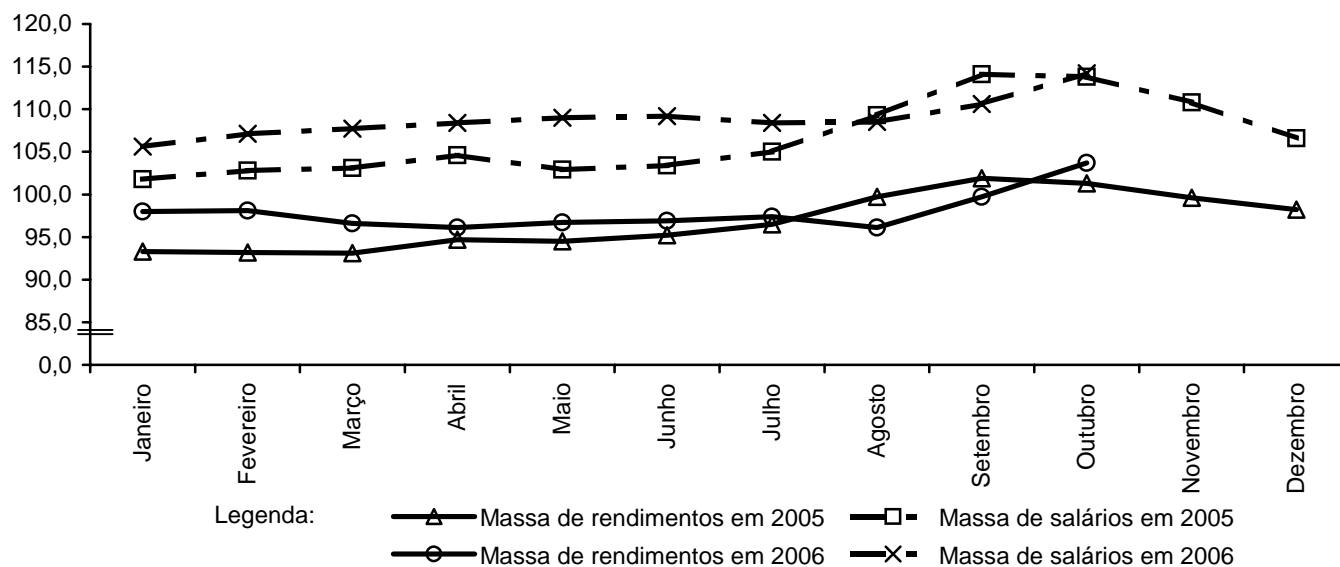
Evolução do rendimento médio real no trabalho principal, na RMPA — jan.-out. 2000-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de out./06.

Gráfico 8

Índices das massas do rendimento e do salário médio real na RMPA — jan./05-nov./06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
 NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE.

Considerações finais

Dentro do balanço entre perdas e ganhos das principais variáveis do mercado de trabalho, a ocupação, o desemprego e os rendimentos, prevaleceram os resultados favoráveis em 2006. Em relação à ocupação, embora com perdas de empregos com vínculos de trabalho protegidos no setor privado, houve expansão dos empregos precários, que compensaram os bons empregos perdidos. Já no que se refere à taxa de desemprego, houve decréscimo, porém continuando em patamar elevado. Além disso, ao contrário do verificado no ano anterior, em 2006, o comportamento decrescente da taxa de participação colaborou para que esse indicador não atingisse níveis ainda maiores aos efetivamente verificados neste ano. Não fosse o movimento de queda da PEA e da taxa de participação, a taxa de desemprego seria ainda mais elevada. Por último, em relação aos rendimentos, há sinais claros de recuperação, embora ainda tênues, haja vista a deterioração ocorrida desde 2001.

Uma perspectiva mais otimista para o próximo ano passa, necessariamente, pelo crescimento consistente e sustentado da economia gaúcha. Se isso se concretizar, haverá reflexos mais positivos para o mercado de trabalho. A aposta em um maior crescimento econômico, tanto no âmbito nacional quanto para o estado gaúcho, deverá gerar maior demanda por mão-de-obra, incentivando a criação de empregos com vínculos formais de trabalho. A se confirmar esse cenário mais positivo, a ampliação ininterrupta da ocupação dever-se-á refletir em queda persistente do patamar da taxa de desemprego, e os rendimentos médios reais poderão permanecer em trajetória de crescimento, recuperando as perdas havidas anteriormente.

Referências

ARANDIA, Alejandro K. Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre: melhoria no perfil dos assalariados. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 39-46, 2005.

BOLETIM MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise. Brasília, IPEA, v. 11, n. 31, out. 2006.

CARTA DE CONJUNTURA FEE. Porto Alegre, v. 15, n. 12, dez. 2006.

CARTA DE CONJUNTURA FEE. Porto Alegre, v. 16, n. 1, jan. 2007.

CHAVES, André Luiz Leite. Mercado de trabalho na Região Metropolitana Porto Alegre: expansão do emprego formal. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 71-80, 2006.

INFORME PED. Porto Alegre, dez. 2006.

Políticas públicas

O desempenho das finanças públicas estaduais em 2006*

Alfredo Meneghetti Neto**

Economista, Técnico da FEE e Professor da PUCRS

O objetivo deste estudo é apresentar o desempenho das finanças públicas estaduais no ano de 2006. Inicialmente, examinam-se justamente essas atividades no Governo do Estado; depois, no item 2, analisa-se o comportamento do ICMS, principal tributo da receita estadual; no item 3, apresenta-se a arrecadação do ICMS dos setores da economia gaúcha; e, por fim, no item 4, demonstra-se a execução orçamentária estadual.

1 A difícil situação financeira do Estado

Acompanhando-se as atividades fazendárias desenvolvidas pelo Governo do Estado ao longo de 2006, podem ser destacadas (de forma resumida) algumas delas, as que foram marcantes. Antes, porém, convém lembrar que a situação financeira do Estado vem se apresentando muito difícil, em função, basicamente, do caráter crônico do déficit primário e pelo crescente aumento da dívida pública estadual. Dois estudos aprofundaram-se nesse assunto e oferecem boas evidências: Meneghetti Neto e Ruckert (1994, p. 64) e Santos (2007, p. 1).¹

* Artigo recebido em 19 jan. 2007.

** O autor agradece os comentários e sugestões dos colegas Calino Ferreira Pacheco Filho, Isabel Noemia Junges Rückert, Jacques Alberto Bensussan, Jorge Blascovicki Vieira, Maria Luiza Blanco Borsatto, Marli Marlene Mertz, Renato Antônio Dal Maso e Walter Arno Pichler, todos do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) da FEE. Além disso, o texto foi enriquecido pelas contribuições de dois pareceristas anônimos, como também pelo fornecimento de dados da CAGE-Sefaz, através de Marilene Lopes Cortes de Meirelles. Os erros que eventualmente tenham permanecido são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Meneghetti Neto e Ruckert (1994, p. 64) sustentam que o aspecto mais marcante das finanças públicas nas décadas de 70, 80 e 90 foi a superioridade dos gastos em relação à receita, trazendo uma situação deficitária permanente ao longo do período. Na mesma linha de raciocínio, Santos (2007, p. 1) argumenta que,

A estratégia da Administração Germano Rigotto para o enfrentamento da crise estrutural das finanças públicas teve como característica principal a busca de um ajuste fiscal gradual, desenhado para obter a melhora dos resultados sem a decretação da moratória com relação à dívida pública estadual.

Essa estratégia tornou forçoso o financiamento do déficit público através dos depósitos judiciais, para cobrir os resultados negativos dos fechamentos orçamentários mensais (Relatório..., 2007, p. 3). Além disso, foram intensificadas várias ações de combate à sonegação, a redução da inadimplência (tanto do ICMS como do IPVA) e a cobrança de créditos tributários. Até agosto de 2006, haviam sido contabilizados mais de R\$ 600 milhões em constituição de créditos, compreendendo somente as ações para a recuperação de tributos estaduais sonegados, não se considerando a inadimplência no pagamento dos impostos informados espontaneamente pelos contribuintes.² Na área de cobrança de créditos tributários, inclusive dos inscritos em dívida ativa, também houve uma melhor eficiência na recuperação, principalmente na dos de maior valor.³

em 29 exercícios, a partir de 1971, “[...] ocorreram resultados primários negativos. Ou seja, retirando-se a receita das aplicações financeiras e as operações da dívida, sempre ocorreram déficits, em média, superiores a 15% da receita líquida real”.

² Em 2005, haviam sido lavrados mais de 55.000 autos de lançamento, atingindo R\$ 1,3 bilhão em créditos tributários constituídos pelo fisco gaúcho (Rio Grande do Sul, 2007).

³ Soma-se a isso a construção de uma série de ferramentas de controle e monitoramento das atividades dos contribuintes, como o Sintegra, o ICMS eletrônico, a nota fiscal eletrônica, os grupos setoriais de administração tributária, o Sistema de Informações Tributárias Sobre a Agropecuária (Sitagro), a malha fina, o gerenciamento matricial da receita, o controle das operações com cartão de crédito e das administradoras de *Shopping Centers*, o Programa de Educação Fiscal, o Programa Solidariedade, a divulgação da lista da dívida ativa, o fechamento dos pontos de passagem na fronteira com Santa Catarina, a abertura dos postos fiscais dos correios no Aeroporto Salgado Filho e no Porto de Rio Grande (Rio Grande do Sul, 2007).

Mas todo esse esforço de equilíbrio orçamentário foi muito prejudicado pela redução das compensações das perdas tributárias decorrentes das desonerações às exportações impostas pela Lei Kandir, oficializada pela reforma de 2003 da Constituição Federal.⁴ Efetivamente, as perdas têm sido enormes para o Rio Grande do Sul e são, sem dúvida alguma, uma das causas do seu desequilíbrio financeiro, pois é um dos estados que mais exporta no Brasil, vindo logo atrás de São Paulo e Minas Gerais,⁵ aliás, ambos em melhor situação do que a nossa. Em 2006, o RS chegou a exportar cerca de US\$ 11 bilhões, o que representou 8,5% das exportações do Brasil, como mostram os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Bal. Com., 2007). De acordo com a estimativa do Governo Estadual, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir e considerando-se uma alíquota de 13% de ICMS sobre as exportações, poderia ter sido arrecadado cerca de R\$ 1,7 bilhão, valor 10 vezes maior do que os R\$ 153 milhões que foram obtidos no período jan.-out./06 (Relatório..., 2007, p. 34).

Além dessas perdas, também devem ser consideradas outras renúncias fiscais (como o Fundopem), porque ainda representam um bom volume, pois, em 2005, o Estado deixou de arrecadar cerca de 40% do ICMS potencial (Rio Grande do Sul, 2007c).⁶

Pelo lado da despesa, devem ser mencionadas as atividades da Junta de Coordenação Orçamentária (Juncor) e do seu órgão de suporte técnico e assessoramento, chamado Comitê de Controle e Racionalização do Gasto Público. Essas atividades, como o nome já diz, têm o objetivo de tornar mais eficazes as

despesas públicas de todos os órgãos e entidades da Administração Direta, nas autarquias e fundações, cujos pleitos são encaminhados em processos administrativos. A Juncor é um instrumento de contenção de gastos e de busca de equilíbrio entre a programação financeira e a orçamentária da Administração Estadual e conseguiu contingenciar, até 30 de novembro de 2006, em torno de R\$ 780 milhões, o que equivale a quase uma arrecadação mensal de ICMS (Relatório..., 2007, p. 6).

Mas, mesmo com todo esse esforço pelo lado tanto da receita como da despesa, o Governo foi obrigado a pagar o 13º salário de forma parcelada para os servidores que ganham acima de R\$ 750,00. Também abriu a possibilidade, para esses mesmos servidores, de receberem imediatamente o 13º salário, através de um empréstimo junto ao Banrisul, sem qualquer prejuízo com a operação financeira.⁷

2 O comportamento do ICMS

Sabe-se que a arrecadação do ICMS é fundamental para as finanças públicas estaduais, já que se trata de um imposto que tem representado cerca de 90% da receita tributária gaúcha.⁸ Para monitorar o ICMS gaúcho nestes últimos anos, procurou-se seguir duas metodologias já desenvolvidas em estudo anterior (Meneghetti Neto, 2006, p. 84). Em primeiro lugar, foram contrapostas as taxas de crescimento da economia gaúcha com as do ICMS, e, depois, mediu-se a

⁴ Na realidade, as isenções às exportações não estão mais amparadas pela Lei Kandir, mas, sim, pela reforma da Constituição Federal de 2003, que não definiu a importância a ser repassada aos estados. Sem dúvida, a atual forma é péssima para os estados, porque os torna dependentes dos recursos que forem consignados ao orçamento da União. Santos (2006, p. 23) salienta que a reforma foi definitiva, porque “[...] os dispositivos dessa lei, em vez de terem sido suprimidos, passaram a ter mais força, pois foram incluídos na Constituição Federal, por meio da reforma ocorrida em 2003”. Ele conclui que uma norma posterior substituiu a anterior, especialmente se a nova norma for de uma maior hierarquia.

⁵ É interessante salientar que, como São Paulo e Minas Gerais estão em uma situação financeira melhor do que a do Rio Grande do Sul, o impacto da Lei Kandir é bem maior neste estado.

⁶ Especificamente, o volume de renúncias fiscais chegou a R\$ 6,6 bilhões, sendo R\$ 426 milhões do Fundopem; R\$ 3,3 bilhões das isenções do ICMS às exportações; R\$ 2,2 bilhões de benefícios fiscais às microempresas, EPP e redução da base de cálculo; e R\$ 653 milhões de demais desonerações (Rio Grande do Sul, 2007c).

⁷ Na realidade, o ano de 2006 foi o quarto ano consecutivo em que o Governo recorreu a esse expediente para conseguir pagar o 13º do funcionalismo. Na metade de dezembro de 2006, a Assembléia havia aprovado o projeto do Executivo permitindo realizar a operação. Os funcionários que não quiseram receber o 13º salário em seis parcelas, a partir de maio de 2007, puderam, então, contrair um empréstimo junto ao Banrisul. Pelas informações divulgadas na mídia, a maior parte dos servidores optou pelo empréstimo, totalizando 145.000 funcionários, representando 80% daqueles com vencimento acima de R\$ 750,00 mensais. Os restantes, 179.000 matrículas, que representam 49% dos funcionários do Estado, receberam o 13º salário no dia 20 de dezembro, como determina a lei (Maior..., 2006, p. 22).

⁸ A estatística da arrecadação do ICMS, neste texto, é distinta do ICMS arrecadado a qualquer título, pois não estão sendo considerados a dívida ativa, os juros de mora e as multas por pagamento de atrasos. Ao adotar esse procedimento, busca-se uma precisão maior no monitoramento do ICMS. Além disso, utilizou-se como deflator o IGP-DI atualizado para 1º de janeiro de 2007, disponível no *link* SERVIÇOS/Atualização de Valores do *site* da FEE (www.fee.tche.br).

arrecadação do ICMS do ano de 2006 em relação à do ano anterior.⁹

Ao se comparar a arrecadação do ICMS com o desempenho do PIB, sabe-se que essas duas variáveis têm a virtude de espelhar, por um lado, o quanto a economia conseguiu produzir em bens e serviços e, por outro, o quanto o Tesouro arrecadou. Apesar de existirem algumas peculiaridades em termos de composição das duas variáveis, elas tendem a variar de uma forma semelhante, pois o ICMS incide sobre produtos, como alimentação, vestuário, eletrodomésticos, e também sobre serviços, tais como luz e telefone. Entretanto, observando-se uma série maior, algumas vezes, essa semelhança no desempenho das duas variáveis não aconteceu.¹⁰ Através da Tabela 1, podem-se verificar mais detalhadamente os comportamentos do PIB e do ICMS nos seis últimos anos.

Em 2000 e 2001, as duas variáveis tiveram uma variação positiva: o PIB aumentou, respectivamente, 4,4% e 3,1%, e a arrecadação do ICMS respondeu favoravelmente com 6% e 7,6%. Mas, nos quatro anos seguintes (2002, 2003, 2004 e 2005), as duas variáveis distanciaram-se, como já foi comentado em Meneghetti Neto (2006, p. 84). No ano de 2006, elas voltaram a ter relação positiva, quando a economia gaúcha apresentou um crescimento de 2,7%, e a arrecadação do ICMS aumentou 5,1%.

⁹ A comparação entre ICMS e Produto Interno Bruto (PIB) é um procedimento usual, adotado tanto em publicações oficiais (Relatório..., 2006) como também nas acadêmicas. A propósito, Biasoto Jr. *et al.* (2007, p. 12) argumentam que: “[...] uma característica importante para um imposto ideal seria a existência de uma correlação positiva entre a arrecadação e a produção. Defendemos aqui que a arrecadação do ICMS possui esta relação de longo prazo com o produto, o que torna este imposto bastante interessante do ponto de vista econômico”.

¹⁰ Considerando-se a série de 1970 a 2006, fica evidente a defasagem entre as duas variáveis: o PIB cresceu 255%, e o ICMS, somente 199% no período. Isso fica também comprovado no teste da elasticidade-renda do ICMS, dividindo-se a série em quatro períodos e considerando-se como variável independente o PIB e como variável dependente o ICMS, tem-se o seguinte: nos anos 70, a elasticidade-renda do ICM gaúcho ficou em 0,93, o que significa dizer que, para cada variação de 1% no PIB, o ICM respondeu (positivamente) com 0,93%. Uma boa *performance* foi verificada também nos anos 80, quando a elasticidade-renda do ICMS melhorou para 1,41, devido à reforma tributária que alargou a base desse tributo. Mas, nos anos 90 e de 2000 até 2005, a elasticidade-renda foi negativa, respectivamente -0,48 e -0,20, significando que o Estado está tendo cada vez menos recursos em relação aos encargos que o crescimento da economia lhe impõe. Entretanto, ao agregar o ano de 2006 neste último período, nota-se que a elasticidade-renda volta a ser positiva: 0,09. Certamente, o aumento das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações melhoraram a relação entre as variáveis.

Tabela 1

Taxa de crescimento (base móvel) do ICMS gaúcho e do PIB do RS — 2000-06 (%)

ANOS	ICMS	PIB
2000	6,0	4,4
2001	7,6	3,1
2002	-1,6	1,1
2003	-4,0	4,8
2004	-2,0	3,4
2005	9,0	-5,2
2006	5,1	2,7

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda.

Arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul.

Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>.

Acesso em: 11 jan. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **PIB do Rio**

Grande do Sul. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Basicamente, a *performance* do ICMS gaúcho, em 2006, foi muito influenciada pela arrecadação dos combustíveis, energia e telecomunicações, como também pelo desempenho das atividades econômicas de bebidas, alimentos, borracha e plástico, celulose, papel e produtos de papel, veículos automotores e mobiliário. Todas elas apresentaram crescimento superior a 4% no ano, de acordo com a FEE (2007).

Acredita-se que a arrecadação do ICMS, na maioria dos outros estados brasileiros, terá um bom resultado, pois receberá os impactos positivos desses mesmos setores.¹¹ A projeção do IPEA é que a taxa de crescimento do PIB brasileiro deve se situar em torno de 2,8% em 2006 (B. Conj., 2007, p. 1).

Uma outra forma de comparar o desempenho do ICMS é contrapondo a arrecadação mensal de um ano em relação à do ano anterior (Meneghetti Neto, 2006, p. 84). Na Tabela 2, pode-se observar o desempenho favorável da arrecadação do ICMS ao longo do ano de 2006, que chegou ao patamar de R\$ 1,7 bilhão, mais de R\$ 560 milhões em relação ao ano anterior, em valores atualizados para 1º de janeiro de 2007.

¹¹ Os dados da produção industrial acumulada no período jan.-nov./06, em relação ao mesmo período do ano anterior, são muito bons para 10 dos 14 estados onde o IBGE coleta dados. Esses estados tiveram um crescimento de suas indústrias que variou de 2,1% (Rio de Janeiro) até 14,8% (Pará) (Indic. IBGE, 2007).

Tabela 2

Evolução da arrecadação do ICMS no
Rio Grande do Sul — 2005 e 2006

MESES	VALORES (R\$ milhões)		Δ%
	2005	2006	
Janeiro	833	1 115	33,8
Fevereiro	785	904	15,1
Março	824	898	8,9
Abril	903	960	6,3
Mai	876	913	4,2
Junho	921	1 045	13,5
Julho	894	922	3,1
Agosto	928	888	-4,3
Setembro	1 041	1 053	1,2
Outubro	1 043	1 040	-0,3
Novembro	993	1 027	3,4
Dezembro	1 081	924	-14,6
TOTAL	11 122	11 688	5,1

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda.

Arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul.

Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>.

Acesso em: 11 jan. 2007.

NOTA: Os valores do ICMS estão a preços de 1º de janeiro de 2007 e foram deflacionados pelo IGP-DI.

As alíquotas elevadas de ICMS sobre a energia elétrica, telecomunicações e combustíveis ajudaram o desempenho ao longo do ano.¹² Nos quatro primeiros meses de 2006, ficou bem evidente essa superioridade — 33,8% (janeiro), 15,1% (fevereiro), 8,9% (março) e 6,3% (abril) —, pois as alíquotas do ICMS desses setores estavam mais baixas no ano de 2005. No total, foram nove meses de resultados positivos de ICMS, o que fez com que pelo menos fossem contrabalanceados dois eventos que o pressionaram para baixo. O primeiro foi o

desempenho ruim da indústria gaúcha, que, de acordo com a FEE, caiu 1,3% no ano de 2006; e o segundo foi a continuidade das isenções de ICMS sobre as exportações, já comentada anteriormente. O Gráfico 1 mostra a evolução da arrecadação do ICMS gaúcho. Pode-se observar que a linha da arrecadação, em 2006, ficou, em praticamente todos os meses, acima da linha do ano anterior, com exceção de agosto, outubro e dezembro.

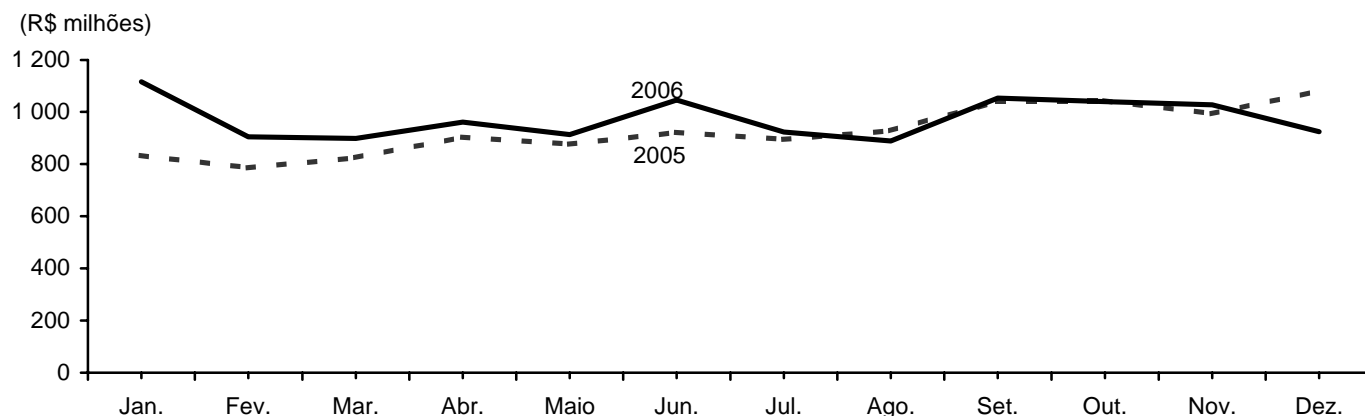
Entretanto deve ser salientado que as perdas decorrentes da Lei Kandir, e mais a queda da arrecadação do ICMS justamente no último mês do ano, dificultaram, em muito, ao Governo honrar seus compromissos, principalmente as despesas de custeio (férias e 13º salário do funcionalismo)¹³, como pode ser visto mais adiante.

¹² O aumento de alíquotas do ICMS havia sido aprovado em 2004, mas entrou em vigor em abril de 2005. Especificamente no dia 16 de dezembro de 2004, o Executivo anunciou um pacote com 24 projetos, que foi votado, na Assembléia Legislativa, durante a convocação extraordinária dos dias 21 e 22 de dezembro daquele ano. Entre eles, havia dois projetos substanciais em termos de repercussão financeira: um que aumentava as alíquotas do ICMS, e outro que cortava as despesas em R\$ 954 milhões. O aumento das alíquotas do ICMS foi de 25% para 30% em três produtos (combustíveis, energia elétrica e telecomunicações) e de 12% para 14% no diesel. As alíquotas elevadas começaram a vigorar a partir de 1º de abril de 2005, entretanto, logo depois, o Governo baixou a alíquota dos combustíveis de 30% para 29% e, mais tarde, para 28%. Esses três produtos contribuem enormemente para as finanças públicas, pois, juntos, participam com quase a metade do ICMS total (47,11%) do RS (Meneghetti Neto, 2006, p. 81).

¹³ É importante salientar que, no mês de dezembro, tradicionalmente, o Governo antecipa o pagamento do ICMS de janeiro, sendo que, na gestão Rigotto, ocorreram sete antecipações, justamente nos meses mais críticos (janeiro, fevereiro, março e dezembro). Entretanto, no ano de 2006, não houve antecipação em dezembro, o que, de certa forma, deu um certo alívio para o pagamento das obrigações do primeiro mês da Gestão Yeda.

Gráfico 1

Evolução da arrecadação do ICMS no RS — 2005-06



FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

3 A arrecadação do ICMS por setores

Através da Tabela 3, pode-se analisar o desempenho da arrecadação do ICMS dos principais setores da economia gaúcha em 2006, em relação ao do ano anterior.

Nota-se que a arrecadação do ICMS da indústria de transformação concentra quase a metade do total do ICMS, vindo, logo a seguir, o comércio atacadista, serviços e outros e o comércio varejista. Esse setor arrecadou R\$ 4,9 bilhões no ano de 2006, ficando 3,5% abaixo do ano anterior. Os destaques negativos (no acumulado jan.-nov./06, em relação ao mesmo período do ano anterior), de acordo com o **IBGE** (Indic. IBGE, 2007, p. 43), foram máquinas e equipamentos (-17,42%), produtos de metal (-10,9%), calçados e artigos de couro (-8,5%) e fumo (-7,3%). É importante salientar que os Estados do Rio Grande do Sul (-2,2%), Paraná (-1,9%) e Amazonas (-2,3%) foram os únicos no Brasil que apresentaram um desempenho negativo no relatório do **IBGE** (Indic. IBGE, 2007, p. 6), pois não conseguiram seguir o padrão de crescimento observado nos demais estados, que têm suas estruturas industriais com forte presença tanto das *commodities* (café, soja, açúcar, cobre, aço e ouro, dentre outros) como também de segmentos produtores de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e de bens de capital (especialmente os segmentos de informática e de equipamentos elétricos).

A arrecadação do setor de produção animal e extração vegetal e da indústria de beneficiamento também tiveram uma queda (respectivamente, de 9,6% e 6,7% em 2006, em relação ao ano anterior), mas, em função de sua pequena participação no ICMS, o impacto nas finanças foi muito reduzido.

Excetuando a indústria de transformação, a produção animal e extração vegetal e a indústria de beneficiamento, que tiveram desempenhos negativos já comentados, todos os demais setores da economia gaúcha arrecadaram mais em 2006 do que no ano anterior.

Em relação à arrecadação do ICMS, o comércio atacadista (18,3%), a indústria extrativa mineral (10,1%), a indústria de montagem (6,1%), o comércio varejista (3,6%), a indústria de acondicionamento e acondicionamento (0,6%) e os serviços e outros setores (0,2%) tiveram um desempenho em 2006 acima do verificado no ano anterior. Todos esses setores reunidos chegam a um montante de R\$ 6,5 bilhões, que é superior ao total arrecadado pela indústria de transformação.

De uma forma geral, a arrecadação do ICMS, em 2006, ficou aquém da esperada e fez com que o Executivo tivesse dificuldades de caixa, pois as despesas foram bem mais pesadas do que as receitas, como pode ser visto no item seguinte.

Tabela 3

Arrecadação do ICMS, por setores, no Rio Grande do Sul — 2005 e 2006

SETORES DA ECONOMIA	VALORES (R\$ 1 000)		VARIÇÃO %
	2005	2006	
Produção animal e extração vegetal	75 552	68 321	-9,6
Indústria extrativa mineral	30 620	33 707	10,1
Indústria de transformação	5 106 631	4 926 948	-3,5
Indústria de beneficiamento	363 897	339 630	-6,7
Indústria de montagem	55 765	59 160	6,1
Indústria de condicionamento e acondicionamento	8 098	8 143	0,6
Comércio atacadista	2 847 020	3 366 899	18,3
Comércio varejista	1 282 632	1 328 685	3,6
Serviços e outros	1 751 543	1 755 631	0,2
TOTAL	11 521 756	11 887 125	3,2

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Disponível em:

http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_feedados.php. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: Os valores do ICMS estão a preços de 1º de janeiro de 2007 e foram deflacionados pelo IGP-DI.

4 A execução orçamentária

Na Tabela 4, pode-se avaliar a execução orçamentária do período jan.-nov./06,¹⁴ onde a receita corrente atingiu R\$ 15,6 bilhões, e a despesa corrente ficou em R\$ 13,6 bilhões. Contrapondo-se essas duas rubricas junto com as deduções do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)¹⁵, tem-se um resultado superavitário de R\$ 645 milhões.

¹⁴ A execução orçamentária estadual é mostrada mensalmente no *site* da Secretaria da Fazenda (www.sefaz.rs.gov.br). É importante salientar que, no demonstrativo da despesa orçamentária ajustada, são apresentadas três classificações: a empenhada, a liquidada e a paga. Optou-se por considerar a despesa empenhada como sendo a interpretação mais próxima da real situação das contas públicas. Isto porque, pelo artigo 58 da Lei nº 4.320/64, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente, ou não, de implemento de condição. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 55, inciso III, letra B, alínea 4, dispõe que os empenhos não liquidados e que não possuem suficiência de caixa serão cancelados. Assim, essa lei muda completamente os procedimentos, pois, anteriormente, os empenhos eram inscritos em restos a pagar. Agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aquilo que for empenhado e não pago deverá ser cancelado. Dessa forma, a melhor prática de análise das contas públicas é pela despesa empenhada, principalmente quando a análise que estiver sendo realizada se refira a uma série histórica anual.

¹⁵ Essas provisões se destinam ao Fundef, ao qual todos os estados e municípios devem destinar 15% dos principais impostos. Esse fundo é regulamentado pela Emenda Constitucional nº 14/96 (Brasil, 2007).

Isso evidencia uma posição financeira do Estado ainda intermediária, pois não inclui o chamado resultado do orçamento de capital — que abrange os gastos com investimentos e com a amortização da dívida —, bem como os empréstimos realizados, dentre outros. Mesmo assim, já se tem uma boa medida das dificuldades em 2006, pois a execução orçamentária ficou bem abaixo da conseguida no ano anterior, de R\$ 1 bilhão, como está descrito em Meneghetti Neto (2006, p. 88).

Quando se incluem outros itens do orçamento público (tais como investimento e amortização da dívida), a situação financeira do Estado, em 2006, passa a ser muito deficitária, trazendo sérias dificuldades no curto prazo. Houve um resultado deficitário do orçamento de capital de quase R\$ 1,8 bilhão, o qual pode ser explicado pelo fato de as receitas de capital, de R\$ 77 milhões,¹⁶ terem sido superadas pelas despesas de capital, que chegaram a mais de R\$ 1,8 bilhão, pois foram pressionadas pelas amortizações da dívida (R\$ 1,4 bilhão).

Totalizando-se todas essas rubricas, nota-se que o Executivo não conseguiu equilíbrio de caixa, tendo chegado, no acumulado até novembro de 2006, a uma situação deficitária de R\$ 1,1 bilhão.

¹⁶ Sem dúvida nenhuma, caso o RS tivesse acesso a um volume de empréstimo maior, a situação poderia ser diferente, entretanto, como está bem detalhado na nota de rodapé 21, o pleito gaúcho não foi atendido pelo Governo Federal.

Vale destacar que, nos últimos anos, as dificuldades do Estado têm sido enormes, ou seja, o Estado quase sempre gastou mais do que arrecadou. Nos últimos nove anos, sempre ocorreram déficits, com exceção de 1998 e 2002, quando foram atingidos superávits fiscais, como pode ser visto no Gráfico 2.

Em praticamente todos esses anos de saldos positivos, encontraram-se formas “paliativas” (e não duradouras) de conseguir equilíbrio orçamentário. Só para se ter uma idéia, em 1998, houve um aumento de receitas vindas das privatizações, que aliviaram o caixa do Governo, e, no ano de 2002, só foi obtido um saldo positivo de R\$ 718 milhões, por ter sido cancelada a conta “restos a pagar”.¹⁷

As contas estaduais, nos últimos 30 anos, sempre foram muito pressionadas tanto pelo pagamento de pessoal como também pelo peso da dívida. O comprometimento com o pagamento de pessoal (ativos, inativos e pensionistas, sem considerar as transferências às autarquias e fundações), incluído nas despesas correntes, chegou a um patamar de R\$ 7,9 bilhões de janeiro a novembro de 2006, de acordo com a CAGE.

Na realidade, o pagamento com pessoal é um dos itens mais difíceis de executar, não só pelo seu alto patamar de gasto exigido, como também pelo fato de que os gastos com inativos e pensionistas já representam a metade do pagamento do pessoal total.¹⁸ Além disso, existe uma tendência preocupante, que se observa no número de matrículas dos servidores inativos e pensionistas das Administrações Direta e Indireta, que vem gradativamente aumentando nos últimos anos.

O Gráfico 3 detalha a evolução dessa estatística para o período 1991-05. Enquanto os servidores ativos diminuíram de 228.000 (1991) para 203.000 (2005), os inativos aumentaram de 79.000 para 126.000, e os pensionistas, de 48.000 para 51.000, respectivamente, no mesmo período.

¹⁷ Isso significa que, nesse ano, as dívidas do Estado inscritas em restos a pagar foram suspensas, por estarem prescritas, ou seja, tinham mais de cinco anos. Além disso, a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 eliminou as transferências intragovernamentais.

¹⁸ Conforme dados do Governo Estadual, ocorreu, em 2003, uma reversão de gastos: os dos inativos e pensionistas superaram os dos ativos. Considerando-se o total de gastos empenhados com pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada no RS, os ativos representavam 57,16%, e os inativos e pensionistas, 42,84% em 1996. Dez anos depois (até novembro de 2006), enquanto os gastos com ativos caíram para 49,31%, os dos inativos e pensionistas aumentaram para 50,69% do total de pessoal (Relatório ..., 2007, p. 2).

Quanto aos inativos e pensionistas, apesar de terem sido tomadas medidas, pelo Governo Estadual, para amenizar o déficit previdenciário com o aumento das alíquotas de contribuição em 2004, ainda restam problemas estruturais pendentes de solução, principalmente o da criação de um fundo capaz de suportar essas despesas, como bem salienta o Tribunal de Contas do Estado (Relatório..., 2006, p. 49). Aliás, esse fundo era uma das idéias de utilização dos recursos vindos das receitas das privatizações em 1998. Em outras palavras, já transcorreram quase 10 anos sem que alguma solução definitiva fosse adotada nessa área vital da despesa.

Fazendo-se um levantamento de quanto cada Tesouro estadual gasta com aposentados e pensionistas, tem-se uma evidência muito clara de que o Rio Grande do Sul possui a situação mais crítica do Brasil.

De acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social, no ano de 2003, o Rio Grande do Sul era o estado que mais gastava com inativos em relação à receita corrente líquida, chegando a 36,5%, vindo, logo a seguir, Minas Gerais (29,3%), Rio de Janeiro (23,7%), São Paulo (22,5%), Pernambuco (22,4%), Ceará (21,2%) e Paraíba (20,9%). Outros estados gastam menos de 20% em relação à receita corrente líquida (Anu. Estat. Prev. Soc. 2004, 2007).¹⁹

Em segundo lugar, vem o problema da dívida: a sua amortização e o pagamento dos encargos absorveram R\$ 1,6 bilhão no período jan.-nov./06. Esse montante representa quase duas arrecadações mensais de ICMS. Além disso, a dívida pública gaúcha está distribuída em parcelas com vencimentos a serem pagos até o ano 2028, como pode ser visto no Gráfico 4.²⁰

Certamente, uma renegociação da dívida pública impõe-se, principalmente para resolver as obrigações que devem vencer nos próximos quatro anos e também os problemas que o indexador IGP-DI está trazendo para o seu aumento, em especial a partir de 1999. Essa renegociação pode ser através de um alongamento maior do perfil da dívida de curto prazo, como também por intermédio de um financiamento que, pelo menos, tenha

¹⁹ Apesar de 2003 ser o último ano disponível, a posição gaúcha tende a se agravar nos próximos anos, pois, em 2000, o Rio Grande do Sul gastava, com inativos e aposentados, 30% em relação à sua receita corrente líquida. Para mais detalhes, ver **Anuário Estatístico da Previdência Social 2004** (2007).

²⁰ Outro detalhe é que, nos próximos quatro anos, vencerá R\$ 7,4 bilhões em parcelas da dívida gaúcha, que o Estado deverá negociar para alongar o seu prazo, pois não existem recursos disponíveis.

a finalidade de reduzir o impacto do serviço da dívida sobre o Tesouro.²¹

De uma forma geral, essas duas despesas (pessoal e dívida) não podem ser reduzidas, pois são rígidas e cada vez mais volumosas, fazendo com que diminuam as possibilidades de o Estado realizar investimentos. Só para se ter uma idéia, os investimentos chegaram a pouco mais de R\$ 493 milhões e estão em um nível muito baixo, porque representaram somente 3,1% das receitas correntes.²² Sem dúvida, o contingenciamento dos in-

vestimentos, tanto de infra-estrutura como dos demais serviços públicos, é uma das evidências do alto custo social que toda a sociedade gaúcha tem que pagar em função do desajuste das contas estaduais.

A situação desfavorável das finanças públicas gaúchas, a qual também já havia sido encontrada em outros anos, pode ser sintetizada no esforço cada vez maior do Executivo em chegar ao final do mês com as contas pagas ao funcionalismo.

Tabela 4

Execução orçamentária dos recursos do Tesouro do Rio Grande do Sul — jan.-nov./06

TÍTULOS	VALOR (R\$ 1 000)
A - Receitas correntes	15 639 571
B - Deduções para o Fundef	-1 384 024
C - Despesas correntes	13 609 913
D - Resultado do orçamento corrente (A - B) - C	645 634
E - Receitas de capital	77 949
F - Despesas de capital	1 883 038
G - Resultado do orçamento de capital (E - F)	-1 806 089
H - Resultado (D - G)	-1 159 455

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. **Execução orçamentária da administração direta.** Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

NOTA: Os valores da execução orçamentária estão a preços correntes. Também é importante salientar que, além das receitas e das despesas orçamentárias da Administração Direta, esse demonstrativo contempla, na despesa, as dotações e os empenhos efetuados por autarquias e fundações na conta do Tesouro do Estado.

²¹ Segundo Calazans (2006, p.18), essa idéia vem sendo objeto de um árduo trabalho desenvolvido pelo Governo desde 2004. Naquele ano, foi encaminhada ao Governo Federal uma proposta, inédita, de contratação de nova operação de crédito, com o objetivo de reduzir o custo presente da dívida estadual. Dessa forma, haveria recursos adicionais ao Tesouro Estadual para enfrentar os pagamentos da dívida. Entretanto, apesar de essa proposta contar com o apoio do Banco Mundial, o Estado não teve seu pleito aprovado, ao passo que Minas Gerais e Ceará a encaminharam na mesma época e foram atendidos. Conclui que é importante que o Governo do Estado aprofunde as tratativas para contratação dessa operação dentro de uma nova visão federativa, que coloque o Rio Grande do Sul acima das diferenças políticas. Além disso, deve ser acrescentado ao argumento de Calazans que o RS pode não ter sido atendido em razão de sua situação financeira mais desfavorável do que a de outros estados.

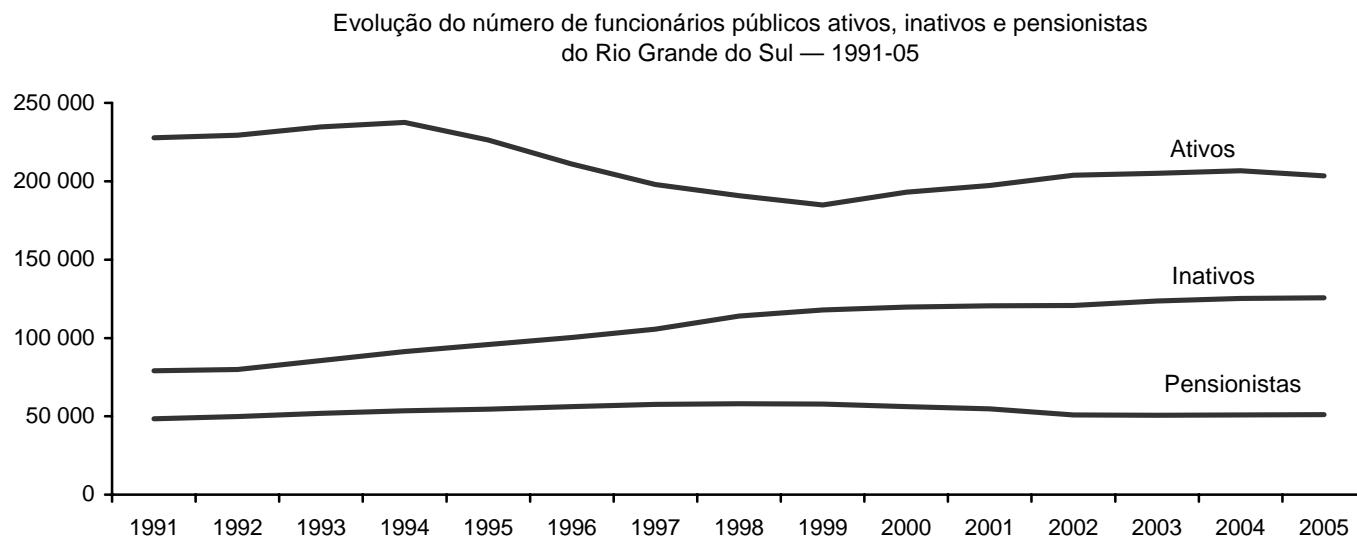
²² Considerando o percentual médio de investimento público em relação à receita corrente líquida, nota-se uma queda acentuada nos últimos governos: no Governo Triches, 29,66%; no Guazelli, 29,13%; no Amaral, 27,61%; no Jair Soares, 19,08%; no Simon, 20,54%; no Collares, 13,07%; no Britto, 16,71%; no Olívio Dutra, 7,30%; e, no Rigotto, 5,50% (considerando-se somente o período de 2003 a 2005) (Rio Grande do Sul, 2007b, p. 38).

Gráfico 2



FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Gráfico 3

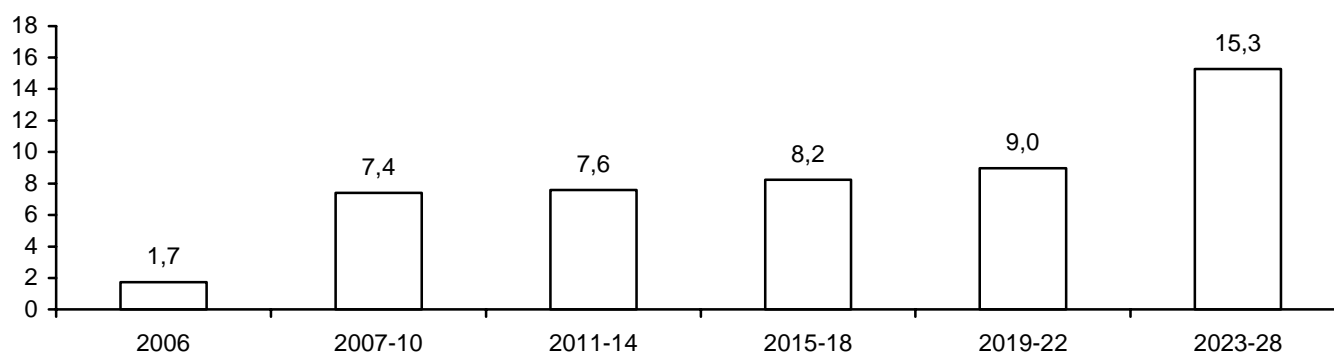


FONTE: BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, n. 84, dez. 2005. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_ROOT/INF/SEF-Documents.htm>. Acesso em: 13 jan. 2007.

Gráfico 4

Evolução dos vencimentos da dívida pública gaúcha — 2006-28

(R\$ bilhões)



FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — 2005. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, [S. d.]. p. 95.

5 Considerações finais

O Governo gaúcho teve enormes dificuldades, ao longo de 2006, em seu objetivo de atingir um equilíbrio orçamentário. Essa situação de déficit orçamentário perdura já há muitos anos, fazendo com que toda a sociedade gaúcha seja prejudicada, pois os investimentos públicos são cada vez menores.

Mesmo com as alíquotas elevadas do ICMS sobre três produtos, que juntos somam em torno de 47% da arrecadação total, ela esteve sempre abaixo do esperado, em função da desaceleração do ritmo de crescimento da indústria de transformação e também das perdas decorrentes das isenções às exportações. As renúncias fiscais, principalmente as desonerações de ICMS às exportações, devem ser urgentemente estancadas e negociadas com o Governo Federal, propondo-se a criação de um fundo permanente e regulamentado, que compense as perdas tributárias dos estados exportadores. É importante a reivindicação de todos os estados exportadores, bem como que se volte a ter uma legislação específica, que determine um nível adequado de compensações das perdas tributárias de ICMS.

Concluindo, o equilíbrio orçamentário sempre foi pressionado tanto pelo pagamento de pessoal como pelo peso da dívida e continuará sendo. As pressões mais preocupantes são o aumento do número de matrículas dos servidores inativos e dos pensionistas e os vencimentos da dívida pública gaúcha, principalmente os de curto prazo.

É importante que o Executivo redobre os seus esforços com medidas de recuperação de suas finanças, continuando a melhorar a eficiência das despesas e buscando aumentar as receitas.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2004. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Disponível em:

<http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/>. Acesso em: 13 jan. 2007.

BALANÇA COMERCIAL. Brasília, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/>> Acesso em: 13 jan. 2007.

BIASOTO JUNIOR, G. et al. **O ICMS hoje:** avanços e questões em aberto sobre a tributação sobre o consumo no Brasil. Disponível em:

<<http://pvalls.ibmec.br/artigos/icms.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

BOLETIM DE CONJUNTURA: indicadores e projeções. Brasília, IPEA. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundef, o que é o Fundef**. Disponível em:

<<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

CALAZANS, R. **Reestruturar a dívida estadual**. Zero Hora, Porto Alegre, p. 18, 28 out. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **O Produto In-terno Bruto da economia gaúcha em 2006**. Disponível em:

<<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

INDICADORES IBGE. Pesquisa Industrial Mensal. Produção Física — Regional. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

MAIOR parte dos servidores optou pelo empréstimo. **Zero Hora**. Porto Alegre, 23 dez. 2006, p. 22.

MENEGHETTI NETO, A.; RUCKERT, I. N. Avaliação das finanças públicas — 1971-1991. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação e imprevidência e crise**. Porto Alegre: FEE, 1994.

MENEGHETTI NETO, A. O desempenho das finanças públicas em 2005. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 4, p. 81-90, 2006.

RELATÓRIO de gestão fiscal do Governo Germano Rigotto. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/rel_gestao_fiscal.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2007.

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO: exercício 2005. Porto Alegre: Tribunal de Contas, 2006. Disponível em:

<http://www.tce.rs.gov.br/contas_governador/index.php>. Acesso em: 11 jan. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Governador (2003-2006: Germano Antônio Rigotto). **Mensagem à Assembléia Legislativa 2006**. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/LDO_2007.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2007b.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Combate à sonegação, em 2005 e 2006, pode recuperar até R\$ 1,880 bilhão**. Disponível em:

<http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_root/SEF/>. Acesso em: 13 jan. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. **Análise da receita orçamentária**. Disponível em:

<<http://www.sefaz.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2007a.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Lei diretriz orçamentária 2007**. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/LDO_2007.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2007c.

SANTOS, D. F. C. dos. **A verdade sobre a Lei Kandir**. Zero Hora, Porto Alegre, 24 out. 2006, p. 23.

SANTOS, D. F. C. dos. **Os déficits crônicos das finanças estaduais**. Disponível em:

<<http://paginas.terra.com.br/servicos/darcy/>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

INDICADORES SELECIONADOS DO RS

Indicadores selecionados do RS*

Tabela 1

Taxas de crescimento da produção, da área colhida e da produtividade dos principais produtos da lavoura no Rio Grande do Sul — 2005-06

(%)

PRODUTOS	2005/2004			2006/2005 (1)		
	Produção	Área	Produtividade	Produção	Área	Produtividade
Arroz	-3,7	-3,7	0,0	11,2	1,7	9,3
Banana	13,5	1,2	12,2	9,2	8,0	1,1
Batata-inglesa	-3,7	-9,0	5,9	18,0	2,2	15,4
Cana-de-açúcar	-11,4	1,6	-12,8	28,4	2,6	25,1
Cebola	-13,8	-6,0	-8,4	7,4	3,0	4,3
Feijão	-43,9	-20,4	-29,5	60,2	12,1	43,0
Fumo	-10,9	5,6	-15,6	9,8	0,6	9,3
Laranja	-12,5	0,1	-12,6	9,0	1,0	8,0
Maçã	-16,0	11,2	-24,5	10,6	2,0	8,4
Mandioca	-8,5	-1,1	-7,5	14,8	0,4	14,4
Milho	-56,0	-19,5	-45,4	205,1	45,3	109,9
Soja	-55,9	-5,9	-53,1	209,2	3,5	198,6
Trigo	-32,6	-24,9	-10,2	-41,2	-28,1	-18,2
Uva	-12,2	5,2	-16,5	2,0	4,4	-2,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Dados atualizados até jan./07.

* Tabelas compiladas por Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento, pertencentes ao Núcleo de Dados do Centro de Informações Estatísticas da FEE.

Tabela 2

Taxas de crescimento da produção da indústria de transformação, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 2005/06

(%)

SETORES	2005 2004	1º TRIM/06 1º TRIM/05	2º TRIM/06 2º TRIM/05	3º TRIM/06 3º TRIM/05	JAN-NOV/06 JAN-NOV/05
Alimentos	4,0	5,4	3,5	8,9	5,5
Bebidas	-0,2	9,8	3,1	8,7	8,5
Borracha e plástico	-7,2	5,2	4,3	4,4	5,3
Calçados e artigos de couro	-5,2	-2,4	-15,2	-7,4	-8,5
Celulose, papel e produtos do papel	-1,2	4,0	4,4	10,3	4,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	2,0	-2,1	-11,2	4,7	-2,5
Fumo	-3,8	7,8	-15,0	-5,7	-7,3
Máquinas e equipamentos	-19,1	-16,1	-20,6	-18,9	-17,4
Metalurgia básica	-2,9	-2,6	3,7	-2,2	-0,5
Mobiliário	-11,3	-4,3	7,2	5,6	4,4
Outros produtos químicos	-5,8	-3,0	-1,5	1,6	0,8
Produtos de metal — exceto máquinas e equipamentos	-0,5	-11,6	-9,1	-13,5	-11,0
Refino de petróleo e álcool	6,3	-3,8	-11,9	-2,8	-3,0
Veículos automotores	-2,4	-0,3	7,5	4,0	5,9
Total	-3,6	-1,7	-5,8	-1,3	-2,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física. Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 3

Taxas de crescimento do volume real das vendas do comércio varejista, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 2005/06

(%)

SETORES	2005 2004	1º TRIM/06 1º TRIM/05	2º TRIM/06 2º TRIM/05	3º TRIM/06 3º TRIM/05	JAN-NOV/06 JAN-NOV/05
Combustíveis e lubrificantes	-20,1	-10,8	-2,4	1,7	-1,9
Supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9	-8,4	-0,4	0,4	-2,4
Tecidos, vestuário e calçados	-8,8	-5,6	-0,6	-3,8	-2,4
Móveis e eletrodomésticos	0,6	6,6	5,7	5,8	5,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2,7	6,2	8,2	9,1	7,5
Equipamento e material para escritório, informática e comunicação	24,5	38,6	28,8	23,9	26,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,1	-12,2	-15,2	-14,6	-13,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,5	13,2	8,6	8,3	10,6
Comércio varejista	-2,1	-3,7	1,8	2,6	0,8
Veículos, motos, partes e peças	-9,8	-10,6	-5,1	4,5	-1,5
Material de construção	-11,1	-6,5	-5,7	2,2	-2,3
Comércio varejista ampliado (1)	-4,8	-5,6	-0,4	3,0	0,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Inclui os itens do comércio varejista, mais as atividades de veículos, motos, partes e peças e as de material de construção, que abarcam varejo e atacado.

Tabela 4

Exportações do Brasil e dos principais estados — 2006

BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS	VALOR (US\$ 1 000)	PARTICIPAÇÃO %	JAN-DEZ/06 JAN-DEZ/05 (%)		
			Valor	Volume	Preço
Brasil	137 469 700	100,00	16,2	13,8	2,1
São Paulo	45 929 528	33,41	20,8	92,5	-37,2
Minas Gerais	15 638 137	11,38	15,8	3,8	11,5
Rio Grande do Sul	11 774 412	8,57	12,6	4,5	7,8
Rio de Janeiro	11 469 574	8,34	40,0	15,7	21,0
Paraná	10 001 941	7,28	-0,2	-6,3	6,5
Bahia	6 771 981	4,93	13,1	-3,0	16,6
Espírito Santo	6 720 018	4,89	20,2	5,3	14,1
Pará	6 707 603	4,88	39,5	14,2	22,1
Santa Catarina	5 965 687	4,34	6,8	1,5	5,3
Mato Grosso	4 333 376	3,15	4,4	1,2	3,1
Demais estados	12 157 442	8,84	1,2	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria do Comércio Exterior.

Tabela 5

Exportações, segundo os principais setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2006

SETORES	VALOR (US\$ 1 000)	PARTICIPAÇÃO %	JAN-DEZ/06 JAN-DEZ/05 (%)		
			Valor	Volume	Preço
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	832 229	7,07	375,2	403,1	-5,5
Outros grãos de soja, mesmo triturados	738 189	88,70	68,1	646,4	-8,0
Outros bovinos vivos	14 718	1,77	61,5	69,5	13,0
Maças frescas	11 432	1,37	-70,1	-37,0	9,8
Fumo não manufaturado, não destalado, em folhas secas, etc., tipo virginia	17 453	2,10	165,0	-22,1	27,6
Trigo (exceto trigo duro ou para semeadura) e trigo com centeio	8 843	1,06	-	-	-
Milho em grão, exceto para semeadura	5 647	0,68	9 506,1	82 306,2	0,5
Demais produtos	35 948	4,32	62,5	35,5	2,1
Indústria de transformação	10 718 362	91,03	5,9	-2,5	8,6
Produtos alimentícios e bebidas	2 572 922	24,00	23,3	15,7	6,6
Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1 853 317	17,29	1,6	-8,4	11,0
Produtos químicos	1 414 226	13,19	9,7	-1,4	11,3
Fabricação de produtos do fumo	1 229 698	11,47	-14,4	-22,5	10,4
Máquinas e equipamentos	988 963	9,23	-12,6	-17,7	6,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	712 816	6,65	2,0	-7,5	10,3
Móveis e indústrias diversas	347 312	3,24	0,0	-3,6	3,7
Demais atividades	1 599 109	14,92	22,0	-	-
Demais setores	223 820	1,90	45,1	-	-
TOTAL	11 774 412	100,00	12,6	4,5	7,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria do Comércio Exterior.

NOTA: Principais atividades segundo informações até janeiro de 2007.

Tabela 6

Taxas de crescimento do volume físico das exportações, segundo os principais setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2005-06

SETORES	(%)				
	<u>2006</u> 2005	<u>1º TRIM/06</u> 1º TRIM/05	<u>2º TRIM/06</u> 2º TRIM/05	<u>3º TRIM/06</u> 3º TRIM/05	<u>4º TRIM/06</u> 4º TRIM/05
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	403,1	-16,8	1 210,5	356,4	404,0
Outros grãos de soja, mesmo triturados	646,4	-95,1	8 440,6	459,9	585,1
Outros bovinos vivos	69,5	152,1	50,1	136,1	-40,6
Maçãs frescas	-37,0	-76,3	27,6	42,1	-90,8
Fumo não manufaturado, não destalado, em folhas secas, etc., tipo virgínia	-22,1	15,0	-47,7	-24,3	10,8
Milho em grão, exceto para semeadura	82 306,2	-	166 031,9	-68,6	-
Indústria de transformação	-2,5	-11,0	-3,1	1,8	1,2
Produtos alimentícios e bebidas	15,7	-11,0	15,8	30,9	26,5
Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	-8,4	-9,5	-6,2	-9,1	-8,7
Produtos químicos	-1,4	-17,4	-6,4	1,2	19,2
Fabricação de produtos do fumo	-22,5	-28,1	-11,4	-9,4	-48,7
Máquinas e equipamentos	-17,7	-25,8	-20,4	-16,7	-6,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-7,5	-4,4	-5,6	-19,6	4,3
Total	4,5	-10,6	5,9	14,5	5,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria do Comércio Exterior.

NOTA: Principais atividades segundo informações até janeiro de 2007.

Tabela 7

Taxas de crescimento do nível de ocupação, segundo os setores de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2005-06

SETORES	(%)				
	<u>2006</u> 2005	<u>1º TRIM/06</u> 1º TRIM/05	<u>2º TRIM/06</u> 2º TRIM/05	<u>3º TRIM/06</u> 3º TRIM/05	<u>4º TRIM/06</u> 4º TRIM/05
Indústria de transformação	-1,1	1,3	1,5	-1,1	-6,1
Comércio	3,7	6,7	4,5	-2,4	6,3
Serviços	1,6	2,2	0,0	-0,5	4,8
Construção civil	7,0	10,5	-0,4	5,7	12,2
Serviços domésticos	4,0	1,3	8,9	2,3	3,8
Total	1,7	2,9	1,5	-0,7	3,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 8

Taxas de crescimento do nível de emprego, do rendimento real e da massa de rendimentos reais dos ocupados e dos assalariados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2005/06

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	2005 2004	1º TRIM/06 1º TRIM/05	2º TRIM/06 2º TRIM/05	3º TRIM/06 3º TRIM/05	JAN-NOV/06 JAN-NOV/05
Ocupados					
Emprego	3,2	2,7	1,3	-0,8	1,5
Rendimento real	1,3	2,0	0,5	-0,9	0,6
Massa de rendimentos reais	4,5	4,6	1,8	-1,6	2,1
Assalariados					
Emprego	4,9	3,6	3,5	-0,9	2,0
Rendimento real	0,2	0,5	1,4	0,6	0,8
Massa de rendimentos reais	5,2	4,1	5,1	-0,4	2,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 9

Taxas reais de crescimento do ICMS arrecadado, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 2005-06

SETORES	(%)				
	2006 2005	1º TRIM/06 1º TRIM/05	2º TRIM/06 2º TRIM/05	3º TRIM/06 3º TRIM/05	4º TRIM/06 4º TRIM/05
Produção animal e extração vegetal	-9,7	-27,4	-11,7	6,6	1,6
Extrativa mineral	9,9	27,0	13,6	1,8	-2,4
Indústria de transformação	-3,8	20,0	0,2	-12,0	-16,5
Comércio varejista	3,3	32,5	6,3	-4,0	-17,9
Comércio atacadista	18,0	21,8	27,8	10,7	13,1
Serviços e outros	0,0	12,9	-6,8	23,7	-23,1
Total	2,9	20,5	6,8	0,2	-10,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Fazenda.

NOTA: ICMS deflacionado pelo IGP.

Tabela 10

Inflação mensal, acumulada no ano e nos últimos 12 meses, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2005-06

PERÍODOS	(%)	
	IPC-IEPE	INPC-IBGE
Dez./05-dez./06	2,4	2,3
Out./06	0,4	0,4
Nov./06	0,5	0,3
Dez./06	0,5	0,2
Acumulada no ano	2,4	2,3
Acumulada nos últimos 12 meses	2,4	2,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
IEPE.

ARTIGOS DE CONJUNTURA

Agravamento da crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1979 a 1985 e suas conseqüências atuais*

Raymundo Ferreira Guimarães

Economista

Resumo

Este texto tem como objetivo relatar o agravamento da crise financeira do Estado do RS no período de 1979 a 1985, quando houve elevado endividamento, crescimento do serviço da dívida pública e queda dos investimentos. De 2000 a 2007, a crise não diminuiu, mesmo com a negociação da dívida com o Governo Federal em 1998, pois o comprometimento da receita corrente líquida com o serviço da dívida ficou muito alto, reduzindo os investimentos.

Palavras-chave: finanças estaduais; tributação; dívida pública.

Abstract

This paper analyses the worsening of financial crisis of Rio Grande do Sul, the southernmost state of Brazil, from 1979 up to the 1985s. It argues that the indebtedness and the assignment of the public debt considerably increased and that the investments declined. It shows that during the 2000s the crisis has not reduced its strength even after the negotiation of the debt with the federal government in 1998. Due to the assignment of the debt the state's net current revenue remained low, and the level of the investments further diminished.

Como um dos assuntos mais debatidos atualmente, em razão da mudança de governo no RS, é a crise financeira do Estado, escolhi como tema deste encontro um trabalho cujo título é **Avaliação Geral das Finanças Públicas do RS no Período de 1960-85**, coordenado por mim, tendo como colaboradores os Economistas Julio Gregory Brunet e Maria Cristina Cardoso, onde constatamos um agravamento contínuo das finanças do Estado a partir da segunda metade dos anos 70. Este

trabalho foi publicado pelo Centro de Estudo e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Faculdade de Economia da UFRGS e faz parte do estudo **Uma Avaliação da Economia Gaúcha no Período de 1960-85**, coordenado pelo Professor Cláudio Accurso. Vou relatar o agravamento desse período em contraste com o bom desempenho do período anterior — 1960-73 —, apontando suas conseqüências, indicar as suas principais causas e destacar as sugestões que foram dadas para o seu saneamento financeiro.

É minha convicção que quase tudo que foi constatado naquele período se aplica à situação financeira de hoje (2006), pois o que aconteceu nestes últimos 20 anos foi um agravamento da mesma, porque pouco foi feito para solucionar essa situação.

* Este texto é o resumo do discurso proferido pelo autor no Corecon-RS, por ocasião do recebimento do Prêmio Economista Destaque do ano de 2006. Artigo recebido em 17 jan. 2007.

1 Agravamento dos agregados financeiros no período 1979-85

Comparando o período 1979-85 ao período de 1960 a 1973, fica evidente um agravamento tanto no setor público estadual como um todo (setor empresarial, setor governamental e Administração Direta) quanto em cada nível da administração do RS.

Os investimentos do setor público estadual consolidados (empresarial e governamental) vinham aumentando sua participação na renda interna gaúcha até 1973. Em 1960, a referida participação era em torno de 2%, chegando a 5% em 1973. Se somarmos os investimentos federais feitos, nesse ano, na economia gaúcha — em torno de 4% da sua renda interna —, a economia pública gaúcha investiu 9%, o que foi, diga-se de passagem, um ótimo desempenho! A participação desse investimento na estrutura de despesa total foi em torno de 28%.

Em 1979, os investimentos reduziram sua participação na renda interna gaúcha, girando em torno de 3%, e, em 1985, caíram para 2%, ficando sua participação na despesa total em 6%. Esses investimentos se destinaram à montagem de uma infra-estrutura nos setores de energia, transportes, comunicações e de uma infra-estrutura social, como educação, saúde, saneamento básico, assistência social, etc.

A receita tributária, basicamente o Imposto Sobre Vendas e Consignações/Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (IVC/ICM), foi, *grosso modo*, crescente no período de 1960 a 1973, alcançando um patamar em torno de 7% da renda interna, ao passo que, entre 1979 e 1985, baixou para a casa dos 6%.

As receitas operacionais do setor público empresarial obtiveram ganhos na renda interna gaúcha, passando de uma média de 5% entre 1960 e 1973 para 6% no período de 1979 a 1985, atingindo, neste último ano, 7%. Todavia esse crescimento se deveu mais ao volume de bens e serviços prestados pelas empresas que propriamente ao reajuste de suas tarifas, o qual, de um modo geral, estava abaixo dos índices de inflação.

As operações de crédito participaram na renda interna gaúcha com uma média de 1,5% no período de 1960 a 1973 e, de 1979 a 1985, com uma média de 9%. Já o déficit público teve uma participação menor que 1% da renda interna no período de 1960 a 1979 e cresceu para 6% em 1982, estando em torno de 8% em 1985.

Vistas pelo lado do financiamento das despesas, as receitas tributárias (IVC/ICM) financiaram, em média, 48% do total das despesas no período 1960-73, e apenas 24% entre 1979 e 1985; as receitas operacionais financiaram, em média, 24% no período 1960-73, subiram para, aproximadamente, 28% em 1979, caíram, em 1982, para 15% e giraram em torno de 22% entre 1982 e 1985; as operações de crédito financiaram, em média, as despesas totais em 7% no período de 1960 a 1973 e 32% de 1979 a 1985; o déficit financiou, em média, 6% das despesas totais do período de 1960 a 1973, e em torno de 22% de 1982 a 1985.

No conjunto, os dois agregados, operações de crédito e déficit, financiaram, de 1979 a 1985, mais de 50% do total da despesa realizada pelo setor público estadual, enquanto, no período anterior, 1960-73, essas variáveis eram responsáveis por apenas 13%. No primeiro período, esses agregados se destinaram a financiar uma boa parte dos investimentos públicos, ao passo que, no segundo período, financiaram, além dos investimentos, uma boa parte das despesas correntes e das inversões em aplicações financeiras.

2 Conseqüências da inversão das fontes de financiamento da despesa pública

Podem-se citar quatro conseqüências da inversão das fontes de financiamento da despesa pública.

A primeira foi um endividamento elevado da economia pública gaúcha. De um patamar já bastante alto de 21% da renda interna em 1979, passou para 48% nos anos de 1984 e 1985.

A segunda representou um crescimento exagerado do serviço da dívida, aumentando sua participação na despesa da Administração Direta do Estado de aproximadamente 6% em 1973 para em torno de 22% em 1984 e 37% em 1985.

A terceira foi uma perda gradativa da capacidade de investir da economia pública gaúcha, pois, como mencionado anteriormente, os investimentos, depois de atingirem 5% da renda interna gaúcha em 1973, caíram, progressivamente, a partir de 1979, para chegarem a apenas 2% em 1985.

A última significou uma perda gradativa da qualidade dos serviços públicos essenciais, principalmente os de educação.

Essas conseqüências persistem até os dias de hoje (2006), agravadas por novos problemas, como se verá mais adiante, pois pouco se fez para debelar a crise financeira do Estado.

3 Causas do agravamento da crise

O agravamento da crise financeira do Estado do RS baseia-se em quatro principais causas.

Primeiramente, em decorrência do federalismo fiscal, de 1967, quando houve uma má distribuição de recursos (receitas tributárias próprias e participação em tributos federais) e encargos de despesas em nível dos estados. Para cobrir esse hiato entre recursos e despesas, os estados tiveram que apelar para operações de crédito e para o déficit público, além do necessário, para financiar seus investimentos.

Em segundo lugar, seu principal tributo — o ICM —, além de, teoricamente, apresentar elasticidade-renda em torno da unidade, enquanto as despesas públicas possuem uma elasticidade-renda superior à unidade, foi objeto de uma série de erosões de sua base tributária, em decorrência de uma bateria de estímulos fiscais concedidos através do mesmo, por meio de redução de alíquotas, de base de cálculo, de isenções e até de imunidade, como na exportação de produtos industriais. Isso foi feito para atender a uma política de crescimento em geral e, em particular, de estímulo às exportações. Esses fatos conferiram ao ICM, além de uma redução de sua produtividade, uma elasticidade-renda abaixo da unidade.

Em terceiro lugar, o ICM não possuía um campo ou base econômica suficientemente ampla para captar toda a base econômica gerada na economia gaúcha, pois incidia só sobre mercadorias, exceto os combustíveis, e só tributava os serviços quando os mesmos passavam pelas empresas contribuintes desse imposto.

Em quarto lugar, as tarifas ou preços das empresas do Estado não foram reajustadas de acordo com os índices da inflação. Por outro lado, houve concessão de tarifas subsidiadas a determinadas indústrias, à agricultura e à eletrificação rural. A política dos preços defasados ou quase congelados das empresas estatais foi largamente utilizada pelo Governo Federal para combater o processo inflacionário da época e também

para forçar as empresas a tomarem empréstimos externos para fornecerem divisas ao Governo Federal para pagar sua dívida externa.

A erosão da base tributária do ICM e o não-reajuste das tarifas — sobretudo das estatais (CEEE e CRT) — de acordo com os índices de inflação não permitiram que o Governo captasse o retorno dos investimentos efetuados pela economia pública estadual, os quais foram bastante elevados durante os 15 anos anteriores a 1973, como se viu no item 1.

Teoricamente, e isso é princípio pacífico em Economia Financeira, todo investimento, desde que seja produtivo, financiado por operações de crédito e/ou déficit público, provoca um retorno financeiro direto ou indireto no médio, ou no longo prazo, suficiente para pagar o serviço de sua dívida. O retorno direto é captado via preços ou tarifas das empresas que investiram, e o retorno indireto, via receita tributária, no caso, o ICM.

4 Sugestões para resolver a crise das finanças públicas

Além das sugestões feitas na época para resolver a crise das finanças públicas nos anos 80, surgiram outras, já que novos elementos foram acrescentados desde aquela época até os dias de hoje.

Em primeiro lugar, foram sugeridas medidas de racionalidade administrativa, tais como a criação do “caixa único” do Estado; a programação do setor público e do orçamento — programa com a função de apoiar a alocação mais eficiente de recursos nos projetos governamentais —; a eliminação de órgãos com funções duplicadas ou superpostas; e o remanejamento de pessoal, para tornar a máquina administrativa mais funcional e desnecessária a contratação de novos funcionários.

Em segundo lugar, foram pensadas medidas de caráter financeiro, como as descritas a seguir.

Propugnação de uma nova reforma tributária

Essa medida visa:

- auxiliar os governos das três esferas de poder numa política de redistribuição de renda entre classes sociais;
- fornecer recursos suficientes à União, aos estados e aos municípios para resolverem suas crises financeiras e retomarem os investimentos nas

infra-estruturas econômicas e sociais, com ênfase no social, praticamente abandonados nos últimos anos;

- redistribuir a carga tributária de maneira a ter maior peso sobre as regiões mais ricas e sobre as classes de renda com maior capacidade contributiva, dando, assim, um caráter progressivo ao sistema tributário como um todo;
- eliminar os abusos e privilégios fiscais existentes no atual sistema tributário brasileiro;
- reduzir o número de impostos existentes no sistema atual, instituindo um imposto seletivo, sobre o valor adicionado (IVA), que incorporaria todos os incidentes sobre o consumo. O IVA teria alíquotas uniformes em todo o território nacional e seria tributado segundo o destino da mercadoria, que, além de ser mais justo, tornaria mais difícil a guerra fiscal entre os estados brasileiros.

A reforma tributária instituída pela Constituição de 1988 corrigiu, em parte, as deficiências do sistema tributário instituído em 1967 e 1969, sobretudo no que diz respeito ao Governo Federal, mas, em nível dos estados, houve poucas melhoras. O ICM transformou-se em ICMS, ampliando seu campo de incidência, ao incorporar os serviços de comunicação e energia elétrica e mais combustíveis e lubrificantes. Todavia a receita daí decorrente não foi suficiente para cobrir o hiato entre recursos e encargos decorrentes da partilha estabelecida pelo federalismo fiscal e para compensar a isenção concedida pela Lei Kandir. Assim, essa sugestão continua válida para auxiliar na solução da crise atual.

Atualização das tarifas das empresas estatais

Na época, sugeriu-se um reajuste de 50%, em termos reais, das tarifas (que estavam defasadas acima de 50%), para se obter um ganho de receita equivalente a 3,5% da renda interna gaúcha, já que, como se viu no item 1, a receita do setor empresarial em 1985 correspondia a 7% da renda interna. Esse ganho era suficiente para repor os investimentos, que baixaram para 2% da renda interna em 1985, no patamar de 5% alcançado em 1973. Essa sugestão perdeu a atualidade, pois tanto a CEEE quanto a CRT foram vendidas, e os compradores atualizaram seus preços.

Redução do valor do serviço da dívida

Propunha-se a negociação da dívida, de maneira a reduzir drasticamente a sua carga ou serviço anual nos orçamentos e a abrir espaços para novos investimentos

e para o aumento da prestação de serviços reais à sociedade. A solução proposta era um alongamento do perfil, ou dos prazos da dívida, e a redução de seus juros e encargos, que pesavam sobre a mesma. Uma das possibilidades seria negociar com a União uma grande parcela da mesma, de maneira a diluí-la no tempo. Em 1985, o montante do serviço da dívida, só na Administração Direta do Estado, foi superior a 5% da renda interna gaúcha e absorveu quase 37% de suas despesas.

Apesar da gravidade do problema, a negociação do montante da dívida e do seu serviço só foi resolvida 20 anos após, isto é, por volta de 1998, e, mesmo assim, mal resolvida, pois a crise financeira atual (2006) se deve, em boa parte, ao valor elevado do serviço da dívida.

A postergação da solução do endividamento do Governo gaúcho deve-se aos seguintes fatos:

- primeiro, à existência de uma taxa de inflação elevada até 1994. No Governo Simon (1987-90), as receitas de aplicações financeiras, no valor de quase R\$ 6,5 bilhões a preços de 2004, aproximaram-se da receita obtida com a venda da CEEE e da CRT pelo Governo Britto. No Governo Collares (1991-94), as referidas receitas de aplicações financeiras aumentaram, aproximadamente, para R\$ 7,7 bilhões, também a preços de 2004, praticamente empatando com as receitas das vendas das referidas empresas (CEEE e CRT);
- segundo, como a taxa de inflação caiu bruscamente, em decorrência do Plano Real implantado em julho de 1994, o Governo Britto (1995-98) fez uso de outra fonte de receita, ou seja, alienou as duas grandes empresas, CEEE e CRT, alcançando um valor em torno de R\$ 7,85 bilhões, na mesma base de preços anterior. A partir de 1998, negociou o montante da dívida da Administração Direta do Estado com o Governo Federal, cujo montante de seu serviço anual girava em torno de 15% de sua receita corrente líquida (RCL). O Governo Olívio (1999-02), sem os recursos gerados pelas altas taxas de inflação e sem a venda de empresas públicas, contornou, em parte, a crise das finanças públicas, fazendo uso do “Caixa Único” e cortando investimentos. Em piores condições, o Governo Rigotto (2003-06), para fazer face à crise, diminuiu drasticamente seus investimentos.¹

¹ Para maiores detalhes, ler **A Crise Financeira Estadual**, de autoria de Darcy F. C. dos Santos (2005).

Assim, reduzir o valor do serviço da dívida continua uma boa sugestão para os dias de hoje, já que sua negociação em 1998 não contribuiu muito para diminuir a crise das finanças. Na receita corrente líquida do orçamento da Administração Direta, está muito elevada a sua participação, de 15%, ocupando o espaço do orçamento destinado aos investimentos públicos e a outros serviços essenciais. Para abrir os referidos espaços, sua participação na RCL não pode ser superior a 8%.

Recuperação do crescimento histórico da despesa pública, segundo a hipótese de Wagner

Essa sugestão é nova, pois, na época em que foi escrito o texto sobre avaliação das finanças públicas para o período 1960-85, a inversão do crescimento das despesas públicas, segundo a hipótese de Wagner, não existia. Esse fenômeno é mais recente, tornando-se conhecido a partir dos anos 90.

O que significa isso? Segundo Wagner (apud Silva, 1978), estudioso de finanças públicas, são as despesas de natureza social — educação, saúde, saneamento básico, previdência social — as que mais crescem durante o processo de crescimento econômico de um país. As despesas públicas como um todo crescem a uma taxa superior à taxa de crescimento da economia, devido às despesas de natureza social — núcleo de sua explicação —, que conferem uma elasticidade-renda da despesa superior à unidade. As despesas da administração geral, do Judiciário, do Legislativo e outras despesas jurídicas crescem também durante o processo de crescimento da economia, contudo com uma taxa de crescimento igual à da economia, isto é, com uma elasticidade-renda igual à unidade. Essa hipótese foi confirmada historicamente nos países em que foi testada.

No Rio Grande do Sul,² as despesas de caráter social apresentaram, no período de 1947 a 1973, uma elasticidade-renda em torno de 2,00, isto é, enquanto a economia gaúcha crescia em um ponto, as referidas despesas cresciam em dois pontos. Esse fato propiciou ao RS um ensino público de boa qualidade, um dos melhores índices de alfabetização, uma das menores taxas de mortalidade infantil e uma expectativa de vida superior à média nacional.

A partir dos anos 90, não são mais as despesas de natureza social que estão crescendo mais, mas, sim, as

despesas representativas das funções legislativa, judiciária e de outras funções jurídicas.

As funções acima mencionadas participavam em 1994, no total da despesa da Administração Direta do Estado, com mais ou menos 8% e, em 2004, com aproximadamente 15%. Isso se deu em detrimento da participação das despesas realizadas pelo Poder Executivo, onde estão alocadas as despesas de natureza social.

Embora não se tenha testado a hipótese de Wagner para o período de 1994 a 2004, pode-se concluir, pelos dados citados acima, que foram as funções legislativa, judiciária, etc. as que apresentariam uma elasticidade-renda maior que a unidade, contrariando, assim, a referida hipótese. Naturalmente, isso não é um bom sinal para a melhoria da qualidade e da quantidade dos serviços, seja de segurança, educação, saúde, saneamento básico, seja dos investimentos em infra-estrutura econômica, os quais estão se tornando cada vez mais precários e causando uma disfunção da Administração Pública, pois sua função é de prestar serviços de boa qualidade à sociedade.

Eis aqui um exemplo numérico da rigidez do orçamento para 2007, se não houver solução para resolver os problemas aqui apresentados: se se somarem 15% de serviço da dívida aos 15% das despesas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, têm-se 30% da receita corrente líquida da Administração Direta do Estado. Se se somarem mais 60% decorrentes das despesas com pessoal ativo e inativo do Poder Executivo, têm-se 90% da receita corrente líquida. Se se somarem mais 10% de despesas com outros custeios da máquina administrativa, têm-se 100% da receita corrente líquida, isto é, não há espaço para investimento num orçamento equilibrado.

5 Considerações finais

Para encerrar, quero dizer que a economia pública cumpre, numa economia de mercado, na minha opinião, basicamente três grandes funções, sem as quais, a economia privada tende a entrar num estado de semi-estagnação econômica.

A primeira função é a de aumentar a capacidade de trabalho dos indivíduos. Isso se faz com despesas destinadas aos serviços de saúde, saneamento básico, segurança pública, habitação popular subsidiada e também de educação.

A segunda função é a de aumentar a qualidade do trabalho dos indivíduos. Isso se consegue, sobretudo, com despesas destinadas aos serviços de educação.

² Ler **25 Anos da Economia Gaúcha**, v. 6, t. 1 (Guimarães, 1980).

Já a terceira função é a de investir na infra-estrutura econômica, como transportes, energia, portos, etc., criando vastas economias externas, que serão apropriadas pelas empresas privadas.

Essas três funções, em conjunto, aumentam a taxa de lucro e auxiliam a acumulação de capital das empresas numa economia de mercado.

No momento — e isso dura mais de 20 anos — em que a economia pública, nacional e estadual, perdeu grande parte de sua capacidade de investir e que seus serviços públicos essenciais foram gradativamente se degradando, a economia privada entrou numa fase de semi-estagnação, exibindo baixas taxas de crescimento econômico até os dias de hoje.

Referências

GUIMARÃES, Raymundo (Coord.). Análise do Setor Público no RS. In: 25 ANOS de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE, 1980. v. 6, t. 1.

GUIMARÃES, Raymundo (Coord.). Avaliação geral das finanças públicas do RS no período de 1960-85. In: ACCURSO, C. **Uma avaliação da economia gaúcha no período de 1960-85**. [S. l.: s. n., 198-].

GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. Situação das finanças do Rio Grande do Sul: 1979-86. **Indicadores Econômicos RS**, v. 16 n. 2, p. 113-147, 1998.

SANTOS, Darcy F. C. **A crise financeira estadual**. [S. l.: s. n.], 2005.

SILVA, Fernando Resende da. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1978.

Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado*

Maria D. Benetti

Economista da FEE

Resumo

O estudo que deu origem a este artigo tinha, inicialmente, o propósito de examinar se teria havido expansão da área da lavoura temporária na Metade Sul, no período recente, e as implicações disso sobre a pecuária bovina de corte. Contudo, na sua execução, as notícias surpreendentes da chegada simultânea, na Região, de grandes empresas, nacionais e internacionais, das indústrias frigorífica e de celulose e papel, pelos inevitáveis desdobramentos sobre a atividade mais tradicional da Região, levaram à ampliação de seus objetivos, e, na forma de um ensaio prospectivo, construiu-se um cenário para o futuro dessa economia, que leva em conta o conjunto das transformações em curso.

Palavras-chave: globalização e Metade Sul do Rio Grande do Sul; desenvolvimento regional; crescimento do setor agropecuário.

Abstract

The study from which this article bares its origins had, at first, the purpose of verifying whether there had been expansion in temporary crop in the southern part of the state of Rio Grande do Sul and, if so, its implications on cattle breeding. During the course of the original study, surprising news about the arrival of big national as well as international cellulose-paper and meat packing companies were disclosed. That led to an expansion of the aims of this present paper. An economic forecast has therefore been constructed in the form of a prospective essay which aims at predicting the future of this particular economy. Thus, the present paper will take the new set of changes in course into account.

* Artigo recebido em 26 out. 2006.

1 Antecedentes: a problemática da agropecuária na Metade Sul ¹

Os profundos desequilíbrios regionais no crescimento da economia estadual, favorecendo a estruturada Região Norte do Estado e penalizando a Metade Sul, são amplamente conhecidos, pelo menos desde o início dos anos 70, graças a investigações fomentadas principalmente por instituições públicas.²

As informações quantitativas e as interpretações nelas contidas permitem associar tais disparidades regionais às dinâmicas de crescimento das unidades de produção que historicamente configuraram sua economia. De um lado, exploração extensiva de bovinos de corte a pasto natural, com baixa produtividade por hectare, e reduzida alavancagem econômica de setores industriais situados a jusante e a montante — sistemas econômicos dominantes da Metade Sul do Estado, cuja expressão característica ficou conhecida como estância ou fazenda. De outro, a economia que se convencionou chamar de agropecuária colonial, preponderante na Região Norte, com exploração multiprodutos, em pequena escala, muito associada à organização cooperativa e que deu origem a um forte setor agroindustrial. Sobre a primeira, como já se disse em outra ocasião, estruturou-se uma civilização agrária; já a segunda alicerçou uma sociedade urbano-industrial (Benetti, 1994).

O alinhamento a esse referencial histórico-interpretativo leva a concluir que, e parafraseando livremente Polanyi (1980), a “grande transformação” na economia da Metade Sul do Estado se daria através da penetração, em caráter perene, da lavoura em terras da pecuária bovina de corte. E seria melhor ainda, para o desenvolvimento regional, que tal processo não implicasse a destruição ou a marginalização da bovinocultura, mas, ao contrário, que permitisse a convivência e/ou a associação das duas explorações mediante a integração lavoura pecuária com rotação das atividades no solo.

De todos os modos, em qualquer dos casos, verifica-se a exploração econômica da terra com características mais intensivas, trazendo ganhos econômicos que perpassam a unidade de produção individual, atingindo

escala regional, projetando-se cumulativamente sobre o ritmo de crescimento da renda e do emprego. Basta terem-se presentes os benefícios da introdução da cultura do arroz irrigado, em caráter verdadeiramente empresarial, na Região Sul.

Todavia, passadas, pode-se dizer, mais de oito décadas desde sua implementação em caráter empresarial (Benetti, 1978), o arroz foi o único cultivo a expandir-se e a consolidar-se na Metade Sul. Desse modo, a penetração da lavoura foi um processo restrito e, assim, ficou muito longe de poder operar a “a grande transformação” a que se aludia anteriormente.

Uma análise retrospectiva dos dados do comportamento do subsetor permite uma outra e importante constatação, qual seja, a de que, além de restrito, seu desenvolvimento se deu sob a forma de espasmos, como se fossem ciclos de produção, sucedendo-se aos períodos de incorporação de área da pecuária os de sua reconversão ao pastoreio.³ Dessa forma, não se produziram os efeitos cumulativos da soma e/ou combinação de explorações econômicas, sequer foram perenes os resultados líquidos positivos da substituição das linhas de produção com distintas capacidades de geração de renda.

Mas, passados tantos anos, cabe perguntar, agora, se a antiga estância sul-rio-grandense, na mais recente fase expansionista do mercado de grãos, se teria rendido finalmente à atividade lavoureira, transformando proporções crescentes das pastagens nativas em terras cultivadas e, desta vez, em caráter permanente.

A indagação faz sentido, quando a preocupação ultrapassa a dos desequilíbrios regionais e alcança a do desenvolvimento da agricultura e dos setores industriais e comerciais a ela associados — as cadeias agropecuárias — em regiões, como o Rio Grande do Sul, onde o território se encontra ocupado. Nessas circunstâncias, o equacionamento do crescimento no longo prazo ou segue o princípio da soma algébrica, isto é, substituindo atividades visando obter maior valor agregado por unidade de terra⁴, ou, no caso virtuoso de mudança, segue o caminho da modernização dos processos de

³ Considere-se o que aconteceu, na Região, nos idos dos anos 50, durante a primeira onda de crescimento da lavoura empresarial do trigo em terras gaúchas, ou a da soja na década de 70 (PIIRS, 1978; Benetti, 1994).

⁴ Na feliz expressão de Accurso (1968, p. 4), “Na impraticabilidade do alargamento da fronteira, ambas atividades [lavoura e pecuária] passaram a se excluir [...] Com isso, o valor adicionado do Setor Primário passou a ser uma soma algébrica de acréscimos e eliminações, em função do fator terra, com escassos resultados finais”.

¹ A denominação Metade Sul, neste texto, é utilizada como sinônimo de Região Sul.

² Para algumas referências clássicas sobre o assunto, ver Ingra (1973), PIIRS (1978, 1978a) e Accurso (1969).

produção. Aqui, o aumento da produtividade recria uma fronteira interna para expansão agropecuária. No caso da Região Sul do Estado, o crescimento daria-se-ia pela cessão de terras da pecuária extensiva para a lavoura, com redução da produção animal, ou através da elevação da lotação dos pastos, liberando área para cultivo.⁵

2 Propósitos e notas metodológicas

Este trabalho alinha-se às preocupações expostas anteriormente, sistematizando informações e construindo hipóteses sobre como ocorreu a expansão da atividade lavoureira em âmbito regional, no Estado, no mais recente surto de crescimento do subsetor, ocorrido nos anos pós 1995.

A variável utilizada para esse propósito foi a evolução da distribuição espacial da área da lavoura temporária. Os dados são do IBGE e referem-se às áreas cultivadas com os grãos que constituem o coração da produção graneleira no Estado — arroz, feijão, soja, milho e trigo —, em âmbito das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto.

Como indicador dos efeitos da difusão da lavoura sobre a pecuária de corte e, indiretamente, sobre a modernização desta última, utilizou-se a evolução regional dos efetivos bovinos. Não havendo deslocamento da atividade tradicional, isto é, se a expansão da área cultivada não implica redução do rebanho, os efeitos deveriam ser considerados positivos. Isso significa dizer, por outro lado, que a expansão da lavoura ocorreu paralelamente ao aumento da produtividade da pecuária, mediante a modernização desta última. Mas, como a liberação de área de pastagens poderia relacionar-se ao aumento do efetivo de gado leiteiro no rebanho bovino, caberia conhecer a evolução da estrutura desse plantel no

tempo, para afastar a possibilidade de a penetração da lavoura ter caminhado junto à reestruturação da atividade criatória em favor, justamente, do gado leiteiro, este de mais alta densidade de unidades de animais por hectare. Todavia não se dispunha desses dados, então optou-se por considerar o número de vacas ordenhadas em relação ao total do rebanho, em cada região, como indicador de reestruturações do rebanho bovino.

Cabe mencionar, ainda, que as áreas de pastagens nas regiões não estão diretamente disponíveis, como ocorre com as de lavoura, pelo menos desde 1996, quando foram divulgados os últimos resultados censitários. Estimá-las seria uma atividade complexa e que foge ao objetivo deste trabalho. Por essa razão, deixou-se de produzir indicadores que levassem em consideração a área ocupada pela atividade animal, como lotação do rebanho em unidades de animais por hectare, cuja evolução é um dos indicadores comumente utilizados para avaliar a eficiência da exploração.

Um segundo tema deste artigo é a chegada, na Região, de uma nova safra de investimentos, onde se destacam os associados às cadeias agroindustriais de produção de carne bovina e de celulose e papel. São projetos previstos para serem executados em um horizonte de médio prazo, em especial os relacionados às cadeias florestais, cujo período de instalação e/ou ampliação do elo industrial (entre cinco e sete anos) fica condicionado ao ciclo de maturação das novas florestas, e que irão afetar direta e profundamente a matriz produtiva regional nas esferas da produção primária e industrial. Compreensivamente, os impactos sobre a economia ainda não se fizeram sentir com plenitude.

Por fim, no encerramento do texto, como um desafio, examinam-se brevemente os impactos mais prováveis e importantes dos processos examinados sobre a base produtiva regional. Trata-se de um exercício eminentemente especulativo, que objetiva abrir a discussão sobre o desenvolvimento da economia da região de um ponto de vista prospectivo, para isso, incorporando os elementos mais significativos das mudanças que estão ocorrendo. Ele não pretendeu abranger o conjunto de oportunidades ou de desafios que os processos em curso estão colocando à economia regional, tampouco o dos problemas a eles associados — até por se tratar essencialmente de processos em transição, inacabados.

⁵ Vale lembrar também, nesse contexto, primeiro, que o crescimento em circunstâncias de escassez de terras (fenômeno que se manifesta muito mais intensa e precocemente nas regiões de predomínio da pequena propriedade) pode ocorrer por verticalização da produção, agregando-se valor à produção agropecuária, constituindo cadeias agroindustriais. Essa foi justamente a estratégia montada pelos agricultores, ao criarem as cooperativas de trigo e de soja na Metade Norte do Estado. Em segundo lugar, vale ressaltar que, nas regiões de predomínio da pequena propriedade, também ocorre substituição de atividades, sempre buscando incremento de valor. O caso mais importante é o da substituição dos cultivos anuais pela criação de suínos, aves e gado leiteiro.

3 A evolução histórica da ocupação das terras da pecuária pelos cultivos temporários: 1975-95

A bibliografia disponível permite acompanhar o processo de ocupação das terras de pecuária com cultivos anuais, antes do surto de expansão da lavoura ocorrido após 1995.

Considerem-se as estimativas realizadas pelo PIIRS, no início dos anos 70, sobre o uso efetivo dos solos, levando em conta as linhas de produção agropecuárias, e sobre sua potencialidade produtiva nas nove regiões em que dividiu o Estado para apresentar propostas de programação para o desenvolvimento da agricultura — as chamadas regiões de programação (RPs) (PIIRS, 1975). O confronto entre o uso dos solos e sua potencialidade constitui um balanço da adequação do seu uso naquela data, sendo que a inadequação resulta de sua super ou subutilização. Esta significa que os solos estão sendo usados aquém de sua potencialidade, principalmente no caso em que poderiam estar sendo empregados com cultivos anuais, mas estão sendo usados como pastos. O melhor exemplo desse desequilíbrio pode ser encontrado na utilização das terras na Metade Sul do Estado. A superutilização é justamente o contrário, as terras estão sendo utilizadas além de sua capacidade, fenômeno que surge principalmente na Metade Norte do Estado, nas áreas de predominância da pequena propriedade: a exploração das terras com cultivos anuais que deveriam ser utilizadas para pastoreio, culturas permanentes ou florestas.

Veja-se a Tabela 1, onde aparece a contabilidade da inadequação resultante da subutilização dos solos, que é o balanço que interessa ressaltar no contexto deste artigo, e o Mapa 1, que permite identificar as regiões que aparecem na Tabela 1.

As RPs 1, 2 e 3 constituem áreas características da pequena propriedade.⁶ A RP 4 possui traços

econômicos assemelhados aos das regiões de campanha situadas mais ao sul do Estado — terras de boa qualidade, com tamanho médio da propriedade relativamente maior dos que predominam nas RPs 1, 2 e 3, e voltadas, em grande parte, à exploração da pecuária de corte.

As maiores quantidades de hectares de solos subutilizados em 1975 apareciam justamente nas RPs 4, 5 e 9, refletindo a utilização com pecuária extensiva e indicando uma grande potencialidade para a expansão da lavoura. A RP 9, sozinha, contabilizava quase um terço (30,5%) dos hectares compreendidos nessa categoria, ao redor de 2.400.000 hectares (veja-se que esses hectares equivalem a um terço da área cultivada no Estado com a lavoura temporária no ano de 2004). Em que pese tal possibilidade de uso, a lavoura de grãos ocupava tão-somente 204.000 hectares. Esses números indicavam o potencial da Região para a expansão da agricultura (PIIRS, 1978).

Um trabalho mais recente (Benetti, 1998) apresenta dados sobre a área da lavoura de grãos nos anos subseqüentes de 1985, 1990 e 1995, utilizando a mesma regionalização do PIIRS. Considerando os estoques estimados de solos subutilizados no ano-base de 1975 como indicadores das potencialidades para a expansão dos cultivos anuais e confrontando-os com os da evolução da terra utilizada pela lavoura, concluiu-se que, ainda em meados da década de 90, existia uma fronteira importante para o crescimento da lavoura temporária, notadamente nas RPs 4, 5 e 9. Nestas, a área total cultivada com grãos somava, em 1995, 1.906.000 hectares, muito aquém dos 5.344.000ha de solos subocupados (Tabela 1).

Em resumo, os trabalhos mencionados, permitindo uma visão retrospectiva, indicam que a ocupação dos solos com a lavoura temporária vem sendo um processo lento e inacabado, evidenciando, por outro lado, a impermeabilidade da pecuária à penetração da lavoura e apontando a existência de uma fronteira agrícola estratégica para a sua expansão.

⁶ Cruz Alta, município incluído na RP3, é um caso singular no contexto geral do grupo em referência. Este dispõe de 323.229 hectares de solos dos tipos I a III, sendo o segundo município no Estado dotado de maior quantidade de terras aptas ao cultivo temporário; em 1985, sem, portanto, se contabilizarem os novos municípios criados a partir dessa data, figurava entre os 37 primeiros colocados na lista dos que possuíam área média dos estabelecimentos agropecuários com mais de 100 hectares, em um total de 273 municípios; de outra parte, apresentava, nesse mesmo ano, um valor para o Coeficiente de Gini muito

alto, 0,743. Ele, portanto, apresenta as características dos municípios integrantes das RPs 4 e 9, isto é, a relativa abundância de solos aptos a cultivos temporários, predomínio de propriedades de médio e grande porte e índices altos de concentração da área dos estabelecimentos. Também no ano de 1985, ocupava pouco mais de 95.000 hectares com o plantio de soja, milho e arroz, utilização esta que, confrontada com a potencialidade de solos, representa uma fronteira interna importante de expansão da lavoura na Metade Norte do Estado.

Tabela 1

Subutilização e uso efetivo dos solos com lavoura de grãos, por região de programação do PIIRS, no Rio Grande do Sul, em anos seleccionados — 1975-1995

REGIÕES	SUBUTILIZAÇÃO		USO DA TERRA (1 000ha) (1)			
	Absoluta (1 000ha)	%	1975	1985	1990	1995
1	277	3,6	1 719	2 256	2 317	1 979
2	389	5,0	654	614	563	478
3	939	12,0	1 839	1 923	2 019	1 747
4	1 609	20,6	945	1 028	898	840
5	1 355	17,4	654	761	685	675
6	170	2,2	43	91	111	131
7	248	3,2	32	48	61	70
8	426	5,5	133	113	81	64
9	2 380	30,5	204	445	327	391
ESTADO	7 793	100,0	6 223	7 279	7 062	6 375

FONTE: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. **Ano-base perfil do setor em 1975.** Porto Alegre: Palotti, 1978 (A problemática do setor agropecuário, v. 2). BENETTI, Maria D. Reconversão e reestruturação no *agribusiness* rio-grandense In: **Agribusiness**, Porto Alegre: SCP, 1998. (Projeto RS 2010).

(1) Soja, milho, feijão, trigo e arroz.

Mapa 1



FONTE: IBGE.

4 A lavoura na Metade Sul, nos anos 90

O exame dos dados sobre a evolução da área ocupada pela lavoura temporária em âmbito estadual, no período 1990-04, e da estrutura do uso da terra pelos cultivos permite duas observações de ordem geral e que constituem as características mais importantes de seu comportamento ao longo do tempo.

Uma delas diz respeito ao fato de a área cultivada total ter iniciado um processo de queda em 1990, que se prolongou até 1996, a partir de quando voltou a subir, superando, no entanto, apenas em 2004, modestamente, os níveis registrados em 1990. Independentemente dessa flutuação, o que se pode constatar é que a quantidade da terra ocupada permaneceu relativamente estável entre os anos iniciais e os finais da série, isto é, no longo prazo.⁷ Já a outra relaciona-se às mudanças no uso das terras postas em cultivo.

Para acompanhar essas transformações, considerem-se, primeiramente, as principais lavouras de grãos no Estado. Esse conjunto atingia, em 1990, 7.070.000 hectares, distribuídos entre o arroz, o feijão, o milho, a soja e o trigo. Depois, separem-se as que concorrem em área entre si, para isso, identificando os cultivos de inverno e os de verão. Desse grupo, apenas o trigo é semeado no inverno (e pode e costuma ser plantado em sucessão com a soja). Sobram, então, o arroz, o milho, o feijão e a soja como concorrentes em área. Mas o arroz é lavoura irrigada, plantado em terras alagadiças, localizadas justamente na Metade Sul do Estado, diferentemente das demais, hoje constituindo, ainda, predominantemente lavouras de sequeiro. Restam, por conseguinte, concorrendo entre si, por terra, o milho, a soja e o feijão. Como o feijão ocupou historicamente muito menos área do que o milho e a soja, então a verdadeira concorrência

dar-se-ia entre o milho e a soja. Os dados falam por si: 416.000 hectares plantados a menos com os dois cultivos (feijão e milho), perfazendo a quase-totalidade do aumento da área da soja, de 465.000 hectares. A redução da área dos dois grãos, somada à da categoria que se convencionou chamar de “outros cultivos”, perfaz justamente os hectares ganhos pela soja (Tabela 2).

Tabela 2

Evolução da estrutura da área da lavoura, por linha de produção, no Rio Grande do Sul — 1990 e 2004

DISCRIMINAÇÃO	(1 000ha)		
	1990 (A)	2004 (B)	B - A (C)
TOTAL	7 720,1	8 212,4	492,4
D - Arroz (em casca) ...	700,9	1 056,1	355,2
E - Feijão (em grão)	214,5	142,2	-72,3
F - Milho (em grão)	1 647,3	1 303,3	-344,0
G - Soja (em grão)	3 519,5	3 984,3	464,9
H - Trigo (em grão)	988,2	1 124,7	136,6
Subtotal	7 070,4	7 610,7	540,4
I - Outros	649,7	601,7	-48,0
D + E + F + H	3 551,0	3 626,5	75,5
D + E + F + H + I	4 200,6	4 228,1	27,5

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=t&o=10>>.

Mas o processo descrito a partir dos dados consolidados sobre a lavoura gaúcha não reflete a diversidade das experiências regionais.

Veja-se, primeiro, o que aconteceu com a lavoura na mais tradicional e importante região produtora de grãos do Estado, compreendida pelo que o IBGE convencionou chamar de Mesorregião Noroeste. Esta sempre foi o coração da produção graneleira do Estado, e, por isso, o que nela se passava determinava fortemente os resultados globais da lavoura sul-rio-grandense. Ainda no ano de 1990, ela concentrava 65% da área cultivada total com lavoura temporária no Estado, cerca de 55% da área de feijão e milho e, o mais importante, 80% e 87% de toda a área de soja e trigo plantada respectivamente (Mapa 2 e Tabela 3).

Na região, esteve em curso um processo fundamental: o decréscimo da área total cultivada de 315.000 hectares entre 1990 e 2004, coincidente à redução das áreas de todos os grãos considerados — arroz, feijão,

⁷ Mas é curioso que, mesmo diante da expansão acelerada da lavoura na região dos cerrados central e norte do Brasil, no período, a participação da área cultivada do Estado no total nacional se reduz muito pouco, o que significa que sua expansão teria acompanhado de perto a média brasileira. Essa é uma questão interessante a ser investigada, cujo propósito, contudo, foge dos estabelecidos neste trabalho. Mesmo assim, vale referir que, considerando apenas os grãos mais importantes produzidos no Rio Grande do Sul (arroz, soja, trigo, milho e feijão) e mesmo o total da área cultivável com lavoura temporária, a participação desses dois conjuntos em seus correspondentes, em âmbito nacional, se reduziu ao redor de 13,5% — perda que não parece muito significativa, considerando-se a disponibilidade de terras cultiváveis no resto do Brasil.

milho e soja e os incluídos na categoria especial “outros cultivos”. O fato de estes últimos — que são importantes na região, pois representam 41% da área total ocupada pela categoria em todo o Estado — não apresentarem aumento absoluto em área indica, por outro lado, a não-introdução de novos cultivos com a mesma importância, em termos de ocupação de área, dos tradicionalmente produzidos. Só a soja perdeu 252.000 hectares, e o milho, 44.000ha. Apenas o trigo apresentou um aumento da área, contudo, como é plantado em sucessão com a soja, como já se disse, não lhe faz concorrência pela apropriação de terra. Sem o trigo, as perdas alcançariam 384.000 hectares. Em termos globais, a área cultivada total da região passou dos mencionados 64,74% para 57,03% entre 1990 e 2004.

Esse deslocamento da produção, medido pelas perdas relativas de área plantada, atingiu mais fortemente a soja, cuja participação regional na área total cultivada com o grão no Estado caiu de 80% para 70% entre 1990 e 2004, perdendo 10 pontos percentuais, mas afetou também o milho, que reduziu sua contribuição de 56% para 51% na área total dessa lavoura, no Estado, e generalizou-se aos demais cultivos.

A Mesorregião Noroeste é constituída por tradicionais e importantes áreas de produção de grãos no Estado (Mapa 2), destacando-se as Microrregiões Carazinho, Santa Rosa, Passo Fundo, Cruz Alta, Três Passos, Santo Ângelo, dentre outras. Pois, justamente, das 16 microrregiões que a constitui, 13 tiveram redução na área plantada.

Tendo em vista que não ocorreu uma redução no número de hectares cultivados em âmbito estadual, a queda na Mesorregião Noroeste só poderia ter sido compensada pelo aumento da área cultivada em outras regiões. E esta é, sem dúvida, a mais importante característica do processo de desenvolvimento da lavoura estadual no período.

Como área privilegiada de expansão da lavoura, encontra-se a Mesorregião Sudoeste, a área da chamada Região da Campanha sul-rio-grandense. Ela incorporou 409.000 hectares aos 492.000 utilizados em 1990, totalizando 901.000 hectares explorados em 2004. Mais precisamente, foi a Microrregião Campanha Ocidental (integrada pelos Municípios de Rosário do Sul, Livramento e São Gabriel, para citar alguns dos mais importantes) a área responsável pelo aumento expressivo da terra cultivada. Esse acréscimo de 409.000 hectares na Mesorregião Sudoeste representa mais do que os 315.000 mil hectares perdidos na Noroeste. Os hectares ganhos distribuíram-se quase igualmente entre os cultivos de arroz e soja. A Mesorregião Sudeste é tradicionalmente

produtora de arroz, sendo que, em 1990, contabilizava 31% da área total do grão no Estado. Com os aumentos de área de cultivo que vieram ocorrendo, ela aumentou ainda mais sua participação entre as regiões produtoras (40% em 2004). Mas o interessante é que, além da expansão da área do arroz, se introduziu ali a soja a um ritmo muito forte no período, relativamente mais acelerado até do que o do arroz, pois, enquanto a área desse cultivo pouco mais que dobrou entre 1990 e 2004, a da soja aumentou 2,6 vezes. Nessa mesorregião, ao contrário do que se viu para o conjunto do Estado, não chegou a ocorrer cessão de área entre linhas de produção da lavoura, permanecendo praticamente no mesmo nível as áreas de trigo, feijão e milho.

O aumento da área da soja na Sudoeste correspondeu quase à metade (47%) do aumento líquido de área em toda a lavoura sul-rio-grandense da oleaginosa. A outra metade dos hectares incorporados representa contribuições da Mesorregião Centro-Occidental (constituída pelos Municípios de Santa Maria, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Rio Pardo, dentre outros).

Esta última foi a segunda mesorregião a destacar-se na incorporação de área das lavouras, acrescentando 239.000 hectares aos registrados em 1990. Mais precisamente, sobressaiu-se a Microrregião Santiago. Todavia o bom desempenho da Centro-Occidental não chegou a ofuscar o da Sudoeste, pois, enquanto a área de lavoura nela crescia 46%, na Sudoeste, o fazia em 83%. Na Centro-Occidental, por outro lado, os hectares incorporados destinaram-se praticamente ao cultivo da soja, enquanto, na Sudoeste, se distribuíram mais equitativamente entre o arroz e a soja. O crescimento da área da soja na Mesorregião Centro-Occidental valeu-lhe um aumento de participação na área total explorada com a oleaginosa, no Estado, de 7% para 11,5%. Considerando-se o conjunto dos grãos selecionados, a sua contribuição na área total da lavoura passou de 6,6% para 9,1%.

Essas duas mesorregiões contabilizaram juntas, em 2004, 20,3% da área cultivada; em 1990, 13%. Assim, enquanto elas ganharam 7,1 pontos percentuais em área cultivada, a Noroeste perdia pontos semelhantes, 7,7. Daí que se pode concluir, de uma maneira geral, que a expansão da lavoura se deu em direção ao sul do Estado, nas suas porções oeste e centro.

É muito importante salientar o que aconteceu com o rebanho bovino nessas regiões de frente expansão da lavoura. Na Mesorregião Sudoeste, que contabilizava, em 1990, mais ou menos um terço do rebanho estadual de bovinos, o cultivo de grãos não implicou a redução do efetivo, verificando-se até um ligeiro aumento de sua

participação no agregado sul-rio-grandense. Como, nessa mesorregião, ocorreu uma queda importante no valor do indicador que mede a reestruturação do rebanho — participação das vacas ordenhadas na mesorregião no total do rebanho bovino regional e no total das vacas ordenhadas no Estado —, o comportamento do efetivo animal nada tem a ver com reconversão do rebanho, ao contrário, poderia indicar uma maior especialização regional na produção de carne bovina (Tabela 4).

Já na Mesorregião Centro-Occidental, observou-se uma pequena queda no índice de participação do rebanho. Nesse caso, a reversão da terra de pastoreio para cultivo teria, em alguma medida, afetado a produção pecuária. Esse percurso do rebanho foi acompanhado pela manutenção da participação do que se convencionou chamar de indicador de reconversão da pecuária bovina, o que poderia indicar um movimento em direção à exploração da pecuária leiteira.

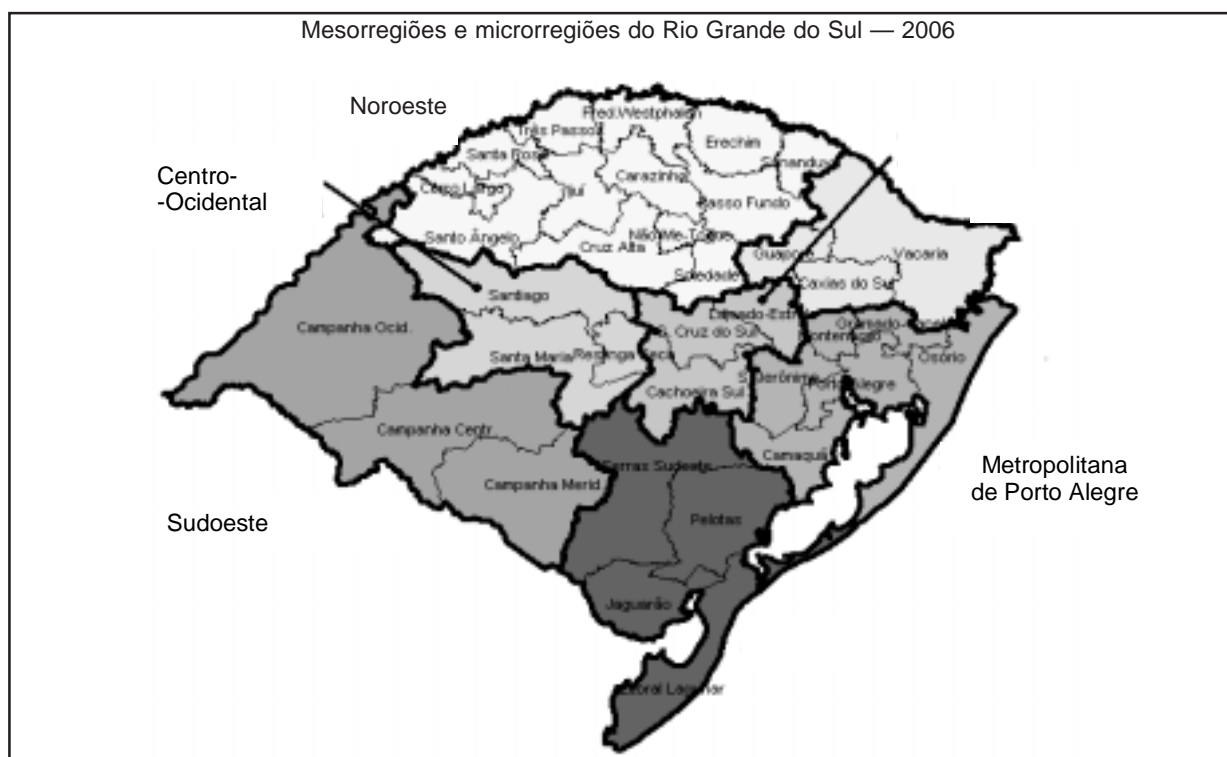
Independentemente da questão da reestruturação da pecuária, os dois casos apontados permitem especular que estariam ocorrendo duas situações diferentes na Região Sul, decorrentes da expansão do cultivo anual. A primeira delas diz respeito a processos similares aos que estariam acontecendo na Mesorregião Sudoeste,

onde o aumento da produtividade da pecuária bovina permite a liberação de área para a lavoura; nesse caso, intensificando-se o uso dos solos e dos recursos materiais e humanos, gerando mais receitas por hectare. A hipótese com que se trabalha é que isso se deve à mudança do sistema monoprodutor de exploração da terra, baseado na pecuária de corte, para outro, que combina lavoura e pecuária, principalmente através da rotação das atividades na unidade de produção. Mas, em outras regiões (como poderia ser o caso da Mesorregião Centro-Occidental), o que estaria ocorrendo é a expansão da lavoura às custas da pecuária, caracterizando o padrão de crescimento por soma algébrica.

Finalmente, cabe mencionar a situação das demais mesorregiões no quadro geral analisado. Mesmo sem a expressividade das duas anteriormente analisadas — Sudoeste e Centro-Occidental —, chama atenção o crescimento da lavoura na Nordeste sul-rio-grandense, mais especificamente, na Microrregião Vacaria e, nela, no município de mesmo nome.

Nas demais, verificou-se uma queda, ou a manutenção apenas, dos níveis da área da lavoura de grãos, casos das Mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre, Sudeste e Centro-Oriental.

Mapa 2



FONTES: IBGE.

Tabela 3

Distribuição da área plantada com grãos, segundo as mesorregiões, no Rio Grande do Sul — 1990-04

(%)

ANOS	NOROESTE	NORDESTE	CENTRO- -OCIDENTAL	CENTRO- -ORIENTAL	METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	SUDOESTE	SUDESTE
1990	64,74	4,03	6,62	6,66	5,10	6,38	6,48
1991	63,84	4,06	6,43	6,82	4,91	7,04	6,90
1992	62,93	4,05	6,43	6,72	5,23	7,57	7,07
1993	62,77	3,77	6,21	6,55	5,51	8,33	6,87
1994	62,80	3,72	6,47	6,32	5,40	8,47	6,81
1995	61,54	3,90	6,52	6,56	5,65	8,66	7,18
1996	64,66	3,57	6,26	6,12	5,39	7,94	6,07
1997	64,35	3,97	6,41	6,04	5,08	7,70	6,46
1998	62,37	4,43	6,67	6,35	5,06	8,48	6,65
1999	60,85	4,53	6,83	6,08	5,29	9,38	7,04
2000	61,32	4,75	7,09	5,99	5,12	9,07	6,66
2001	60,50	4,81	7,67	6,04	5,02	9,53	6,44
2002	60,03	4,86	8,16	6,02	4,92	9,74	6,27
2003	59,06	5,08	8,88	6,29	4,82	9,85	6,02
2004	57,03	5,29	9,12	6,38	5,13	10,98	6,07

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=t&o=10>>.

Tabela 4

Número de cabeças e participação percentual de vacas ordenhadas e do rebanho bovino das Mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental e Sudoeste no total do Estado — 1990-04

ANOS	MESORREGIÃO NOROESTE				
	Vacas Ordenhadas			Rebanho Bovino	
	Percentual no Estado	Número de cabeças	Percentual no rebanho bovino	Percentual no Estado	Número de cabeças
1990	38,44	451 200	18,25	18,03	2 472 968
1991	39,08	463 964	18,47	18,37	2 511 863
1992	39,45	479 979	18,80	18,36	2 553 514
1993	40,36	495 810	19,25	18,26	2 575 417
1994	41,22	513 482	20,08	17,56	2 556 568
1995	42,47	531 499	20,74	17,97	2 563 050
1996	49,77	513 042	18,49	20,64	2 774 650
1997	47,59	524 077	18,56	20,61	2 823 185
1998	47,82	528 461	19,00	20,24	2 781 638
1999	48,94	546 645	19,71	20,30	2 774 090
2000	50,24	585 220	21,57	19,95	2 713 515
2001	50,66	610 185	23,10	19,04	2 641 769
2002	50,94	604 350	22,47	18,72	2 689 713
2003	50,23	593 858	22,48	18,12	2 642 001
2004	51,40	617 886	23,65	17,81	2 612 122

(continua)

Tabela 4

Número de cabeças e participação percentual de vacas ordenhadas e do rebanho bovino das Mesorregiões Noroeste, Centro-Ocidental e Sudoeste no total do Estado — 1990-04

MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL					
ANOS	Vacac Ordenhadas			Rebanho Bovino	
	Percentual no Estado	Número de cabeças	Percentual no rebanho bovino	Percentual no Estado	Número de cabeças
1990	5,97	70 066	3,91	13,07	1 792 334
1991	5,93	70 428	3,79	13,08	1 787 775
1992	5,83	70 975	3,85	12,75	1 773 430
1993	6,44	79 129	4,21	12,76	1 799 253
1994	6,35	79 068	4,21	12,37	1 800 561
1995	6,30	78 818	4,33	12,21	1 741 042
1996	5,77	59 470	3,39	12,62	1 697 084
1997	6,77	74 575	4,04	12,94	1 773 125
1998	6,63	73 316	4,05	12,63	1 736 342
1999	6,62	73 935	4,07	12,76	1 743 818
2000	6,38	74 314	4,16	12,60	1 713 175
2001	6,31	75 965	4,30	12,20	1 692 465
2002	6,53	77 442	4,29	12,03	1 728 309
2003	6,50	76 795	4,28	11,77	1 716 785
2004	6,02	72 431	4,17	11,34	1 663 350

MESORREGIÃO SUDOESTE					
ANOS	Vacac Ordenhadas			Rebanho Bovino	
	Percentual no Estado	Número de cabeças	Percentual no rebanho bovino	Percentual no Estado	Número de cabeças
1990	8,26	96 921	2,20	32,09	4 401 673
1991	8,31	98 625	2,19	32,28	4 413 732
1992	8,28	100 731	2,18	32,51	4 520 984
1993	8,07	99 153	2,10	32,71	4 613 267
1994	8,46	105 396	2,14	33,16	4 827 213
1995	8,50	106 380	2,21	32,97	4 701 882
1996	5,64	58 149	1,39	30,70	4 126 815
1997	4,89	53 833	1,26	30,69	4 203 978
1998	5,23	57 763	1,33	31,16	4 281 933
1999	5,17	57 785	1,36	30,72	4 197 183
2000	5,17	60 181	1,41	30,91	4 204 669
2001	5,26	63 310	1,39	32,31	4 481 327
2002	5,29	62 782	1,30	33,17	4 766 380
2003	5,50	64 989	1,31	33,47	4 880 928
2004	5,52	66 414	1,31	34,22	5 019 408

FONTE: PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

5 A reestruturação e a diversificação da matriz produtiva regional derivada de novos investimentos industriais

Além da expansão da lavoura temporária em terras da pecuária de corte, estiveram em curso outros dois importantes processos reestruturantes da economia regional.

Um deles diz respeito à chegada, na Região Sul — mais precisamente nas Microrregiões Campanha Ocidental e Meridional da Mesorregião Sudoeste (onde, recorde-se, estaria ocorrendo a difusão do sistema de produção integrando a pecuária à lavoura) —, de grandes frigoríficos, tradicionais fornecedores do mercado internacional, procedentes das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do País. Esses frigoríficos regionais estão implantando-se na Metade Sul, através da construção e/ou aquisição de plantas industriais, como parte de um movimento de nacionalização e internacionalização empresarial.

Chama atenção, ainda, que a trajetória em direção à Metade Sul do Estado faz parte de um processo maior, alcançando os países limítrofes ao Estado do Rio Grande do Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai), onde se estão instalando, como no Estado, via aquisição de plantas industriais. Sendo assim, estar-se-ia formando uma plataforma de exportação em tradicionais regiões produtoras de carnes bovinas, a qual passa a incluir a pecuária gaúcha, cuja diferença em relação ao passado é a centralização patrimonial, acompanhada da concentração da produção e da comercialização de carnes lideradas por empresas brasileiras (Quadro 1).

As estratégias desse movimento locacional dos frigoríficos poderiam ser de várias ordens: diversificação regional da oferta de gado para abate, elidindo os problemas de sanidade do rebanho (aftosa por exemplo), que costumam acometer diferentemente os rebanhos das regiões produtoras; apoderamento rápido dos mercados internacionais garantidos pelos frigoríficos, principalmente uruguaios, que têm forte penetração no mercado norte-americano; e abastecimento de carne “verde”, um produto cada vez mais valorizado pelos países ricos.

Sobre a simultaneidade dessas operações de aquisições e construção de plantas, basta ter presente que, a partir do momento em que uma empresa líder da indústria de carnes, como, aliás, de qualquer indústria,

desencadeia um movimento dessa natureza, as demais empresas concorrentes, sentindo-se ameaçadas de perderem posições no mercado, também se lançam às compras, caracterizando o que se poderia chamar de “efeito-rebanho”.

O outro processo que ocorre paralelamente ao da reestruturação da indústria frigorífica e que terá um grande impacto sobre a matriz produtiva regional diz respeito aos novos e importantes investimentos que estão sendo feitos na Região Sul por grandes empresas industriais nacionais e internacionais na área de celulose e papel (Aracruz, Votorantim e Stora Enso). Tais investimentos compreendem, também, a estruturação de um setor florestal a elas integrado em cadeias produtivas, as quais se distribuem por vários municípios da Região e se amparam em um forte esquema de logística. A produção de matéria-prima para transformação industrial, isto é, a constituição das florestas, fica a cargo das próprias empresas industriais e, também, de proprietários rurais, os quais estão sendo submetidos a uma política agressiva de indução ao plantio por parte das primeiras, ou à venda das terras (Tabela 5).

Da mesma forma como está sucedendo com os frigoríficos, a indústria de celulose e papel está investindo em novas plantas industriais no Uruguai, visando exportar para o mercado internacional. São duas as empresas de celulose que se localizam na fronteira do Uruguai com a Argentina: a Botnia, finlandesa, e a Ence, espanhola. Ao todo, são seis as indústrias em implantação no Uruguai e no Rio Grande do Sul (ZH, 2006, p. 37).

A configuração geográfica dos investimentos indica que a indústria do papel, tal como ocorre com a carne, elegeu o eixo constituído pela Metade Sul do Estado e pelo Uruguai como uma área estratégica para sua expansão mundial.

Antes de concluir essas observações sobre a nova safra de investimentos na Região Sul, chama-se atenção que ela compreende projetos em um número maior de setores, além dos que foram examinados aqui. Devido ao porte relativamente menor dos investimentos, no entanto, seus impactos sobre a economia regional deverão ser, também, menores. Mesmo assim, eles significam a diversificação da matriz produtiva, abarcando outras indústrias, tanto relacionadas à produção agropecuária quanto independentes de base agrícola (Tabela 5).

Quadro 1

A internacionalização dos frigoríficos brasileiros e a Metade Sul do Rio Grande do Sul — 2005-06

EMPRESA PROPONENTE/ /NACIONALIDADE	TIPO DE OPERAÇÃO	EMPRESA NEGOCIADA	LOCALIDADE DO NEGÓCIO	SITUAÇÃO NA DATA DA NOTÍCIA	MERCADO PRIVILEGIADO
Empresário britânico (Terry Johnson) (1)	Aquisição.	Unidade do Frigorífico Marabá-Frigoclass.	São Paulo.	Atividades suspensas.	Mercado internacional.
Empresário britânico (Terry Johnson) (2)	Aquisição (51% do frigorífico).	Argentine Breeders & Packers (ABP).	Argentina.		
Frigoclass	Construção de duas unidades.		São Gabriel-RS.	Projeto em implantação.	Mercado internacional.
Bertin (3)	Aquisição.	Unidade do Frigorífico Marabá.	Pará.		Mercado doméstico de carne e couro.
Bertin	Aquisição.	Frigorífico Canelones — já havia sido adquirido pelo grupo internacional International Food Packers Corporation (IFP).	Canelones-Uruguai	Negociação.	Mercado internacional.
Friboi	Aquisição.	Swift Armour S/A.	Argentina.		
Friboi	Construção.		São Borja-RS.	Início de construção.	Mercado externo; a planta fica distante 400km a 600km das plantas da empresa na Argentina, facilitando o intercâmbio entre elas.
Marfrig (4)	Aquisição.	Tacuarembó.	Uruguai.	Em negociação.	
Marfrig	Aquisição.	Frigoclass.	São Paulo.	Em negociação (empresário Terry Johnson).	
Marfrig	Aquisição.	Argentine Breeders & Packers (ABP).	Argentina.	Em negociação (empresário Terry Johnson).	
Marfrig	Aquisição.	Frigoestrela.	Goiás.		
Marfrig	Aquisição.	Cooriva.	São Gabriel-RS.		
Marfrig	Aquisição.	Rondônia Carnes.	Rondônia.		
Marfrig	<i>Joint venture.</i>	Quinto Cuarto.	Chile.		Entrar no mercado chileno.
MERCOSUL (tem participação do AIG Capital)	Aquisição.	Alegretense.	Alegrete-RS.		Mais da metade para mercado externo e diversificação da produção.

Tabela 5

Investimentos confirmados, por setores produtivos, na Metade Sul do Rio Grande do Sul — jan./03-ago./06

SETORES E/OU EMPRESAS	INVESTIMENTOS (R\$ 1 000)	PARTICIPAÇÃO %
Celulose, papel e papelão	6 610 000	21,51
Votorantim Celulose e Papel (florestas e fábrica)	3 560 000	11,58
Sora-Enso (florestas e fábrica)	3 000 000	9,76
Aracruz Celulose	50 000	0,16
Energia	2 479 850	8,07
Metal-mecânico, automotivo, indústria naval	2 202 297	7,17
Logística e serviços	233 255	0,76
Produtos alimentícios	174 354	0,57
Farmacêutico	77 122	0,25
Bebidas	54 216	0,18
Químico-petroquímico e borracha	50 314	0,16
Madeira, móveis e artefatos	31 000	0,10
Têxtil-vestuário e couro-calçados	550	0,00
Subtotal da Metade Sul	11 912 958	38,76
TOTAL DO ESTADO	30 736 077	100,00

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais.

6 Conclusões e perspectivas: a sustentabilidade das transformações estruturais em curso

As informações contidas nas partes precedentes do artigo permitem antecipar alguns impactos prováveis das transformações em curso sobre a economia regional e, mais particularmente, sobre a mais tradicional de suas atividades, a exploração de bovinos para corte.

O mapa da distribuição regional da área ocupada com grãos no Estado — no mais recente surto de crescimento da lavoura, a partir da segunda metade da década de 90 — mostrou sua expansão em direção ao sul do Estado, mais nitidamente para a sua porção sudoeste, ocorrendo mesmo uma redução da área no conjunto das microrregiões que compõem a principal região graneleira do Rio Grande do Sul, a Mesorregião Noroeste.

É oportuno, nesse contexto, voltar o questionamento feito logo na abertura deste texto: se a expansão acelerada da lavoura após 1995 vai repetir seu padrão

anterior, cíclico, isto é, crescendo por um tempo para retrair-se em um subsequente, ou se, ao contrário, se trata de um processo auto-sustentado.

Como se viu, o rebanho bovino em cabeças não decresceu na região de fronteira de expansão da lavoura, indicando uma melhoria nos índices de produtividade física da pecuária — sustentada muito provavelmente pela difusão do sistema de produção que a integra à lavoura.

A hipótese com que se trabalha é que tal sistema já se encontra suficientemente difundido nessas áreas da Região, assim como a prática do cultivo da terra, nesse caso, pelo arrendatário ou pelo próprio pecuarista. Sendo assim, o crescimento da lavoura — dentro dos limites das condições físicas dadas pela capacidade dos solos e pelas condições do clima — seria sustentável, isto é, não há porque esperar uma reversão das terras de cultivo a pasto, mas, ao contrário, apostar que estão dadas as condições para a continuidade de sua expansão.

O limite de crescimento da pecuária, nessas circunstâncias, dependeria da continuidade de seus ganhos de produtividade, compensando as perdas de área para a lavoura. E, para isso, a produção de bovinos para corte conta com um poderoso fator de alavancagem, repre-

sentado pela instalação dos grandes frigoríficos nacionais na Região Sul. Independentemente do aproveitamento que possam tirar os pecuaristas das novas oportunidades vislumbradas, o fato é que elas estariam sendo criadas para o setor produtor de gado de corte na Região.

Todavia a pecuária acha-se submetida a uma outra, e forte, pressão, esta, sim, potencialmente destruturadora do setor: a que vem da mencionada implantação em suas terras de um setor florestal. Se a parte mais importante dos pastos que estão sendo, e serão, convertidos em florestas se associar a terras impróprias para cultivos anuais — que abundam na Região Sul e abrigam uma pecuária com baixos índices de produtividade —, então, o saldo do processo, em termos econômicos, poderá ser considerado positivo. De qualquer forma, em princípio, esse segmento da pecuária seria o mais vulnerável à substituição das atividades induzida pela indústria de celulose.

Mas, mesmo mais vulnerável, o futuro desse segmento da pecuária, em alguma medida, vai depender de como prosperarão os estudos sobre os sistemas silvipastoris que estão sendo desenvolvidos pelo Núcleo de Pecuária Sul da Embrapa, localizado em Bagé. Estes visam “[...] identificar espécies forrageiras adaptáveis a áreas sombreadas com acácia negra ou eucaliptos”. Uma vez superada essa etapa, segundo esses estudos, seria possível realizar a integração da pecuária de corte e/ou de ovinos e da pecuária leiteira com a produção florestal (ZH, 2006a, p. 1).

Quanto à sustentabilidade dos investimentos industriais nas áreas dos frigoríficos e da produção de celulose, na Metade Sul, não há por que se pensar em recuos, pois tudo indica que a Região, juntamente com outras áreas no Uruguai e na Argentina, foi incluída por grandes grupos empresariais em um projeto maior, o da constituição de uma plataforma de produção e exportação de matérias-primas no Cone Sul.

Por tudo que se viu, abre-se uma janela de oportunidades para a Metade Sul, através da qual se pode visualizar: (a) um cenário propenso à dinamização da economia regional, com o crescimento da lavoura de grãos integrada à pecuária de corte mais produtiva nas terras de maior potencialidade de uso; (b) o reforço da cadeia tradicional de produção de gado de corte associada a esse segmento; e (c) a substituição de parte da pecuária “atrasada” por um forte setor florestal constituído em cadeias agroindustriais. E tudo isso integrando a economia regional ao mercado internacional, através de grandes empresas nacionais e internacionais, como parte de suas estratégias globais de assegurarem o su-

primimento de matérias-primas e se posicionarem melhor nos respectivos mercados finais com relação às suas concorrentes. Ao associar-se o processo às estratégias globais de grupos empresariais com matrizes localizadas fora da Região, automaticamente se está reconhecendo que os fatores propulsores das mudanças são exógenos à economia regional.

Referências

ACCURSO, C. **A economia gaúcha**. 3. ed. Porto Alegre: Sudesul, 1968.

ACCURSO, C. **Estudo econômico da bovinocultura gaúcha**. Porto Alegre: Banco Nacional do Comércio, [1969].

BENETTI, Maria D. Agropecuária na Região Sul do Rio Grande do Sul — 1970-90. In: ALONSO, José Antonio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BENETTI, Maria D. Reversão e reestruturação no *agribusiness* rio-grandense. In: **AGRIBUSINESS**. Porto Alegre: SCP, 1998. (Projeto RS-2010).

BENETTI, Maria D. (Coord.). **Agribusiness**. Porto Alegre: SCP/FEE, 1998a. (Projeto RS-2010).

BENETTI, Maria D. (Coord.). **Evolução recente do setor agropecuário do Rio Grande do Sul 1920-1973**. v. 4. Porto Alegre. (Projeto Evolução Recente do Setor Agrícola: Região Sul — PERSAGRI). 1978.

INCRA. **Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul**. Brasília, 1973. v. 2.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. **Ano-base perfil do setor em 1975**. Porto Alegre: Palotti, 1978. (A problemática do setor agropecuário, v. 2).

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. **A economia estadual e a evolução do setor agropecuário**. Porto Alegre: Palotti, 1978a. (A problemática do setor agropecuário, v.1).

ZERO HORA. Porto Alegre: RBS, 24 fev. 2006a. Campo e Lavoura, p.1.

ZERO HORA. Porto Alegre: RBS, p. 37, 19 jul. 2006.

Mercado de trabalho no RS, no período 1999-2005: um contraste entre a RMPA e os municípios não metropolitanos*

Sheila S. Wagner Sternberg**

Engenheira Química da FEE

Resumo

O presente artigo, que utiliza a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD) do IBGE como fonte dos dados, faz um balanço da ocupação no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2005, contemplando tanto o agregado estadual como a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e o conjunto dos demais municípios do RS. A análise, além de revelar diferenças importantes no comportamento da RMPA e dos demais municípios do Estado, mostrou que, em linhas gerais, houve crescimento da ocupação, especialmente pela elevação do contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, bem como pela diminuição do nível de informalidade e das taxas de desemprego. Mesmo assim, constata-se ainda a permanência de elevado nível de informalidade e de altas taxas de desemprego em todos os recortes territoriais analisados.

Palavras-chave: mercado de trabalho; ocupação; informalidade.

Abstract

This article presents an overview of the labor market performance in Rio Grande do Sul (RS), during the period 1999-2005, using an annual household survey (PNAD-IBGE). It compares the behavior of the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA) with the behavior of the group of all other cities of Rio Grande do Sul. The principal results — increasing in the employment, especially by the growth in the number of registered workers, reduction in the informality level — show that the labor market condition in RS is getting better. Despite of it, the unemployment tax and the informality persist in a high level, yet.

* Artigo recebido em 3 jan. 2007.

** A autora agradece a leitura atenta e as sugestões dos colegas Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Maria Isabel H. da Jornada, Carlos Paiva, Mirian Koch, Rosetta Mamarella, Ivan Peyre Tartaruga e Maria Heloisa Lenz.

As transformações econômicas e produtivas que marcaram a década de 90 no Brasil provocaram uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, expressa, sobretudo, no aumento das taxas de desemprego, na significativa redução de postos de trabalho, especialmente na indústria de transformação, e no avanço da informalidade.

Também no Rio Grande do Sul, como evidenciaram diversos estudos desenvolvidos pela Fundação de Economia e Estatística¹ enfocando a década de 90, as referidas mudanças afetaram negativamente o funcionamento do mercado de trabalho estadual.

No início de 1999, contudo, mudanças na política cambial trouxeram efeitos positivos para o nível de atividade, provocando uma inflexão no desempenho do mercado de trabalho, que se manifestou especialmente no crescimento da ocupação com concomitante aumento dos vínculos formais.

O presente artigo, que faz, fundamentalmente, um balanço da situação da ocupação no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2005, procura verificar em que medida a melhoria nas condições do mercado de trabalho estadual, iniciada em 1999 e detectada em estudos desenvolvidos pela FEE que trataram do período de vigência do Plano Real (Jornada, 2004; Sternberg, 2005), tem continuidade nos anos seguintes.

A análise, que utiliza a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD, 2005) do IBGE como fonte dos dados, além de contemplar o agregado estadual, também procura cotejar dados da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com aqueles do conjunto dos demais municípios do Rio Grande do Sul para o período 1999-2005.² Tal comparação justifica-se na medida em que, por suas especificidades, a dinâmica da Região Metropolitana difere significativamente daquela do espaço não metropolitano.

A RMPA tem grande importância no contexto estadual, tanto em termos populacionais como econômicos. Em 2004, com 31 municípios, abrangia uma área de 9.800,2km² (3,5% da superfície total do Estado) e abrigava um contingente de 3,974 milhões de pessoas, o que correspondia a 37,4% da população estadual. Nesse mesmo ano, com uma taxa de urbanização de 96,1%, respondia por cerca de 43% da população urbana do Rio Grande do Sul (Alonso; Brinco, 2006).

Em termos econômicos, destaca-se o seu peso nos Setores Secundário e Terciário. Contando com um parque industrial bastante diversificado e dinâmico, com significativa presença dos segmentos petroquímico, metalúrgico, de produtos alimentares, do complexo automotivo e coureiro-calçadista, a RMPA, em 2002, detinha uma participação de 50,5% do VAB estadual da indústria. No Setor Terciário, no mesmo ano, tinha peso relativo de 46,2% no congêneres estadual, destacando-se a presença dos serviços comerciais, de saúde, educação, transporte, telecomunicações e intermediários financeiros (Alonso; Brinco, 2006).

O artigo traz, na seção 1, algumas considerações sobre o movimento demográfico, com a finalidade de dimensionar e caracterizar a oferta de força de trabalho nos espaços considerados. A seguir, analisam-se a evolução da ocupação, considerando-se o perfil dos ocupados, a sua distribuição setorial, bem como a distribuição por posição na ocupação. Na seção 3, comentam-se as taxas de desemprego. Finalmente, recuperam-se as principais evidências da análise empreendida.

1 O movimento demográfico

A oferta de força de trabalho — apreendida a partir do dimensionamento da População em Idade Ativa (PIA) e, especialmente, da População Economicamente Ativa (PEA) — é um elemento importante nas análises sobre o mercado de trabalho, já que, muito mais do que seguir uma determinação de cunho estritamente demográfico, a decisão de ingressar nele reflete um conjunto de condicionantes de caráter econômico, social e cultural. Dito de outra maneira, significa que nem sempre a taxa de crescimento populacional ou mesmo a taxa de crescimento da parcela da população apta a se inserir no mercado de trabalho, isto é, a oferta potencial de trabalho, que corresponde à PIA³, traduz-se, obrigatoriamente, no mesmo patamar de crescimento do contingente que efetivamente se insere no mercado de trabalho, a PEA⁴.

¹ A esse respeito, citam-se, dentre outros, Xavier Sobrinho *et al.* (2000), Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000), Wiltgen e Garcia (2002).

² Lembra-se que, em 2000, por ser ano censitário, a PNAD não foi realizada.

³ A População em Idade Ativa é aquela com 10 anos e mais.

⁴ A População Economicamente Ativa é a parcela da população em idade ativa que está inserida no mercado de trabalho, quer como ocupada, quer como desempregada.

Nesse sentido, a taxa de participação, indicador que mede a proporção da População em Idade Ativa que participa efetivamente do mercado de trabalho — seja como ocupada, seja como desocupada —, informando sobre a pressão exercida, é útil para a avaliação da oferta de trabalho.

No Estado, entre os anos extremos do período 1999-2005, a População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa cresceram com velocidades muito próximas — 13,2% para a primeira e 13,6% para a outra —, atingindo, em 2005, contingentes de 9,2 milhões e 6,2 milhões de pessoas respectivamente. No interior do período, entretanto, o mesmo nem sempre ocorreu. Os anos de 2003 e 2004 marcam as maiores diferenças na intensidade de crescimento da PIA e da PEA: em 2003, a PIA cresceu 1,3%, e a PEA, 2,7%; e, em 2004, a PIA teve incremento mais significativo do que a PEA, com variações de 2,0% de 0,5% respectivamente (Tabelas 1 e 2).

Como conseqüência dos ritmos distintos de crescimento da PIA e da PEA, verificaram-se alterações nas taxas de participação. Partindo de 66,8%, em 1999, seu valor manteve-se praticamente inalterado até 2002. Essa estabilidade indica que o crescimento da oferta de trabalho no período analisado foi determinado basicamente pelo crescimento demográfico da PIA. Em 2003, a taxa de participação atingiu o seu valor máximo (67,8%). Uma queda no ano seguinte fez a taxa de participação voltar ao patamar anterior (66,8%), mantendo-se próxima desse valor também em 2005, quando atingiu 67,0% (Gráfico 1).

Na RMPA, a PEA cresceu mais intensamente do que a PIA, tanto entre os anos extremos do período analisado (24,8% e 22,9% respectivamente) como em boa parte dos anos intermediários — as exceções foram 2003 e 2005. Isso indica que, além do incremento pelo crescimento demográfico da PIA, a força de trabalho metropolitana incorporou também indivíduos que deixaram a inatividade para participar do mercado de trabalho (Tabelas 1 e 2).

Além disso, na RMPA, tanto a PIA como a PEA cresceram mais intensamente do que no agregado do Estado, ampliando, com isso, sua participação em relação aos mesmos contingentes do agregado estadual. A PIA metropolitana, que, em 2005, era de 3,4 milhões de pessoas, representava 36,9% da PIA estadual, marcando uma ampliação de cerca de três pontos percentuais em relação ao início do período. A PEA da RMPA, que, ao final do período, abarcava 2,2 milhões de pessoas, também registrou aumento da ordem de três pontos percentuais em sua participação na PEA estadual, entre

1999 e 2005, atingindo peso relativo de 35,0% no último ano.

A taxa de participação metropolitana, refletindo os ritmos distintos de crescimento da PIA e da PEA na RMPA, cresceu um ponto percentual no cômputo total do período, atingindo 63,6% da PEA em 2005 (Gráfico 1).

Nos municípios não metropolitanos, com taxas de participação sempre superiores às da RMPA (Gráfico 1), registrou-se relativa estabilidade na taxa de participação entre os anos extremos do período 1999-2005 (68,9% em 1999 e 69,0% em 2005). Nesse conjunto de municípios, tal como se viu para o agregado estadual, a População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa tiveram variações muito próximas — 8,2% e 8,3% respectivamente —, atingindo, no último ano, contingentes de 5,8 milhões e 4,0 milhões de pessoas na mesma ordem. Nos anos intermediários, entretanto, registraram-se pequenos descompassos no ritmo de crescimento da PIA e da PEA, que fizeram com que as taxas de participação sofressem pequena oscilação, atingindo o valor mínimo em 2001 (68,6%) e o máximo em 2003 (70,4%).

Ao se considerar a taxa de participação de acordo com os atributos pessoais, observam-se diferenças importantes em cada segmento populacional, em cada um dos espaços analisados (Tabela 3).

Em todos os recortes territoriais, a presença feminina na PIA manteve-se preponderante ao longo de todo o período. O mesmo não se verificou na PEA, em que, a despeito do maior crescimento do contingente feminino frente ao masculino, a presença deste último continuou a ser majoritária (Tabelas 1 e 2).

Tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais utilizados, o contingente masculino cresceu um pouco mais intensamente na PIA do que na PEA, enquanto, para as mulheres, ocorreu o inverso. Como decorrência, houve ampliação da taxa de participação feminina, enquanto a masculina decresceu. Ainda assim, as taxas de participação femininas ficaram bem abaixo das masculinas, apontando uma maior pressão dos homens no mercado de trabalho.

Na PEA, os estratos etários entre 25 e 59 anos tiveram maior crescimento ou menor decréscimo do que seus correspondentes na PIA, enquanto, nos demais, se verificaram crescimento na PIA e retração ou menor crescimento na PEA. Desse modo, em 2005, tanto no agregado estadual como na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos, observa-se que as taxas de participação dos estratos etários de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 60 anos e mais diminuíram, enquanto

as demais cresceram. Além disso, nesse mesmo ano, é possível verificar também que, nos estratos até 49 anos, as taxas de participação aumentaram, à medida que avançou a idade, diferentemente do que ocorreu nas faixas com idade igual ou superior a 50 anos, nas quais a taxa de participação decresceu com o avanço da idade.

A distribuição da PIA e da PEA por níveis de escolaridade mostrou, em linhas gerais, diminuição do peso dos estratos com até sete anos de estudo e ampliação da ponderação dos demais. Com isso, houve melhoria na condição de escolaridade da PIA e da PEA, especialmente desta última, efeito que foi mais visível na RMPA do que no conjunto de municípios não metropolitanos. Em 2005, a escolaridade média⁵ dos integrantes da PIA e da PEA metropolitana ultrapassava a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo),

enquanto, no contexto não metropolitano, ainda ficava abaixo desse patamar. No agregado estadual, apenas os integrantes da PEA tinham, em 2005, escolaridade média superior à conclusão do ensino fundamental.

As taxas de participação, em todos os espaços, mostram-se, de maneira geral, crescentes, à medida que se avança o número de anos de estudo. Na comparação com 1999, as taxas de participação diminuíram nos estratos com até sete anos de estudo e aumentaram nos demais. Esse resultado decorreu, de maneira geral, da menor evolução da PEA comparativamente à PIA nos níveis de escolaridade inferiores (até sete anos de estudo) e do crescimento mais intenso da PEA em relação à PIA, nos estratos correspondentes a, pelo menos, oito anos de estudo.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	8 168 879	8 634 388	8 820 835	8 933 930	9 111 620	9 248 381
Homens (1)	3 944 428	4 152 290	4 274 797	4 325 143	4 386 759	4 456 117
Mulheres (1)	4 224 451	4 482 098	4 546 038	4 608 787	4 724 861	4 792 264
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	903 120	926 683	940 577	902 371	941 680	948 366
De 15 a 19 anos	922 591	955 804	932 555	911 130	933 359	936 495
De 20 a 24 anos	771 511	864 388	877 293	921 276	915 676	919 101
De 25 a 29 anos	736 870	768 475	740 718	789 640	779 182	805 711
De 30 a 39 anos	1 603 985	1 580 512	1 559 623	1 546 768	1 563 119	1 541 705
De 40 a 49 anos	1 348 943	1 421 917	1 515 235	1 524 959	1 560 758	1 580 305
De 50 a 59 anos	863 894	976 260	1 047 143	1 047 178	1 131 382	1 186 664
60 anos ou mais	1 017 965	1 140 349	1 207 691	1 290 608	1 285 882	1 330 034
Idade ignorada	-	-	-	-	582	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	524 308	561 502	574 352	549 078	548 947	529 592
De 1 a 3 anos	1 111 789	1 188 354	1 081 830	1 044 899	1 085 741	1 086 328
De 4 a 7 anos	3 494 670	3 546 472	3 571 127	3 569 569	3 415 272	3 487 728
De 8 a 10 anos	1 311 348	1 430 136	1 504 885	1 506 262	1 606 493	1 584 537
De 11 a 14 anos	1 246 210	1 427 616	1 563 268	1 693 220	1 844 564	1 956 652
15 anos ou mais	448 023	448 507	493 260	548 520	581 612	583 827
Não determinados e sem declaração	32 531	31 801	32 113	22 382	28 991	19 717

⁵ Trata-se de uma média ponderada que considera o peso de cada faixa em que se distribuem os indivíduos e o número médio do intervalo de anos de estudo correspondente a cada faixa.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

b) Região Metropolitana de Porto Alegre

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	2 776 113	3 163 930	3 223 910	3 276 577	3 353 387	3 411 089
Homens (1)	1 301 832	1 491 180	1 535 187	1 551 286	1 579 824	1 621 801
Mulheres (1)	1 474 281	1 672 750	1 688 723	1 725 291	1 773 563	1 789 288
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	309 149	331 864	337 692	322 172	339 171	344 281
De 15 a 19 anos	312 215	354 164	348 238	341 418	334 949	341 112
De 20 a 24 anos	290 215	342 288	351 522	372 572	360 923	371 283
De 25 a 29 anos	259 532	295 790	300 145	304 489	307 103	323 390
De 30 a 39 anos	548 508	578 349	603 693	588 121	589 833	589 185
De 40 a 49 anos	463 946	533 941	541 335	550 597	597 384	586 646
De 50 a 59 anos	284 650	354 153	368 890	380 683	403 745	430 126
60 anos ou mais	307 898	373 381	372 395	416 525	420 279	425 066
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	131 322	143 936	148 286	147 900	143 810	137 119
De 1 a 3 anos	344 542	352 075	352 579	320 092	333 059	323 383
De 4 a 7 anos	1 063 872	1 160 917	1 134 106	1 128 072	1 083 913	1 117 205
De 8 a 10 anos	479 565	598 422	593 615	611 769	648 342	625 670
De 11 a 14 anos	538 432	669 722	743 572	790 569	846 841	907 936
15 anos ou mais	203 975	224 668	242 247	268 626	285 895	290 492
Não determinados e sem declaração ...	14 405	14 190	9 505	9 549	11 527	9 284

c) municípios não metropolitanos

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	5 392 766	5 470 458	5 596 925	5 657 353	5 758 233	5 837 292
Homens (1)	2 642 596	2 661 110	2 739 610	2 773 857	2 806 935	2 834 316
Mulheres (1)	2 750 170	2 809 348	2 857 315	2 883 496	2 951 298	3 002 976
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	593 971	594 819	602 885	580 199	602 509	604 085
De 15 a 19 anos	610 376	601 640	584 317	569 712	598 410	595 383
De 20 a 24 anos	481 296	522 100	525 771	548 704	554 753	547 818
De 25 a 29 anos	477 338	472 685	440 573	485 151	472 079	482 321
De 30 a 39 anos	1 055 477	1 002 163	955 930	958 647	973 286	952 520
De 40 a 49 anos	884 997	887 976	973 900	974 362	963 374	993 659
De 50 a 59 anos	579 244	622 107	678 253	666 495	727 637	756 538
60 anos ou mais	710 067	766 968	835 296	874 083	865 603	904 968
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	392 986	417 566	426 066	401 178	405 137	392 473
De 1 a 3 anos	767 247	836 279	729 251	724 807	752 682	762 945
De 4 a 7 anos	2 430 798	2 385 555	2 437 021	2 441 497	2 331 359	2 370 523
De 8 a 10 anos	831 783	831 714	911 270	894 493	958 151	958 867
De 11 a 14 anos	707 778	757 894	819 696	902 651	997 723	1 048 716
15 anos ou mais	244 048	223 839	251 013	279 894	295 717	293 335
Não determinados e sem declaração ..	18 126	17 611	22 608	12 833	17 464	10 433

FONTES: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração da condição de atividade na semana de referência.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	5 454 502	5 758 159	5 899 844	6 058 097	6 089 841	6 194 602
Homens	3 047 077	3 206 210	3 279 961	3 345 405	3 362 171	3 409 260
Mulheres	2 407 425	2 551 949	2 619 883	2 712 692	2 727 670	2 785 342
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	168 214	135 086	150 253	148 078	133 948	123 228
De 15 a 19 anos	514 874	553 341	523 611	513 347	536 839	511 666
De 20 a 24 anos	607 694	698 427	700 356	755 695	745 048	768 708
De 25 a 29 anos	607 219	664 417	624 592	674 744	663 284	691 950
De 30 a 39 anos	1 387 259	1 375 295	1 366 286	1 366 140	1 374 058	1 352 389
De 40 a 49 anos	1 124 504	1 179 734	1 279 275	1 300 059	1 319 599	1 352 823
De 50 a 59 anos	619 729	702 503	766 028	765 241	816 651	861 560
60 anos ou mais	425 009	449 356	489 443	534 793	499 832	532 278
Idade ignorada	-	-	-	-	582	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	274 471	278 493	285 088	280 175	252 388	256 325
De 1 a 3 anos	591 758	632 765	569 108	578 049	561 292	546 517
De 4 a 7 anos	2 273 834	2 268 374	2 282 326	2 289 181	2 112 019	2 158 402
De 8 a 10 anos	918 356	1 012 983	1 060 819	1 064 260	1 161 872	1 128 224
De 11 a 14 anos	990 824	1 155 914	1 256 949	1 368 845	1 491 871	1 594 329
15 anos ou mais	381 786	383 177	418 364	460 404	487 045	495 306
Não determinados e sem declaração ..	23 473	26 453	27 190	17 183	23 354	15 499

b) Região Metropolitana de Porto Alegre

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	1 737 783	2 003 990	2 055 314	2 074 848	2 133 831	2 168 375
Homens	953 165	1 088 789	1 134 528	1 133 066	1 163 546	1 185 974
Mulheres	784 618	915 201	920 786	941 782	970 285	982 401
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	20 998	19 187	22 721	20 957	16 354	15 400
De 15 a 19 anos	159 310	185 201	182 176	166 971	168 948	167 292
De 20 a 24 anos	228 883	281 992	286 460	304 953	299 734	301 461
De 25 a 29 anos	218 774	253 659	252 429	257 815	264 550	278 035
De 30 a 39 anos	461 453	498 691	514 697	507 208	507 875	509 443
De 40 a 49 anos	372 564	431 522	445 087	451 646	498 835	489 607
De 50 a 59 anos	187 705	231 516	246 617	249 766	270 636	293 426
60 anos ou mais	88 096	102 222	105 127	115 532	106 899	113 711
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	54 755	54 652	61 339	63 260	56 806	54 001
De 1 a 3 anos	146 130	148 718	147 680	132 552	129 939	124 461
De 4 a 7 anos	603 481	644 669	633 669	605 730	568 260	580 961
De 8 a 10 anos	328 920	409 655	401 138	411 162	448 790	419 786
De 11 a 14 anos	426 871	546 870	598 977	630 634	683 337	735 168
15 anos ou mais	167 747	187 743	204 452	224 243	237 898	246 613
Não determinados e sem declaração ..	9 879	11 683	8 059	7 267	8 801	7 385

Tabela 2

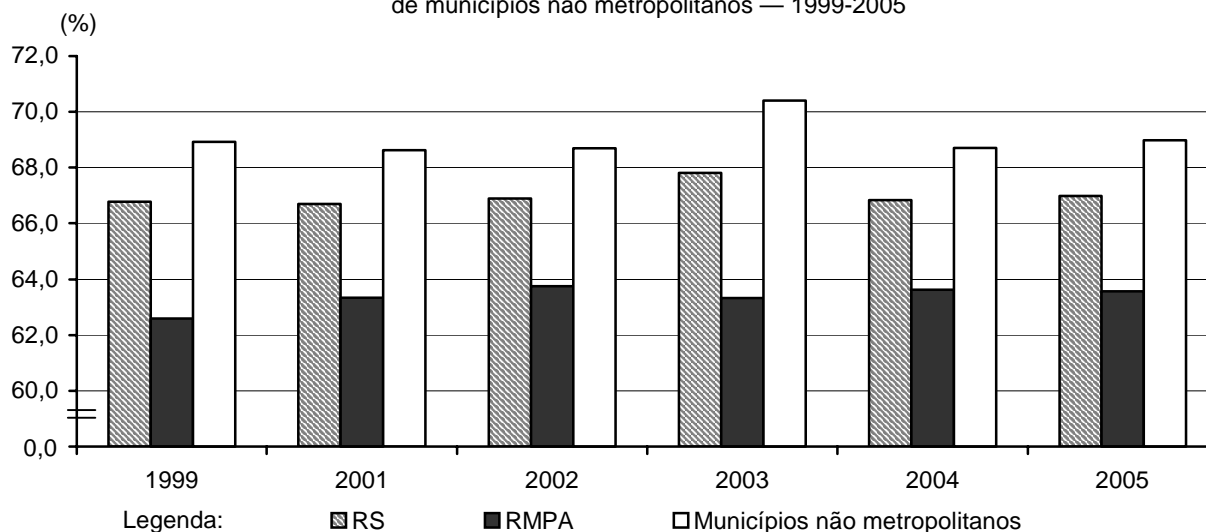
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

c) municípios não metropolitanos						
DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Total	3 716 719	3 754 169	3 844 530	3 983 249	3 956 010	4 026 227
Homens	2 093 912	2 117 421	2 145 433	2 212 339	2 198 625	2 223 286
Mulheres	1 622 807	1 636 748	1 699 097	1 770 910	1 757 385	1 802 941
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	147 216	115 899	127 532	127 121	117 594	107 828
De 15 a 19 anos	355 564	368 140	341 435	346 376	367 891	344 374
De 20 a 24 anos	378 811	416 435	413 896	450 742	445 314	467 247
De 25 a 29 anos	388 445	410 758	372 163	416 929	398 734	413 915
De 30 a 39 anos	925 806	876 604	851 589	858 932	866 183	842 946
De 40 a 49 anos	751 940	748 212	834 188	848 413	820 764	863 216
De 50 a 59 anos	432 024	470 987	519 411	515 475	546 015	568 134
60 anos ou mais	336 913	347 134	384 316	419 261	392 933	418 567
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	219 716	223 841	223 749	216 915	195 582	202 324
De 1 a 3 anos	445 628	484 047	421 428	445 497	431 353	422 056
De 4 a 7 anos	1 670 353	1 623 705	1 648 657	1 683 451	1 543 759	1 577 441
De 8 a 10 anos	589 436	603 328	659 681	653 098	713 082	708 438
De 11 a 14 anos	563 953	609 044	657 972	738 211	808 534	859 161
15 anos ou mais	214 039	195 434	213 912	236 161	249 147	248 693
Não determinados e sem declaração ..	13 594	14 770	19 131	9 916	14 553	8 114

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 1

Evolução das taxas de participação da PEA e da PIA no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 3

Taxas de participação, por atributos, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	66,8	67,0	62,6	63,6	68,9	69,0
Homens	77,3	76,5	73,2	73,1	79,2	78,4
Mulheres	57,0	58,1	53,2	54,9	59,0	60,0
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	18,6	13,0	6,8	4,5	24,8	17,8
De 15 a 19 anos	55,8	54,6	51,0	49,0	58,3	57,8
De 20 a 24 anos	78,8	83,6	78,9	81,2	78,7	85,3
De 25 a 29 anos	82,4	85,9	84,3	86,0	81,4	85,8
De 30 a 39 anos	86,5	87,7	84,1	86,5	87,7	88,5
De 40 a 49 anos	83,4	85,6	80,3	83,5	85,0	86,9
De 50 a 59 anos	71,7	72,6	65,9	68,2	74,6	75,1
60 anos ou mais	41,8	40,0	28,6	26,8	47,4	46,3
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	52,3	48,4	41,7	39,4	55,9	51,6
De 1 a 3 anos	53,2	50,3	42,4	38,5	58,1	55,3
De 4 a 7 anos	65,1	61,9	56,7	52,0	68,7	66,5
De 8 a 10 anos	70,0	71,2	68,6	67,1	70,9	73,9
De 11 a 14 anos	79,5	81,5	79,3	81,0	79,7	81,9
15 anos ou mais	85,2	84,8	82,2	84,9	87,7	84,8
Não determinados e sem declaração	72,2	78,6	68,6	79,5	75,0	77,8

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2 A evolução da ocupação

A população ocupada no Rio Grande do Sul cresceu 14,7% no período 1999-2005, passando de cerca de 5 milhões para 5,8 milhões, acusando a geração de 741,9 mil postos de trabalho. No interior do período, contudo, ainda que se tenha verificado expansão de contingente em todos os anos, houve uma clara tendência de desaceleração do ritmo de crescimento.

Logo no início do período, o Estado, que tem no segmento exportador um forte dinamizador de sua economia, foi positivamente afetado pela mudança na política cambial, o que se refletiu na elevação de 6,2% na ocupação, entre 1999 e 2001. Nos anos seguintes, o

ritmo de expansão caiu progressivamente, atingindo 1,2% em 2005. Destaque-se que, neste último ano, a economia estadual teve seu desempenho prejudicado pela quebra na safra de grãos e pelo câmbio valorizado (Gráfico 2).

A RMPA e os municípios não metropolitanos, embora preservando a tendência geral de crescimento da ocupação, mostraram ritmos distintos de variação ao longo do período analisado. A RMPA, que respondeu por aproximadamente 56% das vagas acrescidas no Estado, no período 1999-2005, abrigava, no último ano, praticamente 2 milhões de ocupados, graças ao crescimento de 26,6% em seu nível ocupacional, uma variação superior àquela do agregado estadual.

O exame do interior do período revela que, entre 1999 e 2001, foi o forte crescimento da ocupação metropolitana (17,1%), pela criação de 266,6 mil vagas — cerca de 85% do total do RS no mesmo período —, que garantiu o impulso no nível ocupacional estadual, entre os mesmos anos. Nos dois anos seguintes, a taxa de incremento do contingente de ocupados na RMPA caiu abruptamente, atingindo 1,2% e 0,8% respectivamente. Nesses anos, a RMPA teve influência muito menor na expansão da ocupação estadual, respondendo, de forma aproximada, por 16% e 13% respectivamente. Em 2004, com um ritmo mais intenso de crescimento da ocupação (4,2%), a RMPA novamente influiu de forma decisiva no crescimento das vagas no Estado, respondendo por cerca de 80% das mesmas. Em 2005, com um crescimento de 1,8% na ocupação, o peso da RMPA na geração de vagas estaduais (48,4%) ficou um pouco abaixo daquele dos municípios não metropolitanos (Gráfico 2).

No conjunto de municípios não metropolitanos, o número de postos gerados, no período analisado, foi mais modesto do que na RMPA, registrando-se variação de 9,3% pelo acréscimo de 325,6 mil vagas. Também nesse conjunto de municípios, a variação, sempre positiva, no nível ocupacional exibiu oscilações (Gráfico 2). A pequena expansão entre 1999 e 2001 (1,4%) foi seguida por um crescimento mais intenso no ano seguinte (3,2%), quando registrou a maior variação da série. Nos dois anos subsequentes, as taxas de crescimento diminuíram (variações de 2,9% e 0,5%), e, por fim, no último ano, houve pequena recuperação na intensidade de crescimento (1,0%).

Os diferentes ritmos de crescimento da ocupação na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos fizeram com que estes últimos perdessem 3,2 pontos percentuais em sua participação no total da ocupação estadual, que, ainda assim, se manteve majoritária. Em 2005, praticamente dois terços do total de ocupados estaduais estavam fora da RMPA (Gráfico 3).

Ao se considerarem as características do pessoal ocupado, percebem-se algumas alterações importantes tanto para aqueles da RMPA como para os dos municípios não metropolitanos (Tabela 4).

A expansão mais acentuada do contingente feminino na ocupação foi um movimento presente entre os ocupados sul-rio-grandenses. O contingente feminino cresceu 16,9%, e o masculino, 13,0%, pela incorporação de cerca de 372.000 e 370.000 pessoas em cada um deles, respectivamente. Com isso, o contingente feminino, que, ao final do período, era de 2,6 milhões de pessoas, mantinha-se ainda minoritário, embora tivesse ampliado

sua participação no total da ocupação, passando de 43,4% em 1999 para 44,2% em 2005.

Em termos absolutos, a RMPA e os municípios não metropolitanos contribuíram quase igualmente para o crescimento da ocupação feminina, ao passo que, para a masculina, a parcela advinda da RMPA (62%) foi mais significativa do que aquela do espaço não metropolitano.

Na RMPA, as variações percentuais da parcela feminina e da masculina foram muito próximas (27,0% para elas e 26,4% para eles), não produzindo alteração significativa nas suas participações no total da ocupação desse espaço. Ao final do período, havia 873,5 mil mulheres e 1,1 milhão de homens ocupados na RMPA, o que correspondia a 44,1% e 55,9% dos ocupados dessa região respectivamente. Já nos municípios não metropolitanos, o número de mulheres ocupadas cresceu 12,2%, e o de homens, 7,1%, atingindo, respectivamente, 1,7 milhão e 2,1 milhões de pessoas. Com isso, em 2005, a presença feminina ampliou sua participação nesse espaço em 1,2 ponto percentual, atingindo 44,2% da ocupação não metropolitana.

A redução do número de ocupados com idade entre 10 e 14 anos — uma mudança positiva, já que, no País, participar do mercado de trabalho nessa faixa etária é ilegal — manifestou-se tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais considerados.⁶ No Estado, a redução de pouco mais de 33.000 ocupados nessa faixa etária (queda de 22,4%) deveu-se fundamentalmente aos municípios não metropolitanos.⁷ Nesses municípios, a redução de cerca de 29.000 postos nesse estrato foi responsável por aproximadamente 86% do total de vagas eliminadas no mesmo grupo etário, no RS. Ainda assim, ao final do período, esse estrato abrigava 115,8 mil ocupados no Estado, dos quais 89,6% estavam nos municípios não metropolitanos.

Nos demais grupos etários, de maneira geral, houve elevação de contingente,⁸ com variações mais significativas para os estratos de maior idade. Com isso, ao final do período, elevou-se a média etária da população ocupada. No total do RS, a idade média dos ocupados, com elevação de 1,2 ano, atingiu 38,5 anos em 2005. Na

⁶ É possível associar essa redução à implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), bem como de outras políticas públicas, como o Programa Bolsa-Escola.

⁷ Durante todo o período, a maior parte dos ocupados de 10 a 14 anos encontrava-se nos municípios não metropolitanos, que respondiam por quase 90% do total estadual no mesmo estrato.

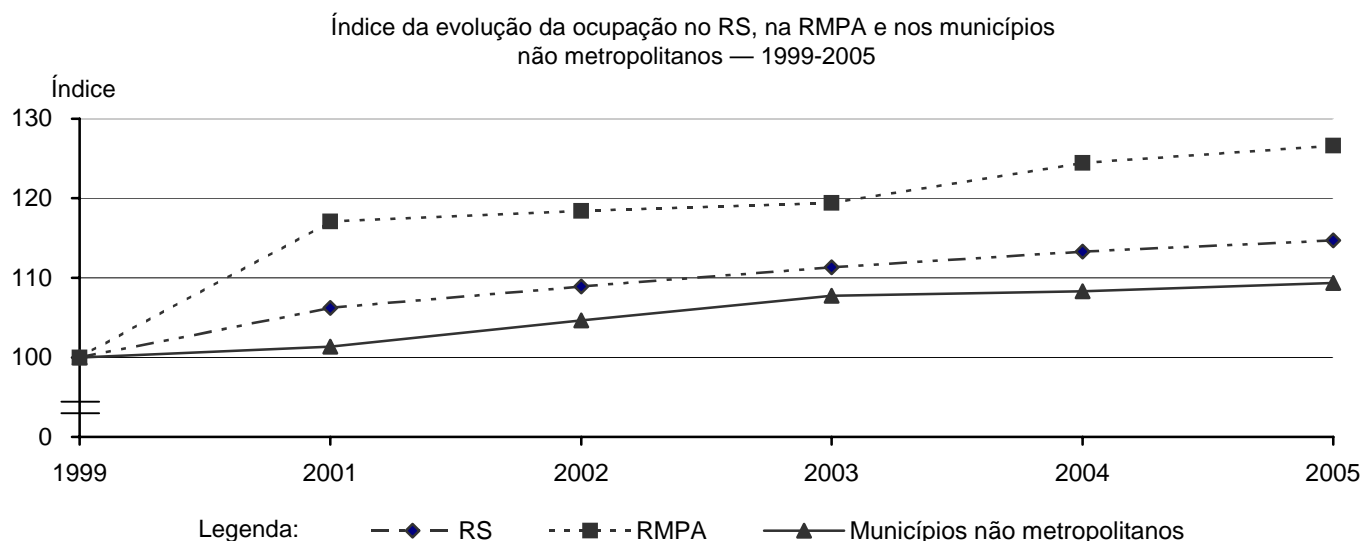
⁸ A única exceção foi para a faixa de 30 a 39 anos, que teve queda de 8,1% nos municípios não metropolitanos e de 1,5% no agregado estadual.

RMPA, espaço em que se encontravam os ocupados mais jovens, a média etária atingiu 37,7 anos, marcando a elevação de um ano entre 1999 e 2005. Nos municípios não metropolitanos, o aumento de 1,3 ano elevou a média etária dos ocupados para 38,9 anos ao final do período.

A escolaridade média dos ocupados, medida através do número médio de anos de estudo, apresentou elevação no período analisado, que, de maneira geral, foi decorrência da diminuição do número de indivíduos até sete anos de estudo e do aumento do dos demais. Esse comportamento é indicativo da dificuldade que os menos escolarizados encontram para a obtenção de emprego. No agregado estadual, a escolaridade média,

que, no início do período, era inferior à conclusão do ensino fundamental, em 2005 havia ultrapassado esse patamar, atingindo a média de 8,2 anos de estudo. Nos municípios não metropolitanos, com escolaridade média sempre abaixo do agregado estadual, a elevação ocorrida no período não foi suficiente para garantir que a escolaridade média dos ocupados correspondesse, pelo menos, à conclusão do ensino fundamental, ficando em 7,6 anos de estudo em 2005. A escolaridade média dos ocupados da RMPA, que, no início do período, já era superior ao ensino fundamental completo, atingiu 9,4 anos de estudo em 2005.

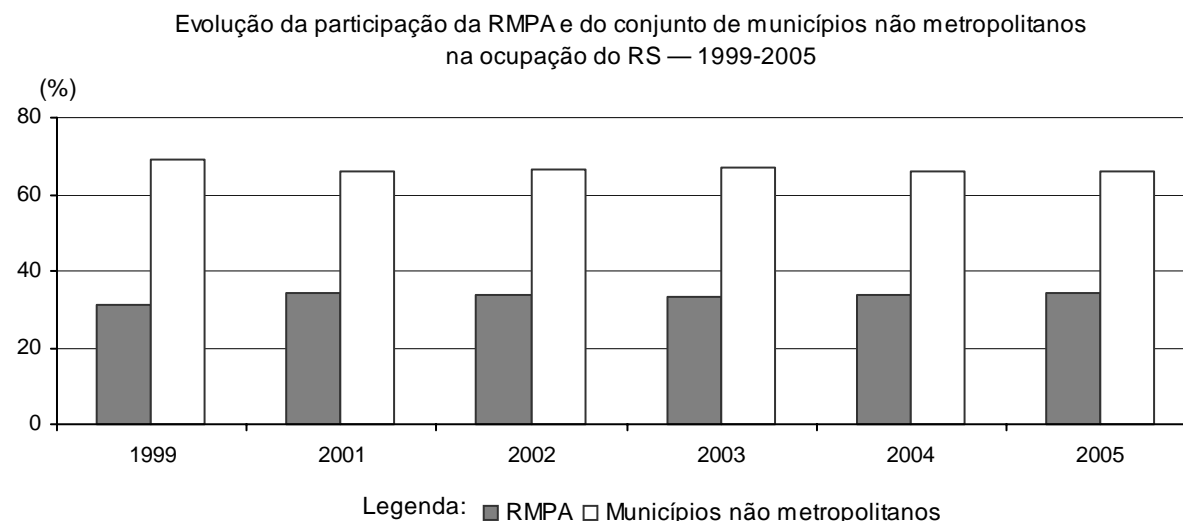
Gráfico 2



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 3



FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 4

Ocupados, por sexo, por grupos de anos de idade e por grupos de anos de estudo, no RS — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
TOTAL	5 056 101	5 798 040	1 563 039	1 979 364	3 493 062	3 818 676
Homens	2 863 553	3 235 758	874 955	1 105 813	1 988 598	2 129 945
Mulheres	2 192 548	2 562 282	688 084	873 551	1 504 464	1 688 731
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	149 169	115 794	16 675	12 024	132 494	103 770
De 15 a 19 anos	408 805	411 447	113 824	122 147	294 981	289 300
De 20 a 24 anos	538 525	674 287	195 950	256 317	342 575	417 970
De 25 a 29 anos	561 983	641 442	196 755	254 195	365 228	387 247
De 30 a 39 anos	1 307 895	1 287 909	426 257	478 012	881 638	809 897
De 40 a 49 anos	1 075 142	1 300 949	353 213	465 563	721 929	835 386
De 50 a 59 anos	597 037	839 786	175 770	280 349	421 267	559 437
60 anos ou mais	417 545	526 426	84 595	110 757	332 950	415 669
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano ..	255 840	248 788	48 581	51 681	207 259	197 107
De 1 a 3 anos	552 284	524 532	132 133	113 492	390 151	411 040
De 4 a 7 anos	2 127 971	2 040 047	540 287	526 961	1 587 684	1 513 086
De 8 a 10 anos	817 793	1 018 938	286 111	370 213	531 682	648 725
De 11 a 14 anos	912 032	1 471 800	384 884	672 933	527 148	798 867
15 anos ou mais	369 333	481 440	163 223	237 965	206 110	243 475
Não determinados e sem declaração	20 848	12 495	7 820	6 119	13 028	6 376

FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2.1 A ocupação por setores de atividade

Ao se considerar a evolução da ocupação por setores de atividade, verifica-se que, no RS, no período 1999-2005, todos os setores exibiram crescimento do contingente ocupado.

No Setor Primário estadual, o acréscimo de cerca de 93 mil postos de trabalho (variação de 7,1%) elevou o número de ocupados para 1,4 milhão de pessoas. A despeito desse aumento global de contingente, as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, no Estado, no período recente, fizeram com que, em 2004 e 2005, houvesse retração de 3,6% e 2,4% no número de ocupados respectivamente. Como seria previsível, os municípios não metropolitanos, com um acréscimo de 77.000 postos neste setor, foram os que mais contribuíram para o crescimento da ocupação estadual, respondendo por 83,0% do crescimento do setor no período. Na RMPA, o Setor Primário, com pouca expressão no total da ocupação, teve acréscimos de 15,8 mil postos (variação de 23,2%) — Gráfico 4.

O Setor Terciário, no agregado estadual, registrou crescimento da ocupação em todos os anos do período analisado, resultando em um acréscimo total de 444,4 mil vagas, com uma variação de 17,7%. Não obstante isso, o movimento foi oscilante, com momentos de maior crescimento alternados com outros de variações menores. Após crescer 7,1% entre 1999 e 2001, houve uma queda brusca no ritmo de crescimento da ocupação, que se manteve praticamente constante em 2002 (0,6%), voltou a crescer mais intensamente em 2003 (2,0%) e em 2004 (4,6%), para novamente diminuir a velocidade de crescimento no último ano da série (2,4%). Ao final do período, 51% dos ocupados do RS (praticamente 3 milhões de pessoas) estavam no Setor Terciário (Gráfico 5).

Diferentemente do que ocorreu no Setor Primário, no Terciário, o espaço metropolitano foi o que mais contribuiu para o crescimento da ocupação nesse setor. O incremento da RMPA foi, em termos absolutos, praticamente o dobro daquele dos municípios não metropolitanos.

Na RMPA, repetindo o comportamento do agregado estadual, o Setor Terciário foi o que teve maior ampliação (cerca de 293 mil postos, com uma variação de 28,8%). Esse setor, que foi o responsável por 63,7% do total de postos gerados na Região, entre 1999 e 2005, abarcava, ao final do período, praticamente dois terços dos ocupados da RMPA (1,3 milhão de pessoas) — Gráfico 5.

Nos municípios não metropolitanos, o Setor Terciário, com a incorporação de 151,6 mil indivíduos (crescimento de 10,1%), abrigava 1,6 milhão de ocupados em 2005, o que representava cerca de 43% dos ocupados desse conjunto de municípios (Gráfico 5).

Por fim, o Secundário, com um acréscimo global de 306 mil postos (variação de 27,5%) no conjunto do Estado, detinha 1,4 milhão de ocupados em 2005. Nesse setor, verificou-se diminuição gradual do ritmo de crescimento. Partindo de uma variação de 11,6% entre 1999 e 2001, o crescimento da ocupação diminuiu ano a ano, até alcançar 2,6% em 2005 (Gráfico 6).

A indústria de transformação, segmento com maior peso na estrutura da ocupação do Secundário estadual (acima de 70% durante todo o período analisado), foi a responsável pela maior parte das vagas geradas nesse setor. Com um acréscimo de 241 mil postos entre 1999 e 2005 (variação de 30,3%), ela respondeu por 78,8% daqueles gerados no Secundário e por pouco menos de um terço das novas ocupações do RS. Ao final do período, havia um milhão de ocupados na indústria de transformação do RS. O crescimento da ocupação nessa atividade deu-se mais intensamente no início do período, graças à mudança na política cambial, que, alavancando as exportações, beneficiou segmentos industriais voltados para o mercado externo, como a indústria calçadista (Gráfico 7).

A RMPA e os municípios não metropolitanos tiveram praticamente o mesmo peso no crescimento da ocupação do Setor Secundário estadual — 49% para o primeiro (151 mil postos) e 51% para o outro (155 mil postos).

Na RMPA, o Setor Secundário, com 571,7 mil ocupados em 2005, registrou variação de 35,8% em seu nível ocupacional, respondendo por pouco mais de um terço do total de postos acréscimos à ocupação metropolitana (Gráfico 6). Nesse setor, 85,7% das vagas deveram-se à indústria de transformação, que, no período analisado, incorporou cerca de 129 mil ocupados, registrando o excepcional crescimento de 43,8% (Gráfico 7). A indústria de transformação metropolitana, que respondeu por 54% do total de postos acréscimos ao mesmo setor no agregado estadual, contava, ao final do período, com 424.000 ocupados. Boa parte do incremento desse setor deu-se nos primeiros anos do período, quando a mudança na política cambial, ao favorecer as exportações, trouxe efeitos positivos para os segmentos industriais localizados na RMPA. Esse é o caso da

indústria calçadista, que, nesse período, aumentou significativamente a contratação de pessoal.⁹

No conjunto de municípios não metropolitanos, o Setor Secundário abrigava 847,6 mil ocupados em 2005, graças ao acréscimo de 155.000 vagas (variação de 22,4%) — Gráfico 6. Esse setor foi o responsável por cerca de 48% do total de postos de trabalho criados nesse espaço. Também nesses municípios, a indústria de transformação, com a incorporação de 111,6 mil ocupados — variação de 22,4% — (Gráfico 7), teve peso preponderante na geração de vagas do Secundário, respondendo por 72% da expansão da ocupação no Setor, um peso menor do que aquele registrado na RMPA. Ao final do período, nesse conjunto de municípios, havia 610,5 mil ocupados na indústria de transformação.

Como se viu, no cômputo total do período, nos setores analisados, as variações apresentadas pela RMPA foram sempre mais expressivas do que aquelas do conjunto de municípios não metropolitanos. Como decorrência, ao final do período, o espaço metropolitano ampliou sua participação na ocupação desses setores, em relação ao agregado estadual (Gráfico 8). A indústria de transformação foi o setor no qual a RMPA mais ampliou a sua participação, passando de 37,2% em 1999 para 53,4% ao final do período.

No interior de cada um dos espaços analisados, as diferentes intensidades de crescimento da ocupação nos setores investigados provocaram alteração em suas ponderações e, em alguns casos, nas suas posições relativas na estrutura ocupacional (Tabela 5).

No agregado estadual, o Setor Terciário, com um aumento de 1,3 ponto percentual na sua participação, manteve-se como o maior absorvedor de pessoal, respondendo, ao final do período, por pouco mais da metade do total de ocupados do Estado. O Setor Secundário, com um incremento de 2,5 pontos percentuais em sua participação, abarcava, em 2005, praticamente um quarto dos ocupados estaduais, assumindo a segunda posição, no lugar que, no início do período, foi do Setor Primário. Esse setor, único a perder participação, detinha, ao final do período, 24,2% dos ocupados estaduais, uma participação que era 1,7 ponto percentual inferior à inicial.

Na RMPA, os setores considerados mantiveram-se nas mesmas posições. Em 2005, o Terciário detinha dois terços dos ocupados, com uma nítida vantagem

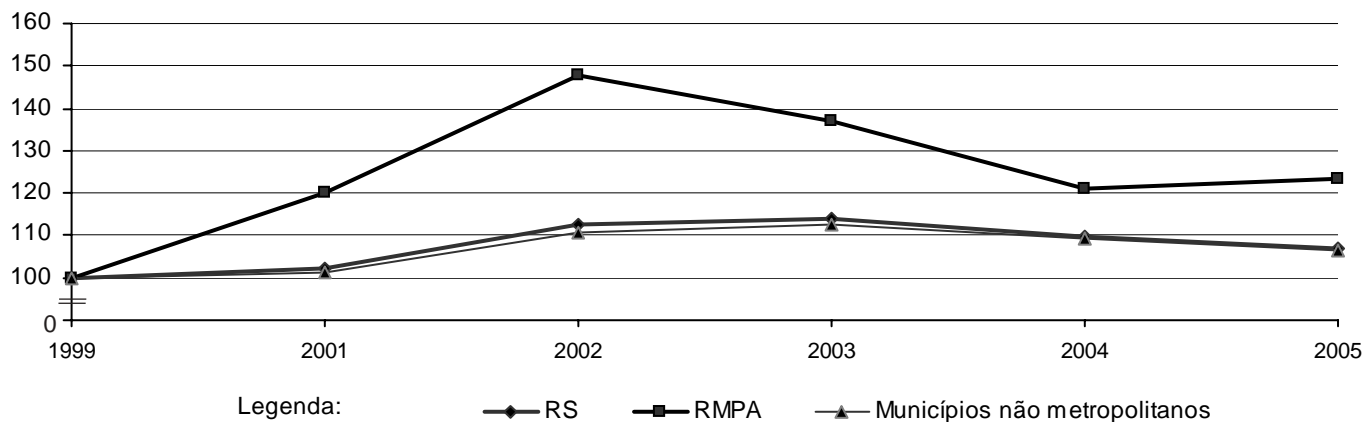
em relação ao Setor Secundário, que absorvia 28,9% dos ocupados, e ao Setor Primário (único a perder participação), que respondia por apenas 4,2% da ocupação.

No conjunto de municípios não metropolitanos, a hierarquia setorial, bem mais equilibrada do que aquela da RMPA, manteve-se também inalterada. Em 2005, o Setor Terciário, com praticamente a mesma participação do início do período, absorvia 43,1% dos ocupados; o Setor Primário, com queda de um ponto percentual, detinha 34,5% da ocupação; e o Setor Secundário, apesar da ampliação de 2,4 pontos percentuais, mantinha-se com o menor percentual de ocupados (22,2%).

⁹ Dados do **Informe PED** destacam que a expansão do emprego industrial em 1999 e em 2000, na RMPA, foi sustentada basicamente pela indústria calçadista.

Gráfico 4

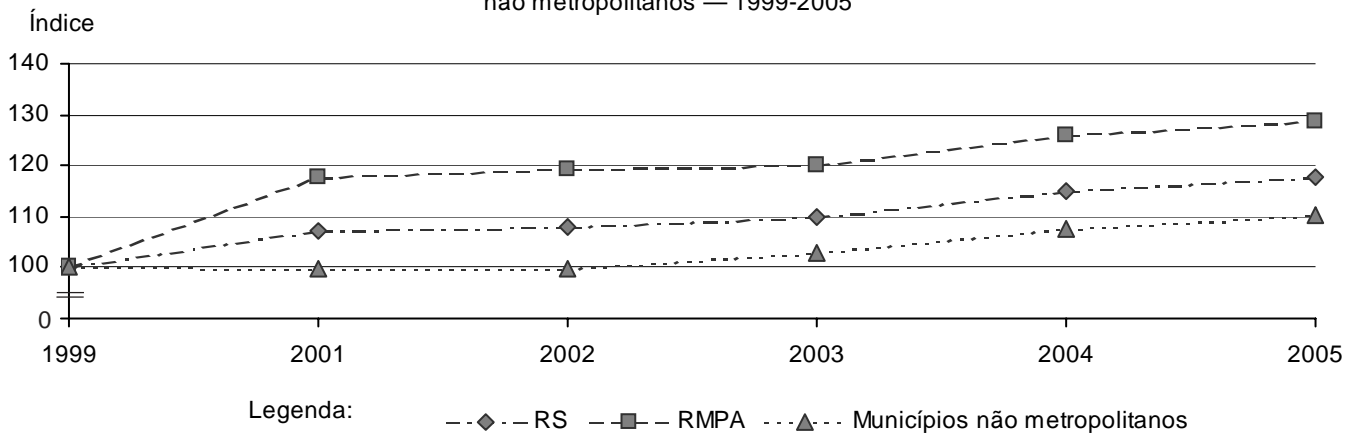
Índice da evolução da ocupação no Setor Primário do RS, da RMPA e do conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).
 Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
 NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

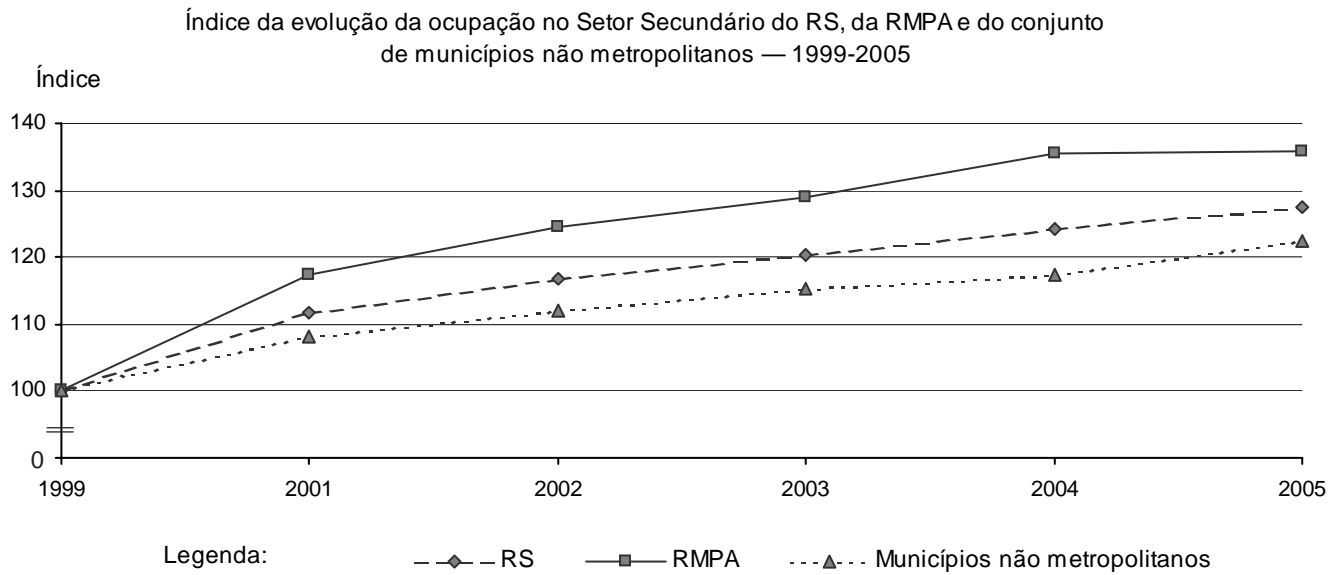
Gráfico 5

Índice da evolução da ocupação no Setor Terciário do RS, da RMPA e do conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



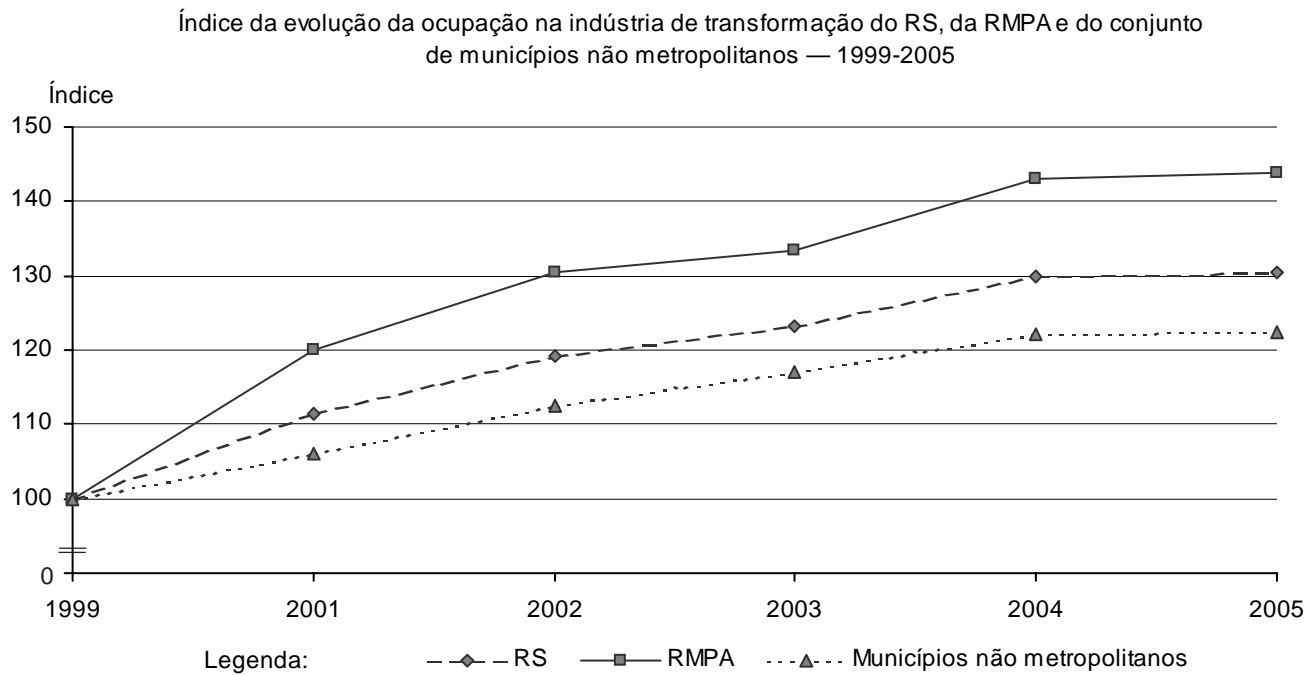
FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).
 Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
 NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 6



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

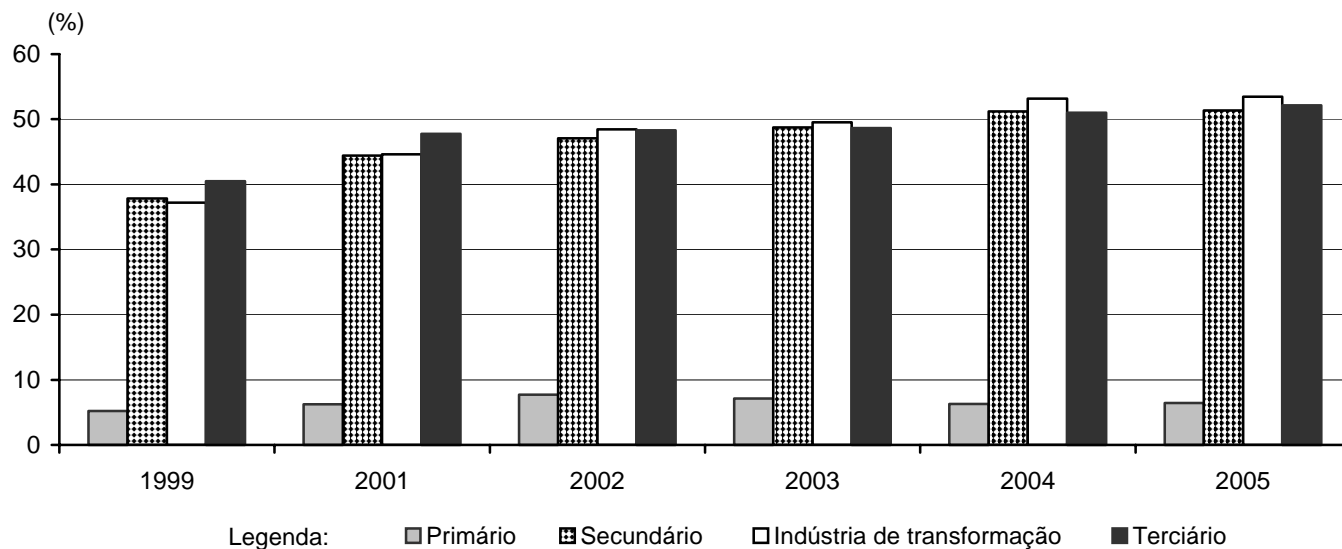
Gráfico 7



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR MOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 8

Evolução da participação dos ocupados da RMPA, por setores de atividade, na ocupação estadual, por setores de atividade — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 5

Distribuição percentual dos ocupados, por setores de atividade, no trabalho principal, no RS — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Setor Primário	25,9	24,2	4,4	4,2	35,5	34,5
Setor Secundário	22,0	24,5	26,9	28,9	19,8	22,2
Indústria de transformação	15,7	17,8	18,9	21,4	14,3	16,0
Setor Terciário	49,7	51,0	65,1	66,2	42,8	43,1
Atividades mal definidas ou não declaradas	2,4	0,4	3,6	0,7	1,9	0,2

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2.2 A evolução por posição na ocupação

No Estado, no período 1999-2005, praticamente todas as categorias de posição na ocupação exibiram crescimento de contingente — as únicas exceções foram os não-remunerados e os trabalhadores na construção para o próprio uso (Tabela 6). Em termos absolutos, destaca-se o crescimento do número de empregados com carteira de trabalho assinada (377,4 mil postos), daqueles sem carteira assinada¹⁰ (150,4 mil postos) e também à dos conta-própria (143,5 mil postos).

O maior crescimento da categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada comparativamente à dos sem carteira e à dos conta-própria, associado à queda na ocupação dos não-remunerados e dos trabalhadores na construção para o próprio uso, aponta uma melhoria na qualidade dos postos gerados.

Tal tendência fica mais clara, se se analisar o comportamento da ocupação, agrupando-se as posições na ocupação em dois grandes blocos. No primeiro, toma-se o conjunto das posições associadas à informalidade¹¹ — os empregados sem carteira, os trabalhadores por conta própria¹², os empregados domésticos¹³, os não-remunerados, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso — e, no outro, as ocupações protegidas, de melhor qualidade¹⁴ — empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores.

Os dados apresentados na Tabela 6 revelam que, para o agregado estadual, no período 1999-2005, o conjunto das ocupações protegidas cresceu 22,2%, ao passo que aquelas consideradas informais tiveram crescimento bem menor (9,3%). Mesmo assim, ao final do período, 55,7% dos ocupados estaduais ainda se encontravam em categorias informais (3,2 milhões de indivíduos), uma situação melhor do que a de 1999, quando essas categorias atingiam 58,5% da ocupação, mas, mesmo assim, ainda bastante desfavorável (Gráfico 9).

Na RMPA, assim como no agregado estadual, no período analisado, as ocupações protegidas cresceram mais intensamente do que as precárias — variações de 38,3% e 14,3% respectivamente (Tabela 6). Como decorrência, ao final do período, reduziu-se a participação das categorias associadas à precarização, que atingiram 44,0% do total da ocupação (870.000 indivíduos), evidenciando, na RMPA, uma situação melhor do que no conjunto do Estado. Em relação ao conjunto do RS, esse espaço, ao final do período, reduziu sua participação na ocupação informal e aumentou naquela com proteção legal e, portanto, de melhor qualidade, abrigando pouco mais de um quarto do total de ocupados informais e 43% daqueles com vínculo protegido (Gráfico 10). Ressalte-se que a RMPA foi responsável por quase 40% das vagas acrescidas à ocupação informal e por cerca de 66% das aumentadas na ocupação de melhor qualidade no Estado.

No conjunto de municípios não metropolitanos, as categorias de ocupação protegidas também cresceram mais intensamente do que as informais, com variações de 12,3% e de 7,6%, respectivamente, entre 1999 e 2005 (Tabela 6). Ao final do período, nesse conjunto de municípios, ainda que com uma melhora em relação a 1999, o contingente de ocupados com inserção precária atingia 2,4 milhões de pessoas, persistindo majoritário e bem acima da média estadual e daquela da RMPA, com participação de 61,8% no total de ocupados do espaço não metropolitano. A maior expressão da informalidade no espaço não metropolitano, comparativamente à RMPA, deve-se, em larga medida, à presença mais significativa de não-remunerados e trabalhadores para o próprio consumo, categorias fortemente associadas à ocupação no setor agrícola,¹⁵ que, conforme tratado anteriormente,

¹⁰ Na PNAD, eles aparecem sob a denominação “outros”.

¹¹ Referem-se aqui aquelas formas de inserção que não garantem aos trabalhadores a proteção e os direitos previstos na legislação vigente, consideradas, por isso mesmo, precárias. Adverte-se, no entanto, que não é o propósito deste artigo discutir a precarização.

¹² Ainda que, entre os trabalhadores por conta própria, se encontre uma parcela com maiores níveis de qualificação e também alguns que contribuem para a Previdência, os quais, portanto, não se configuram propriamente como informais, parece adequada a associação dessa categoria à informalidade, na medida em que parcela expressiva dos indivíduos se encontra nessa condição como meio de sobrevivência, em um momento no qual o mercado de trabalho não consegue gerar ocupações em quantidade e qualidade suficientes (Ramos; Ferreira, 2005).

¹³ Incluem-se nessa categoria os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada e também os sem carteira de trabalho assinada.

¹⁴ A melhor qualidade dessas ocupações associa-se à existência de benefícios que acompanham esse tipo de ocupação, como melhores salários e o amparo e a proteção da legislação trabalhista (CLT).

¹⁵ Em 2005, os dados da PNAD mostram que, no conjunto de municípios não metropolitanos, todos os trabalhadores na produção para o próprio consumo estavam no setor agrícola, e, dos não-remunerados, 86% também se encontravam nesse setor. Assim, cerca de 60% do total da ocupação era composta por não-remunerados e por trabalhadores na produção para o próprio consumo.

deteve mais de um terço dos ocupados desses municípios no período analisado.

Sinteticamente, é possível, então, afirmar que, no agregado estadual, bem como na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos, ainda que se mantendo em patamar elevado, há uma diminuição da informalidade no mercado de trabalho, que se associa, especialmente, ao aumento do emprego com carteira de trabalho assinada.

Dentre os fatores que contribuíram para a elevação do assalariamento com carteira de trabalho assinada, dois parecem ter tido maior influência.¹⁶ De um lado, pode-se associá-la a uma fiscalização mais efetiva por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (Ramos, 2002; Moretto; Krein, 2005). De outro, é possível relacioná-la à estrutura setorial da ocupação (Ramos, 2002; Ramos; Britto, 2004; Ramos; Ferreira, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005).

Como se viu anteriormente — revertendo a tendência da década passada¹⁷ —, a ocupação na indústria de transformação, entre 1999 e 2005, cresceu em ritmo mais intenso do que no Setor Terciário, especialmente na RMPA, fazendo aumentar o peso do setor industrial na ocupação. Esse movimento teria contribuído para o aumento dos níveis de formalização do mercado de trabalho estadual, na medida em que, na indústria de transformação, a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada é tradicionalmente mais elevada do que no setor serviços.

De fato, ao se considerar a distribuição dos empregados¹⁸ por categoria de emprego, nos setores de atividade, constata-se que a indústria de transformação é o setor no qual os empregados com carteira assinada atingem o maior percentual em relação ao total de

empregados.¹⁹ No Estado, entre 1999 e 2005, a participação dos empregados com carteira assinada em relação ao total de empregados aumentou na indústria de transformação, atingindo, no último ano, 85%, enquanto, no Setor Terciário e no total da ocupação, se manteve praticamente constante, representando, respectivamente, 71% e 72%. Na RMPA, em 2005, o percentual de empregados com carteira assinada era, em média, 83,3% na indústria de transformação, 73,8% no Setor Terciário e 75,6% no total da ocupação. No conjunto de municípios não metropolitanos, em 2005, os empregados com carteira assinada também tinham maior participação na indústria de transformação, representando 85,5%, enquanto, no Terciário, eram 68,7% e, no total da ocupação, eram 70% (Tabela 7).

¹⁶ Para uma análise mais completa a esse respeito, ver Moretto e Krein (2005).

¹⁷ Nos anos 90, a indústria de transformação, segmento que foi mais duramente afetado pelas mudanças na política econômica, experimentou uma forte redução em seu contingente e, conseqüentemente, uma perda de sua importância relativa na estrutura da ocupação estadual. O Setor Terciário, por sua vez, que acolheu parte dos trabalhadores que foram liberados da indústria de transformação e dos que ingressaram no mercado de trabalho, ampliou o número de seus ocupados e também sua participação na ocupação estadual. A respeito do movimento da ocupação por setores de atividade, na década de 90, no RS, ver Jornada (2004).

¹⁸ Nessa designação, não estão incluídos os militares e os funcionários públicos estatutários, por isso, o seu total é um pouco inferior àquele dos empregados presente nas tabelas de posição na ocupação.

¹⁹ Note-se que, aqui, diferentemente do que foi tratado anteriormente, se considera a participação dos empregados com carteira assinada no emprego total e não no total da ocupação.

Tabela 6

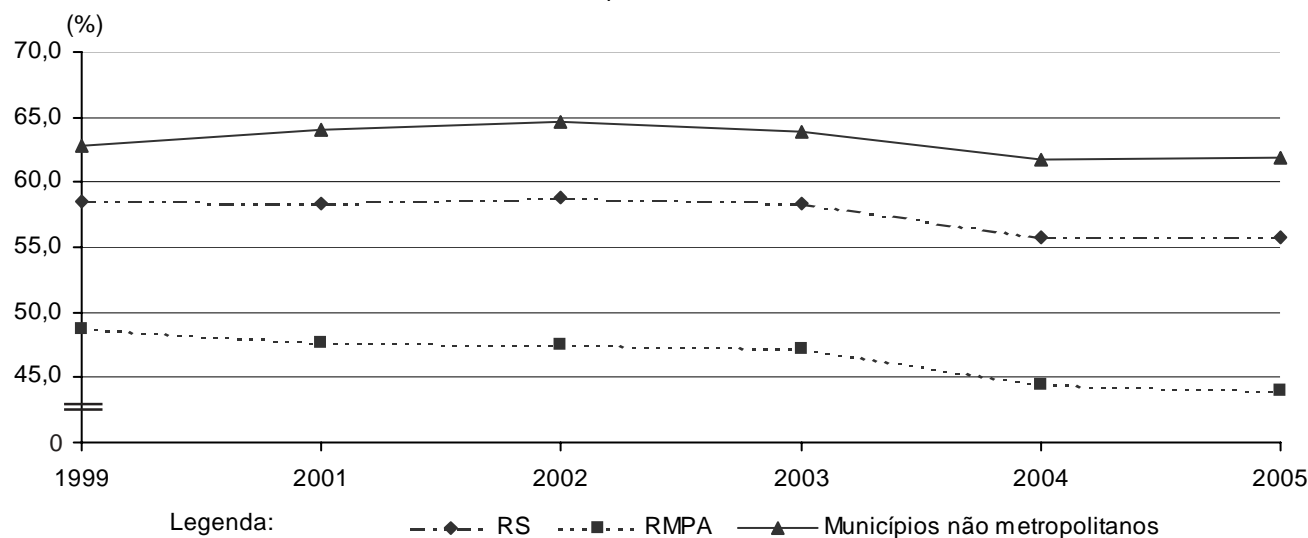
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS			RMPA			MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS		
	1999	2005	Variação %	1999	2005	Variação %	1999	2005	Variação %
TOTAL	5 056 101	5 798 040	14,7	1 563 039	1 979 364	26,6	3 493 062	3 818 676	9,3
Empregados	2 462 720	3 034 420	23,2	941 838	1 278 995	35,8	1 520 882	1 755 425	15,4
Com carteira de trabalho assinada	1 555 691	1 933 077	24,3	617 456	868 685	40,7	938 235	1 064 392	13,4
Militares e funcionários públicos estatutários	320 282	364 726	13,9	106 811	129 947	21,7	213 471	234 779	10,0
Outros	586 181	736 617	25,7	217 571	280 363	28,9	368 610	456 254	23,8
Sem declaração	566	0	-100,0	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores domésticos	330 894	355 929	7,6	125 360	133 318	6,3	205 534	222 611	8,3
Conta-própria	1 130 319	1 273 871	12,7	335 885	382 261	13,8	794 434	891 610	12,2
Empregadores	224 266	269 018	20,0	77 613	110 744	42,7	146 653	158 274	7,9
Não-remunerados	568 165	521 464	-8,2	46 113	33 332	-27,7	522 052	488 132	-6,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	330 419	337 695	2,2	33 141	37 971	14,6	297 278	299 724	0,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	9 318	5 643	-39,4	3 089	2 743	-11,2	6 229	2 900	-53,4
Sem declaração	-	0	-	-	0	-	0	0	-

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 9

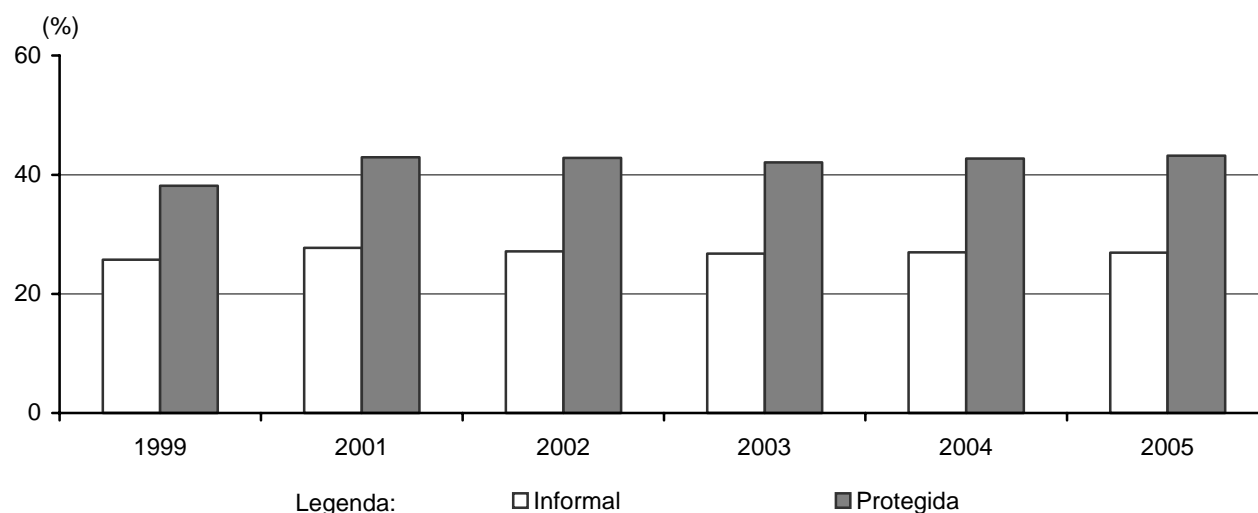
Evolução da participação dos ocupados informais no RS, na RMPA e nos municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 10

Evolução da participação da RMPA na ocupação informal e na ocupação protegida do RS — 1999-2005



LEGENDA: □ Informal ■ Protegida

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 7

Participação percentual dos empregados com carteira assinada no total de empregados (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), em setores selecionados, no RS, na RMPA e nos municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	72,6	72,4	73,9	75,6	71,8	70,0
Setor Primário	50,3	44,0	48,2	35,9	50,5	44,7
Indústria de transformação	84,1	84,6	79,9	83,3	86,6	85,5
Setor Terciário	71,3	71,2	73,5	73,8	69,5	68,7

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

3 A evolução do desemprego

Respondendo a um crescimento mais intenso da ocupação comparativamente ao da População Economicamente Ativa, tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais considerados, ainda que com oscilações no interior do período, a taxa de desocupação foi declinante no período analisado (Tabela 8).

No Estado, o contingente de desocupados manteve-se, em 2005, praticamente no mesmo nível do início do período (396,6 mil), com uma variação total de -0,46%. A taxa de desocupação, por sua vez, caiu cerca de um ponto percentual no período, atingindo 6,4% da PEA em 2005 (Gráfico 11).

Na RMPA, que sempre ostentou as maiores taxas de desocupação, houve uma redução de 1,4 ponto percentual nesse indicador, que passou de 10,1% em 1999 para 8,7% em 2005 (Gráfico 11). Nessa região, o número de desocupados teve aumento de 8,2%, atingindo um contingente de 189.000 pessoas ao final do período. Desse modo, em 2005, a RMPA abrigava cerca de 48% dos desocupados do RS, uma ponderação cerca de quatro pontos percentuais superior à do início do período.

Nos municípios não metropolitanos, a taxa de desocupação recuou de 6,0% para 5,2% entre 1999 e 2005 (Gráfico 11). Nesse mesmo período, diferentemente do que ocorreu na RMPA, houve uma diminuição de 16.000 pessoas no contingente de desocupados (variação de -7,2%). Ainda assim, nesse grupo de municípios, o número de desocupados manteve-se mais elevado do que na RMPA. Em 2005, com 207,5 mil desocupados, os municípios não metropolitanos respondiam por 52% do total de desocupados do Estado.

A taxa de desocupação teve repercussão distinta nos diferentes grupos populacionais, em cada um dos recortes analisados. Procurando, então, caracterizar o contingente desempregado, analisam-se, a seguir, os desocupados segundo o sexo, a faixa etária e o nível de escolaridade (Tabela 8).

No RS, as mulheres detiveram sempre as maiores taxas de desocupação, situação que se agravou ao final do período, com a maior elevação das taxas femininas comparativamente às masculinas, registrando 8,0% para elas e 5,1% para eles. A situação foi ainda mais crítica para as mulheres da RMPA, para as quais, em 2005, a despeito da queda de 1,2 ponto percentual, a taxa de desocupação era cerca de 1,6 vez superior à masculina, atingindo 11,1%. Nos municípios não metropolitanos, a

taxa de desocupação feminina, que teve queda de um ponto percentual no período, era de 6,3%, enquanto a masculina era de 4,2%.

Nos estratos etários, a taxa de desocupação também revela diferenciações. Praticamente em todos os grupos, essa taxa diminui à medida que a idade avança,²⁰ o que significa que o desemprego atinge mais duramente a população mais jovem. Uma vez mais, a situação é mais crítica na RMPA.

Além disso, ao se considerar a evolução desse indicador, observa-se redução das taxas de desocupação em praticamente todos os estratos etários, nos três contextos analisados. As exceções foram a faixa de 10 a 14 anos na RMPA, para a qual houve elevação, e o estrato de 20 a 24 anos, para o qual a taxa de desocupação aumentou tanto no agregado estadual como na RMPA e também no conjunto de municípios não metropolitanos.

A taxa de desemprego por níveis de escolaridade mostrou, no período analisado, queda em seu valor na maior parte dos estratos considerados, em todos os recortes territoriais.

No agregado estadual, todos os estratos de escolaridade experimentaram retração na taxa de desocupação, com variações decrescentes, conforme avançavam os níveis de escolaridade — a única exceção são os indivíduos com escolaridade de 11 a 14 anos de estudo, que ostentaram a menor variação da taxa de desemprego (-3,4%).

Na RMPA, apenas o estrato com escolaridade de 15 anos de estudo ou mais teve ampliação na taxa de desocupação. Nos demais, todos com queda nesse indicador, a maior variação negativa ocorreu para o sem instrução e menos de um ano de estudo (-61,9%), e a menor, para o de um a três anos de estudo (-8%).

Nos municípios não metropolitanos, a queda nas taxas de desocupação foi praticamente generalizada — apenas a faixa de 11 a 14 anos de estudo teve elevação (7,5%). Nesse espaço, os estratos de um a três anos de estudo e o de oito a 10 anos de estudo foram os que registraram a maior (-79%) e a menor queda (-14%) na taxa de desocupação, respectivamente.

Em 2005, tanto no agregado estadual como na RMPA e nos municípios não metropolitanos, o segmento que possuía de oito a 10 anos de estudo (o que significa,

²⁰ A única exceção são os jovens de 10 a 14 anos, que têm taxas de desemprego em níveis comparáveis aos daqueles de 20 a 24 anos. Lembra-se que o estrato de 10 a 14 anos detinha as menores taxas de participação e teve queda significativa na ocupação.

pelo menos, a conclusão do ensino fundamental) era o que ostentava as maiores taxas de desemprego. O destaque positivo são aqueles com escolaridade de 15

anos e mais, que, ao longo do tempo e em todos os recortes analisados, ostentaram sempre as menores taxas.

Tabela 8

Taxas de desocupação, por sexo, por faixa etária e por níveis de escolaridade, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

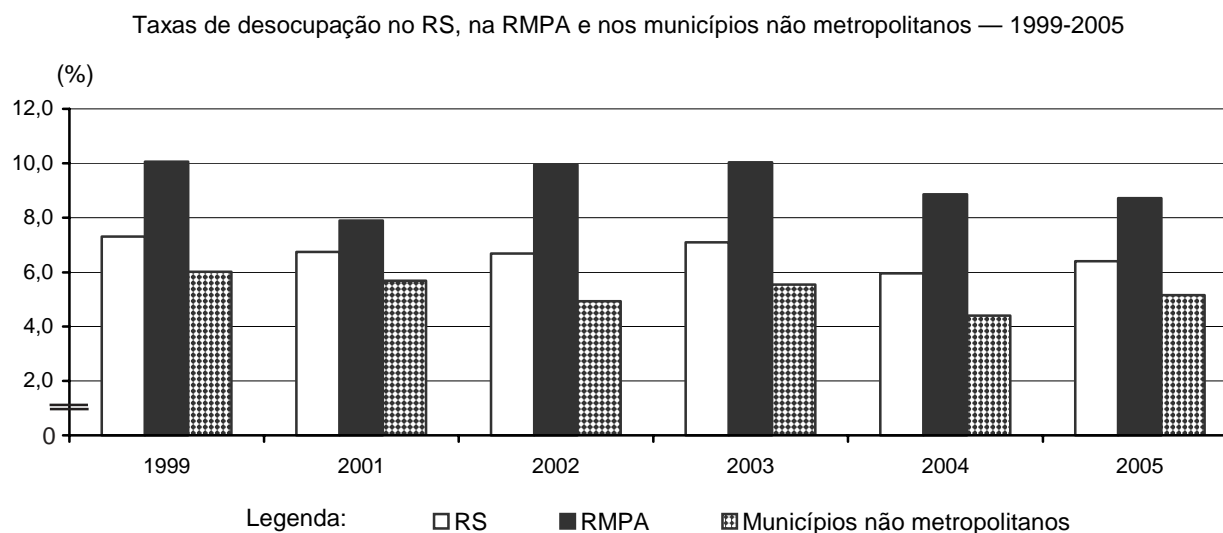
(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	7,3	6,4	10,1	8,7	6,0	5,2
Homens	6,0	5,1	8,2	6,8	5,0	4,2
Mulheres	8,9	8,0	12,3	11,1	7,3	6,3
Grupos de idade	48,2	57,4	49,9	63,9	45,0	50,9
De 10 a 14 anos	11,3	6,0	20,6	21,9	10,0	3,8
De 15 a 19 anos	20,6	19,6	28,6	27,0	17,0	16,0
De 15 a 17 anos	21,3	19,7	32,2	30,3	16,6	15,5
De 18 e 19 anos	19,9	19,4	24,9	24,7	17,5	16,4
De 20 a 24 anos	11,4	12,3	14,4	15,0	9,6	10,5
De 25 a 29 anos	7,4	7,3	10,1	8,6	6,0	6,4
De 30 a 39 anos	5,7	4,8	7,6	6,2	4,8	3,9
De 40 a 49 anos	4,4	3,8	5,2	4,9	4,0	3,2
De 50 a 59 anos	3,7	2,5	6,4	4,5	2,5	1,5
60 anos ou mais	1,8	1,1	4,0	2,6	1,2	0,7
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano	6,8	2,9	11,3	4,3	5,7	2,6
De 1 a 3 anos	6,7	4,0	9,6	8,8	12,4	2,6
De 4 a 7 anos	6,4	5,5	10,5	9,3	4,9	4,1
De 8 a 10 anos	11,0	9,7	13,0	11,8	9,8	8,4
De 11 a 14 anos	8,0	7,7	9,8	8,5	6,5	7,0
15 anos ou mais	3,3	2,8	2,7	3,5	3,7	2,1
Não determinados e sem declaração	11,2	19,4	20,8	17,1	4,2	21,4

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Mercado de trabalho no RS, no período 1999-2005: um contraste entre a RMPA...

Gráfico 11



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

4 Considerações finais

Em linhas gerais, a análise a respeito da evolução do mercado de trabalho no RS, nos primeiros anos do século XXI, mostrou crescimento da ocupação, que se deu especialmente pela elevação do contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, bem como diminuição do nível de informalidade e das taxas de desemprego. Contudo, em que pesem os avanços do período, constata-se ainda a permanência de elevado nível de informalidade e de altas taxas de desemprego em todos os recortes territoriais analisados.

Em termos espaciais, evidenciaram-se diferenças importantes no comportamento da RMPA e no do conjunto de municípios não metropolitanos — estes últimos, em geral, com os piores indicadores.

A RMPA destaca-se pelo maior crescimento da ocupação, comparativamente ao conjunto de municípios não metropolitanos, tanto em termos globais como em todos os setores analisados, sobretudo na indústria de transformação. Desse modo, esse espaço, que mais contribuiu para a geração de vagas no Estado, ampliou sua participação na ocupação do RS. Pode-se dizer que houve uma tendência à concentração da ocupação na RMPA.

O contingente de ocupados com inserção protegida também teve um crescimento mais acentuado na RMPA

do que nos municípios não metropolitanos. Desse modo, o espaço metropolitano, que, ao final do período, comparativamente ao outro espaço, contava com a maior participação de postos protegidos, foi o que mais contribuiu para a redução do nível de informalidade estadual.

Tais resultados mostram que a utilização de dados para o agregado estadual acaba por “esconder” comportamentos díspares, impedindo a identificação de problemas específicos e a busca de soluções adequadas para o seu enfrentamento. Emerge daí a necessidade de estudos mais aprofundados, envolvendo as distintas realidades regionais e procurando um melhor entendimento da dinâmica de cada espaço.

Por fim, é preciso destacar que, ainda que os resultados apresentados sejam alentadores, a pouca amplitude temporal não permite que se considere consolidada a evolução positiva obtida na comparação entre os anos extremos do período analisado. Acredita-se que a continuidade desse processo de melhoria das condições do mercado de trabalho, iniciada em 1999, está, em larga medida, atrelada ao crescimento econômico sustentado, sem o que, não será possível a manutenção e nem mesmo a amplificação do quadro até aqui alcançado.

Referências

- ALONSO, J. A. F.; BRINCO, R. Caracterização geral da RMPA. In: MAMMARELLA, R. (Coord.). **Como anda a metrópole de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE: Metroplan: UFRGS, 2006.
- FLIGENSPAN, Flávio B. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. In: ENCONTRO da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, ABET, 2003.
- FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO Nacional de Economia Política, 11., Vitória, 2006. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.
- INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 9, jan. 2001. N. Esp.
- INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 9, jan. 2000. N. Esp.
- JORNADA, Maria Isabel H. O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 223-246, 2004.
- MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 9, São Paulo, ABET, 2005.
- PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**, n. 26, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf>. Acesso em: 27 out. 2006.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 914).
- RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1011).
- RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração e realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1027).
- RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1099).
- STERNBERG, Sheila S. Wagner. O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 249-270, 2005.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H.; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248, 2000.
- WILTGEN, Roberto da S.; GARCIA, Lúcia dos S. (Coord.). **Transformações no mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

O baixo crescimento, as políticas macroeconômicas e o “Estado mínimo” brasileiro*

Ricardo Dathein**

Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Econômicas
e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS)

Resumo

Neste artigo, argumenta-se que a mudança do papel econômico do Estado é o principal determinante das baixas taxas de crescimento do Brasil. Depois de se fazer uma comparação com os desempenhos econômicos internacionais, apresenta-se uma análise sobre o caráter cíclico ou anticíclico das políticas macroeconômicas nos últimos governos. Em seguida, na órbita da oferta agregada, analisam-se as taxas de investimento internacionais e dos setores público e privado brasileiros e a mudança do papel econômico do Estado. Conclui-se que a construção de um “Estado mínimo” (em termos de capacidade de promoção de crescimento por meio de investimentos e planejamento) está na origem da semi-estagnação do último quarto de século.

Palavras-chave: desenvolvimento; políticas macroeconômicas; Estado.

Abstract

The article argues that the change of the economic paper of the State is the main determinant of the low growth rates in Brazil. After making a comparison with international economic performances, the text presents an analysis on the cyclical or anticyclical character of the macroeconomic policies in the last governments. After that, in the orbit of Aggregate Supply, it analyzes the international and the Brazilians public and private sectors investment rates, and the change of the economic paper of the State. One concludes that the construction of a “Minimum State” (in terms of capacity of growth promotion through investments and planning) is in the origin of the last quarter of century semi-stagnation.

* Artigo recebido em 10 jan. 2007.

** E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

1 Introdução

O baixo crescimento econômico brasileiro tem sido explicado pelo uso de políticas macroeconômicas equivocadas ou exageradas, o que estaria impedindo aumentos sustentáveis da taxa de investimentos. Portanto, mudanças nessas políticas aparecem como solução. De outra parte, aqueles que sustentam que o curto prazo não define o longo prazo, sob uma ótica liberal, defendem reformas microeconômicas no sentido de estimular os investimentos privados. Uma terceira corrente explica o baixo dinamismo pela mudança do papel do Estado, que se teria transformado em um Estado mínimo em termos de capacidade de investimentos e de planejamento, além de liberal em suas políticas de inserção internacional. Tendo isso em vista, somente mudanças na atuação desse Estado conseguiriam destravar o crescimento.

Com o objetivo de se esclarecer a terceira posição, neste artigo, faz-se, em primeiro lugar, uma comparação internacional do desempenho econômico brasileiro, destacando-se a piora de indicadores nos últimos governos. Em segundo lugar, faz-se uma análise sobre o caráter pró ou anticíclico das políticas monetária e fiscal, em relação ao desempenho do PIB, do desemprego e da inflação. Por último, discute-se a órbita da oferta agregada em suas relações com as políticas macroeconômicas e com a atuação do Estado, em termos de políticas de desenvolvimento (investimentos e planejamento), argumentando-se que aí está o maior gargalo econômico do País.

2 O baixo crescimento

Apesar do contexto internacional favorável, o Brasil tem crescido relativamente pouco, como pode ser observado na Tabela 1. Nos três governos examinados,¹ isso aconteceu em proporção crescente, passando-se de um crescimento médio de cerca de 70% da média mundial para 54% dessa média. Além disso, a participação do PIB brasileiro no PIB mundial apresenta uma sistemática redução, como mostra o Gráfico 1.

¹ Primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ou FHC1, de 1995 a 1998; segundo mandato do mesmo, ou FHC2, de 1999 a 2002; e primeiro mandato do Presidente Lula, ou Lula1, de 2003 a 2006.

Tabela 1

Relação entre as taxas de crescimento do Brasil e do mundo — 1995-06

GOVERNOS	TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO REAL		RELAÇÃO BRASIL/MUNDO (%)
	Brasil	Mundo	
	FHC1	2,6	3,7
FHC2	2,1	3,6	58,7
Lula1	2,6	4,9	54,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INTERNATIONAL MONETARY FUND.

World economic outlook database. Sept, 2006. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006. IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

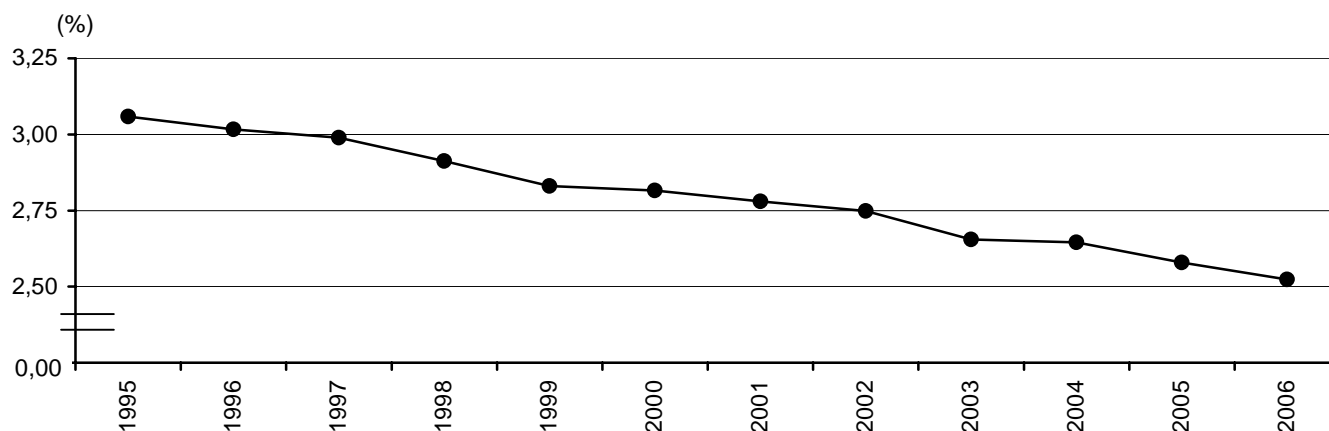
NOTA: As estimativas de crescimento do PIB para 2006 são de 2,8% para o Brasil e de 5,1% para o mundo.

Comparando-se o desempenho do Brasil com o de outras regiões, também se constata uma relativa estagnação, pois mesmo regiões que estavam antes em dificuldades, como África e América Latina, têm melhorado seus resultados. Além disso, os países não desenvolvidos têm conseguido aumentar sua participação no PIB mundial e em relação aos países avançados, ao contrário do Brasil, conforme a Tabela 2.

Especificamente em relação aos países ditos emergentes (um conjunto de 29 países, incluindo o Brasil), têm-se taxas de variação do PIB crescentes no período (Tabela 3) e muito superiores às do Brasil. Como essa taxa é muito influenciada pelo excepcional crescimento da China e da Índia, e também da Rússia no período recente (pois esses países têm um peso relativo de seu PIB muito elevado para o conjunto), a Tabela 3 mostra também o desempenho para 25 países (excluindo-se estes três países e o Brasil) e os chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Desse modo, o desempenho do Brasil continua fraco, mesmo quando comparado com os 25 países não desenvolvidos com produtos importantes no mundo.

Gráfico 1

Participação percentual do PIB do Brasil no PIB mundial — 1995-06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Sept, 2006. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006.
 IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.
 UNDP. Disponível em: <www.undp.org/hdro>. Acesso em: dez. 2006.

NOTA: 1. Os dados têm como base o PIB em Paridade do Poder de Compra de 2004.
 2. As estimativas de crescimento do PIB para 2006 são 2,8% para o Brasil e 5,1% para o mundo.

Tabela 2

Taxas médias de crescimento para o mundo, o Brasil e regiões selecionadas — 1995-06

(%)

PERÍODOS	MUNDO (1)	ECONOMIAS AVANÇADAS (2)	TIGRES ASIÁTICOS (3)	ÁFRICA	AMÉRICA LATINA (4)	OUTROS EMERGENTES (5)	BRASIL
1995-06	4,0	2,7	4,8	4,1	2,9	5,7	2,4
2000-06	4,3	2,5	4,7	4,5	3,1	6,4	2,6
2003-06	4,9	2,7	4,6	5,2	4,3	7,3	2,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Sept, 2006.
 Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006.

NOTA: Os dados de 2006 são estimados.

(1) Consideram-se 174 países. (2) Consideram-se 29 economias: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hong Kong, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Cingapura, Suécia, Suíça e Taiwan. (3) Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan. (4) São 33 países do Hemisfério Ocidental, não incluindo EUA, Canadá e Cuba. (5) Outros mercados emergentes e países em desenvolvimento: 145 países (mundo menos as economias avançadas).

Tabela 3

Crescimento médio ponderado das economias emergentes — 1995-06

(%)

PERÍODOS	29 PAÍSES (1)	25 PAÍSES (2)	BRIC (3)	BRASIL
1995-06	5,9	3,6	7,3	2,4
2000-06	6,4	4,3	7,7	2,6
2003-06	7,2	5,3	8,4	2,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Sept, 2006.

Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006.

UNDP. Disponível em: <www.undp.org/hdro>. Acesso em: dez. 2006.

NOTA: 1. Dados ponderados pelo PIB em Paridade do Poder de Compra de 2004.

2. Os dados de 2006 são estimados.

(1) África do Sul, Argélia, Arábia Saudita, Argentina, Bangladesh, Brasil, Chile, China, Colômbia, Egito, Filipinas, Hungria, Índia, Indonésia, Irã, Malásia, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Venezuela e Vietnã (seleção do autor). (2) Seleção anterior, exclusive Brasil, Rússia, Índia e China. (3) Brasil, Rússia, Índia e China.

3 Desempenho das políticas monetária e fiscal

Comparando-se o comportamento da taxa Selic com a evolução do PIB,² do desemprego e da inflação, nota-se uma substancial melhora de desempenho no período Lula1, em comparação com os períodos de FHC. Quanto à relação da política monetária com o produto, nos períodos FHC1 e FHC2, as correlações indicam a ocorrência de uma política pró-cíclica. No período Lula1, ao contrário, e principalmente excluindo-se o ano de 2003 (dedicado ao combate da inflação), a política monetária passou a ser anticíclica (Tabela 4 e Gráfico 2). Em relação ao desemprego, a política monetária de FHC também foi pró-cíclica, enquanto a de Lula, depois de 2003, foi anticíclica. Quanto ao combate à inflação, a política monetária de Lula aparece como mais eficiente, principalmente levando-se em conta o ano de 2003 (Tabela 4 e Gráfico 3). Os períodos de FHC foram muito afetados pelos choques de taxas de juros do primeiro semestre de 1998 (crise asiática) e do primeiro semestre de 1999 crises foram, no entanto, amplificados por opções de políticas que deixaram a economia muito mais vulnerável.

A Tabela 5 demonstra a existência de uma política fiscal anticíclica em relação ao produto e ao desemprego. A correlação entre déficit nominal e PIB aumentou seu caráter anticíclico no período 2004-06, enquanto a relação do superávit primário com o PIB melhorou substancialmente seu caráter anticíclico no Governo Lula (Gráfico 4). Em relação ao desemprego, não há claramente um melhor desempenho entre os dois governos no tocante ao déficit nominal, mas, sobre o superávit primário, a correlação também aparece muito superior no Governo Lula (Gráfico 5). No entanto, tem-se que considerar que, provavelmente, esses resultados da política fiscal são mais efeitos do que causa do desempenho do produto e do desemprego. Na relação entre política fiscal e inflação, também aparece um comportamento anticíclico, principalmente para o período posterior ao Governo FHC1, mas com a exceção provocada pelo ano de 2003 (Gráfico 6).

² Utiliza-se a série encadeada do índice trimestral do PIB a preços de mercado, em volume, com ajuste sazonal e média de 1990 igual a 100. A interpolação a partir dos índices do PIB trimestral é feita para permitir o cálculo de correlações com outras séries de base mensal.

Tabela 4

Índices de correlações da política monetária com o PIB, o desemprego e a inflação no Brasil — 1996-06

GOVERNOS	SELIC VERSUS PIB	SELIC VERSUS DESEMPREGO	SELIC VERSUS INFLAÇÃO
FHC (1)	-0,0172	0,0229	0,0656
FHC (2)	-0,4823	0,4423	-0,5009
Lula1-2003-06	(3)0,0096	(4) 0,4269	(4)0,9159
Lula1-2004-06	(5)0,6878	(6)-0,3474	(6)0,6987

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: 1. A taxa Selic usada é calculada a partir do índice de suas taxas médias mensais.

2. Para o PIB, são consideradas as taxas anuais de variação (últimos 12 meses divididos pelos 12 meses anteriores), calculadas com base em índices mensais obtidos por interpolação a partir do PIB trimestral.

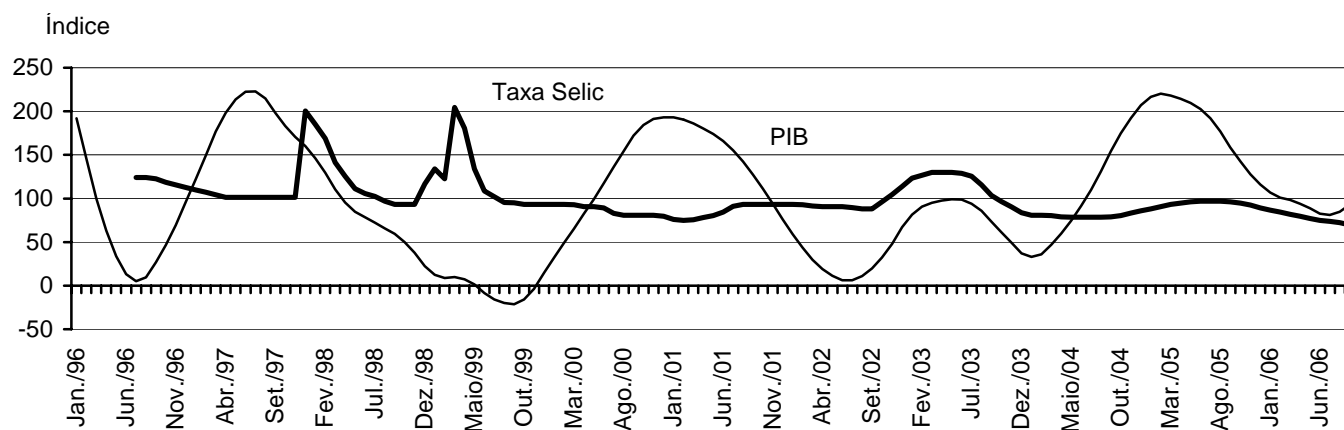
3. O índice de desemprego é calculado conectando-se as séries antiga e nova da PME (IBGE).

4. O índice de inflação é o IPCA anualizado.

(1) Jul./96-dez./98. (2) Jan./99-dez./02. (3) Jan./03-set./06. (4) Jan./03-nov./06. (5) Jan./04-set./06. (6) Jan./04-nov./06.

Gráfico 2

Evolução dos índices do PIB e da taxa Selic no Brasil — jan./96-set./06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

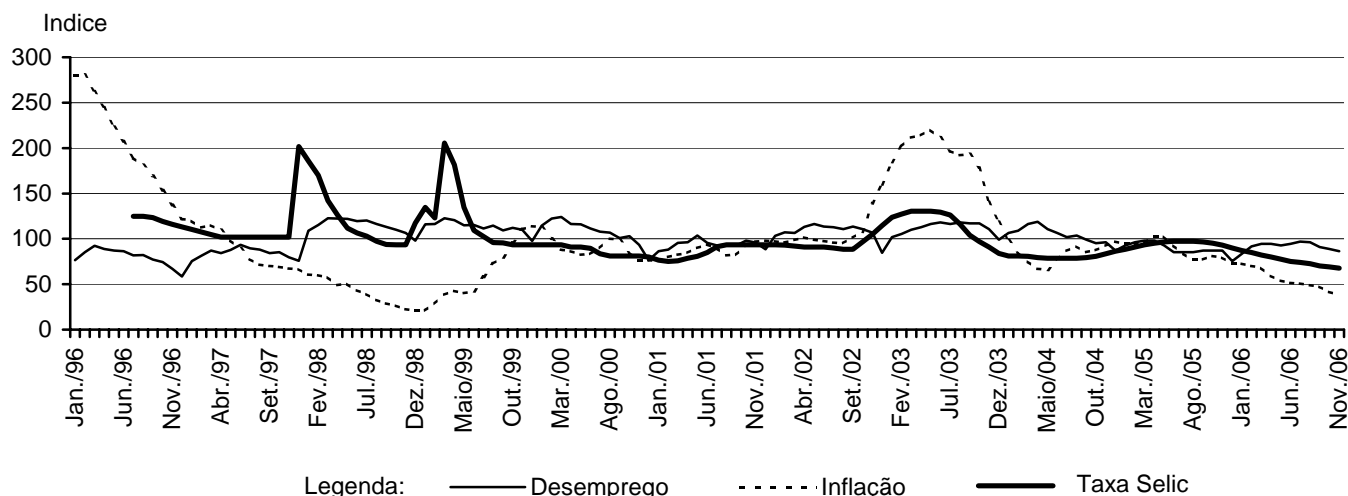
NOTA: 1. Os índices têm como base a média do período igual a 100.

2. O PIB é o índice das taxas anuais de variação.

3. A taxa Selic é o índice das taxas médias mensais.

Gráfico 3

Evolução dos índices do desemprego, da inflação e da taxa Selic no Brasil — jan./96-nov./06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: 1. Os índices têm como base a média do período igual a 100.

2. O índice de desemprego é calculado conectando-se as séries antiga e nova da PME (IBGE).

3. O índice de inflação é o IPCA anualizado.

4. A taxa Selic usada é calculada a partir do índice de suas taxas médias mensais.

Tabela 5

Índices de correlações da política fiscal com o PIB, o desemprego e a inflação no Brasil — 1996-06

GOVERNOS	DÉFICIT NOMINAL VERSUS PIB	DÉFICIT NOMINAL VERSUS DESEMPREGO	DÉFICIT NOMINAL VERSUS INFLAÇÃO
FHC1 (1)	-0,7731	0,3654	0,1944
FHC2 (2)	-0,6766	0,5888	-0,5694
Lula1-2003-06	(3)-0,7566	(4)0,7484	(4) 0,7172
Lula1-2004-06	(5)-0,9175	(6)0,4469	(6)-0,5235
GOVERNOS	SUPERÁVIT PRIMÁRIO VERSUS PIB	SUPERÁVIT PRIMÁRIO VERSUS DESEMPREGO	SUPERÁVIT PRIMÁRIO VERSUS INFLAÇÃO
FHC1 (1)	0,6960	-0,4702	0,1363
FHC2 (2)	0,4914	-0,4617	0,8014
Lula1-2003-06	(3)0,8228	(4)-0,6124	(4)-0,1903
Lula1-2004-06	(5)0,7914	(6)-0,5909	(6) 0,4987

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: 1. Para o PIB, são consideradas as taxas anuais de variação (últimos 12 meses divididos pelos 12 meses anteriores), calculadas com base em índices mensais obtidos por interpolação a partir do PIB trimestral.

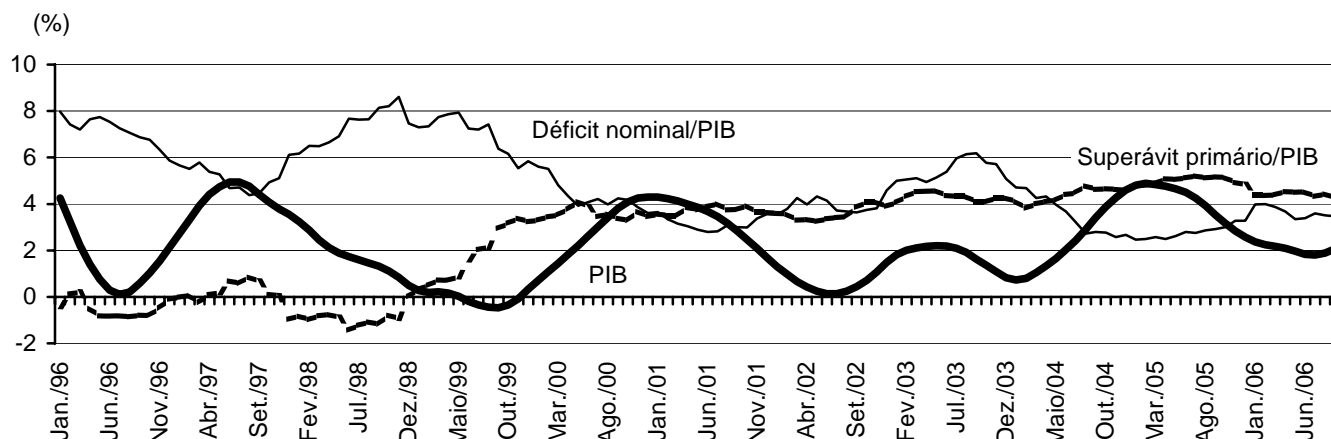
2. O índice de desemprego é calculado conectando-se as séries antiga e nova da PME (IBGE).

3. O índice de inflação é o IPCA anualizado.

(1) Jan./96-dez./08. (2) Jan./99-dez./02. (3) Jan./03-set./06. (4) Jan./03-nov./06. (5) Jan./04-set./06. (6) Jan./04-nov./06.

Gráfico 4

Política fiscal e PIB no Brasil — jan./96-set./06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

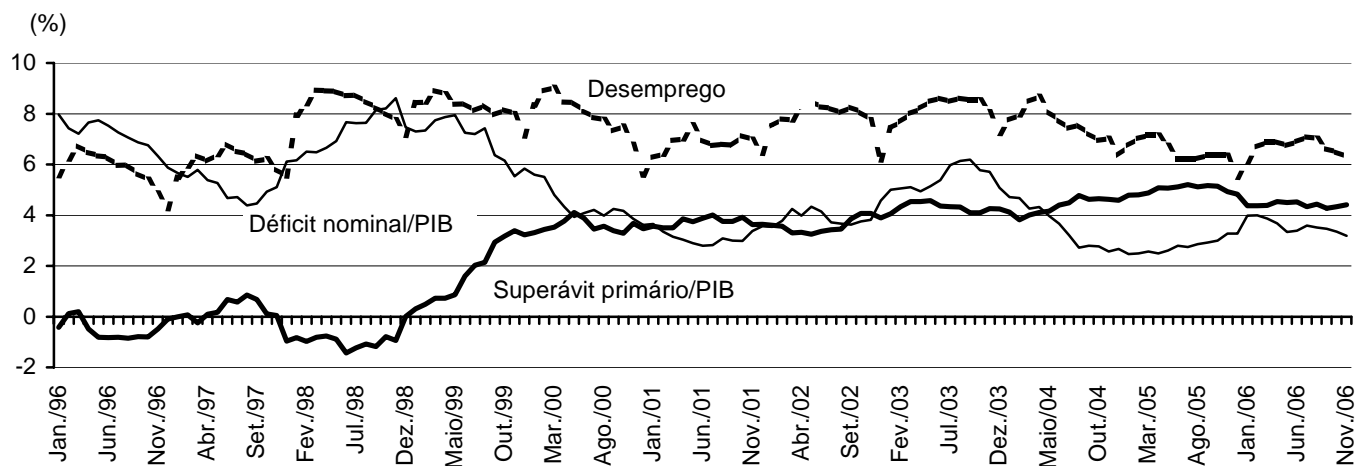
IBGE: Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006

IPEADATA: Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: Para o PIB, são consideradas as taxas anuais de variação (últimos 12 meses sobre os 12 meses anteriores), calculadas com base em índices mensais obtidos por interpolação a partir do PIB trimestral.

Gráfico 5

Política fiscal e desemprego no Brasil — jan./96-nov./06



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

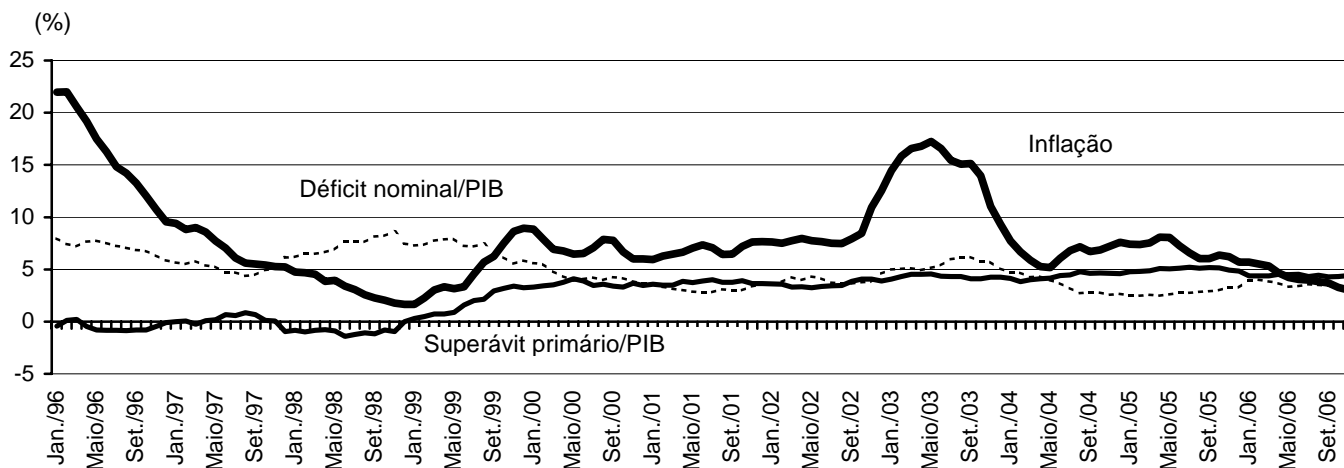
IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA: Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: A taxa de desemprego é calculada conectando-se as séries antiga e nova da PME (IBGE).

Gráfico 6

Política fiscal e inflação no Brasil — jan./96-nov./06



FORNE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: A taxa de inflação é o IPCA anualizado.

4 A órbita da oferta agregada

Apesar de as políticas macroeconômicas serem, em geral, anticíclicas, seu comportamento têm tido uma característica de *stop and go*, frente a um desempenho fortemente cíclico do produto. O caráter anticíclico dessas políticas, relativamente a uma pífia *performance* média do produto, demonstra que não são essas políticas de demanda e de curto prazo que garantem um crescimento maior e sustentável da economia. Também se deve ressaltar que não é um comportamento pró-cíclico (inexistente) que impede maior crescimento.

No entanto, o nível excessivo da taxa real de juros representa um importante fator inibidor de investimentos para o setor público e para a demanda privada. Como ilustração do elevado patamar da taxa de juros Selic, o Gráfico 7 compara o Brasil com os EUA e a Coréia do Sul. Enquanto, para os dois últimos, a taxa de juros usada em suas políticas monetárias ficou próxima de zero em boa parte dos anos 2000, no Brasil ela ficou oscilando em torno de 10% reais. Caso fossem viabilizadas taxas menores, poderia ser criada uma poupança e poderiam ser aumentados os investimentos por parte do Es-

tado. Existe, sob essa ótica, uma relação entre as políticas macroeconômicas de curto prazo e o comportamento do produto no longo prazo.

Por outro lado, a política monetária tem sido administrada levando-se em conta a existência de uma taxa de variação do produto potencial muito baixa. Por isso, quando o produto reage, alcança rapidamente esse nível, e a política monetária provoca uma nova recessão para combater a inflação (Gráfico 2). Com essa característica e seu comportamento *stop and go*, aumenta muito a incerteza³ para o setor privado, desestimulando seus investimentos.

As políticas macroeconômicas de curto prazo, pelo lado da demanda, apesar de seu comportamento anticíclico, não são suficientes para gerar crescimento econômico maior e sustentável. São necessárias medidas do lado da oferta, para aumentar a taxa de investimentos, que é relativamente baixa no Brasil. A Tabela 6 ilustra o fato de que o Brasil está investindo menos que a média mundial e muito menos que o grupo de países chamado de “outros emergentes”, ou que os Tigres

³ Talvez fosse melhor dizer que aumenta muito a “certeza” de que as políticas expansionistas não se sustentarão.

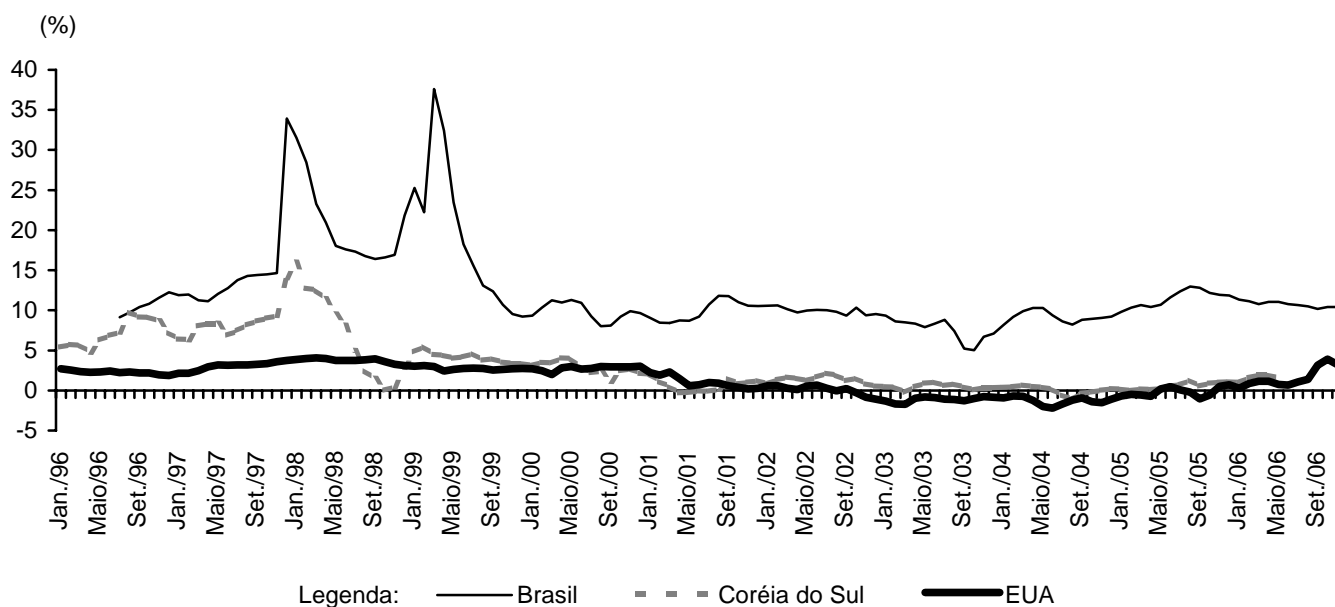
Asiáticos, os quais apresentam taxas de crescimento superiores.⁴

O Gráfico 8 ilustra muito bem a mudança estrutural ocorrida, na economia brasileira, no último quarto de século, que é a causa básica das baixas taxas de crescimento atuais. Durante um longo período, o setor público investiu entre 25% e 35% de seus recursos (até o final dos anos 70), enquanto o setor privado investia apenas entre 10% e 15% de seus recursos (PIB menos carga tributária) até o final dos anos 60. De meados dos anos 60 até o início dos anos 80, houve uma mudança de patamar para o setor privado, que passou a investir cerca de 20% a 25% de seus recursos, o que se mantém até hoje. A grande mudança foi a redução do patamar para o setor público, desde o final dos anos 70, em uma tendência sistemática. De meados dos anos 80 até o início da década de 90, os setores público e privado investiram uma proporção mais ou menos semelhante

de seus recursos. No entanto, a partir de 1992, as curvas divergem fortemente. No ano 2000, o setor público investia somente cerca de 10% de seus recursos (apesar do forte aumento da carga tributária), enquanto o setor privado continuava investindo entre 20% e 25% de seus recursos. O Gráfico 8 pode sugerir, nesse período final, um aumento dos investimentos privados (proporcionalmente ao PIB), o que não ocorreu (a não ser de 1993 a 1995). De fato, houve uma estagnação tendencial desde 1980, mas, como a carga tributária subiu e os recursos do setor privado diminuíram, proporcionalmente a esses o investimento privado elevou-se.⁵ Portanto, os investimentos privados não puderam tomar o espaço deixado pela forte redução dos investimentos públicos. Desse modo, a mudança estrutural e de longo prazo da atuação econômica do Estado aparece como a principal característica do período.

Gráfico 7

Taxa real de juros no Brasil, na Coréia do Sul e nos EUA — jan./96-nov./06



FONTES DOS DADOS BRUTOS: IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

NOTA: São consideradas a taxa Selic para o Brasil, a taxa Money Market para a Coréia do Sul e a taxa FOMC para os EUA, as quais são deflacionadas pelos índices de preços ao consumidor.

⁴ A África e a América Latina, aparentemente, estão crescendo mais por aumento de demanda externa. No caso do Brasil, o porte da economia doméstica leva a que as relações com o exterior não resultem em impacto tão significativo.

⁵ Isso significa que, para o setor privado, o consumo diminuiu, enquanto sua poupança e seu investimento aumentaram proporcionalmente aos seus recursos. Ao mesmo tempo, também proporcionalmente, o consumo público aumentou muito, com queda de sua poupança e de seu investimento.

Tabela 6

Taxas de investimento para o mundo, o Brasil e regiões selecionadas — 1995-06

(%)

PERÍODOS	MUNDO (1)	ECONOMIAS AVANÇADAS (2)	TIGRES ASIÁTICOS (3)	ÁFRICA	AMÉRICA LATINA (4)	OUTROS EMERGENTES (5)	BRASIL
1995-06	22,1	21,2	27,7	20,4	20,9	25,3	19,4
2000-06	21,7	20,7	25,7	20,7	20,3	25,4	19,2
2003-06	21,9	20,6	25,5	21,5	20,4	26,5	19,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Sept, 2006. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006.

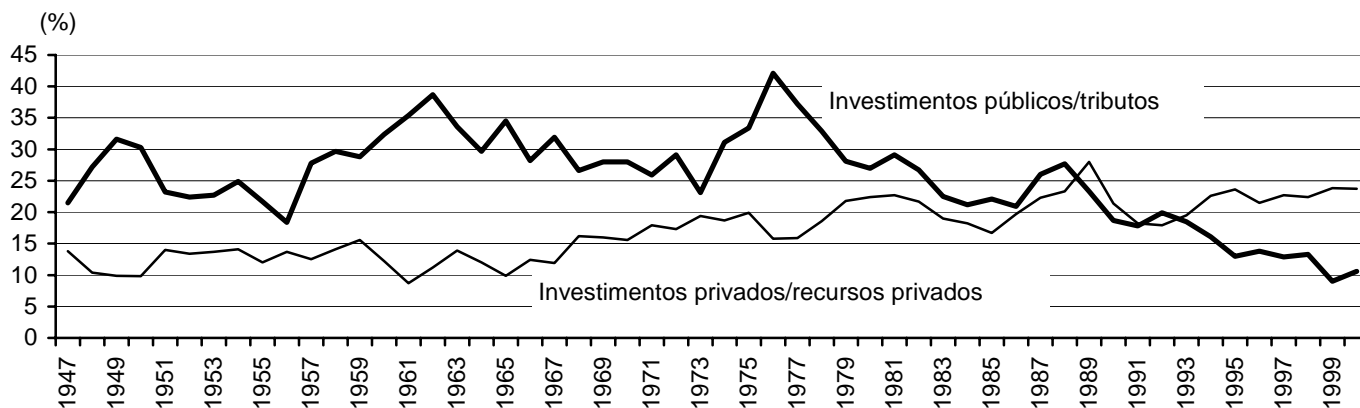
NOTA: 1. As taxas de investimento são iguais a investimento/PIB.

2. Os dados de 2006 são estimados.

(1) Consideram-se 174 países. (2) Consideram-se 29 economias: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hong Kong, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Cingapura, Suécia, Suíça e Taiwan. (3) Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan. (4) São 33 países do Hemisfério Ocidental, não incluindo EUA, Canadá e Cuba. (5) Outros mercados emergentes e países em desenvolvimento: 145 países (mundo menos as economias avançadas).

Gráfico 8

Investimentos sobre recursos próprios dos setores público e privado no Brasil — 1947-00



FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

5 Considerações finais

Como resultado desse processo, o PIB potencial tem patamar baixo e, tendo-se em vista as políticas monetárias fortemente instáveis, o setor privado não aumenta substancialmente e não mantém as elevações cíclicas de seus investimentos. Nesta análise, o problema do baixo crescimento não aparece como resultante de deficiências do setor privado (da mesma forma como argumenta Antônio Barros de Castro (2003), por exemplo). Ao contrário, ele seria causado pela forma de atuação do Estado e pelas políticas de inserção da economia no mercado internacional. Portanto, sua solução passaria principalmente por mudanças no âmbito do Estado.

Com os baixos investimentos do Estado, o investimento total não aumenta consideravelmente. Trata-se de um típico problema de ação coletiva, que o setor privado não tem condições de resolver. Para enfrentar esse tipo de problema é que existe o Estado. Portanto, não se trata de o Estado ser mais liberal ou mais intervencionista, mas de agir para resolver um problema de outra forma insolúvel, a não ser que se considere a liberdade aos detentores do capital como um valor superior (*à la* Hayek), comparativamente à superação do subdesenvolvimento, por exemplo.

O Governo FHC não teve, e o Governo Lula aparentemente não tem, consciência desse problema, da mesma forma que grande parte da oposição. Uma hipótese para explicar um “consenso” entre liberais, social-democratas e esquerda contra a participação do Estado na economia (enquanto promotor de desenvolvimento) e a favor da separação entre políticas econômicas (dirigidas pelo interesse do mercado) e políticas sociais é que o Estado desenvolvimentista ficou muito desgastado, por ter sido dirigido pela ditadura militar, sem maiores compromissos sociais e democráticos. Dessa maneira, construiu-se (via Constituinte de 1988, crise da década de 80 e consenso liberal dos anos 90) um Estado que é grande em termos de carga tributária e de políticas sociais (quantitativamente), mas que é um “Estado mínimo” em sua capacidade de promoção de crescimento via investimentos e planejamento.⁶

Portanto, é necessária a reconstrução do Estado desenvolvimentista em novos moldes, o qual deveria ter mais independência em relação a interesses particu-

res e corporativistas e, ao mesmo tempo, ter mais enraizamento social (Evans, 1996). Ao invés de menos, precisa-se de mais burocracia capaz, em sua forma weberiana, mas com uma democracia aprofundada, para que o Estado possa ser mais eficiente. Com isso, esse Estado teria que tomar a iniciativa de (a) arquitetar um projeto estratégico de desenvolvimento, (b) administrar sua execução, (c) moderar os conflitos característicos da mudança estrutural e (d) construir as instituições necessárias ao processo (Chang, 1999). Ao mesmo tempo, as políticas macroeconômicas⁷ precisam ser postas a serviço da viabilização desse projeto.⁸ Esse Estado não seria “máximo”, mas seria o necessário (em termos de intervenção, que poderia ser mais focada, e em termos de gastos⁹) para tirar o País da relativa estagnação (Boyer, 1999). O que não se pode admitir é que, além de um *trade-off* insolúvel entre inflação e crescimento, também tenhamos um outro *trade-off* intransponível entre crescimento e distribuição de renda.¹⁰

⁷ As experiências do Leste Asiático mostram que os países que construíram as melhores políticas de reconversão industrial foram também as que obtiveram os melhores resultados em termos de ajustes macroeconômicos (Evans, 1996). Ou seja, as políticas do lado da oferta (ou o longo prazo) facilitam a resolução dos problemas macroeconômicos de curto prazo (ou a estabilização). Portanto, o contrário do que afirmam aqueles para os quais a estabilização macroeconômica é condição prévia para o desenvolvimento, apesar de que, obviamente, não pode haver descontrole das variáveis de curto prazo.

⁸ Suzigan e Furtado (2006), analisando a “política industrial” recente, afirmam que ela possui incompatibilidades com a política macroeconômica, que existem deficiências na infra-estrutura e no sistema de ciência, tecnologia e inovação e que faltam coordenação e decisão política, dentre outros problemas.

⁹ Uma pergunta tradicional é sobre a origem dos recursos. Em primeiro lugar, planejamento em si não exige grandes recursos. Em segundo, é difícil admitir que, com a carga tributária atual, não se possam realocar recursos, caso os investimentos sejam a prioridade. Em terceiro, o crédito pode ser utilizado.

¹⁰ Alguns economistas chegam a minimizar a importância do crescimento econômico, em termos quantitativos, defendendo que se deve priorizar um crescimento com “mais qualidade”, que chamam de “pró-pobre”. O próprio Banco Mundial (2005, p. 34), no entanto, já ressaltou que os países que mais têm conseguido reduzir a pobreza são justamente os que mais têm crescido. Esses autores liberais defendem um Estado que priorize o gasto social focalizado, com políticas econômicas “pró-mercado” de estabilização e reformas liberalizantes. Ou seja, o Estado deveria ocupar-se prioritariamente de políticas sociais, enquanto o mercado definiria as políticas econômicas, dicotomizando-se essas duas órbitas.

⁶ O investimento em infra-estrutura, por exemplo, necessita de planejamento de longo prazo. Esse investimento (e planejamento) cria oportunidades para investimentos privados, além de ser, ele próprio, demanda para empresas privadas.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2005**. São Paulo: Ed. Singular, 2005.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, n. 12, jun. 1999.

CASTRO, Antônio Barros de. El segundo *catch-up* brasileño: características y limitaciones. **Revista de la CEPAL**, n. 80, ago. 2003.

CHANG, Ha-Joon. The economic theory of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The developmental state**. Ithaca; London: Cornell University, 1999.

EVANS, Peter. El estado como problema y como solución. **Desarrollo Económico**, v. 35, n. 140, ene./mar.1996.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2006.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Sept, 2006. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: dez. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: jan. 2007.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial y desarrollo. **Revista de la CEPAL**, n. 89, ago. 2006.

O comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados diante do recente ciclo de crédito no Brasil — 2002-05*

Giuliano Contento de Oliveira**

Graduado e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Doutorando em Economia no IE-Unicamp e Professor de Economia da PUC-SP e da Universidade Mackenzie.

Resumo

A partir do segundo semestre de 2003, os empréstimos realizados pelos bancos no País aumentaram significativamente, movimento que tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados no Brasil. Nessa perspectiva e à luz do referencial teórico pós-keynesiano, este artigo discute como a recente recuperação do crédito bancário tem modificado a estrutura patrimonial dos 10 maiores bancos privados do País.

Palavras-chave: estrutura patrimonial; grandes bancos; teoria pós-keynesiana.

Abstract

Since the second semester of 2003, the bank loans in the country increased significantly, condition that generated important changes in the patrimonial structure of the big banks of the private sector in Brazil. In this perspective, and based on the post-keynesian theory, the article discusses as the recent recovery of the bank loans affected the patrimonial structure of the ten big banks of the private sector in the country.

1 Introdução

A partir do segundo semestre de 2003, passou-se a observar um processo de recuperação do crédito no Brasil, o que tem implicado mudanças importantes na

estrutura patrimonial dos grandes bancos privados do País. Este artigo discute, à luz do referencial pós-keynesiano, como o ciclo de crédito recente tem modificado a estrutura patrimonial dos 10 maiores bancos privados operantes no Brasil.¹

* Artigo recebido em 07 dez. 2006.

** E-mail: giulianoliveira@uol.com.br

O autor agradece o apoio do Mack-Pesquisa, que contribuiu para a realização de aprimoramentos deste artigo.

¹ A opção por restringir a análise aos bancos privados partiu da premissa de que essas instituições estiveram recorrentemente na vanguarda do processo de inovações, mostrando-se altamente ágeis no que diz respeito aos ajustes necessários ante as novas oportunidades percebidas de lucro, porque não subordinadas aos demais interesses que não os estritamente relacionados ao processo de acumulação e valorização da riqueza sob a forma monetária (Paula, 1997).

O artigo está dividido em cinco itens, incluindo esta **Introdução**. No item 2, discute-se o comportamento dos bancos em economias monetárias da produção, à luz do referencial teórico pós-keynesiano. No item 3, discorre-se brevemente sobre a fonte e a metodologia de análise dos dados, enquanto, no 4, à luz do referencial teórico desenvolvido, analisa-se o comportamento da estrutura patrimonial de 10 grandes bancos privados operantes no País ante o recente ciclo de crédito. Por fim, no último item é apresentada a **Conclusão**.

2 Comportamento dos bancos em economias monetárias da produção

Na perspectiva pós-keynesiana, os bancos são entendidos enquanto agentes ativos que não se subordinam às vontades de seus depositantes e às determinações das autoridades monetárias.² A conduta operacional dessas instituições é fortemente influenciada pela percepção dos banqueiros em relação ao futuro, resultante de um conjunto de expectativas composto por fatores de ordens objetivas e subjetivas (Dymski, 1988; Paula; Alves Jr., 2003). De acordo com Keynes (1971, p. 23, tradução nossa, grifos nossos):

Então o comportamento de cada banco [...] será governado pelo comportamento médio do sistema bancário como um todo — média para a qual, no entanto, ele é hábil para contribuir com sua quota pequena ou grande. Cada presidente de banco em sua sala de estar pode-se considerar como um instrumento passivo de forças externas sobre as quais não exerce controle; **entretanto as “forças externas” podem ser nada mais do que ele próprio e seu “fellow-chairmen”, e certamente não seus depositantes.**

O portfólio do banco está sujeito a mudanças permanentes, onde sua composição será expressão da sua escala de preferência por liquidez em dado momento³. A escolha de ativos pelos bancos ocorre, pois, sob contexto de incerteza.⁴ A liquidez passa a ser entendida

² Sobre os fundamentos da escola pós-keynesiana, ver Carvalho (1989) e Minsky (1993).

³ Sobre a relação entre preferência por liquidez e escolha de portfólio, ver também Oreiro (1999).

⁴ Isso acontece porque numa economia onde o prêmio de liquidez de um bem (a moeda), cujas elasticidades de produção e substituição são desprezíveis, é superior ao seu custo de

como uma questão de grau⁵, onde rendimentos monetários e não monetários podem ser combinados numa classe ou num conjunto de ativos, diante da existência de uma ampla diversidade de aplicações que apresentam diferentes níveis de liquidez e rentabilidade e que podem ser combinados de diversas maneiras (Carvalho, 1999).

O retorno total oferecido por um ativo é determinado pelos valores assumidos por quatro atributos, denominados por Keynes (1985, p. 159) de: (a) taxa de rendimento que se espera obter pelo uso ou pela posse de um ativo, q ; (b) custo de manutenção ou carregamento do ativo, c ; (c) prêmio de liquidez do ativo, que corresponde ao rendimento monetário de que as pessoas abrem mão em razão da conveniência ou segurança oferecida pela liquidez, l ; (d) apreciação ou depreciação do valor de mercado do ativo, a . De modo que a taxa própria de juros de cada classe de ativos é dada pela seguinte equação:

$$a + q - c + l$$

A partir da combinação desses atributos, os bancos conformam os seus respectivos portfólios. O grau de preferência entre retornos monetários, sob a forma de rendimentos ($q - c$) ou de ganhos de capital (a), e não monetários (l) irá depender de um determinado estado de expectativas dessas instituições em relação ao futuro,⁶ num ambiente de incerteza. Logo, as decisões dos bancos serão tomadas à luz do *trade-off* retornos monetários *versus* não monetários.

No que compete ao lado esquerdo do balanço, o dilema do banqueiro é a proporção em que ele irá dividir seus recursos entre os diferentes tipos de ativos disponíveis mais ou menos líquidos e não o quanto ele irá

manutenção, movimentos imprevistos podem ocorrer em razão de mudanças bruscas da demanda por esse bem, gerada pela reversão do nível geral de expectativas dos atores econômicos. Estas últimas, cumpre reiterar, são formadas num ambiente de incerteza. Sobre o papel da incerteza na economia, ver Ferrari Filho e Araújo (2000), Garner (1982) e Neal (1996).

⁵ De acordo com Keynes (1985, p. 166) “[...] talvez seja útil insistir sobre o fato [...] de que a ‘liquidez’ e os ‘custos de manutenção’ são, ambos, questão de grau e que é unicamente na importância da primeira em relação aos últimos que reside a peculiaridade da moeda”.

⁶ Todos os ativos existentes na economia devem necessariamente possuir a mesma taxa de juros própria de equilíbrio *ex ante*, uma vez que o processo de arbitragem atua no sentido de mitigar as possíveis diferenças entre o retorno de diferentes ativos. Portanto, sendo os ativos i e j , a condição de equilíbrio será dada por: $a_i + q_i - c_i + l_i = a_j + q_j - c_j + l_j$, para todo e qualquer i e j (Carvalho et al., 2000).

emprestar no agregado. Nesse contexto, a oferta de crédito não é determinada passivamente pela demanda, posto que a demanda por crédito é satisfeita apenas se os bancos assim o desejarem, caso as suas expectativas em relação à capacidade de pagamento futuro do empréstimo pelo mutuário e à manutenção do valor do colateral forem otimistas e se a natureza das suas obrigações emitidas permitir (Keynes, 1971a, p. 59).

Mas tão importante quanto a composição do portfólio do banco é a forma pela qual a compra dos ativos é financiada. Essas instituições administram dinamicamente as suas obrigações, seja para escapar das restrições regulatórias impostas pela autoridade monetária, seja para concorrer pela captação de recursos com os demais bancos. Portanto, a decisão estratégica de balanço do banco é procedida com base na escolha entre quanto e quais tipos de ativos comprar e quanto e quais tipos de obrigações emitir, escolha esta que é orientada de acordo com a percepção de risco e de oportunidades de lucro vislumbradas pelos bancos em cada momento (Carvalho, 1999; Freitas, 1997).

A administração estratégica do ativo e do passivo bancário dá-se de forma interdependente. Os bancos não apenas criam depósitos mediante a emissão de dívidas contra si próprios, mas também estão continuamente buscando captar recursos, de modo a conformar o seu passivo de acordo com as suas necessidades operacionais de portfólio. Sob contexto de baixa incerteza em relação ao futuro e de inexistência de outras classes de ativos menos arriscados que permitam o alcance da rentabilidade esperada, os bancos optam por um conjunto de ativos cujo retorno monetário seja elevado e cujo prêmio de liquidez seja baixo, como operações de crédito, a despeito dos maiores riscos de juros, liquidez e crédito aos quais ficarão sujeitos.⁷

Essas instituições realizam, permanentemente, uma análise comparativa entre os retornos esperados de cada tipo de aplicação com a taxa própria de juros (retorno) de todos os demais ativos que possam compor o seu respectivo portfólio. Por isso, mesmo havendo demanda por empréstimos, os bancos podem optar por não a atender, especialmente quando da existência de aplicações mais atrativas face o contexto vigente de expectativas.

No âmbito do passivo, no ciclo expansivo, os bancos buscam captar recursos mediante o oferecimento de produtos que economizem reservas e, assim, aumentem a quantidade disponível de recursos para empréstimos. E isso é realizado a partir do emprego de instrumentos que influenciem a escala de preferência dos depositantes, do manejo das taxas de juros dos depósitos a prazo⁸ e da introdução de inovações financeiras (Paula; Alves Jr., 2003; Freitas, 1997).

Sob alta incerteza, por outro lado, os bancos preferem reter uma classe de ativos que privilegie o retorno não monetário ou o prêmio de liquidez, como moeda e títulos de curto prazo,⁹ que fornecem segurança e possuem custo de carregamento desprezível.¹⁰ O aumento da proporção entre ativos mais e menos líquidos em carteira dá-se mediante a substituição das operações ativas de mais longa maturação por aquelas de maior liquidez e menores risco e prazo. No que compete às obrigações, o banco empenhará políticas destinadas a aumentar o seu capital próprio, reduzindo o seu grau de alavancagem.

Portanto, os bancos comportam-se ativamente, exercendo um papel de transformação da realidade, ao invés de adaptação. O negócio dessas instituições é tirar proveito de oportunidades percebidas de lucro. De acordo com Minsky (1986, p. 225-226, tradução nossa):

Banco é um negócio dinâmico e inovador de fazer lucro. Banqueiros ativamente buscam construir suas fortunas através de ajusta-

⁷ No que concerne às operações de empréstimos, a incerteza é em relação à capacidade futura de pagamento do mutuário (principal mais juros), de modo que contempla não apenas o ambiente macroeconômico vindouro, mas todos os vetores que exercem influência sobre a capacidade dos devedores de honrar seus compromissos, com destaque para a liquidez do colateral e para a eficiência do sistema de exigibilidades de garantias. O risco de juros ocorre em razão da possibilidade de uma variação da taxa de mercado tornar o *spread* bancário negativo, implicando prejuízos ao banco; o risco de liquidez deriva da possibilidade de descasamento entre as operações ativas e passivas dos bancos e é aumentado nas fases expansivas dos ciclos de negócios, quando os bancos dilatam os prazos de suas aplicações com base em obrigações de curto termo; já o risco de crédito corresponde à possibilidade de o mutuário não honrar os seus compromissos com o banco.

⁸ Em geral, sobre os depósitos a prazo, incidem menores compulsórios do que sobre os à vista.

⁹ Enquanto a moeda é líquida *par excellence*, representando a própria liquidez, os ativos líquidos são aqueles cujo tempo requerido para os negociar é pequeno e cuja possibilidade de mudança de seus preços é baixa. Mas, diferentemente da moeda, os ativos financeiros não monetários apresentam rendimentos positivos e são sujeitos, mesmo que em baixa medida, a variações de preços, a despeito de o custo de carregamento ser pequeno.

¹⁰ É importante chamar atenção para a importância da estabilidade de preços para que o custo de carregamento da moeda não seja superior ao prêmio de liquidez.

mento de seus ativos e passivos, isto é, de suas linhas de negócios, para tirar vantagem de oportunidades percebidas de lucro. Este ativismo do banqueiro afeta não somente o volume e a distribuição de "finance" mas também o comportamento cíclico dos preços, da renda e do emprego.

3 Fonte e metodologia de análise dos dados

Os dados que são analisados nos itens seguintes, relacionados ao crédito e à estrutura patrimonial dos bancos no Brasil, foram coletados no *site* do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). Em relação aos dados de crédito, cumpre observar que, a partir de novembro de 2005, passaram a ser incorporadas novas modalidades nas séries de crédito com recursos livres e direcionados¹¹ (Banco Central do Brasil, 2005).

Com isso, a soma das modalidades de crédito, que resultava no conceito "operações de crédito com recursos livres", estabelecidas pela Circular nº 2.957, de 30.12.1999, a partir de novembro, passou a ser denominada "crédito referencial para taxas de juros", por servir de base ao cálculo dos juros e *spreads* bancários e pelo fato de, doravante, não mais constituir a totalidade dos empréstimos com recursos livres no País (Banco Central do Brasil, 2005).

Para a análise da estrutura patrimonial dos grandes bancos do Brasil no período 2002-05, foram coletados os dados contábeis das 10 maiores instituições financeiras (IFs) privadas do País, sob a ótica do ativo total deduzido da intermediação, na posição de dezembro de 2005. Os 10 bancos privados selecionados constituem um conjunto heterogêneo de instituições, uma vez que contempla quatro bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Safra e Votorantin), cinco bancos privados com controle estrangeiro (ABN AMRO, Santander Banespa, HSBC, Citibank e BankBoston) e um banco privado com participação estrangeira (Unibanco).

¹¹ No segmento direcionado, passou-se a contabilizar os empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito rural, além de terem ocorrido mudanças relacionadas às operações do BNDES, cuja carteira de empréstimos começou a incorporar os financiamentos rurais e os destinados ao setor público. No segmento livre, operou-se a incorporação dos dados das sociedades de arrendamento mercantil, das cooperativas de crédito, de um item denominado "outros" e dos financiamentos rurais não direcionados (Banco Central do Brasil, 2005).

A partir dos dados contábeis dessas instituições, foram calculados indicadores selecionados, com periodicidade semestral, nas posições de junho e dezembro de cada ano. Também se realizou complementarmente a análise de alguns indicadores de resultados, cujos valores nos meses de junho e dezembro de cada ano correspondem ao acumulado de janeiro a junho e de julho a dezembro respectivamente. Cumpre salientar, ainda, que todos os bancos selecionados correspondem às instituições financeiras do tipo conglomerado, ou seja, em cuja composição se verifica ao menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial. Os Gráfico 1 a 4 e 15 tabelas são apresentadas no final do artigo.

4 Comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados ante a recente recuperação do crédito no Brasil — 2002-05

Conforme se pode observar no Gráfico 1, a partir de fins de 1994 e início de 1995, passado o período imediatamente posterior à estabilização monetária, a relação crédito/PIB passou a entrar numa evidente trajetória de queda, com inflexões pontuais de pouco fôlego, interrompidas ora por reversões do ambiente macroeconômico, como em 1996-97, em virtude dos impactos da crise asiática, ora por gargalos que dificultaram a sustentação de um quadro prolongado de expectativas otimistas em relação ao futuro, como no ano 2000, em decorrência da crise energética.¹² Foi apenas no período mais recente, a partir de meados de 2003, que o crédito passou a crescer de forma mais prolongada na comparação com os movimentos anteriores de recuperação (Gráficos 1 e 2).

Essa expansão dos empréstimos bancários tem sido puxada principalmente pelo aumento das operações de crédito com recursos livres, que, em dezembro de 2005, correspondiam a dois terços do crédito total, o equivalente a R\$ 404,8 bilhões. O Gráfico 3 mostra a evolução dos empréstimos direcionados, livres e

¹² Sobre o comportamento dos bancos após o Plano Real, ver Carvalho (1998), Paula e Alves Jr. (2003a) e Paula, Alves Jr. e Marques (2001). Sobre o processo de fragilização de grandes bancos após o Plano Real, ver Carvalho e Oliveira (2002).

referenciais para a taxa de juros, a preços de dez./05 e sob a forma de número-índice, utilizando como base dez./03 = 100 e como deflator o IPCA. Os dados mostram o ritmo diferenciado de expansão entre os empréstimos com recursos direcionados e com recursos livres: enquanto os primeiros tiveram um crescimento real de 9,3% no interregno dez./03-dez./05, os empréstimos livres subiram 39,23%, e o crédito referencial para taxa de juros, 27,6%. No Gráfico 4, observa-se que o crescimento real dos empréstimos com recursos livres se mostrou bem mais vigoroso nas operações com pessoas físicas do que nas com pessoas jurídicas, no intervalo abrangido.

A atuação dos grandes bancos no nicho de crédito ao consumidor resultou num movimento de parcerias entre essas instituições e grandes e médias redes varejistas, bem como de aquisição de instituições. Os grandes bancos buscaram, com isso, aumentar as suas carteiras de financiamento ao consumo. Essas parcerias têm crescido em ritmo acelerado desde o segundo semestre de 2003, proporcionando aos bancos uma carteira de clientes com históricos conhecidos, ganhos de escala e popularização de seus serviços junto a um público cativo por recursos e, muitas vezes, não bancarizado. Enfim, essa estratégia tem permitido aos bancos aumentarem os empréstimos num curto espaço de tempo e sob custos bem menores do que seriam incorridos mediante expansão orgânica. Por outro lado, proporciona às redes de varejo maiores vendas, em virtude de melhores condições de financiamento aos clientes, em termos tanto de prazo quanto de juros praticados junto aos mutuários (Bancos..., 2004).

A disputa dos grandes bancos privados do Brasil pelo crédito massificado também tem sido estendida para o campo da aquisição de financeiras e de bancos com nicho de mercado no crédito ao consumo, ou para a esfera da realização de contratos de cessão de crédito com instituições de pequeno e médio portes.¹³ Para os pequenos e médios bancos que realizaram as parcerias, tornou-se possível não apenas a sustentação das operações ativas, mas o atendimento de um maior contingente de clientes, estratégia que seria restringida pelos parâmetros estabelecidos no Acordo da Basileia (Bancos..., 2004a). Já os grandes bancos que realizaram

parcerias ou aquisições de instituições, ou simplesmente “locaram” as carteiras de crédito de bancos que operavam no nicho de financiamento ao consumo, potencializaram o crescimento de suas carteiras de crédito e passaram a ter nova capacidade de geração de negócios, a partir de uma plataforma de relacionamento mais estreito com o público-alvo.

Importa destacar que o crescimento do crédito no período recente tem implicado mudanças significativas na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados, no Brasil. De acordo com o referencial pós-keynesiano, por serem instituições ativas que buscam acumular e valorizar a riqueza sob a forma monetária, os bancos realizam mudanças permanentes em seus balanços, cuja composição reflete o seu grau de preferência por liquidez em dado momento. Num contexto de perspectivas positivas em relação ao futuro, os bancos reorientam os seus ativos em direção a uma estrutura patrimonial menos líquida, privilegiando retornos monetários em detrimento de retornos não monetários.

Nessa perspectiva, as mudanças observadas na estrutura patrimonial dos bancos no Brasil, no período recente, podem ser interpretadas à luz do referencial teórico pós-keynesiano. Conforme se observa na Tabela 1, as operações de crédito e arrendamento mercantil em relação ao ativo total de todas as instituições que compõem a amostra registraram significativo aumento no período considerado, com especial destaque para os bancos estrangeiros. O Banco ABN AMRO, que comprometia 35,6% do ativo com operações de crédito e arrendamento em jun./02, em dez./05 alcançava a marca de 49,1%. Considerando a média dos 10 maiores bancos, observa-se que a relação analisada passa de 30,4% no início da série ao pico de 36,4% no final do período.

A contrapartida do aumento do crédito dos grandes bancos privados do Brasil consistiu na redução da proporção do ativo destinada às aplicações em títulos e valores mobiliários (TVM), aqui somadas às aplicações em derivativos, ou na manutenção da relação indicada em patamar inferior à média do conjunto da amostra, com exceção do HSBC e do Citibank, que aumentaram ligeiramente a exposição relativa em TVM entre o início e o fim do período considerado.

Decorre, portanto, que os grandes bancos privados, no Brasil, estão trocando liquidez por rentabilidade (Tabela 2). Os casos dos Bancos Bradesco, Unibanco e Votorantin são elucidativos: de uma exposição da ordem de 19,2%, 27,4% e 75,8% em jun./02 passaram para 9,9%, 15,8% e 37,8% em dez./05, respectivamente. Considerando a média dos 10 bancos da amostra, a redução da relação TVM e instrumentos derivativos/ativo

¹³ Esse processo foi acelerado após a intervenção no Banco Santos, que dificultou a captação de recursos por parte dos pequenos e médios bancos, diante da menor disposição dos investidores institucionais em comprar seus CDBs e suas cotas de fundos de recebíveis, levando-os a realizar parcerias com outras instituições (Parcerias..., 2005).

total alcançou 10,3 pontos percentuais em jun./02-dez./05, passando de 32,7%, para 22,5%.

A Tabela 3 apresenta a relação disponibilidades/ativo total para o conjunto dos grandes bancos privados. Observa-se que, em 2002, a relação se encontrava em nível elevado para a maioria das instituições da amostra, considerando o nível do indicador no período subsequente, refletindo uma posição mais líquida dessas instituições, possivelmente em razão do cenário de incerteza que marcou o ano eleitoral.

Os bancos reduziram o grau de liquidez do ativo, optando por maior rentabilidade. Mas, a despeito da adoção de um comportamento operacional mais agressivo, a estratégia adotada pelos bancos no interregno considerado não tem sido acompanhada por um processo de fragilidade patrimonial (Tabela 4), apesar de algumas instituições terem apresentado redução da participação do capital próprio em relação ao total do ativo. Considerando a média do conjunto de instituições selecionadas, o indicador passou de 10,2% para 10,0% entre o início e o final do interregno analisado. Essa conclusão é reforçada pelo Índice de Basiléia, que, no Brasil, deve ser superior a 11% (Tabela 5). Decorre que o ciclo de crédito recente não tem implicado fragilização patrimonial dos grandes bancos privados da amostra.

Conforme já discutido, para operar uma política de crédito expansiva, há a necessidade de execução de uma política ativa não apenas do lado esquerdo do balanço, mas também e notadamente do lado do passivo, de modo a amparar e a potencializar o aumento dos empréstimos. Não significa que os bancos precisam primeiro captar para depois emprestar, mas, sim, que, quanto maior for o prazo de maturação e quanto menores forem os níveis de reservas das obrigações emitidas, maior será a capacidade dessas instituições de sustentarem a expansão dos empréstimos, conforme sugerido pelo referencial teórico pós-keynesiano.

Como se pode observar na Tabela 6, oito das 10 instituições analisadas apresentaram aumento dos depósitos totais em relação ao passivo total, entre jun./02 e dez./05, a saber: Itaú, Unibanco, Santander, ABN, HSBC, Votorantim, Citibank e Bankboston. O Banco ABN, que registrou a maior exposição em crédito entre os 10 maiores bancos privados do País, no período considerado, foi a instituição que obteve o maior aumento da relação depósito/passivo, que passou de 34,0%, para 60,8% no interregno; já os bancos Bradesco e Safra apresentaram relativa estabilidade do indicador na comparação jun./02-dez./05. Todo esse movimento revela a política ativa empenhada por essas instituições na administração de

suas respectivas obrigações, ante o recente ciclo de crédito no Brasil.

A segregação dos depósitos à vista, de poupança e a prazo em relação aos depósitos totais torna ainda mais evidente a administração dinâmica do passivo executada pelos grandes bancos privados no Brasil, no período recente (Tabelas 7, 8 e 9). A maior exposição em crédito induz os bancos a privilegiarem obrigações com prazos de maturação mais alongados, como depósitos de poupança e a prazo, em detrimento de obrigações de curto prazo, como depósitos à vista. Na Tabela 7, observa-se que seis dos 10 bancos selecionados reduziram a parcela dos depósitos à vista no período (Unibanco, Santander, ABN, HSBC, Votorantim e Citibank), enquanto os demais praticamente mantiveram a mesma exposição. Para a média dos 10 maiores bancos, constata-se que a participação dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais caiu de 16,1% em jun./02 para 13,5% em dez./05.

É interessante notar a capacidade reativa dessas instituições quanto ao manejo de suas obrigações. Conforme discutido, os bancos buscam influenciar a escala de preferências dos depositantes, de sorte a configurar a sua estrutura de obrigações nos termos exigidos pelas suas operações ativas. Essa prática fica evidente a partir da análise conjunta das Tabelas 7, 8 e 9. Em jun./02, a autoridade monetária elevou o recolhimento compulsório dos depósitos de poupança de 15% para 20%, o que, associado à obrigatoriedade de destinar 65% do total dos depósitos para financiamento imobiliário, implicou um redirecionamento imediato das formas de captação de recursos pelos bancos no Brasil. Em jun.-dez./02, dos nove bancos que oferecem o produto na amostra, sete reduziram a captação de recursos via poupança, sendo que o Santander apresentou ligeiro aumento, com apenas o Citibank tendo escapado a esse movimento (Tabela 8).

Em contrapartida, no mesmo interregno, a maioria dos bancos selecionados aumentou a captação de depósitos à vista, a despeito do estabelecimento de compulsório adicional remunerado de 8% aos 45% de recolhimento não remunerado então estabelecidos (Tabela 7).¹⁴ Observa-se, ainda, que, não obstante o aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo — de 10% para 15% —, realizado também em jun./02, a captação de recursos mediante essa modalidade aumentou em cinco dos 10 grandes bancos privados selecionados, em vista

¹⁴ É importante salientar que, atualmente, além do compulsório, 25% dos depósitos à vista são obrigatoriamente direcionados para operações de financiamento rural, e 2%, para o microcrédito.

da menor alíquota relativa de recolhimento compulsório e da não-obrigatoriedade de direcionamentos.

Movimento inverso pode ser constatado no período dez./02-jun./03, intervalo no qual se realizou um aumento do compulsório sobre os depósitos à vista de 45% para 60%, acrescido de um adicional de 8% de recolhimento remunerado. Pode-se verificar, agora já sob a execução de uma política de crédito expansiva por parte dos bancos no País, uma redução da proporção dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais para nove dos 10 bancos selecionados, em paralelo a um aumento dos depósitos a prazo em boa parte das instituições, de modo a liberar e a potencializar mais recursos para empréstimos pelo lado das obrigações (Tabelas 7 e 9).

Apresenta-se notório o aumento da participação dos depósitos a prazo entre o início e o fim do intervalo considerado. Oito dos 10 grandes bancos selecionados registraram, sob diferentes intensidades, aumento da relação depósito a prazo/depósito total (Tabela 9). Somente o Votorantim e apenas sensivelmente o Citibank apresentaram recuo da razão indicada. Nesses dois casos, contudo, o comportamento dos depósitos a prazo, no período considerado, pode ser explicado pela opção dessas instituições de ampliarem a parcela dos depósitos interfinanceiros (Tabela 10).

Houve também um aumento importante das captações no mercado aberto em proporção ao passivo total para a maioria dos bancos (Tabela 11). Embora o comportamento da relação, ao longo do interregno contemplado, seja um tanto errático, pode-se observar que o início do ciclo de crédito expansivo ensejou uma atuação mais ativa dessas instituições na captação de recursos via mercado aberto. O mesmo não se pode dizer das obrigações por empréstimos e repasses, que, em proporção ao passivo total, apresentaram queda na maioria dos bancos (Tabela 12).

Os indicadores analisados evidenciam que os grandes bancos privados do Brasil têm empenhado uma política de crédito expansiva, acompanhada de uma política ativa na gestão do passivo, alongando os prazos de maturação das obrigações e arbitrando de modo permanente sobre as diferentes formas de obtenção de recursos, à luz das taxas de captação e das reservas exigidas. Essa conduta dos bancos empenhada nos últimos anos tem operado no sentido de reduzir a participação das receitas com TVM na receita de intermediação financeira, com exceção do Citibank, e de aumentar a proporção das receitas de crédito, considerando o período jun./02-dez./05, movimento que tem elevado os ganhos dessas instituições (Tabelas 13, 14 e 15).

5 Conclusão

A partir do segundo semestre de 2003, deu-se início a uma clara recuperação do crédito bancário no País, movimento que tem atuado no sentido de inverter a trajetória descendente da relação crédito/PIB observada após o Plano Real. A retomada dos empréstimos tem sido liderada pelas operações destinadas às pessoas físicas, com forte crescimento do crédito consignado com desconto em folha de pagamento. Contudo também tem crescido em modalidades importantes dos recursos destinados às empresas. Esse movimento tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados que operam no Brasil.

Neste artigo, procura-se interpretar esse processo à luz do referencial pós-keynesiano. Constatou-se que, nos últimos anos, os bancos têm optado por retornos monetários em detrimento do prêmio de liquidez, o que pode ser evidenciado a partir da maior exposição dos grandes bancos privados do Brasil em operações de crédito, cuja contrapartida tem sido a redução da participação das operações de TVM nas aplicações dessas instituições. Esse processo tem repercutido em termos de resultados: para a maioria dos bancos selecionados, houve significativa redução das receitas com TVM e expressiva elevação das receitas com operações de crédito.

A análise da estrutura patrimonial dos bancos no período recente evidenciou a habilidade dessas instituições no manejo de suas operações ativas e passivas, no intuito de viabilizar novas oportunidades de ganhos. Do lado do ativo, a maioria dos grandes bancos privados substituiu parte das operações com TVM por operações de crédito, empenhando uma política agressiva de parcerias com grandes e médias redes de varejo e com bancos cujo nicho de atuação é o financiamento ao consumo. Além disso, diversas instituições pequenas e médias com foco no crédito ao consumidor foram adquiridas pelos grandes bancos, evidenciando a reação imediata dessas instituições diante de novas oportunidades percebidas de lucro. No âmbito do passivo, os grandes bancos aumentaram a participação das captações de maior maturação e arbitraram continuamente com diferentes tipos de obrigações, de modo a escapar das restrições impostas pela autoridade monetária e, assim, liberar mais recursos para a realização de empréstimos.

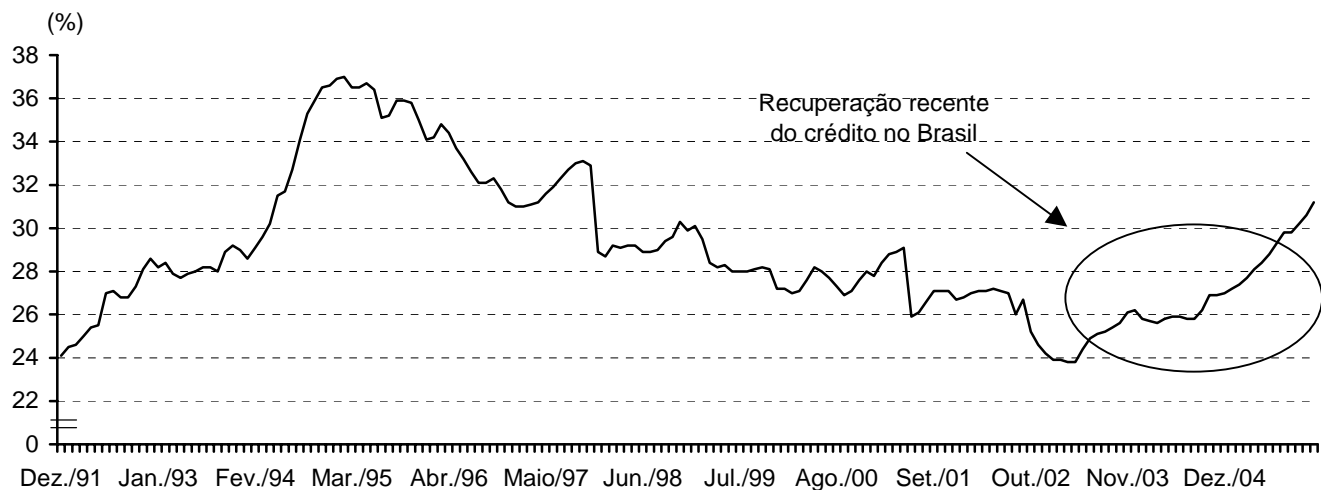
Enquanto instituições que objetivam acumular e valorizar riqueza sob a forma monetária, os bancos atuam de modo pró-cíclico, potencializando tanto os períodos

de expansão quanto os de depressão. Nesse sentido, propõe-se a realização de estudos que busquem discutir

a sustentabilidade do recente processo de recuperação do crédito no País.

Gráfico 1

Crédito total/PIB, pela metodologia antiga, no Brasil — dez./91-dez./05

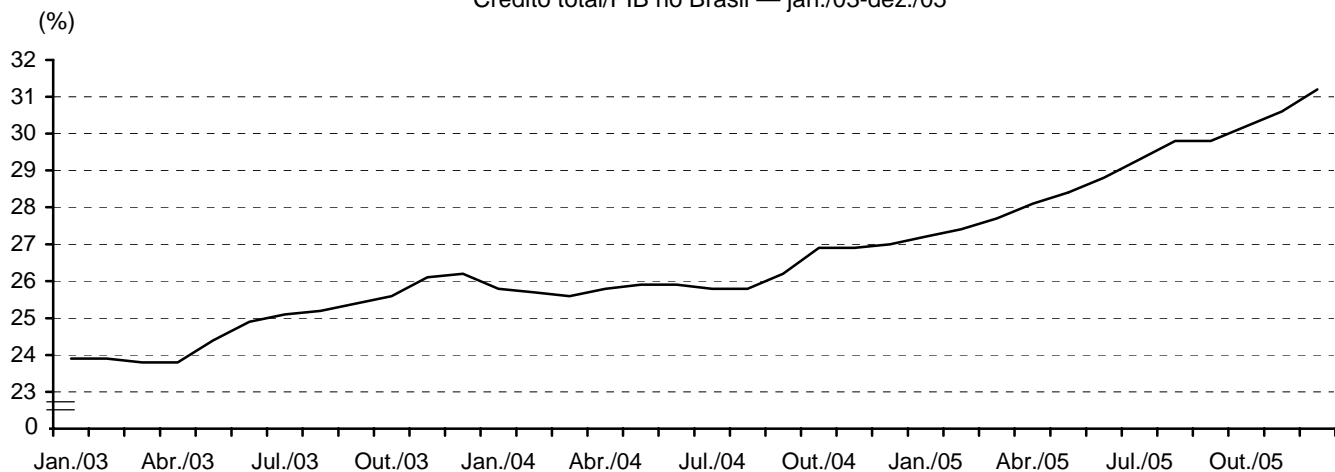


FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Gráfico 2

Crédito total/PIB no Brasil — jan./03-dez./05

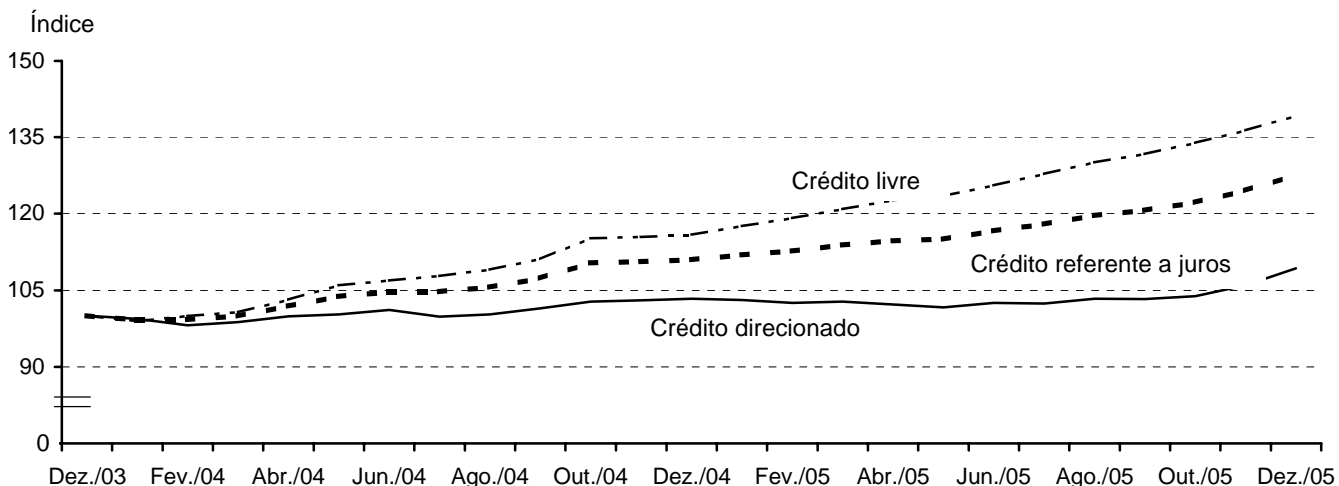


FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Gráfico 3

Crédito total, por segmento, no Brasil — dez./03-dez./05

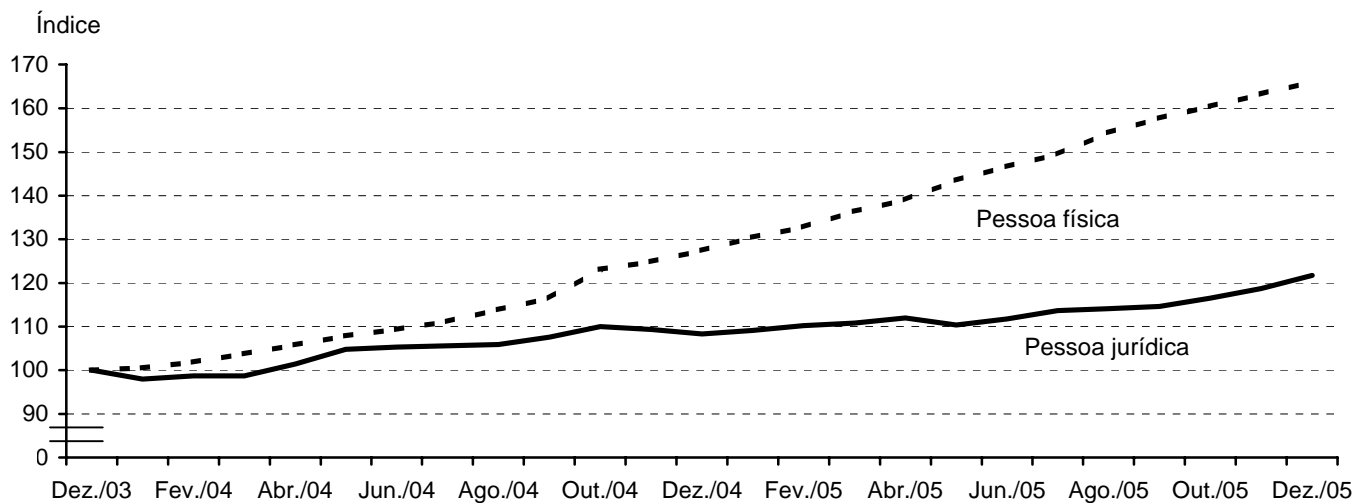


FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Gráfico 4

Crédito livre PF e PJ no Brasil — dez./03-dez./05



FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Tabela 1

Operações de crédito em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	39,4	35,4	34,0	31,3	34,6	37,7	39,7	44,0	37,0
Itaú	29,6	31,2	33,3	30,7	32,5	30,9	30,4	31,9	31,3
Unibanco	36,3	30,5	36,3	37,6	34,5	39,0	41,0	40,8	37,0
Santander Banespa	22,1	23,3	24,2	24,9	25,0	28,3	29,7	29,7	25,9
ABN AMRO	35,6	41,1	39,8	42,5	42,5	45,1	46,1	49,1	42,7
Safra	33,7	37,9	31,0	34,8	34,5	35,1	35,3	32,1	34,3
HSBC	32,8	30,2	35,9	43,5	38,4	42,4	36,6	37,6	37,2
Votorantim	13,7	13,3	14,4	16,8	16,2	19,2	23,5	25,8	17,9
Citibank	23,9	26,0	24,8	27,7	20,5	28,6	25,1	26,8	25,4
Bankboston	28,7	34,2	34,9	35,7	34,1	34,1	33,6	34,9	33,8
Média dos 10 maiores	30,4	30,4	31,1	32,8	32,3	34,7	35,3	36,4	32,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 2

TVM e instrumentos financeiros derivativos em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	19,2	13,5	13,8	16,6	16,2	16,8	14,8	9,9	15,1
Itaú	18,0	18,6	18,5	17,0	15,3	13,4	11,6	12,3	15,6
Unibanco	27,4	21,7	20,6	16,9	17,7	13,4	12,5	15,8	18,3
Santander Banespa	41,8	37,7	33,1	36,3	31,1	35,7	32,5	33,6	35,2
ABN AMRO	31,0	23,6	20,8	24,1	20,2	23,9	23,2	19,7	23,3
Safra	27,5	13,3	24,2	21,9	17,5	26,2	26,2	26,9	23,0
HSBC	21,2	22,9	18,1	19,2	19,6	24,6	22,4	23,9	21,5
Votorantim	75,8	58,4	49,9	44,5	28,2	39,5	46,5	37,8	47,6
Citibank	30,0	29,7	25,9	26,7	40,0	28,9	27,4	32,3	30,1
Bankboston	16,4	16,5	12,5	9,9	10,8	13,8	16,2	14,4	13,8
Média dos 10 maiores	32,7	26,2	24,9	24,6	20,7	24,2	23,7	22,5	24,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 3

Disponibilidades em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	1,9	2,3	1,3	1,6	1,5	1,8	1,9	2,0	1,8
Itaú	2,4	1,7	1,4	1,9	1,5	1,5	1,5	1,4	1,7
Unibanco	1,9	1,4	1,2	1,5	1,4	2,0	1,4	1,3	1,5
Santander Banespa	6,2	1,6	1,2	1,5	2,1	1,3	1,0	1,9	2,1
ABN AMRO	2,2	2,8	2,0	2,2	2,2	2,3	2,2	2,4	2,3
Safra	16,3	5,1	4,7	8,6	10,4	8,8	5,3	3,0	7,8
HSBC	4,9	6,1	5,1	2,0	1,8	1,8	1,6	2,9	3,3
Votorantim	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,4	0,1	0,1
Citibank	3,9	4,1	1,8	4,3	3,0	3,4	2,4	2,2	3,1
Bankboston	1,1	1,3	2,8	1,4	7,9	3,4	4,4	3,9	3,3
Média dos 10 maiores	4,5	2,6	2,1	2,4	2,6	2,4	1,9	1,9	2,6

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 4

Patrimônio líquido em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	9,5	9,0	9,5	9,2	9,4	10,3	11,1	11,7	10,0
Itaú	13,0	10,0	12,2	11,6	12,2	13,0	12,2	12,0	12,0
Unibanco	10,7	9,4	11,5	11,6	11,0	11,4	11,6	11,2	11,1
Santander Banespa	10,2	10,8	14,4	13,5	12,2	12,8	11,9	8,7	11,8
ABN AMRO	14,3	15,9	15,6	15,4	15,0	15,1	13,8	12,4	14,7
Safra	8,1	9,0	9,8	9,2	8,9	8,9	9,1	7,7	8,8
HSBC	6,0	5,5	6,2	7,2	6,5	7,8	6,6	7,3	6,6
Votorantim	9,7	9,3	9,3	9,5	8,6	9,0	8,8	9,0	9,2
Citibank	11,1	13,1	15,9	16,2	10,6	13,2	10,6	12,2	12,9
Bankboston	6,5	9,9	11,6	13,1	14,6	13,6	11,3	9,4	11,3
Média dos 10 maiores	10,2	9,8	11,1	10,9	10,5	11,0	10,6	10,0	10,5

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 5

Índice de Basileia nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	14,3	17,9	16,4	19,9	18,1	18,8	18,2	17,3	17,6
Itaú	15,7	17,1	17,1	20,2	19,8	20,1	17,9	16,7	18,1
Unibanco	13,4	15,7	16,7	18,6	16,7	16,3	16,1	15,6	16,2
Santander Banespa	13,6	15,1	16,4	18,1	16,4	17,0	15,6	14,1	15,8
ABN AMRO	15,0	15,7	14,6	19,6	18,4	19,3	17,5	15,2	16,9
Safra	12,1	16,7	13,2	15,6	13,8	15,4	13,9	13,1	14,2
HSBC	12,3	12,9	12,3	14,4	13,2	14,0	12,8	14,3	13,3
Votorantim	15,4	19,6	20,1	22,1	19,9	17,5	14,3	15,9	18,1
Citibank	14,7	19,2	14,5	20,9	15,8	14,8	13,8	12,3	15,7
Bankboston	11,9	14,9	16,9	21,3	23,9	22,5	19,1	14,7	18,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 6

Depósito total em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	45,8	46,5	43,1	39,6	44,3	46,3	45,7	45,5	44,6
Itaú	33,7	36,7	34,9	34,1	32,4	34,2	32,1	35,4	34,2
Unibanco	36,7	37,1	40,3	41,0	41,0	46,6	47,1	43,5	41,7
Santander Banespa	29,4	35,5	35,5	31,9	28,9	34,4	35,2	35,3	33,3
ABN AMRO	34,0	43,3	46,4	49,1	46,0	54,7	56,1	60,8	48,8
Safra	30,9	28,6	24,3	25,5	22,7	24,4	23,9	22,6	25,4
HSBC	47,8	52,0	61,4	57,6	60,1	67,1	60,0	61,2	58,4
Votorantim	40,4	39,0	35,3	35,3	33,3	35,7	42,7	44,3	38,3
Citibank	4,8	5,2	5,2	6,1	10,6	27,4	26,6	25,0	13,9
Bankboston	10,1	14,3	13,9	17,0	15,9	14,4	13,5	18,1	14,7
Média dos 10 maiores	37,3	39,8	40,1	39,3	38,6	42,9	42,9	43,6	40,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 7

Depósitos à vista em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	19,6	23,6	20,3	22,2	21,1	22,3	20,9	21,2	21,4
Itaú	22,1	26,4	19,9	25,7	25,9	26,1	23,7	24,6	24,3
Unibanco	12,6	12,4	12,8	10,5	9,9	9,6	10,0	10,7	11,1
Santander Banespa	17,2	17,8	16,3	20,2	17,8	17,4	14,0	14,2	16,9
ABN AMRO	19,2	21,2	15,5	14,5	14,3	13,6	12,1	12,2	15,3
Safra	8,8	10,7	10,3	15,3	11,8	12,2	10,7	11,1	11,4
HSBC	27,4	23,9	19,6	19,8	16,6	15,4	13,0	13,7	18,7
Votorantim	2,2	2,1	0,7	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3	0,9
Citibank	64,9	63,2	60,2	60,6	28,0	16,9	22,1	21,8	42,2
Bankboston	30,0	37,4	35,2	44,7	42,0	42,3	43,1	37,4	39,0
Média dos 10 maiores	16,1	17,3	14,4	16,1	14,8	14,6	13,1	13,5	15,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 8

Depósitos de poupança em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	37,0	36,6	36,4	38,0	34,9	36,1	34,2	34,7	36,0
Itaú	55,5	45,1	47,3	47,2	48,6	45,5	41,7	38,3	46,1
Unibanco	22,7	21,7	22,1	22,7	20,2	17,5	15,8	15,3	19,8
Santander Banespa	21,5	21,8	22,6	23,0	22,0	20,2	17,9	16,0	20,6
ABN AMRO	38,0	33,8	26,7	23,7	23,7	21,4	18,2	16,0	25,2
Safra	11,0	10,7	11,7	8,5	9,4	5,3	4,8	4,0	8,2
HSBC	16,2	12,7	11,6	10,3	8,0	6,9	5,9	5,6	9,7
Votorantim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Citibank	9,7	13,1	14,6	12,3	4,6	2,2	1,8	2,0	7,5
Bankboston	30,2	28,6	32,3	26,3	30,5	29,1	32,9	22,3	29,0
Média dos 10 maiores	25,2	22,8	22,3	21,7	20,9	19,1	17,3	16,3	20,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 9

Depósitos a prazo em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	43,1	39,7	43,2	39,7	43,9	41,5	44,7	43,6	42,4
Itaú	20,0	27,0	30,6	23,6	22,6	26,2	32,8	35,0	27,2
Unibanco	64,5	65,6	64,8	65,7	69,2	72,5	73,9	73,9	68,8
Santander Banespa	60,9	60,0	61,0	56,7	59,9	61,9	67,8	68,7	62,1
ABN AMRO	41,6	44,5	57,4	59,5	59,9	63,2	68,5	70,4	58,1
Safra	71,6	77,8	70,6	54,6	54,6	58,5	63,7	77,5	66,1
HSBC	55,8	62,5	68,6	68,7	75,2	77,5	80,9	80,4	71,2
Votorantim	95,8	94,3	94,3	90,7	89,1	83,7	84,6	80,7	89,1
Citibank	25,1	23,1	24,5	18,1	61,5	70,6	65,0	65,6	44,2
Bankboston	36,5	32,5	27,8	27,0	23,8	21,0	19,5	35,5	28,0
Média dos 10 maiores	56,7	58,9	61,3	57,4	59,3	60,6	64,6	66,2	60,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 10

Depósitos interfinanceiros em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1
Itaú	2,2	1,4	2,0	3,2	2,4	1,5	1,2	1,2	1,9
Unibanco	0,3	0,2	0,3	1,1	0,7	0,4	0,3	0,1	0,4
Santander Banespa	0,4	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,8	0,3
ABN AMRO	1,1	0,5	0,4	1,9	1,7	1,4	0,9	1,2	1,1
Safra	8,6	0,8	7,3	21,6	24,2	23,9	20,5	7,3	14,3
HSBC	0,6	0,9	0,2	1,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,4
Votorantim	2,0	3,6	5,0	8,8	10,4	15,9	15,1	19,0	10,0
Citibank	0,0	0,0	0,0	8,4	5,2	9,7	10,9	10,2	5,6
Bankboston	2,3	0,5	3,3	0,8	2,0	5,9	1,8	2,6	2,4
Média dos 10 maiores	1,9	1,0	1,9	4,7	5,0	5,5	4,8	3,7	3,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 11

Captações no mercado aberto em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	7,8	13,1	14,0	22,3	11,5	15,5	13,4	15,1	14,1
Itaú	14,9	11,0	11,4	15,3	11,4	13,4	13,3	15,8	13,3
Unibanco	11,5	19,5	8,7	11,3	14,1	10,4	8,5	13,6	12,2
Santander Banespa	7,4	10,6	7,0	13,5	15,4	16,5	15,7	23,5	13,7
ABN AMRO	7,2	1,4	1,8	4,5	3,3	4,3	3,7	3,9	3,8
Safra	11,0	15,4	18,6	22,4	7,8	23,3	20,3	30,4	18,6
HSBC	1,9	1,7	2,0	2,7	2,6	3,9	10,3	11,4	4,6
Votorantim	16,7	22,4	24,6	31,3	39,4	35,5	22,7	23,0	27,0
Citibank	4,2	4,8	6,1	5,5	6,5	8,3	1,2	2,3	4,9
Bankboston	15,5	7,8	10,1	11,0	16,8	24,9	24,3	21,0	16,4
Média dos 10 maiores	9,8	11,9	11,0	15,4	13,2	15,3	13,5	17,1	13,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 12

Obrigações por empréstimos e repasses em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	14,5	13,3	10,9	10,1	11,6	10,8	9,6	10,0	11,3
Itaú	11,2	13,4	12,1	11,5	11,5	8,3	6,4	6,2	10,1
Unibanco	17,7	15,3	15,9	14,4	13,2	11,1	10,7	11,1	13,7
Santander Banespa	19,5	12,0	13,0	14,0	14,9	11,9	9,4	9,0	13,0
ABN AMRO	6,2	7,4	7,5	9,7	10,1	8,1	6,0	6,2	7,6
Safra	22,4	11,2	9,7	14,7	16,1	14,4	9,6	7,4	13,2
HSBC	13,8	14,9	9,6	9,5	9,8	6,2	5,7	6,4	9,5
Votorantim	5,4	5,1	2,6	3,6	4,8	4,6	5,3	8,3	5,0
Citibank	29,3	30,0	25,4	22,7	17,3	12,9	12,1	13,0	20,4
Bankboston	35,3	37,0	30,5	28,5	21,0	17,7	15,7	18,7	25,6
Média dos 10 maiores	13,8	11,6	10,2	10,9	11,5	9,4	7,8	8,1	10,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 13

Receita com TVM em relação à receita de intermediação, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	26,6	30,5	29,6	32,2	25,2	24,5	22,4	21,9	26,6
Itaú	25,2	32,1	34,2	34,1	27,1	22,4	16,8	20,4	26,5
Unibanco	36,1	50,1	9,0	28,2	27,1	24,2	21,8	21,3	27,2
Santander Banespa	72,3	82,2	31,6	41,3	55,0	32,5	43,8	38,6	49,7
ABN AMRO	36,1	34,2	8,7	25,0	19,0	19,3	17,3	17,2	22,1
Safra	49,9	51,0	43,3	40,5	30,6	27,1	29,2	30,3	37,7
HSBC	50,4	45,2	14,2	21,0	21,3	18,1	21,0	27,6	27,3
Votorantim	53,7	92,6	83,2	79,4	55,2	65,2	45,6	47,5	65,3
Citibank	28,1	26,3	83,6	52,6	42,5	87,3	50,8	33,7	50,6
Bankboston	40,9	28,8	56,3	41,9	34,1	46,1	34,7	27,0	38,7
Média dos 10 maiores	43,8	52,2	31,7	37,7	32,6	29,2	27,2	28,1	35,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 14

Receita de crédito e arrendamento mercantil em relação a receita de intermediação financeira nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	65,0	56,5	58,7	57,4	62,5	59,6	58,0	65,9	60,5
Itaú	68,7	56,9	57,7	56,2	66,9	57,5	65,5	70,2	62,5
Unibanco	61,7	59,1	71,8	66,0	67,6	64,1	68,7	71,1	66,3
Santander Banespa	37,2	28,7	41,0	45,9	44,5	46,8	41,8	49,9	42,0
ABN AMRO	57,3	53,7	87,4	76,6	73,0	83,7	75,4	73,5	72,6
Safra	58,1	67,5	68,0	63,7	71,3	78,9	81,6	77,3	70,8
HSBC	54,4	64,6	56,2	66,4	72,2	67,2	67,8	65,4	64,3
Votorantim	27,2	24,3	38,3	31,9	38,8	34,5	41,8	44,3	35,1
Citibank	50,8	42,0	113,7	58,7	43,4	116,6	76,6	60,5	70,3
Bankboston	44,0	38,1	50,7	45,8	52,6	75,5	73,0	60,9	55,1
Média dos 10 maiores	53,7	51,4	59,9	58,0	62,1	61,6	62,6	64,7	59,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 15

Lucro líquido em relação ao patrimônio líquido, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	8,7	10,0	8,2	9,4	9,2	13,0	15,0	14,9	11,0
Itaú	9,0	11,7	13,5	3,0	13,5	19,2	15,4	16,4	12,7
Unibanco	7,6	8,1	7,2	7,9	7,6	8,7	9,9	10,7	8,5
Santander Banespa	21,1	25,0	13,3	8,5	10,1	9,7	11,4	9,4	13,6
ABN AMRO	7,5	7,7	1,6	2,9	6,1	1,6	3,7	7,6	4,8
Safra	8,9	12,7	9,1	11,3	8,1	9,7	7,4	10,0	9,6
HSBC	10,4	6,0	8,2	4,2	9,3	12,4	11,1	15,0	9,6
Votorantim	8,0	16,0	16,2	13,2	12,1	12,1	10,8	11,2	12,5
Citibank	20,1	25,1	-6,3	2,3	-2,2	-9,2	-1,2	7,6	4,5
Bankboston	10,9	15,4	10,5	11,0	5,0	-1,8	-11,2	1,5	5,2
Média dos 10 maiores	10,1	12,1	9,7	7,6	9,5	10,8	10,6	11,9	10,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota para a imprensa — política monetária e mercado aberto**. Brasília: Banco Central, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCOS encontram no varejo alternativas para a rede de agências. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 maio 2004. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

BANCOS miram carteiras de consumo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 dez. 2004a. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 1-15, p. 41-59 e p. 252-273.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (Org.). **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. On banks' liquidity preference. In: DAVIDSON, Paul; KREGEL, Jean (Ed.). **Full employment and price stability in a global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. (mimeo).

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. The real stabilization plan and the banking sector in Brazil. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. 51, n. 206, p. 291-326, Sept 1998.

DYMSKI, Gary A. A keynesian theory of bank behavior. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. 10, n. 4, p. 499-526, Summer 1988.

FERRARI FILHO, Fernando; ARAÚJO, Jorge Paulo de. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 163-182, 2000.

FREITAS, Maria Cristina P. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.

FREITAS, Maria Cristina P. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.

GARNER, C. Alan. Uncertainty, human judgment, and economic decisions. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 4, n. 3, p. 413-424, Spring 1982.

KEYNES, J. M. A treatise on money: the pure theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971. v. 5, p. 3-43 e p. 217-230.

KEYNES, J. M. A treatise on money: the applied theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University, 1971a. v. 6, p. 43-69.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). 333p.

MINSKY, Hyman P. **The essential characteristics of post-keynesian economics**. New York: The Jerome Levy Economics Institute, 1993. (mimeo).

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University, 1986. p. 223-253.

NEAL, Penny. Keynesian uncertainty in credit markets. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 18, n. 3, p. 397-418, Spring 1996.

OREIRO, J. L. C. Preferência pela liquidez e escolha de portfólio. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 87-108, 1999.

PARCERIAS vão predominar no segmento financeiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 mar. 2005. Finanças e Mercados, Caderno B, p.1.

PAULA, Luiz Fernando R. de. **Comportamento dos bancos em alta inflação**: teoria e experiência brasileira recente. 1997. 189 f. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José. Banking behaviour and the brazilian economy after the Real Plan: a post-keynesian approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. 56, n. 227, p. 337-365, Dec 2003a.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Análise Econômica**, v. 21, n. 39, p. 137-162, mar. 2003.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-310, abr./jul. 2001.

ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- 1 - A revista **Indicadores Econômicos FEE** é uma publicação trimestral da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e tem por objetivo a divulgação de artigos de caráter conjuntural no âmbito das economias gaúcha, nacional e internacional.
- 2 - Os artigos remetidos à revista **Indicadores Econômicos FEE** para publicação devem ser inéditos, em língua portuguesa (Brasil), apresentados na sua versão definitiva e acompanhados de um **abstract** em inglês e de um **resumo** em português, com 10 linhas no máximo.
- 3 - Devem ser apresentadas as **palavras-chave** do texto, no número máximo de três.
- 4 - Os artigos devem vir acompanhados do nome completo do autor, de sua titulação acadêmica e do nome das instituições a que está vinculado, além do endereço para contato, *e-mail*, telefone ou fax.
- 5 - Devem ser encaminhadas três cópias impressas dos artigos, com as páginas numeradas na margem superior direita e não excedendo 25 laudas de 24 linhas, em espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12, incluindo notas, bibliografia e outras referências. As cópias impressas devem vir acompanhadas do arquivo correspondente em MS-Word.
- 6 - As notas de rodapé devem conter apenas informações explicativas ou complementares e ser apresentadas em ordem seqüencial.
- 7 - As citações devem ser feitas no próprio texto, com a respectiva fonte: sobrenome do autor, ano de publicação e número da página entre parênteses (Vanin, 1980, p. 8). As citações em língua estrangeira devem vir traduzidas, ficando a critério do autor a publicação do original em nota de rodapé.
- 8 - As referências bibliográficas devem conter o nome completo do autor, o título da obra, o local e a data de publicação, o nome do editor e o número de páginas, enquadrando-se em uma das situações a seguir referidas:
 - a) **livro** - POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: A nova internacionalização do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. 151p.
CASTRO, Antônio B. de; SOUZA, Francisco E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 217p.
 - b) **capítulo ou artigo de livro** - MIRANDA, José Carlos da Rocha. Dinâmica financeira e política macroeconômica. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 243-275.
 - c) **periódico** - CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, n. 12, dez. 2000.
 - d) **artigo de periódico** - BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 4, p. 1-20, 1997.
PARTICIPAÇÃO do Brasil nos investimentos diretos mundiais. **Carta da SOBEET**, São Paulo, v. 1, n.4, set./out. 1997.
 - e) **artigo de jornal** - SALGUEIRO, Sônia. Autopeças brasileiras conquistam mercado externo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-4, 6-8 mar. 2000.
PARTICIPAÇÃO de salários no PIB cai para 38%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2-5, 12 dez. 1997.
 - f) **informação ou texto obtidos pela internet** - livro eletrônico (monografia)
DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam informática, 1988. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dIDLPO> Acesso em: 8 mar. 1999.
-periódico eletrônico (revista, anuário, etc.)

BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, n. 31, jul. 2001. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br> Acesso em: 14 dez. 2001.

- artigo de periódico em meio eletrônico
O IED no Brasil e no mundo: principais tendências. **Sinopse Econômica**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/sinopse/poleco.htm>
Acesso em: 21 mar. 2000.
- banco de dados
IBGE-SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: mar. 2001.
- *home page* institucional
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 22 mar. 2004.

- 9 - As tabelas e os gráficos apresentados no artigo devem ser numerados e apresentar título e fonte completos. Os gráficos devem ser gerados no MS-Excel, com formatação em preto e branco. O arquivo do MS-Excel deve ser encaminhado à revista **Indicadores Econômicos FEE** contendo as tabelas dos dados vinculados aos gráficos gerados.
- 10 - Os artigos encaminhados à revista **Indicadores Econômicos FEE** serão submetidos à apreciação do Conselho de Redação, sendo os autores informados da aceitação ou recusa de seus trabalhos.
- 11 - Em se tratando de artigos aprovados, o Conselho de Redação reserva-se o direito de introduzir as modificações editoriais que julgar convenientes.
- 12 - O envio espontâneo de qualquer colaboração implica, automaticamente, a cessão integral dos direitos autorais à FEE.
- 13 - Toda correspondência deverá ser enviada à:

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Revista Indicadores Econômicos FEE
Rua Duque de Caxias, 1691
CEP 90010-283 — Porto Alegre — RS
E-mail: revistas@fee.tche.br
Fone: (0XX51) 3216-9132
Fax: (0XX51) 3216-9134

FICHA DE ASSINATURA

As revistas **Indicadores Econômicos FEE** e **Ensaio FEE** podem ser adquiridas na Livraria da FEE, Rua Duque de Caxias, 1691, térreo, CEP 90010-283, Porto Alegre-RS, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h, ou por fone (0xx51) 3216-9118, fax (0xx51) 3216-9134, *e-mail* revistas@fee.tche.br, ou, ainda, pela *Home Page* www.fee.rs.gov.br

Você também pode optar por uma assinatura, preenchendo o formulário abaixo e enviando o cheque ou o comprovante de depósito para a Secretaria das Revistas, no 6º andar do endereço acima.

Publicação

- Desejo receber a revista **Ensaio FEE** pelo preço de R\$ 40,00 cada assinatura anual (edição semestral).
- Desejo receber a revista **Indicadores Econômicos FEE** pelo preço de R\$ 75,00 cada assinatura anual (edição trimestral).

Forma de pagamento

- Cheque nominal à Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (CGC-MF 87.182.796/0001-29).
- Ficha de compensação bancária (Banco do Brasil, Agência 3798-2 - Conta número 72739-3; ou BANRISUL - Agência 073-Rua da Praia - Conta número 03.000484.0-7).

Dados pessoais

Nome:

Empresa:

Setor:

Endereço:

CEP:

Cidade: UF:

Telefone: FAX:

E-mail:

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial.

Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schimitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

Capa: Ezequiel Dias de Oliveira.